UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE HISTÓRIA SOCIAL

CÍNTIA MEDINA DE SOUZA

**Entre a proteção da propriedade e a manutenção do monopólio: o debate
sobre a regulamentação do mercado de livros na Inglaterra de 1662 a 1774**

São Paulo
2013

CÍNTIA MEDINA DE SOUZA

**Entre a proteção da propriedade e a manutenção do monopólio: o debate
sobre a regulamentação do mercado de livros na Inglaterra de 1662 a 1774**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Soares Carneiro

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S719e Souza, Cíntia Medina de
Entre a proteção da propriedade e a manutenção do monopólio: o debate sobre a regulamentação do mercado de livros na Inglaterra de 1662 a 1774 / Cíntia Medina de Souza; orientador Henrique Soares Carneiro. - São Paulo, 2013.

246 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Propriedade literária. 2. Direito do autor. 3. *Copyright*. 4. *Common law*. 5. Monopólio. I. Carneiro, Henrique Soares, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Cíntia Medina de Souza

Entre a proteção da propriedade e a manutenção do monopólio: o debate sobre a regulamentação do mercado de livros na Inglaterra de 1662 a 1774

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Henrique Soares Carneiro

Instituição: FFLCH-USP

Assinatura:_____

Profa. Dra. Marisa Midori Deaecto

Instituição: FFLCH-USP

Assinatura:_____

Prof. Dr. Pablo Ortellado

Instituição: EACH-USP

Assinatura:_____

Profa. Dra. Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Instituição: PUC-SP

Assinatura:_____

Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

Instituição: FFLCH-USP

Assinatura:_____

DEDICATÓRIA

Aos Medinas, que romperam os cem anos de solidão.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Henrique Soares Carneiro, pela orientação e contribuição ao desenvolvimento da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Pablo Ortellado e ao G-Popai, cujas discussões me despertaram o interesse pela investigação histórica sobre o direito do autor, instigando-me a procurar compreender as suas origens e a propor uma análise introdutória sobre o tema.

À Profa. Dra. Marisa Midori Deaecto, por seu contributo e conhecimento acerca do estudo dos livros, proporcionando novas compreensões para o enriquecimento deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Modesto Florenzano, cujas aulas me apresentaram os historiadores revisionistas do pensamento político inglês, os quais contribuíram muito a minha pesquisa.

Ao Prof. Dr. Joseph Loewenstein, pelo apoio e esclarecimento aos termos específicos dos documentos analisados nessa pesquisa.

À minha mãe, a causa de tudo isso, à Cátia e Lu: todas as três heroínas da minha vida.

Ao meu pai (*in memoriam*), o mágico de feijões que ficou encantado, ao Jô, Márcio, Anthony, Rafael e ao Cauãzito, o mais novo dos *Medinas*.

Ao João Paulo, eterno amigo, e à Adriana, pelos primeiros passos em descoberta do mundo.

Ao Carlos, que não é Drummond, mas é de Andrade, pela sua sábia mineirice.

Ao Renato, por sua leveza à vida, ao Clô, amigo do riso e da cumplicidade, e à Jana.

Ao Jailton, por seu amor à arte, ao Alan, pelo olhar sereno acerca da vida, ao Cyro Garcia, pela alegria contínua, e à Ju Cambaúva, por apontar “junguianamente” os nós internos dentro do processo desse trabalho, que se imiscui à minha própria história.

Ao André, amigo de longas conversas, ao Antenor, determinado, persistente e leitor dos esboços dessa pesquisa, e ao Shin, o japa mais artista que já conheci.

Ao Adri, meu músico predileto, amigo e companheiro da vida, cuja atuação e incentivo foram cruciais para essa pesquisa se concretizar.

“Não parece estar nos autores um direito metafísico, um direito, por assim dizer, da criação, que deve partir de sua natureza perpétua; o consentimento das nações se opõe a isso, e na verdade a razão e os interesses de aprendizagem são contra isso, porque se fosse para ser de natureza perpétua, nenhum livro, porém útil, poderia ser universalmente difundido entre os homens [...]. Portanto, qualquer que seja a obra valiosa já criada pelo autor, e emitida por ele, esta deve ser entendida como não mais em seu poder, mas como pertencente ao público.”

Samuel Johnson

RESUMO

SOUZA, C. M. **Entre a proteção da propriedade e a manutenção do monopólio: o debate sobre a regulamentação do mercado de livros na Inglaterra de 1662 a 1774.** 2013. 246 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

O debate sobre a regulamentação do mercado livreiro inglês, no final do século 17 e ao longo do século 18, criou um direito de publicação exclusivo ao autor por meio do *Estatuto da Rainha Ana de 1710*. A finalidade dessa lei era romper com o monopólio da *Stationers' Company*, exercido desde o século 16. A presente pesquisa pretende demonstrar que não houve uma ruptura com esse monopólio, pois a lei criou um *copyright* dentro da noção de privilégio que não contemplou de forma equilibrada os interesses do editor, do autor e do público. Os argumentos de *common law* do autor e do direito limitado, conferido pelo *Ato de Ana*, contribuíram para a instituição da propriedade literária moderna. A finalidade dessa pesquisa é proporcionar uma perspectiva histórica acerca das origens do sistema de propriedade intelectual moderno, muito tratado sob as visões jurídica e econômica, cujas raízes estão no antigo sistema de privilégio.

Palavras-chave: Estatuto da Rainha Ana, Monopólio, Privilégio, Copyright, Propriedade literária.

ABSTRACT

SOUZA , C. M. **Between property protection and maintenance of the monopoly: the debate on the regulation of the book market in England from 1662 to 1774.** 2013. 246 f. Thesis (Master) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

The debate on the regulation of the English book market, in the end of the 17th century and all along the 18th century, created the author's exclusive publishing right, due to the Statute of Anne, in 1710. The target of this law was to break the Stationers' Company monopoly, exercised since the 16th century. This research intends to evidence that there was no disruption with that monopoly, because the law created a conception of copyright in the notion of privilege that didn't include, in a balanced way, the interests of the publisher, the author and the public. The plea of the author's common law, and the limited right, given by the Statute of Anne, contributed to the institution of the modern literary property. The finality of this research is to provide a historical perspective on the origins of the modern intellectual system of property, frequently addressed under the legal and economic perspectives, whose roots are in the old privilege system.

Keywords: Statute of Anne, Monopoly, Priviledge, Copyright, Literary property.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Documento original de <i>Razões humildemente oferecidas a um projeto de lei para o incentivo da aprendizagem e aperfeiçoamento da impressão</i> , de 1706.....	229
Figura 2 - Documento original de <i>Razões humildemente oferecidas ao projeto de lei para o incentivo ao aprendizado, e para assegurar a propriedade das cópias dos livros aos seus legítimos proprietários</i> , de 1709	233
Figura 3 - Documento original de <i>Mais razões humildemente oferecidas à honorável Casa dos Comuns, para o projeto de lei ao incentivo do aprendizado, e para assegurar a propriedade das cópias dos livros aos seus legítimos proprietários</i> , de 1709	237
Figura 4 - Documento original de <i>Razões humildemente oferecidas para a consideração da honorável Casa dos Comuns referente ao projeto de lei para assegurar a propriedade em livros, etc.</i> , de 1709.....	241
Figura 5 - Documento original de <i>Um projeto de lei para o incentivo ao aprendizado, e para assegurar a propriedade das cópias dos livros aos seus legítimos proprietários</i> , de 1710 - p. 1	245
Figura 6 - Documento original de <i>Um projeto de lei para o incentivo ao aprendizado, e para assegurar a propriedade das cópias dos livros aos seus legítimos proprietários</i> , de 1710 – p. 2	246

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resolução das questões propostas à Casa dos Lordes no caso <i>Donaldson v. Beckett</i> segundo o relatório de Cobbett	196
--	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 MONOPÓLIO E CENSURA: AS RAÍZES DO <i>COPYRIGHT</i> NO MERCADO LITERÁRIO INGLÊS	24
2.1 A BATALHA DOS LIVREIROS DE 1577	25
2.2 A INCORPORAÇÃO DA IMPRESSÃO ÀS PRÁTICAS DE REGULAÇÃO DO COMÉRCIO	33
2.2.1 As patentes de impressão	41
2.2.2 A Companhia dos livreiros de Londres	49
2.2.2.1 Parceria entre o Estado e a <i>Stationers' Company</i> : a Carta Regia de 1557	59
2.2.2.2 A estrutura oligárquica da corporação livreira	61
2.2.3 O <i>stationer's copyright</i>	64
2.2.4 <i>English Stock</i> : a reprodutibilidade do capital especulativo	70
3 DA OPOSIÇÃO AO PROTECIONISMO ÀS ATITUDES PROPRIETÁRIAS	78
3.1 A OPOSIÇÃO AO MONOPÓLIO E À CENSURA	80
3.2 AS ASPIRAÇÕES PROPRIETÁRIAS NO DISCURSO DE OPOSIÇÃO AO MONOPÓLIO DA COMPANHIA DOS LIVREIROS DE LONDRES	97
3.2.1 A patente autoral do poeta George Wither	99
3.2.2 John Milton e a personificação do autor	108
3.2.3 Richard Atkins e as patentes como cercamentos do campo cultural	118
4 COMO PROTEGER A PROPRIEDADE SEM ESTABELECE O MONOPÓLIO? O ESTATUTO DA RAINHA ANA E A INSTITUIÇÃO DO <i>COPYRIGHT</i>	123
4.1 A PROPOSTA DO <i>COPYRIGHT</i> LIMITADO	127
4.1.1 O debate veiculado no mercado literário: a escrita como <i>commodity</i> e a sua apropriação pelo autor	146
4.1.2 O <i>Estatuto da Rainha Ana</i> e o direito limitado do autor	159
4.2 CONSTRUINDO A NOÇÃO DE PROPRIEDADE LITERÁRIA	170

4.2.1	A propriedade em livros: um direito de <i>common law</i> ou um direito concedido?	177
4.2.2	<i>Millar v. Taylor</i> e a instituição da propriedade perpétua	187
4.2.3	<i>Hinton v. Donaldson</i> e a propriedade limitada	190
4.2.4	<i>Donaldson v. Beckett</i> e a ratificação do <i>copyright</i> estatutário	191
5	CONCLUSÃO	201
	REFERÊNCIAS	206
	ANEXO A – ESTATUTO DA RAINHA ANA	218
	ANEXO B – PROPOSTAS AO PROJETO DE LEI PARA A REGULAMENTAÇÃO DA IMPRENSA	227

1 INTRODUÇÃO

“O Procurador-Geral Thurlow [...] refletiu sobre o sentido da palavra ‘propriedade’, definindo-a filosoficamente e distintamente entre ser corporal e espiritual; o termo propriedade literária, ele riu, significava nada, mas algo muito obscuro e de natureza quimérica a ser definida.”

William Cobbett

No final do século 17, uma das principais pautas políticas do Parlamento inglês foi a definição de um direito de publicação como dispositivo regulador do mercado de livros. Essa iniciativa se deu em decorrência do fim do *Ato de Licença de 1662*, cuja recusa em renová-lo, em 1695, implicou o fim da censura e o desafio de acabar com o monopólio corporativo, amparado por leis e privilégios de impressão desde o século 16.

A censura já estava sendo desestabilizada pelo próprio processo revolucionário, iniciado nos anos de 1640, o qual facilitou a proliferação de textos por meio de uma verdadeira guerra panfletária.¹ Desse modo, após a Revolução Gloriosa de 1688-89, a autoridade política passou a se estabelecer dentro da dinâmica parlamentar bipartidária, na qual não cabia mais a censura, visto que o setor de impressos se tornou o principal veículo ideológico da política inglesa.²

A política de censura tinha sido o respaldo legal do monopólio da Companhia dos livreiros de Londres, a *Stationers' Company*, por meio das concessões de privilégios de impressão, as quais foram ratificadas por decretos e estatutos, desde 1557, ano em que a Companhia recebeu a *Carta Régia* dos monarcas Maria e Felipe. No entanto, mesmo com o fim da censura em 1695, os dispositivos corporativos de monopólio, criados pela Companhia, não foram extintos. Dentre esses dispositivos, destacava-se a prática do registro, que conferia o direito exclusivo de publicação dos livros a um poderoso grupo de membros atacadistas. Esses, por sua vez, estavam reunidos em torno da *English Stock*, uma entidade acionista que especulava os principais títulos literários do setor. Seu propósito era permitir uma acumulação de capital por meio da valorização dos títulos antes de serem impressos. A Companhia e esses

¹ ROSE, Mark. The public sphere and the emergency of copyright: Areopagitica, the Stationers' Company and the Statute of Anne. In: BENTLY et al. (Eds.). *Privilege and property: essays on the history of copyright*. Cambridge: Open Books Publishers, 2010; ZARET, David. *Origins of democratic culture: printing, petitions, and the public sphere in early-modern England*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

² HOLMES, Geoffrey. *British politics in the Age of Anne*, 2. ed., London; Ronceverte: The Hambledon Press, 1987, p. 218. Ver: PLUMB, J.H. *The growth of political stability in England 1675-1725*. London: Macmillian Press LTD, 1967; PORTER, Roy. *English society in the Eighteenth Century*. New York: Penguin Books, 1990.

membros detentores do capital passaram a conceber os direitos exclusivos de publicação como propriedades comparáveis à tradicional propriedade da terra.³

Desse modo, romper com o monopólio significava repensar a prática da impressão por meio de novos termos conceituais que redefinisse a função do comércio livreiro, de modo a conciliar os interesses de todos os envolvidos. Tratava-se de um grande desafio reformular as bases do comércio livreiro que esteve, por cerca de 150 anos, regulado por essas práticas arraigadas no sistema antigo de privilégios.

A imprensa livre, e a consequente proliferação da impressão de diversos gêneros literários, intensificou o processo de especialização e divisão social do trabalho, incorporando novos agentes à cadeia produtiva do livro. A demanda por um ambiente competitivo, por parte dos livreiros do interior da Inglaterra e pelos editores escoceses, fez com que os membros da corporação passassem a reivindicar uma lei parlamentar para regulamentar o comércio livreiro. A tentativa era buscar outra base legal de sustentação às suas práticas monopolistas, visto que muitos dos seus títulos mais rentáveis estavam sendo impressos pelos novos editores gerados pela dinâmica de expansão e crescimento do mercado.

Os projetos parlamentares sobre a regulamentação do mercado livreiro foram temas comentados nos jornais, panfletos e periódicos, os quais promoveram uma ampla discussão pública sobre a questão. Esse debate ocorreu em dois momentos: de 1695 a 1710 e, mais intensamente, de 1730 até 1774, devido à nova proposta de lei de 1735, para substituir o *Ato de Ana*, e aos litígios judiciais que concediam direito perpétuo de publicação aos editores londrinos.

No primeiro momento do debate, as discussões resultaram no *Estatuto da Rainha Ana*, ou seja, na primeira legislação moderna que instituiu o *copyright* como dispositivo jurídico regulador do comércio livreiro. No segundo momento, o debate culminou na batalha livreira de 1774, na qual o *Estatuto de Ana* foi reconhecido como base legal que limitava o monopólio dos editores londrinos no setor. A permanência do debate, ao longo do século 18, sinaliza os desafios de ruptura com o monopólio corporativo e com a própria concepção tradicional de

³ LOADES, D.M. The press under the early Tudor. In: *Transactions of the Cambridge Biographical Society*, n. 4, 1964, p. 28-29. Ver também: BLAGDEN, Cyprian. *Stationers' Company: a history 1403-1959*. Cambridge: Harvard University Press, 1960.

direito de publicação como dispositivo regulador do setor livreiro.⁴ Os argumentos do debate conceberam o direito do autor como um privilégio destinado a ordenar as relações de troca de bens simbólicos no mercado literário.

Portanto, a proposta desta pesquisa é investigar, nos argumentos desse debate, a principal razão de não ter ocorrido uma ruptura com o monopólio dos editores londrinos e indicar que a discussão acerca da concepção da propriedade não contemplou, de forma equilibrada, os interesses do editor, do autor e do público. Além disso, a intenção é evidenciar esses argumentos na construção histórica da noção do direito do autor e da instituição da propriedade literária moderna. A finalidade, portanto, é proporcionar uma visão histórica acerca das origens do sistema de propriedade intelectual, muito tratado sob as perspectivas jurídica e econômica, cujas raízes estão no antigo sistema de privilégio.

O recorte histórico dessa investigação foi definido entre 1662 e 1774, por representar o período entre a instituição da última lei regulatória do setor livreiro, com base na censura, e a sua substituição pela lei parlamentar promulgada em 1710, conhecida como o *Ato de Ana*, cuja efetivação apenas ocorreu em 1774. No entanto, esse recorte não nos impediu de resgatar a gênese da concepção do direito exclusivo de publicação. Esse resgate foi fundamental para ampliarmos nossa observação histórica acerca dos argumentos do debate em torno da censura, do monopólio corporativo e da ideia de uma propriedade perpétua em livros, cujos termos eram os próprios vestígios de uma estrutura costumeira, revelando a linguagem que conduziu o debate sobre a criação do direito de cópia do autor.⁵

A abordagem dos argumentos desse debate centrou-se na base teórica composta pelas bibliografias inglesa e americana não somente pela dificuldade de encontrar estudos brasileiros relacionados especificamente à história do *copyright* inglês⁶, mas também por sua ênfase na interpretação histórica do direito exclusivo de publicação ao autor justificado pela existência de uma propriedade literária.

O interesse britânico em estudar o tema surgiu da revisão, feita em Berlim no ano de 1909, da Convenção de Berna, que estabeleceu um sistema internacional de proteção

⁴ ROSE, Mark. *Authors and owners: the invention of copyright*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1993.

⁵ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001, p. 73.

⁶ Foi possível encontrar alguns artigos, porém, com enfoque jurídico acerca do conceito do direito do autor, sem evidenciar os fatos históricos que levaram à criação desse dispositivo regulador no setor livreiro.

intelectual em 1886. Essa revisão determinou a proteção em obras literárias pelo período da vida do autor, acrescido de mais cinquenta anos.⁷ A Inglaterra acatou esse limite de proteção no *Ato de 1911*, que retirava a obrigatoriedade de registrar as obras na Companhia dos livreiros, prática essencial para comprovar a propriedade em livros. Isso implicou em uma ruptura com a antiga prática costumeira datada do século 16, que originou o *stationer's copyright*, uma das formas de direito exclusivo de publicação usado na regulação do setor.

Diante disso, a *Bibliographical Society*, fundada no ano de 1892 em Londres, iniciou uma série de estudos em que o livro passava a ser compreendido dentro das relações sociais estabelecidas entre autores, editores, impressores, encadernadores e o público, e regidas por leis e estatutos. De fato, eram essas relações sociais que instituíam a cultura literária.⁸ A essa forma de investigação de temas relacionados à cultura literária, podemos destacar a obra *O aparecimento do livro*, de Martin e Le Febvre, a qual nos forneceu, também, uma base para essa pesquisa, por considerar o livro dentro de uma trama social entrelaçada por uma rede geográfica, institucional e material.⁹

Segundo Loewenstein, se referindo especificamente à *Bibliographical Society*, essa visão mais ampla acerca do livro contrasta com a abordagem da revisão da Convenção de Berna, em 1909, visto que esta reduziu a cultura literária às propostas das leis e à relação superficial entre o autor, o livro e o público consumidor.¹⁰

Os estudos dessa sociedade bibliográfica abordam a incorporação da tecnologia da impressão a partir do século 16, pelas instâncias políticas com base no sistema de privilégios, por meio das patentes de impressão. Os estudiosos Pollard e Albright destacam-se com a discussão sobre o caráter dos primeiros *imprints* e licenças, conhecidos como *cum privilegio*

⁷ LOEWENSTEIN, Joseph. *The author's due: printing and the prehistory of copyright*. Chicago and London: The University of Chicago, 2002, p.3-6. Loewenstein cita, com base na afirmação de Cornish, que essa revisão foi estimulada pelo protecionismo americano. Ver: CORNISH, W. R. *Intellectual property: patents, copyright, trade marks, and allied rights*. 3 ed. London: Sweet and Maxwell, 1981.

⁸ POLLARD, A. W. Our twenty first day. In: *Transactions of the Bibliographical Society*. London: Blades, East, Blades, v. 13, 1916, p. 25-26. Essa proposta foi feita por Pollard em 1913. No entanto, essa abordagem já havia sido feita em seus estudos sobre Shakespeare publicado, em 1909, no livro *Shakespeare folios and quartos*, conforme aponta Loewenstein (2002, p. 6).

⁹ FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henry-Jean. *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. Essa obra mostra o impacto do aparecimento do livro com o florescimento da produção industrial do papel, dos novos tipos e tintas, dentro de um processo de expansão do mercado, e com o surgimento de novas rotas. Além disso, essa obra mostra o papel simbólico do livro no contexto das questões políticas e religiosas e no desenvolvimento da leitura e da própria noção da escrita.

¹⁰ LOEWENSTEIN, op. cit., p. 6.

regale e *ad imprimendum solum*, concedidos pelos monarcas nas publicações de livros. Essa discussão nos revela o papel desses *imprints*, os quais assumiam um caráter econômico, pois inibiam a competição, e um caráter político, visto que contribuía para o sistema de censura da Coroa.¹¹

Estudos como o de Pollard e Albright nos possibilitaram perceber que, desde o início da impressão, o direito de publicação foi sendo formulado conforme as propostas às quais esse dispositivo estava designado a atender. Nesse sentido, utilizamos a proposta metodológica de Patterson, em resgatar a gênese do direito de cópia como meio de compreender o caráter do *copyright* resultante do debate. Desse modo, sua obra *Copyright in historical perspective* nos proporcionou encaminhar a pesquisa por meio da análise dos princípios do direito de publicação, sobre os quais foram sendo fundamentados os diversos modos de direito de cópia do autor. Patterson afirma que as patentes e o registro de obras na Companhia foram modos de *copyright* que atendiam as propostas de censura e de restrição da competição no setor livreiro. Ele enfatiza que mesmo se não tivesse havido censura, as formas de *copyright* teriam existido para atender ao interesse econômico da corporação.¹²

Isso pode ser visualizado com a expansão do setor de livros nos reinados de Maria Tudor e Elizabeth, quando a atividade da impressão passou a se dar nos moldes corporativos. Com a finalidade de impedir publicações sediciosas e heréticas, essas monarcas concederam à Companhia dos livreiros de Londres, a *Stationers' Company*, o direito exclusivo à impressão e o poder de busca e apreensão.¹³ A sua organização interna, estruturada numa hierarquia rígida, contribuiu para criar um grupo pequeno de detentores de direitos de publicação e manter o setor livre de qualquer competição. Eram eles quem faziam as leis internas de

¹¹ ALBRIGHT, Evelyn M. *Ad imprimendum solum*. In: BRIGHT, James W. (Ed.). *Modern Language Notes*. n. 1, v. 34. Johns Hopkins Press: Baltimore, 1919, p. 98-99; 102-103; POLLARD, A. W. The regulation of book-trade in the sixteenth century. In: *The Library*, 3. s., v.7, 1916, p. 22-24.

¹² PATTERSON, L. R. *Copyright in historical perspective*. Nashville: Vanderbilt University, 1968, p. 3-19. Essa obra foi um estudo significativo na bibliografia americana por ter apresentado um viés histórico da noção de *copyright* frente à interpretação legal feita nas cortes americanas, visto que a lei de *copyright* americana possuía suas raízes na experiência inglesa. Esse estudo demonstrou que o conceito de *copyright*, instituído pelo *Ato de Ana*, não contemplou de modo equilibrado todos os interesses envolvidos. Para ele, os princípios de propriedade, direito de personalidade e monopólio, os quais caracterizam esse *copyright*, não são apropriados para um conceito de *copyright* que beneficie todos os envolvidos.

¹³ GREG, W.W. *Some aspects and problems of London publishing between 1550-1650*. Oxford: Lyell Lectures, 1955; CLARK, Sandra. *The Elizabethan pamphleteers: popular moralistic pamphlets 1580-1640*. London: The Athlone, 1983; CLEGG, Cyndia S. *Press censorship in Elizabethan England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

regulação da atividade da impressão determinando a entrada de aprendizes no setor, definindo e distribuindo os títulos a serem publicados aos impressores.¹⁴

Todos esses elementos da atuação corporativa na criação de dispositivos monopolistas foram acessados numa ampla documentação dos registros da Companhia, desde a sua fundação em 1557, publicada por Edward Arber e Eyre e Rivington entre o final do século 19 e início do século 20.¹⁵ Esses volumes contêm as entradas de títulos no Livro de Registro da Companhia, os tipos de livros publicados, as reuniões, as leis regulatórias do setor, as cerimônias, a contabilidade, os litígios internos entre os membros, número de funcionários e, sobretudo, relatórios de conflito interno descrevendo a oposição de membros ao monopólio dos titulares de direitos exclusivos.

Esses documentos nos ilustram uma ausência do autor, dentro desse processo social de produção do livro construído pela Companhia, que o rejeitava como membro da corporação. O nome do autor passou a constar nos registros das obras, esporadicamente, a partir de 1588, apenas para indicar o seu consentimento à publicação da obra. A partir do século 17, esses títulos foram chamados pelos livreiros de “suas propriedades”.¹⁶ Portanto, esse registro configurava um direito de cópia de interesse estritamente econômico do livreiro. No entanto, essa documentação também revela a experiência do poeta George Wither ao tentar reafirmar a posição equilibrada do autor dentro da lógica da Companhia, por meio de sua patente concedida pelo rei Jaime I, em 1623. Isso sinaliza a experiência em atribuir um caráter autoral ao direito de publicação, destinado a atender ao interesse do autor, ou, conforme Rose afirmou, indica uma aspiração do autor em controlar a primeira publicação da obra.¹⁷

Com base nessa documentação, constatamos o início do processo de caracterização do direito de publicação, que foi intensificado a partir de 1695 com a não renovação do *Ato de*

¹⁴ BLAGDEN, 1960, p. 78-91. Quando Blagden publicou essa obra, ele era membro da Companhia dos livreiros de Londres. Sua obra é significativa por descrever todo o funcionamento da Companhia, desde a sua fundação, e por mostrar seus principais mecanismos administrativos e suas formas de reprodução de capital por meio da instituição das entradas, prova de propriedade exclusiva sobre o título de livros. Os títulos mais rentáveis eram transacionados em forma de capital especulativo, ou seja, em ações da *English Stock*. Blagden descreve as distintas instâncias hierárquicas ocupadas pelos impressores, livreiros e aprendizes, bem como as relações de poder entre elas e seus principais conflitos.

¹⁵ ARBER, Edward (Ed.). *A transcript of the registers of the Company of Stationer of London 1554-1640*. AD 5 v. London and Birmingham: Privately printed, 1875-1894; EYRE & RIVINGTON. *A transcript of the registers of the worshipful Company of Stationers from 1640-1708 A.D.* 3 v. London: Privately Printed, 1913-1914.

¹⁶ ARBER, 1875-1894, v.1, p. 586; v. 2, p. 373.

¹⁷ ROSE, 1993, p. 25.

Licença de 1662. Daí a importância da abordagem à incorporação da impressão como empresa corporativa sob as bases de monopólio e censura, bem como dos primeiros debates de oposição ao seu monopólio nos séculos 16 e 17. Diante dessas primeiras contestações, o argumento da propriedade em moldes tradicionais, como meio de estimular o conhecimento, permeou o debate anterior e posterior ao *Ato de Ana*.

Nas duas fases do debate, exploramos as discussões parlamentares, os panfletos dos periódicos, as petições públicas e da corporação livreira, enviada ao Parlamento, por meio dos jornais das duas casas parlamentares, e os litígios em tribunais.¹⁸

Na primeira fase do debate entre 1695 e 1710, como se tratava de um período pós-Revolução Gloriosa de 1688-89, tivemos o cuidado de entender o contexto político no qual se dava a tentativa de regular a imprensa. Foram acessados os estudos dos historiadores Plumb, Holmes e, principalmente, Pocock, quem forneceu uma interpretação do ponto de vista ideológico da política whig em relação às mudanças sociais causadas pela intensificação das trocas comerciais. A ideia de cultura polida, *polite whiggism*, estimulou o consumo de diversos gêneros literários, os quais passaram a veicular as discussões sobre a regulamentação do setor livreiro em espaços públicos como as *coffees-houses*.¹⁹

A obra *O comércio da literatura*, de Portela, forneceu um rico panorama literário desse período, nos permitindo explorar o mercado livreiro enquanto espaço cultural de resolução dos conflitos, gerados pelas relações entre política e economia, estabelecendo um campo discursivo de justificação da comercialização da sociedade e da própria ideia de propriedade na atividade da escrita. Portela também se fundamenta em Pocock para analisar o embate discursivo entre os defensores da sociedade comercial e os escritores Pope e Swift, os quais criticavam a ideologia comercial da *polite whiggism*.²⁰

Nessa fase, os principais argumentos eram de críticas ao monopólio da Companhia apoiado pela censura, reivindicando a liberdade de imprensa e o controle dos preços sobre os

¹⁸ Essas fontes foram acessadas no projeto *Primary Source on Copyright (1450-1900)*, um arquivo digital que reúne as principais fontes primárias da história do *copyright* desde a invenção da impressão até a Convenção de Berna em 1886. Foi desenvolvido pelo *Arts and Humanities Research Council (AHRC)*, no Reino Unido, em parceria com as principais universidades dos seguintes países. Este arquivo digital abarca as fontes da Itália, França, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos. Ver: www.copyrighthistory.org. Alguns documentos foram acessados no *British History Online*, ver: www.british-history.ac.uk.

¹⁹ POCOCK, J.G.A. *Virtue, commerce and history: essays on political thought and history, chiefly in the eighteenth century*. New York: Cambridge University Press, 1985; HOLMES, 1987; PLUMB, 1967.

²⁰ PORTELA, Manuel. *O comércio da literatura: mercado & representação*. Lisboa: Antígona, 2003.

livros. Entre essas fontes destacam-se Defoe e Locke. Defoe coloca os argumentos de autoria mas, ainda, dentro de uma matriz tradicional, cuja propriedade autoral é concebida em termos de posse de um bem material ou na visão paternalista em que o livro se assemelha a um filho do autor.²¹ Locke, no *Memorandum (1694)*, sugeriu a criação de um *copyright* limitado para acabar com o monopólio corporativo.

Optamos por analisar a sugestão de Locke tomando como precedente o *Estatuto do Monopólio de 1624*, como experiência da regulação da invenção de máquinas. A finalidade era apresentar esse dado histórico em relação aos estudos recentes que interpretam essa proposição com base na teoria da propriedade, exposta no *Segundo tratado sobre o governo*, de Locke. Analisamos a posição de Hughes, Drahos, Zemer, Boldrin, Levine, e outros, para discutir o papel da construção de uma concepção da propriedade em livros.

Refletindo sobre a questão da proposta de uma propriedade em livros, visto que estes são constituídos de ideias materializadas no formato impresso, analisamos a obra *Ensaio acerca do entendimento humano*²², de Locke. Para ele, as ideias não são originadas da mente, mas acessadas no campo comum da experiência e processadas pelo intelecto. Dessa forma, seria contraditório instituir uma propriedade em ideias, as quais necessariamente têm de ser livres para serem processadas na mente e para promover a ampliação do conhecimento. Trata-se de uma característica que poderia ter sido levada em consideração na concepção do *copyright*, visto que a preocupação por manter um acesso livre às ideias foi apresentada em uma carta anônima, enviada ao Parlamento em 1697, na qual o autor citava o próprio *Ensaio acerca do entendimento humano*, de Locke.²³

A segunda fase do debate, pós *Ato de Ana* até 1774, pode ser caracterizada pelas batalhas livrescas, levadas às instâncias jurídicas, nas quais houve o embate entre dois conceitos de *copyright*: um fundamentado no direito de *common law* do autor, e outro no direito estatutário, definido pelo *Ato de Ana*, que instituíra uma propriedade limitada sobre a

²¹ DEFOE, Daniel. An essay on the regulation of the press, publicado no jornal influente chamado A Weekly Review of the affairs of France. In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>.

²² LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999. Essa obra foi publicada em 1690 e o *Memorandum* foi escrito em 1694.

²³ A letter to a member of Parliament, showing that a restraint on the press is inconsistent with the protestant religion, and dangerous to the liberties of the nation (1697). “Uma carta ao membro do Parlamento, mostrando que a restrição da imprensa é inconsistente com a religião protestante, e perigosa às liberdades da nação (1697).” In: COBBETT, William. *Parliamentary history of the England: from the Norman conquest, in 1066, to the year of 1803*. London: R. Bagshaw, Bryddge Street, Covent Garden, 1809, v. 5.

obra. Essas duas definições foram postas nos litígios judiciais entre os editores londrinos, autores e os escoceses. No caso *Donaldson v. Becket*, de 1774, houve o reconhecimento e a efetivação do *copyright*, definido pelo *Ato de Ana*. No entanto, essa decisão não resolveu a problemática, posta por Rose, de como proteger a nova propriedade em livros sem estabelecer o monopólio.²⁴ Dessa forma, a proteção da propriedade em livros implicou manter o monopólio, mesmo que limitado e fragmentado.

Os capítulos seguintes são, portanto, uma investigação dos argumentos que delinearam a noção do *copyright* instituído pelo *Ato de Ana* para regulamentar o mercado livreiro inglês.

No segundo capítulo, apresentamos as primeiras formas de *copyright* originadas da incorporação da impressão pelo sistema de privilégios, bem como as leis e decretos destinados a manter o monopólio e censura. Exploramos as tensões causadas pelos modos de *copyright*, das quais a corporação começou a delinear seus argumentos de defesa dos seus privilégios de impressão. Optamos por ilustrar isso pela batalha dos livreiros de 1577, liderada por John Wolfe, visto ter sido o primeiro debate, registrado pela corporação, de oposição ao monopólio livreiro, cuja resolução se deu pela partilha das patentes dos títulos mais rentáveis do setor.

No terceiro capítulo, abordamos a continuação da oposição ao monopólio da Companhia feita por autores como George Wither e John Milton, os quais delinearam as primeiras atribuições de traços de personalidade autoral ao livro impresso. A disputa entre Atkyns, um titular de patentes, e os detentores do *stationer's copyright* revelaram, por um lado, a concepção do direito exclusivo como propriedade assemelhada à terra e, por outro, a ideia de um direito exclusivo ao autor, embora apenas como um artifício discursivo, adotado pela Companhia dos livreiros, para justificar sua posse na propriedade em livros.

Por fim, no quarto capítulo, contemplamos o debate que originou o *Estatuto de Ana* e um direito limitado de publicação do autor, bem como o debate gerado nos tribunais pelos litígios entre os editores londrinos e escoceses, cujo final se deu com o caso *Donaldson v. Beckett* em 1774. Os argumentos desse debate, ocorrido na esfera pública, no Parlamento e nos tribunais, conceberam o direito do autor dentro da matriz tradicional de privilégios. O editor Donaldson, como John Wolfe na batalha dos livreiros de 1557, passou a partilhar do monopólio de publicação sobre títulos, que era exclusivo aos editores londrinos.

²⁴ ROSE, 1993, p. 34.

2 MONOPÓLIO E CENSURA: AS RAÍZES DO *COPYRIGHT* NO MERCADO LITERÁRIO INGLÊS

“Quando o rei já havia reivindicado o direito de imprensa, ele assegurou esse direito por meio da concessão de patentes. Mais ainda, para garantir o seu monopólio, ele se uniu aos impressores, criando uma corporação, então denominada Stationers’ Company, cujas leis restringiam a impressão de livros apenas aos seus membros. Eles assumiram poderes de apreensão, confisco e prisão, e os decretos da Câmara Estrela confirmaram os seus procedimentos.”

Lord Camden

A história do *copyright* inglês pode ser compreendida pelas contestações à organização do comércio de impressos realizada desde o seu surgimento no final do século 15. Trata-se inicialmente de um período marcado por conflitos deflagrados entre grupos atuantes no setor livreiro. Com a expansão desse mercado, as contestações se ampliaram por meio da participação da sociedade. A discussão colocava em questão os dispositivos monopolistas e de censura do setor e a necessidade de uma nova forma de regulamentação do comércio de impressos. O desfecho histórico desses conflitos se deu com os debates que resultaram na promulgação de uma lei parlamentar em 1710, conhecida como o *Ato da Rainha Ana*, e com a sua aplicação em 1774.

Essas transgressões às regras do comércio de impressos denunciavam os principais elementos estruturantes desse ramo, bem como os conflitos gerados pela própria maneira na qual a nova tecnologia da impressão foi concebida e incorporada na sociedade inglesa.

Para melhor elucidar esses elementos fundamentais, os quais compõem as raízes do *copyright*, podemos apresentar a batalha dos livreiros de 1577 como uma primeira contestação registrada pela Companhia dos livreiros de Londres, a *Stationers’ Company*. Essa corporação foi a instituição central responsável pelas diretrizes de organização e funcionamento do comércio de impressos na Inglaterra.²⁵

2.1 A BATALHA DOS LIVREIROS DE 1577

A batalha dos livreiros de 1577 foi um conflito deflagrado contra o sistema de patentes que regulava o nascente comércio de impressos inglês. Essa agitação colocou em discussão a

²⁵ PATTERSON, 1968, p. 28. Segundo Patterson, a Companhia dos livreiros de Londres é o ponto central da história do *copyright* na Inglaterra.

concentração de privilégios de impressão nas mãos de um pequeno grupo detentor de patentes reais. A inviabilidade da participação de outros agentes profissionais do setor levou vários membros da Companhia a manifestar a sua oposição por meio de petições e de transgressões dessas patentes.

O maior opositor nesse conflito foi o impressor John Wolfe em decorrência da sua conduta transgressora ao imprimir obras patenteadas e, principalmente, ao proferir palavras irônicas e perigosas. Uma de suas primeiras manifestações se deu no salão da Companhia dos livreiros de Londres, onde esse impressor, não membro da dita corporação, expressou em bom tom a desobediência às práticas de monopólio e censura como reguladoras do setor:

Wolfe e seus aliados alegaram abertamente no saguão da Companhia que “era legítimo a todos os homens imprimir os livros autênticos ao contrário das ordens concedidas por Sua Majestade” [...].²⁶

Esse trecho das palavras de Wolfe foi transcrito na petição feita pelo diretor da corporação livreira Christopher Barker ao Conselho Privado em 1583. Nessa petição, o diretor relatou as reimpressões ilegais de livros patenteados por uma organização secreta liderada por John Wolfe.

Membro da Companhia dos comerciantes da pesca, *Company of the Fishmongers*, Wolfe era também impressor e negociador de livros. Em 1562, ele fora aprendiz de John Day²⁷, o homem mais poderoso do comércio livreiro, pois era o impressor e titular de uma das mais lucrativas patentes reais, as quais lhes davam o privilégio exclusivo para a impressão das cartilhas escolares, o *ABC with the little catechism* e os *Psalmes of David in meters*.²⁸

²⁶ Notes or Articles of the insolent and contemptuous behaiour of John Wolf printer and his confederate (1583). “Notas ou detalhes do comportamento insolente e desdenhoso de John Wolfe e seus confederados.” In: ARBER, Edward (Ed.). *A transcript of the registers of the Company of Stationer of London 1554-1640*. AD 5 v. London and Birmingham: Privately printed, 1875-1894, v. 2, p. 781, tradução nossa. “Wolfe and some of his confederats affirmed openly in ye Stationers hall, yat ‘it was lawfull for all men to print all lawfull bookes what commandement soeuer her Maiestie gaue to ye contrary’.”

²⁷ No livro de registro da Companhia consta o pagamento de John Day à corporação referente à apresentação de John Wolfe como seu aprendiz em 1562, por um período de dez anos. “Recevyd of John Day for presentinge of John Wolfe for to be his Apprentes for tenne yeres from the feaste of the Annuntition of our blessed lady saynte Mary [25 March]. Anno 1562.” In: ARBER, op. cit., v. 1, p. 172.

²⁸ Ibid., v. 2, p.19; 753-754. As patentes sobre esses títulos foram concedidas pelo poder real à John Day em 1560. Elas foram renovadas em 1567 e, dez anos depois, passaram a pertencer também a seu filho Richard Day. Ambos gozaram desse privilégio até o final de suas vidas.

Embora a aprendizagem com Day tenha durado dez anos, Wolfe não se tornou membro da corporação livreira.²⁹ Ao invés disso, ele foi para Florença aprender o método de impressão italiano por volta de 1576. Ao retornar à Inglaterra em 1579, associou-se à Companhia dos comerciantes da pesca por meio de seu patrimônio. Atuando na arte da impressão, ele se tornou o impressor mais importante de Maquiavel em Londres entre 1579 e 1601. Devido à falta de obras para imprimir, em decorrência dos privilégios das patentes reais nos anos de 1580, Wolfe viu a oportunidade de imprimir títulos italianos condenados no *Índex* para abastecer a Inglaterra e vendê-los como contrabando na Feira de Frankfurt.

Os títulos escolhidos foram os *Ragionamenti* e *Quattro comedie*, de Pietro Arentino, o pornográfico *Commento di ser agresto da ficaruolo sopra la prima ficata del Padre Siceo*, de Aníbal Caro e as obras de Maquiavel, *Il prencipe*, *Discursi*, *Arte della guerra*, *Istorie* e *l'asino d'oro*. Todos levavam *imprints* falsos e impressores fictícios de Roma ou Palermo.³⁰ Esses títulos também tinham como destino a Itália, sobretudo a cidade de Veneza. *Il prencipe* e o *Discursi* foram publicados juntos em dois volumes tendo como impressor indicado *Heredi d'Antoniello degli Antoniell*, “herdeiros de Antoniello”, e o livro *Arte della guerra*, por apenas *Antoniello*, os quais eram nomes fictícios usados por Wolfe.³¹

Wolfe tornou-se a peça central nessa batalha dos livreiros iniciada em julho de 1577. Seu estopim foi a morte do impressor real Richard Jugge, detentor da patente de impressão da *Bíblia*. Jugge já havia ocupado o cargo de diretor e chefe da Companhia livreira e sua morte acarretou uma série de questionamentos dentro da corporação, visto que alguns membros passaram a contestar as patentes por meio de petições, entre as quais a intitulada *As queixas dos impressores, vendedores de vidros e cuteleiros em razão de privilégios concedidos a pessoas privadas*.³²

²⁹ ARBER, op. cit., v. 1, p. 172.

³⁰ LOEWENSTEIN, 2002, p. 27-32.

³¹ PETRINA, Alessandra. *Machiavelli in the British Isle: two early modern translations of the Prince*. Surrey and Burlington: Ashgate Publishing Company, 2009, p. 25-27. (Coleção Anglo-Italian Renaissance Studies); HOPE, Harry R. John Wolfe, printer and Publisher, 1579-1601. In: *The Library*. n. 14, p. 105-128, 1933; WOODFIELD, Denis B. *Surreptitious printing in England, 1550-1640*. New York: Bibliographical Society of America, 1973, p. 25-33.

³² *The griefes of the printers, glass sellers and cutlers sustained by reason of priviledges granted to private persons*. Embora não datado, conforme Arber, o documento parece ter sido feito em 1577. Naquela época, havia vários profissionais de áreas diversificadas atuando no negócio livreiro. Daí a razão de no título dessa petição aparecer os cuteleiros e os vendedores de livros. In: ARBER, 1875-1894, v.1, p. 95; 111, tradução nossa. Ver também Patterson (1968, p. 93).

Esse documento evidenciava uma oposição deliberada às patentes reais destacando seus principais titulares: o herdeiro John Jugge, impressor da rainha, pelas bíblias e testamentos; Richard Tottle pelos livros jurídicos; John Day pelo *ABC with the little catechism*; James Roberts e Richard Watkins pelos *Almanacs and prognostications*; Thomas Marshe pelos livros escolares em latim; o estrangeiro Thomas Vautroller por livros religiosos, William Seres, pelos *Psalters* e muitos livros de oração, e Fraunces Flower pelos livros de gramática. O documento afirmava que essas patentes causariam a ruína dos impressores e membros da corporação livreira, pois as obras patenteadas eram o que diríamos hoje de caráter público e deveriam estar disponíveis à impressão para qualquer membro da Companhia dos livreiros de Londres. A impressão dessas obras foi a primeira reivindicação feita pelos contestadores.

Logo em seguida, outra oposição foi realizada por meio de petições feitas pelos impressores e encadernadores em 1578. Queixavam-se do número elevado de estrangeiros e aprendizes que já haviam conquistado a liberdade para imprimir entre 1571 e 1576. Todos pleiteavam um espaço no comércio de livros monopolizado por um pequeno grupo de indivíduos detentores de patentes reais. Não houve respostas significativas por parte da administração da Companhia e, segundo Patterson, essas petições dos pobres da corporação marcam o final da primeira fase dessa controvérsia.³³

Após várias tentativas, os opositores partiram para uma ação mais efetiva que acabou movendo uma série de petições, dessa vez, por parte dos titulares de patentes e da direção executiva da Companhia. Essa segunda fase do conflito, com contestações explícitas às patentes, se deu por meio de impressões clandestinas de obras protegidas pelo privilégio real sob a condução de John Wolfe. Isso retirou da aparente inanição os diretores da Companhia, que logo em seguida buscaram o apoio do governo municipal. Dessa forma, iniciou-se uma batalha que rompeu as fronteiras da corporação e adentrou os tribunais de justiça das autoridades reais, onde a forma de regulação do comércio foi colocada em discussão.

Com a finalidade de assegurar seus direitos e de manter as suas patentes como meio de ordenamento do comércio livreiro, os titulares buscaram resolver pessoalmente o problema das contrafações com os líderes da oposição antes de abrir processos no Tribunal da Câmara Estrelada.

³³ PATTERSON, 1968, p. 90-94. Ver também: BLAGDEN, 1960, p. 63- 67.

Christopher Barker procurou John Wolfe em 1581 para tentar dissuadi-lo de suas reimpressões ilegais. Além de ser um impressor da rainha, Barker também era um dos diretores da Companhia e titular da impressão das proclamações reais e dos dois livros mais lucrativos da Inglaterra, o *Livro de orações* e a *Bíblia*, e também das *Parafrases* de Erasmo. Ele propôs a Wolfe imprimir cópias de suas próprias patentes sob o valor de 80 libras com a seguinte condição: sua transferência da Companhia dos comerciantes da pesca para a Companhia dos livreiros de Londres. Wolfe aceitou tal proposta, mas sem cumprir a condição acordada, de modo que quando finalizou a impressão das obras de Barker, ele continuou a imprimir tais cópias e as de outros três ou quatro membros da corporação livreira.³⁴

A mesma experiência falaciosa se deu com John Day ao tentar negociar a mesma questão a respeito de suas cópias³⁵ com Roger Ward. Este teria supostamente imprimido cerca de 10 mil cópias do *ABC with the little catechism* com a marca registrada de Day. Como essa tentativa de negociação não deu resultado, Day resolveu ir pelas vias legais abrindo um processo na Câmara Estrelada em 10 de julho de 1582. Durante o interrogatório do réu, Ward fora questionado sobre a reimpressão do *ABC*:

Antes de imprimir as ditas cópias, você não sabia que elas foram concedidas a John Day pela Majestade, a Rainha, quem conferiu licença e privilégio a ele e a seu filho Richard, e que John Day já havia imprimido essas cópias muitos anos antes?³⁶

Ward respondeu: “[...] que, antes de imprimir o dito livro, já sabia que o mesmo pertencia a John Day por meio das cartas patentes e privilégios de Sua Majestade [...] e sabia que o dito John Day já havia imprimido o mesmo anos antes.”³⁷

³⁴ Barker relata essa proposta no *The supplication to the Privy Council, of the wardens of the stationers on behalf of the ancients and patentees of that society against John Wolfe and his associates* (Março de 1583). In: ARBER, 1875-1894, v. 2, p. 780. Ver também Loewenstein (2002, p. 32-33). PLANT. Marjorie. *The English book trade: an economic history of making and selling of books*. New York: G. Allen and Unwin, 1939, p. 103-106.

³⁵ ROSE, Mark. *Authors and owners: the invention of copyright*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1993, p. 12. Segundo Rose, cópia (ou *Copy*) era o termo usado para designar o manuscrito, a obra ou o próprio direito de imprimir e publicar esse manuscrito.

³⁶ *Interrogatories to be ministered vnto Roger Warde one of the defendantes in the bill of complaint of John Day complainant*. "Interrogatórios a serem feitos a Roger Ward, um dos acusados na lista de acusação do reclamante John Day." In: ARBER, 1875-1894, v. 2, p. 759, tradução nossa. “[...] did you not know before you imprinted the same that the said John Day hath obteyned the Quenes Maiesties graunte of Licence and Pryviledge to him and Richard his sonn for the Imprintinge of diuerse bookes amongst the which the said *ABC* is one. And that the sayd John Day hath vsed only to imprint the same for many yeres last past.”

³⁷ ARBER, op. cit., v. 2, p. 760, tradução nossa. “[...] he saith he dyd before he imprintyd the said boke knowe that the said John Daye had obtaynyd suche letters and privedge from her maiestie [...] that the said John Daye had vsyd to imprinte the same for many yeres before.”

Portanto, a partir de 1582, a desordem no comércio livreiro já havia se instalado e tornado-se incontrolável com os protestos dos jornaleiros contra os privilégios. Estes reivindicavam por melhores salários e denunciavam a falta de obras para a impressão. Dessa forma, a Companhia, receosa de perder sua posição principal no setor, passou a tomar algumas providências. Uma delas foi enviar um comunicado ao Conselho Privado em defesa dos titulares das patentes, relatando os nomes dos agitadores de toda aquela confusão:

[...] alguns dos nomeados abaixo, e outros tão desordenados quanto eles, imprimem aquelas cópias privilegiadas, vendem-nas em feiras e mercados de grande parte desse reino. Possuem gastos em transportes, despesas em hospedarias, tabernas e outros lugares notáveis com fortes indícios e probabilidade de causar mais desordem ao retornarem para casa mais pobres do que quando foram, e assim prejudicar todo o comércio da Companhia e enganar os súditos de Sua Majestade com livros falsos impressos maldosamente.

Os seus chefes são os impressores John Wolfe, John Charlewood e Roger Ward, o compositor Henry Bamford, o fabricante de mesas para a composição Franck Adams, o encadernador William Lobley e os livreiros Abraham Kidson, Thomas Butter e [William] Wright que são muito motivados pelo mestre e advogado Robert Neak.³⁸

Nessa súplica, os diretores da Companhia Christopher Barker e Frauncis Coldock evidenciavam a necessidade da autoridade externa para conter as transgressões desses insurgentes, visto que o comércio de livros impressos ilegais já havia alcançado uma proporção logística e quantitativa que eles próprios já não conseguiam mais conter.

Outra providência tomada pela Companhia foi acentuar práticas internas e criar novos mecanismos corporativos com relação ao direito de publicação em 1582. Este passaria a ser aprovado pelos diretores da Companhia apenas se o portador desse direito aceitasse partilhar a sua impressão com os membros pobres da corporação. Na verdade, essa ação foi uma primeira tentativa de aliviar tal desordem, mas passou a ser corrente e determinante. O detentor da patente não perderia o direito de publicar uma obra, apenas compartilharia o

³⁸ *The supplication to the Privy Council ...* In: ARBER, 1875-1894, v. 2, p. 779, tradução nossa. “[...] some of these vndernamed do print those priuiledged Copies at their pleasure, and haue other as disordered as themselues, who runne vp or downe to all ye faires and markets through a great part of ye Realme, and make sale of them; whose charges in cariage with their expences in Innes and Alehouses and other places considered, with vehement suspition and some liklyhood of further disorder they returne home more poore then they went out, and so spoile ye whole trade of ye Company and deceaue her Maiesties subiects with bookes euilly and vntruely printed. The chiefe of these are **JOHN WOLFE**, **John Charlewood**, and **Roger Ward** printers, **Henry Bamford** compositor, **Franck Adams** a maker of writing Tables, **William Lobley** a Bookebinder: **ABRAHAM KIDSON**, **Thomas Butter**, and **[William] Wright** booksellers / who are greatly animated by one Master **Robert Neak** a lawyer [...]”.

benefício desse privilégio por meio da partilha da impressão. Essa foi uma forma de manter as patentes como dispositivo de regulação do comércio para a proteção contra a competição.

Com isso, a Companhia só aceitaria o registro de cópias lucrativas se o seu titular aceitasse partilhar a impressão com outros cinco membros da corporação. A intenção era não restringir a produção em sua própria oficina. Esse foi o caso do grande impressor Henry Bynneman com relação às obras de Aristóteles e Homero em grego e latim.

Portanto, a dispersão de cópias patenteadas passou a ser categórica, visto que essa prática já havia sido iniciada em outubro de 1582 quando William Seres fez de Henry Denham seu cessionário. Quanto ao *ABC* de John Day, “ele espalhou entre oito impressores da Companhia [...]”³⁹ Em seguida, essa estratégia de partilha se estendeu a outros membros pobres da corporação, os quais receberam a permissão para imprimir uma quantidade de títulos em 30 de abril de 1583. Porém a maioria não tinha valor comercial. No entanto, segundo Blagden, nessa bagatela havia alguns livros que poderiam ser lucrativos como os *Statutes at large*, de Barker, *Cicero’s offices*, de Richard Tottle e os almanaques em folhas, de Watkins.⁴⁰

O desfecho legal dessa controvérsia se deu em 18 de julho de 1583, cujo relatório final do Conselho Privado reafirmava as patentes dos seus titulares, a obediência às leis e às normas reguladoras do comércio de impressos, bem como assinalava John Wolfe reconhecendo seu erro.⁴¹

No entanto, o conflito ainda não tinha terminado. Com a morte de John Day em 1584, houve outra agitação em torno dos seus *ABC with the little catechism* e os *Psalmes of David in meter*. A solução escolhida foi continuar com o processo de partilha dessas obras. Seu filho Richard atribuiu essas patentes a Edward White, Thomas Butter, Frauncis Adams e a ninguém mais do que ao “habilidoso e meticuloso pirata John Wolfe”⁴² em 1585, data de sua transferência para a Companhia dos livreiros de Londres⁴³.

³⁹ ARBER, 1875-1894, v. 2, p.775-776.

⁴⁰ BLAGDEN, 1960, p.68- 69.

⁴¹ *The final report of the augmented commission from the Privy Council on the controversy in the stationers’ company (18 July 1583)*. “Relatório final da comissão ampliada do Conselho Privado sobre a controvérsia na Companhia dos *Stationers*.” In: ARBER, op. cit., v. 2, p. 783-784.

⁴² LOEWENSTEIN, 2002, p. 27; 33. Loewenstein descreve Wolfe como “*scoundrel*” (o canalha), “*skilled printer and a meticulous pirate*”, (o impressor habilidoso e um pirata meticuloso).

⁴³ ARBER, op. cit., v. 2, p.186; 790-792.

Posteriormente Wolfe assumiu o cargo de bedel, o disciplinador da Companhia encarregado de assistir os diretores, emitir os avisos das reuniões, manter e transcrever os registros dos livros e auxiliar nas perseguições aos infratores, mesmo depois de ter sido o homem que insurgiu contra o poderio da corporação e dos grandes titulares de patentes.⁴⁴

Com a finalidade de sair fortalecida desse conflito, a Companhia buscou reafirmar seu privilégio e manter sua posição central como instituição reguladora do comércio de impressos. Para isso, ela apelou ao poder real para a criação de um novo decreto. Essa tentativa se deu em 1584, mas foi com a petição *Os argumentos dos titulares de patentes em favor dos privilégios para livros*⁴⁵, de 4 de maio de 1586, que no mês seguinte a Câmara Estrelada atendeu seu apelo com o *Decreto de 1586*.⁴⁶

Nessa petição constavam as principais razões para manter os privilégios sobre os livros, entre as quais se destacavam: a necessidade de evitar a heresia, traição e libelos sediciosos contra o governo e a Igreja, visando muito mais a preservação do *Commonwealth* do que a possibilidade de lucro aos impressores; a prática de concessão como um ato ordinário e comum nos reinos da cristandade, já que tal prerrogativa real sempre existiu desde que a impressão fora introduzida na Inglaterra; e, sobretudo, as razões de ordem econômica, visto que sem tal privilégio seria o fim dos livros impressos, pois o impressor não conseguiria reaver o lucro de seu investimento. Dessa forma, seria impossível continuar a produção de mais livros a fim de abastecer o comércio a curto prazo.

As razões apontadas expressam os interesses econômicos dos titulares de patentes atrelados aos interesses políticos do Estado. Para atendê-los, os proponentes da petição sugeriram a permanência costumeira da prática de concessão de privilégios como meio de organização da atividade da impressão.

⁴⁴ Ibid., v. 2, p. 728.; v. 1, p. xliii.

⁴⁵ *The arguments of the patentees in favour of privileges for books (4 May 1586)*. In: ARBER, 1875-1894, v. 2, p. 804-805.

⁴⁶ As provisões desse decreto serão analisadas no próximo tópico sobre a Companhia dos livreiros de Londres.

2.2 A INCORPORAÇÃO DA IMPRESSÃO ÀS PRÁTICAS DE REGULAÇÃO DO COMÉRCIO

A batalha dos livreiros de 1577 expressa o resultado do modo em que a impressão foi concebida na Inglaterra, no final do século 15. A arte da impressão foi incorporada às práticas de monopólio, as quais foram contrariadas por John Wolfe e seus aliados conforme o relato registrado pelo diretor da Companhia Christopher Barker em 1583:

[...] Várias vezes Wolfe proferiu discursos espúrios com relação ao governo de Sua Majestade [...] como “ela está enganada”, “ela saberá que está enganada”. Também “ela é cegamente conduzida”, “ela está enganada”.

[...] Wolfe foi censurado por ser apenas um homem que não deveria ousar ser contrário ao governo de Sua Majestade: “Ora!”, disse ele, “ Lutero era apenas um homem e reformou todo o mundo pela religião, e eu sou aquele homem que deve e vai reformar o governo nesse comércio”, se referindo à impressão e à venda de livros.

[...] Wolfe e seus aliados arrecadaram dinheiro de vários súditos pobres de Sua Majestade, persuadindo-os a transgredir todos os privilégios, e sendo exigido a explicar o porquê ele fez isso, então respondeu que “seu dinheiro não conseguiria manter uma grande Causa que eles tinham em suas mãos”.⁴⁷

Com base no desfecho dessa batalha livreira, apresentada no tópico anterior, e nas palavras transgressivas do trecho acima, podemos explorar os principais elementos que estruturaram o comércio de impressos desde o seu surgimento no século 15 até a sua consolidação na virada do século 17 para o século 18, com o *Ato da Rainha Ana* em 1709.

Nessa ácida crítica de Wolfe, podemos apontar o Estado, na figura da rainha Elizabeth, os privilégios e o próprio relator Barker. Eles simbolizam um tríptico da relação intrínseca entre o governo, as patentes e a Companhia na criação de dispositivos reguladores do comércio de impressos. É nessa relação que podemos encontrar as primeiras formas do *copyright* inglês usadas para privilegiar indivíduos na exploração nascente do setor, favorecer uma corporação especializada com monopólios e domar o impulso reprodutivo de uma tecnologia que podia ser um instrumento hostil ao governo.

⁴⁷ *Notes or Articles of the insolent ...* In: ARBER, 1875-1894, v. 2, p. 781-782, tradução nossa. “[...] Wolfe hath oftentimes deliuered most disloyall and unreuerent speeches of her maiesties gouernement, [...] as ‘ She is deceaued’, ‘ she shall know she is deceaued ’, Also ‘ she is blindly lead, she is deceaued’. [...] Wolfe being admonished yat he being but one so meane a man should not presume to contrarie her Highnesse gouernemente: ‘ Tush ’, said he, ‘ Luther was but one man, and reformed all ye world for religion, and I am that one man, yat must and will reforme the gouernement in this trade,’ meaning printing and bookeselling. [...] Wolfe and his coufederats made collections of money of diuers her maiesties poore subiects, perswading them to ouerthrow all priuiledges, and being demanded why he did so, answered ‘ his purse was not able to maintaine so great a Cause as yat they had in hand ’.”

Na abertura desse tríptico, podemos vislumbrar a ilustração dos primeiros esboços da história do *copyright* inglês e de suas raízes representadas pelo controle governamental, pelas patentes de impressão e pelo *copyright* corporativo.⁴⁸

Quando se posiciona contrariamente ao “governo de Sua Majestade” e se autointitula o reformador dessa prática de governar a impressão, Wolfe se rebela contra as patentes concedidas por meio de privilégios reais e usadas como dispositivo de organização da atividade impressora. Além do mais, contrariar o governo significava não obedecer às injunções, proclamações e decretos reais aprovados pela rainha Elizabeth e seus antecessores. Tratava-se de um descumprimento total dos aparatos legais, os quais estabeleciam a conduta para o funcionamento da impressão a serviço do *Commonwealth*, da Igreja Anglicana, da monarquia e da Companhia, que se beneficiava da manutenção de seu monopólio.

As próprias palavras “reforma” e “Lutero” proferidas por Wolfe nos remetem ao contexto político e religioso no qual se desenvolvia o comércio da impressão. Este atraiu o interesse estatal, como parte da política de censura, para auxiliar o processo de consolidação da religião anglicana iniciado em 1534.

Portanto, a contestação de Wolfe evidencia as patentes e a censura como dois elementos estruturantes do nascente comércio de impressos. Mas, ao mesmo tempo, a sua posição questionadora resulta no *copyright* corporativo como terceiro elemento dessa estrutura criada pela Companhia para sanar o conflito livreiro.

O rebelde impressor coloca em questionamento essas primeiras práticas políticas e econômicas exercidas em torno da introdução da arte da impressão na Inglaterra. Essas práticas eram contrárias ao seu interesse particular em participar e lucrar com essa atividade. Elas também estavam funcionando como uma espécie de cordão freando as exigências da própria dinâmica produtiva da indústria da impressão, a qual estava gerando um aumento da mão de obra e um grau de especialização para se autorreproduzir e ampliar a produção e o mercado. Contudo, esse movimento de expansão do setor estava sendo contido pelo capital concentrado, por longo tempo, nas mãos de um pequeno grupo de privilegiados da corporação.

⁴⁸ SAUNDERS, David. *Authorship e copyright*. London: Routledge, 1992. Para Saunders, a gênese do direito de cópias encontra-se no sistema de privilégios e nas patentes reais. Ver também Rose (1993) e FEATHER, John. *Publishing, piracy and politics: an historical study of copyright in Britain*. London: Mansell Publishing, 1994.

A própria demanda por capital é central nessa dinâmica produtiva, portanto, a acumulação de capital se faz pertinente. Todavia, a questão posta pelos insurgentes era que essa acumulação se restringia as mesmas pessoas por prazos que se estendiam cada vez mais. Portanto, para haver abertura a novos atuantes e expansão do setor era necessária outra política regulatória.

Esse grupo de titulares de patentes tem sua origem no período nascente da impressão quando esta arte fora introduzida na Inglaterra pelo predecessor, o mercador William Caxton, em 1476. Nesse momento, a relação do governo inglês com a impressão se restringia à ordem política de estímulo para o desenvolvimento dessa atividade econômica no reino.

Na virada do século 15 para o século 16, esta arte já havia se instalado e criado um mercado competitivo de impressos. Isso fez com que o governo passasse a se utilizar da antiga política de concessão de privilégios no setor da impressão. Aliás, na petição de 1586 citada anteriormente, os titulares de patente argumentavam que tal prática de concessão era um costume em todos os reinos cristãos, e tais privilégios acompanharam a introdução da impressão no reino, “os quais sempre foram bons”.⁴⁹

Entre esses reinos cristãos, Veneza foi pioneira em adotar a prática da concessão de privilégios de impressão, tornando-se exemplo para outros reinos europeus, inclusive ao inglês. Não somente a maneira expansiva de atuar no comércio, mas também a experiência pela qual essa cidade concebeu e incorporou a máquina de impressão inspiraram o resto da Europa.⁵⁰ Essa experiência pode ser caracterizada por um movimento que parte do estímulo para atrair a atividade de impressão, por meio da concessão de privilégios individuais, passa pela abertura da atividade em moldes corporativos, com as leis validando tais práticas burocráticas e, por fim, termina com as atitudes proprietárias e com a emergência do direito

⁴⁹ *The arguments of the patentees in favour ...* “Todos os príncipes dos reinos da Cristandade, onde a impressão é utilizada, concedem privilégios, alguns por tempo perpétuo e outros por pagamento de taxas. Neste reino, a Majestade, a Rainha, e seus nobres progenitores concederam periodicamente privilégios desde que o dito mistério [atividade impressora] foi usado pela primeira vez nessa terra, os quais sempre foram bons.” In: ARBER, 1875-1894, v. 2, p. 804, tradução nossa. “All princes in Christendom, where printing is used, doo graunt privileges, somme for yeres som for life and some in fee./ In this Realme, the Quenes maiesties noble progenitors, haue from tyme to tyme graunted privileges ever synce the saide mistery was first used in the lande which were alwaies held good.”

⁵⁰ KOSTYLO, Joanna. From gunpowder to print: the common origins of copyright and patent. In: BENTLY et al (Eds.). *Privilege and property: essays on the history of copyright*. Cambridge: Open Books Publishers, 2010, p. 21. Em 1549, o diplomata inglês Sir Thomas Smith escreveu: “Em Veneza, como ouvi, e em muitos lugares além-mar, eles premiam e valorizam todo homem que traz uma nova arte ou um novo mistério pelo qual o povo pode trabalhar.” Segundo Kostylo, essas palavras foram publicadas nos *Discourses on the common wealth of this realm of England (1581)*.

do autor. Esse movimento se cruza com a própria história do *copyright* inglês, conforme veremos a seguir.

Desde o século 13, Veneza, como em outras partes da Europa, já estruturava suas atividades econômicas no sistema antigo de privilégios, buscando atrair o estabelecimento de novos empreendimentos para estimular a vida econômica da cidade. A concessão de privilégios era uma prática municipal que favorecia indivíduos com direitos exclusivos por um determinado limite de tempo. Essa *gratiae* estatal era direcionada àqueles que apresentassem uma invenção mecânica ou uma atividade nova a ser exercida na cidade. Assim, esses privilégios assumiram a forma de monopólio destinado a inventores ou introdutores de uma nova tecnologia.⁵¹

A acomodação da máquina de impressão dentro dessa estrutura de privilégios se deu com a chegada de Johannes de Speyer da região de Mainz. Ele trazia consigo a nova arte da impressão em 18 de setembro de 1469, ou seja, sete anos antes da iniciativa empreendedora de Caxton na Inglaterra.

Em virtude de se tratar de uma empresa que necessitava de vultosa quantia de capital em comparação com a antiga forma de produção de livros manuscritos, o impressor alemão procurou meios que lhe assegurassem o retorno de seu investimento. Dessa forma, buscou junto ao Conselho municipal um privilégio que lhe propiciasse tal proteção. Speyer obteve um monopólio que lhe dava o direito exclusivo de “operar” a nova máquina de imprimir livros e desenvolver isoladamente essa atividade por um período de 5 anos:

A arte de imprimir livros foi introduzida em nosso renomado estado, e dia a dia tem se tornado mais comum e popular por meio dos esforços, estudo e engenhosidade do mestre Johannes de Speyer, que escolheu nossa cidade entre todas as outras. Aqui ele [...] pratica a dita arte de imprimir livros. [...]. Visto que tal **inovação**, única e particular a nossa época e inteiramente desconhecida aos antigos, deve ser apoiada e sustentada com nossa benevolência e recursos e [...] o mesmo Mestre Johannes, que possui despesas com sua casa e salários dos artesãos, deve ser provido com meios que lhe permitam continuar a considerar a arte de impressão como algo a ser expandido muito mais que a ser abandonado, **da mesma maneira como de costume em outras artes, mesmo estas sendo menores**. Os senhores designados pelo presente Conselho, em resposta à súplica humilde e reverente do mestre Johannes, determinam e decretam que nos próximos cinco anos ninguém deverá ter o desejo, a possibilidade, a força

⁵¹ ROSE, 1993, p. 9-11. Rose aponta que Veneza antecipou o *copyright* como forma de privilégios de impressão no século 15. Ele ressalta que tal sistema de privilégios para a impressão foi adotado por Estados Europeus, incluindo a Inglaterra, no século 16. Ver também Kostylo (2010, p.21-23).

ou a ousadia de praticar a dita arte de imprimir livros nesse renomado estado de Veneza e em seus domínios, a não ser o próprio mestre Johannes. Toda vez que alguém for pego se atrevendo a praticar essa arte e a imprimir livros contrariando esta determinação e decreto, **deve ser multado e condenado a perder seus equipamentos e seus livros impressos**. E sob a mesma pena, a ninguém é permitido importar, com propostas de comércio, os livros impressos em outras terras e locais.⁵²

Esse documento retrata a forma como a arte de impressão foi concebida e incorporada pela cidade de Veneza e, posteriormente, adotada pela Inglaterra. Neste, a máquina da impressão aparece como uma arte inovadora. Aliás, a palavra inovação justifica o ato de benevolência como forma de estimular e desenvolver a prática de imprimir livros.

O foco dos conselheiros se direcionava estritamente ao caráter técnico da máquina, e não ao livro impresso. A inovação estava na capacidade da nova arte em reproduzir o livro impresso numa maior velocidade e em maior quantidade.⁵³ Desse modo, tratava-se estritamente de uma concessão de direito exclusivo que recaía no *exercício* da máquina, cuja finalidade era proteger os investimentos contra a competição, assegurando assim o seu retorno ao impressor alemão.

Segundo Portela, a demanda alta de capital e o risco propiciado pela característica técnica da própria impressão, que permitia a reprodução por concorrentes, necessitavam de

⁵² Johannes of Speyer's Printing Monopoly, Venice (1469). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, tradução nossa, grifo nosso. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez. 2012. "The art of printing books has been introduced into our renowned state, and from day to day it has become more popular and common through the efforts, study and ingenuity of Master Johannes of Speyer, who chose our city over all the others. Here he [...] practices the said art of printing books [...]. Whereas such an innovation, unique and particular to our age and entirely unknown to those ancients, must be supported and nourished with all our goodwill and resources and [...] the same Master Johannes, who suffers under the great expense of his household and the wages of his craftsmen, must be provided with the means so that he may continue in better spirits and consider his art of printing something to be expanded rather than something to be abandoned, in the same manner as usual in other arts, even much smaller ones, the undersigned lords of the present Council, in response to the humble and reverent entreaty of the said Master Johannes, have determined and by determining decreed that over the next five years no one at all should have the desire, possibility, strength or daring to practice the said art of printing books in this the renowned state of Venice and its dominion, apart from Master Johannes himself. Every time that someone shall be found to have dared to practice this art and print books in defiance of this determination and decree, he must be fined and condemned to lose his equipment and the printed books. And, subject to the same penalty, no one is permitted or allowed to import here for the purpose of commerce such books, printed in other lands and places."

⁵³ GODIN, Benoît. Innovation: the history of a category. In: *Project on the intellectual history of innovation*. Working Paper, Montreal, n.1, p. 1-67, 2008. Segundo Godin, a palavra inovação recebeu várias definições ao longo da história ocidental. Essas definições se deram com a emergência da cultura material intensificada pela expansão comercial. Foram transformações que influenciaram concepções conforme as áreas distintas do conhecimento. Por exemplo, na literatura ela a palavra inovação foi associada ao sentido de originalidade e foi amplamente utilizada para caracterizar a novidade nas áreas mecânicas com o sentido de invenção.

uma proteção por longo prazo da mercadoria produzida.⁵⁴ O direito exclusivo de Speyer para operar a máquina de impressão com prazo de cinco anos, acabou recaindo nas obras que ele reproduzia. Dessa forma, o direito de cópia estaria ligado ao modo de produção de impressos, beneficiando o detentor do privilégio em operar essa nova tecnologia. Assim sendo, a proteção não recaía apenas no direito exclusivo de utilizar o maquinário, mas também sobre a cópia. Portanto, intensificou-se o uso da concepção do direito de cópia, de uma exclusividade que recaía na publicação da obra, como dispositivo central para a manutenção do setor de impressos.⁵⁵

O estímulo para a sua expansão e manutenção foi feito “[...] da mesma maneira como de costume em outras artes, mesmo que menores [...]”. Portanto, o pedido de Speyer foi processado pelo habitual mecanismo administrativo que destinava monopólios de períodos fixados aos inventores ou introdutores de novos dispositivos. Esses eram os mais variados: drenos, moinhos, experimentos culinários, como a produção de um tipo especial de lasanha, armas, sabão, vidros etc.⁵⁶ Podemos verificar que o mundo da impressão passou a ser governado e regulamentado pelas mesmas regras aplicadas às outras atividades industriais.

Embora, os conselheiros tenham destacado que a arte de imprimir livros fosse maior que as outras artes, eles não fizeram nenhuma distinção entre elas e, por conseguinte, entre os livros e os outros produtos industriais. Logo, não fizeram uma distinção entre as formas de regulação da atividade da impressão e as típicas atividades industriais da época.⁵⁷

O privilégio de Speyer é o primeiro registro conhecido da tentativa de regulação por meio de um monopólio de impressão concedido por um governo europeu. Essa concessão ilustra o modo de incorporação da atividade da impressão de livros à dinâmica da economia

⁵⁴ PORTELA, 2003, p. 128.

⁵⁵ Venetian Decree on press affairs (1517). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez. 2012. Essa ideia pode ser ilustrada pelo Decreto de 1517. Este buscou resolver o problema da pirataria de livros clássicos em Veneza. Nesse período, já havia várias pessoas autorizadas a operar a máquina de impressão. O decreto revogou todos os privilégios existentes e estabeleceu que todos os livros já impressos com privilégio de impressão seriam de domínio público. As provisões seguintes de 1534 e 1537 colocaram mais restrições no setor, limitando o privilégio de impressão para 10 anos e salientando que somente novas obras, aquelas que não tinham sido previamente publicadas, receberiam privilégios. Ver também Kostylo (2010, p. 28-29).

⁵⁶ KOSTYLO, 2010, p. 24.

⁵⁷ Essa indistinção pode ser ilustrada pelo fato de que tal arte impressa seja uma adaptação da prensa de vinho e azeite e de outras técnicas de pressão de alavancas ou parafusos. Além do mais, os tipos metálicos móveis foram produzidos com ferramentas já usadas na fabricação de moedas, medalhas e punção de metal. Todas essas ferramentas pertencem ao mundo técnico.

mercantilista, sob o sistema de concessão de privilégios como meio essencial para estimular o desenvolvimento de qualquer indústria e comércio.

Assim como Speyer, Caxton teve a iniciativa de instalar sua tipografia em Westminster. Ele era mercador da *Mercers' Company* nos Países Baixos, atuando em Bruges desde 1446. Embora essa companhia fosse dos negociadores de tecido, especialmente da seda, Caxton também vendia livros manuscritos. Isto lhe permitiu entrar em contato com as tipografias holandesas e alemãs e aprender a arte da nova tecnologia.

Sua atuação como negociador lhe rendeu o papel de conselheiro comercial do Ducado de Borgonha. Lá recebeu patrocínio da irmã do rei inglês Eduardo IV, a duquesa Margaret, quem o incentivou a traduzir romances franceses para o inglês e atuar na área da impressão, difundindo-a em seu país.⁵⁸ Embora fosse rico, Caxton foi favorecido pelo patrocínio da corte inglesa em sua empreitada.

Dessa forma, a introdução da máquina de impressão se deu, primeiramente, por meio de uma empresa individual fomentada pelo governo inglês, para quem a arte da impressão era uma atividade comercial essencial a ser encorajada.⁵⁹ Com Caxton, vieram seus ajudantes como Wynkyn de Worde, que se tornou seu sucessor. Seu principal competidor era John Lettou, um lituânio que havia aprendido a arte da impressão em Roma e se instalado na cidade de Londres. Logo depois, mais estrangeiros vieram exercer tal atividade por estímulo do governo que durou cerca de cinquenta anos. Isso fez com que o mercado de impressos inglês fosse dominado pelos impressores holandeses e alemães.⁶⁰

Até 1484, havia apenas quatro máquinas de impressão na Inglaterra: em Londres com Caxton e John Lettou, em St. Albans e na Universidade de Oxford. No mesmo ano, Ricardo III publicou o *Estatuto de 1484*, que visava restringir as condições da atuação dos estrangeiros no comércio, mas isentava aqueles que desempenhavam negócios na área da impressão como

⁵⁸ BLAKE, Norman F. *William Caxton and English literary culture*. London: The Hambledon Press, 1991, p. 11; 64. Caxton iniciou a tradução do romance *Le recueil des histories de Troye* por volta de 1469 e terminou em 1471. Em seu prólogo, o mercador relata que o interesse para aprender a arte de imprimir se deu para multiplicar essa tradução.

⁵⁹ KNIGHT, Charles. *William Caxton, the first English printer: a biography*. London: Charles Knight and Co, Lutgate - Street, 1844, p. 111 -113. ; FEATHER, John. *A history of British publishing*. 2. ed. London and New York: Routledge, 2006, p. 13-17.

⁶⁰ PORTELA, 2003, p. 21-22. Ver também Blagden (1960, p. 25).

compositor, iluminador, encadernador ou impressor. A sua intenção era promover essa arte e disseminar a aprendizagem por meio dos livros.⁶¹

A partir do século 16, o interesse do governo na impressão foi acentuado por Henrique VII. Assim como na experiência veneziana, a concessão de uma série de privilégios, patentes e monopólios a diversos indivíduos do comércio de variados produtos passou a ser adotada no setor de impressos por vontade do rei.⁶² Ao invés de uma *gratiae* municipal, os privilégios de impressão eram concedidos por meio de prerrogativas reais, ou seja, direitos que emanavam da autoridade real. Segundo Cyndia Clegg, o rei transferia ao súdito algo que, por direitos feudais, pertencia a sua soberania. Os privilégios de impressão eram como uma licença para adquirir e alienar terras, exportar produtos, abrir tavernas etc, itens concedidos por meio das *letters patents*, cartas patentes. Assim, os privilégios de impressão entravam na lista de patentes.⁶³

Portanto, dentro desse processo de incorporação da impressão, iniciado pelo fomento aos estrangeiros, e depois com a extensão da prática política no setor econômico com relação aos impressos, a indústria da impressão passou também a ser de interesse estatal. À medida que o rei concedia tais patentes para imprimir determinadas obras, ele redesenhava a estrutura do funcionamento da produção de impressos, assinalando os elementos estruturantes desse setor.

Por um lado, o monarca intervinha na produção e comercialização; por outro, na regulação dos direitos de imprimir e publicar. Ao inibir as iniciativas individuais, ele refreava a expansão do setor, definindo os agentes com direitos exclusivos sobre determinadas cópias, e também determinando os tipos de gênero ou classe de livros mais rentáveis para produção. Logo, o monarca configurava um mercado estruturado pelos monopólios de patentes de impressão sustentados pela prerrogativa real. Dessa forma, as patentes de impressão passaram a ser a primeira forma de *copyright* na Inglaterra usada como dispositivo regulador do comércio de impressos.⁶⁴ Esse privilégio organizou a produção sob o controle do rei e de seus

⁶¹ KENDAL, P.M. *Richard the Third*. New York: W.W. Norton & Co, 1956, p. 342-343.

⁶² FEATHER, 2006, p. 26.

⁶³ CLEGG, Cyndia S. *Press censorship in Elizabethan England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 6-7.

⁶⁴ PORTELA, 2003, p. 129. ; PATTERSON, 1968, p. 5.

impressores preferidos, os seus *chosen ones*. Todavia, esse privilégio real foi alvo de contestação e acabou causando a própria “desordem” no comércio de impressos.

2.2.1 As patentes de impressão

A prática de concessão de privilégios para a impressão se deu a partir de 1504, quando Henrique VII concedeu a William Facques o direito exclusivo para imprimir e publicar as proclamações, estatutos e outros livros da Coroa, fazendo dele o impressor do rei, o primeiro *King's Printer*.

Logo após, os outros monarcas perpetuaram o mesmo costume, concedendo a um único indivíduo o direito de imprimir um só título ou todo um gênero ou classe de livros lucrativos por um prazo determinado. Geralmente esses indivíduos eram apenas impressores, os quais buscavam as patentes como garantia para a proteção de seu investimento contra a concorrência interna ou externa. No entanto, já em 1517, o humanista e médico particular de Henrique VIII, Thomas Linacre, foi o primeiro autor a receber direito exclusivo para imprimir e publicar sua obra *Progymnasmata*. Esse autor é outro elemento que ilustra uma ligação inglesa com a experiência de Veneza.

Segundo Lowenstein, Linacre havia participado do grupo de acadêmicos que atuaram na nova edição grega de *Aristóteles* entre 1495 e 1498 em Veneza. Tratava-se de um dos principais projetos do *Quattrocentos* liderado por Aldo Manúcio⁶⁵. Linacre retornou à Inglaterra trazendo os estudos da gramática grega, tornando-se o pioneiro a receber o direito autoral inglês. Essa concessão demonstra os precedentes da formação de um capital cultural, valorizado no indivíduo criador, e de um mecanismo regulatório, evidenciando uma “novidade revolucionária de livros publicados *cum privilegio*”. A convivência de Linacre com

⁶⁵ LOEWENSTEIN, 2002, p. 69-75. Aldo Manúcio possui uma significativa trajetória pelo mundo da impressão. Ele ilustra a prática de concessão de privilégios que focava as características mecânicas da impressão, e não o conteúdo da obra em si. Seu primeiro privilégio de impressão foi concedido em 1496. Ele passou a desfrutar por vinte anos do direito exclusivo para imprimir obras em Grego usando seus próprios métodos de impressão. Recebeu outro privilégio em 1502 com duração de 10 anos para a impressão exclusiva de obras em Latim e Grego na fonte itálica. Aldo sempre foi ao conselho veneziano em busca de proteção, principalmente por ter suas obras e métodos forjados pelos competidores. Seu ex-fundidor de tipos Francesco de Bologna passou a trabalhar na comuna de Fano para seu oponente Gershon Soncino. Este, em 1503, reivindicou os tipos aldinos como criação de seu novo assistente. Diante disso, Aldo Manúcio pediu a extensão internacional de seus direitos já concedidos pelo papa, que ratificou em decreto seu direito exclusivo com validade em toda a Itália. A experiência de Aldo Manúcio antecipa a própria noção da propriedade intelectual nos processos industriais, dentro de uma economia internacional controlada e a ideia de retribuição ao indivíduo por sua criação. Ver também: FEBVRE; MARTIN, 2000, p. 200-204.

a experiência da impressão italiana, sobretudo, com Aldo Manúcio, pode ser mais um exemplo da conexão histórica da impressão veneziana com a forma de *copyright* desenvolvida na Inglaterra.⁶⁶

Portanto, a prática de concessão de patentes de impressão foi a maneira adotada pela Inglaterra para regularizar essa atividade. Isso contribui para criar um comércio livreiro concentrado em um grupo seletivo de privilegiados como John Day, Richard Jugge, Richard Tottle etc. Este último recebeu de Maria I o direito exclusivo para imprimir todos os livros da *common law* em 1553. Como vimos anteriormente, essa patente foi contestada vinte e quatro anos depois durante o conflito da batalha dos livreiros de 1577.

É importante destacar que nesse mesmo período, de ampliada prática de concessões de impressão, estavam surgindo protestos contra os impressores estrangeiros em decorrência da forte competição no setor por volta de 1500. Essa oposição, por parte dos impressores nativos, se acentuou de tal modo que acabou culminando no *Evil May Day* em 1517, quando ocorreu um motim contra os estrangeiros atuantes no comércio de Londres.

Se Eduardo IV promoveu o estímulo para o estabelecimento da impressão, Henrique VII desenvolveu uma relação direta do Estado com a impressão firmada na esfera econômica, visto que o Estado passou a conceder direitos de impressão e publicação por meio das patentes. Por sua vez, Henrique VIII e seus sucessores desenvolveram uma ligação mais estrita com a nova tecnologia, inserindo a censura política como mais um elemento estruturante desse setor.

Portanto, a patente de impressão, primeira forma de *copyright*, tornou-se um dispositivo de regulamentação do comércio de livros intimamente associado ao controle político. Dessa forma, o estabelecimento do monopólio econômico e a instituição da censura política tornaram-se as bases do direito de cópia nesse período.

Essa intervenção estatal no comércio de impressos se deu logo após o motim de 1517. Primeiro, a finalidade era proteger o lucro dos impressores e livreiros ingleses por meio de leis feitas contra os estrangeiros. Essas leis não preservaram mais as isenções que favoreciam a atuação dos estrangeiros na impressão, contidas no *Estatuto de 1484*. Este foi revogado pelo novo *Estatuto de 1534* que proibia a participação de estrangeiros na compra e venda de livros importados. O segundo ponto da intervenção estatal era conter as ideias protestantes que

⁶⁶ LOEWENSTEIN, op. cit., p. 73.

circulavam no continente, pois a palavra impressa tornou-se perturbadora às instituições religiosas e governamentais a partir dos anos de 1520.

Embora o *Estatuto de 1534* tivesse ligação com o *Ato de Supremacia* de Henrique VIII, no qual o rei declara ser o único chefe supremo da igreja na Inglaterra, nele estava mais evidente a independência da indústria inglesa das mãos estrangeiras, ou seja, a proteção aos nativos e a estabilidade do mercado de livros inglês.⁶⁷ No entanto, o contexto da reforma protestante e o surgimento da religião anglicana foram essenciais para traçar os rumos do comércio de impressos, que passou a se estruturar no monopólio econômico e na censura política. Tratava-se de um Estado em processo de fortalecimento após o rompimento com a Igreja de Roma, que buscava, por meio da fiscalização política e religiosa, um modo de estabelecer uma religião nacional ameaçada por oposições católicas e ideias protestantes.⁶⁸

A restrição de cunho ideológico se tornou evidente com a *Proclamação de 16 de novembro de 1538*, quando se estabeleceu um sistema de licença real⁶⁹:

A Majestade, o Rei, informado que muitas opiniões controversas e ameaçadoras, provenientes de instrução errada e de livros impressos impróprios, aumentaram e cresceram entre seus amados súditos do reino da Inglaterra [...] contrárias à verdadeira fé [...] e cerimônias habituais da Igreja da Inglaterra, onde sua alteza é justa e legalmente soberana [...]; estimando que também por ocasião de muitos livros impressos em língua inglesa no exterior, e pelos **livros impressos dentro do reino, estabelecidos com privilégio**, contendo anotações e adições nas margens, prólogos e calendários, imaginados e inventados tão bem pelos produtores e impressores dos mesmos livros quanto por pessoas estranhas chamadas Anabatistas e Sacramentárias [...] e por alguns de seus súditos, usando discursos supersticiosos [...] e opiniões fanáticas, em sermões e comunicações familiares, por meio dos quais muitos de seus simples amáveis súditos foram induzidos e encorajados, de modo arrogante e supersticiosamente, a discutir e debater em locais abertos [...] não somente sobre o Santo Sacramento do batismo, mas também sobre o mais abençoado sacramento do altar [...] rituais louváveis, e cerimônias [...] com perigo de aumentar essas maldades e abusos, a menos que sua alteza corrija e repare os mesmo [...].⁷⁰

⁶⁷ LOEWENSTEIN, 2002, p. 65-66. Para Loewenstein, esse estatuto acentuou seu caráter comercial e fracassou em distinguir a política econômica da ideológica.

⁶⁸ PORTELA, 2003, p. 27.

⁶⁹ A *Proclamação de 1538* marcou o começo do sistema de censura sobre a impressão na Inglaterra que durou até 1694, contendo lapsos entre 1660 e 1694.

⁷⁰ Henrician Proclamation, London (1538). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez. 2012, p. 270-271, tradução nossa, grifo nosso. Ver também: AUCHTER, Dorothy. *Dictionary of literary and dramatic censorship in Tudor and Stuart England*. Westport: Greenwood Press, 2001, p. 377. “The King’s Most Royal

Logo no primeiro trecho, os livros impressos impróprios aparecem como o alvo da proclamação. Inclusive os “livros impressos dentro do reino, estabelecidos com privilégios” também eram suspeitos, por serem reimpressões de livros com privilégio real, contendo informações adicionais que deveriam ser vistoriadas. Isso demonstra uma infração não só de ordem ideológica, mas também de ordem econômica, ou seja, uma transgressão das esferas religiosa e política e uma violação do sistema de patentes, concomitantemente. Essa lei surge para adicionar o domínio político ao controle econômico do setor livreiro.

Portanto, os livros indevidos e suas ideias representavam uma ameaça para a consolidação da recente igreja inglesa, necessária para o fortalecimento e estabilidade da soberania real. Embora a censura já tivesse existido no reinado de Henrique IV com relação aos livros manuscritos, esse documento inaugura uma censura destinada à esfera do comércio de impressos.

A seguir, a proclamação coloca o impedimento na importação de livros em língua inglesa impressos no exterior sob a pena de prisão e perda de bens:

[...] para evitar tais erros e opiniões sediciosas [...] que nenhuma pessoa ou pessoas [...] transportem ou tragam do estrangeiro para o reino da Inglaterra [...] livros impressos em língua inglesa, nem venda, conceda, divulgue ou publique quaisquer destes livros daqui em diante [...] sob pena [...] de perder suas posses e bens móveis para sua majestade e de aprisionamento [...].⁷¹

Essa provisão demonstra tanto uma preocupação estendida aos livros importados como a necessidade de proteger um setor nativo capaz apenas de atender a demanda de um mercado

Majesty, being informed that sundry contentions and sinister opinions have, by wrong teaching and naughty printing books, increased and grown with this realm of England [...] contrary to the true faith [...] and ceremonies as heretofore have been used and accustomed with in the Church of England, whereof his highness is justly and lawfully sovereign [...]; esteeming also that by occasion of sundry printed books in the English tongue that be brought from outward parts, and by such like books as have been printed within this his realm, set forth with privilege, containing annotations and additions in the margins, prologues, and calendars, imagined and invented as well by the makers, devisers, and printers of the same books, as by sundry strange person called Anabaptists and Sacramentaries [...] and by some his highness' subjects, using some superstitious speeches [...] and fanatical opinions, both in their preachings and familiar communications, whereby divers and many of his loving simple subjects have been induced and encouraged, arrogantly and superstitiously, to argue and dispute in open place [...] not only upon Holy Sacrament of baptism, but also upon the most Blessed Sacrament of the altar [...] laudable rites, and ceremonies [...] with danger of increase of the said enormities and abuses, unless his highness should speedily reform and redress the same [...].”

⁷¹ Henrician Proclamation ... In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 270-271, tradução nossa. Ver também Auchter (2001, p. 377). “[...] for expelling and avoiding the occasion of the said errors and seditious opinions [...] that no person or persons [...] transport or bring from outward parts into this his realm of England [...] books printed in the English tongue, nor sell, give, utter, or publish any such books from henceforth [...] upon the pains [...] lose and forfeit unto his majesty all his or their goods and chattels and have imprisonment [...]”

interno, sendo-lhe inviável atuar como exportador. Até o século 17, a impressão inglesa possuía um nível muito baixo de qualidade. A língua inglesa era muito pouco difundida se comparada com o francês, italiano, alemão e holandês. A opção em traduzir para o latim aumentaria ainda mais o preço do livro e seria inviável a sua exportação. Hoftijzer descreve que de 884 livros publicados no catálogo da Feira de Frankfurt, apenas 26 eram livros britânicos, ou seja, só 3%. Apesar de todas essas dificuldades, havia interesse do continente em alguns autores ingleses. Isso estimulou uma produção pirata desses livros ingleses no estrangeiro. Hoftijzer ainda afirma que embora a pirataria fosse ilegal, ela funcionou como um corretivo útil para a deficiência do mercado inglês em distribuir e vender livros a preços altos.⁷²

O impedimento à importação visava também proteger esse mercado interno de competidores instalados no exterior, especialmente os ingleses exilados, os quais criaram um importante centro de impressão de livros religiosos no continente. Antuérpia atuou como principal local para a produção da *Bíblia* e de textos protestantes ingleses durante os anos de 1520 e 1530. Apesar da forte repressão do governo dos Habsburgos após os anos de 1540, a produção de livros católicos em inglês aumentou em Antuérpia.

Esse centro de impressão de livros religiosos proibidos em língua inglesa continuou durante o reinado de outros monarcas, mas sob a constante mudança geográfica. Durante o governo de Maria I, por exemplo, a produção de livros protestantes ingleses foi para Genebra, estendendo-se, a seguir, para Amsterdã e República Holandesa. Já a produção católica inglesa se instalou em Douai e Saint Omer, ambos no norte da França.⁷³

A seguinte provisão também reafirma um caráter econômico aliado ao interesse da política de censura como mais um elemento ordenador do comércio de impressos:

[...] que nenhuma pessoa ou pessoas neste reino imprima qualquer livro em língua inglesa, a menos que seja mediante exame feito por alguns do Conselho Privado, ou por outro qualquer apontado por sua alteza, os quais

⁷² HOFTIJZER, P. G. British books: the continent. In: MCKENZIE, D.F. (Ed.). *The Cambridge history of the book in England 1557-1695*. 4 v. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 735-736.

⁷³ Ibid., p.738-740; JOHNS, Adrian. *Piracy: the intellectual property wars from Gutenberg to Gates*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2009, p.13. Segundo Johns, no início da atividade da impressão, havia uma geografia da produção e seu abastecimento com papéis, instrumentos e mão de obra. Da Itália surgiram as primeiras fábricas de papel abastecedoras da Europa, da Alemanha saía a mão de obra especializada que transitava as mais longínquas regiões. Com o estabelecimento da produção de impressos e de leis reguladoras, as fronteiras geográficas na impressão eram flexibilizadas com o fenômeno da pirataria. Essa capacidade elástica foi essencial para viabilizar uma produção clandestina capaz de abastecer um mercado cada vez mais expansivo e sem limites geográficos. Ver também Le Febvre; Martin (2000, p. 227-278).

terão permissão para fazê-lo; e ainda assim, não colocar estas palavras *cum privilegio regali* sem adicionar *ad imprimendum solum*, e que toda cópia, ou então pelo menos a efeito de sua licença e privilégio, contenha isso [esses dois termos em latim] impressos e estejam claramente declarados e expressados em língua inglesa; de agora em diante não imprimam e nem tragam para este reino qualquer livro da divina Escritura em língua inglesa com anotações na margem, ou qualquer prólogo ou adição no calendário e tabela, exceto se o mesmo primeiramente for vistoriado, examinado e autorizado pelo Rei, ou pelo dito conselho de sua majestade ou por outro designado por sua vontade [...].⁷⁴

Esse trecho mostra que a proclamação se diferencia de todos os atos legais anteriores com relação a proibições na impressão de livros ingleses, pois o Conselho Privado ou pessoas designadas pelo rei passaram a controlar a atividade da impressão. Seu papel era examinar as cópias, aprová-las e, assim, liberá-las ou não para a impressão. Logo, nota-se que fora introduzido um elemento novo na forma de organização do comércio livreiro já em vigor. Este, até então, era regulado apenas pela concessão de privilégios de impressão, por meio de patentes individuais, o que constituía uma situação de mercado particular. A proclamação não abriu mão desse modo de ordenamento, adaptando-o a um sistema de controle minucioso ao qual a impressão passou a se sujeitar.

Isso pode ser notado nos dois termos em latim presentes no trecho: *cum privilegio regali* e *ad imprimendum solum*. Antes da proclamação, a prática costumeira se dava por meio da concessão real do direito exclusivo na impressão de determinadas obras. Esse direito era sinalizado nos livros impressos apenas pelo termo *cum privilegio regali*, ou apenas *cum privilegio* ou “estabelecido com a licença mais benevolente do rei”.⁷⁵ Dessa forma, o termo *ad imprimendum solum* sinalizava a política de censura introduzida por Henrique VIII. No entanto, o seu significado é mais profundo do que parece ser.⁷⁶

⁷⁴ Henrician Proclamation ... In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 272, tradução nossa. Ver também Auchter (2001, p. 378). “[...] that no person or persons in this realm shall from henceforth print any book in the English tongue, unless upon examination made by some his grace’s Privy Council, or other such as his highness appoint, they shall have license so to do; and yet so having, not to put these words *cum privilegio regali*, without adding *in ad imprimendum solum*, and that the whole copy, or else at least the effect of his license and privilege be therewith printed, and plainly declared and expressed in English tongue underneath them; nor from henceforth shall print or bring into this his realm any book of divine Scripture in the English tongue with any annotations in the margin, or any prologue or additions in the calendar or table, except the same be first viewed, examined, and allowed by the King’s highness or such of his majesty’s council, or other, as it shall please his grace [...]”

⁷⁵ CLEGG, 1997, p. 11; LOEWENSTEIN, 2002, p. 80

⁷⁶ A sutileza desse termo em latim foi objeto de uma discussão historiográfica entre o bibliográfico A. W. Pollard e Evelyn May Albright conforme mostraremos a seguir.

A. W. Pollard notou que a proclamação mostrava uma distinção entre privilégio e licença. Com isso, ele entendeu que a licença oficial era exigida para cada livro, cuja impressão seria confirmada pelas palavras *cum privilegio regali* exibida obrigatoriamente com *ad imprimendum solum*.

Assim, Pollard traduz esse último termo em latim como “somente para impressão”, ou seja, uma licença oficial dada apenas para autorizar a impressão e não para conferir a proteção, “[...] a menos que isto fosse expressamente afirmado [...]” ⁷⁷. Portanto, na sua concepção, o novo dispositivo regulatório do comércio livreiro era uma licença oficial que aprovava apenas a impressão de uma obra. Aliás, para Pollard, a licença, ratificada pelo uso obrigatório do termo *ad imprimendum solum*, funcionaria como uma limitação àquele que ousasse imprimir um livro apenas com *cum privilegio regali*. Mas essa limitação também recairia sobre o titular da patente, agraciado pelo rei, que recebera o direito exclusivo de impressão anteriormente à *Proclamação de 1538*.

Portanto, essa interpretação de Pollard nos leva a entender que Henrique VIII estava apenas preocupado com o controle ideológico dos livros, descartando o direito exclusivo de impressão proveniente de suas concessões. Com base nessa explanação, como ficaria o privilégio de um impressor concedido pelo rei, se sua obra fosse rejeitada pelos censores? Ele também perderia o direito exclusivo de imprimi-la e publicá-la?

Segundo Evelyn M. Albright, a interpretação de Pollard se restringiu ao texto e não considerou o contexto das concessões de privilégios da época. Albright procurou compreender o significado dos tais termos em latim se apoiando no contexto das próprias patentes reais. Na sua visão, *ad imprimendum solum* significava muito mais “para impressão exclusiva” que “somente para a impressão”. Desse modo, a licença não era somente uma autorização para imprimir, mas também para ratificar o direito exclusivo de impressão e publicação.⁷⁸ Para Albright, esse controle visava restringir ainda mais um mercado já limitado pelas patentes reais.

⁷⁷ POLLARD, A. W. The regulation of book-trade in the sixteenth century. In: *The Library*, 3. s., v.7, p. 22-24, 1916.

⁷⁸ ALBRIGHT, Evelyn M. *Ad imprimendum solum*. In: BRIGHT, James W. (Ed.). *Modern Language Notes*. n. 1, v. 34. Johns Hopkins Press: Baltimore, 1919, p. 98-99; 102-103. Acessando o contexto da época, a autora ilustra uma série de privilégios concedidos durante o reinado dos Tudors, os quais visavam à concessão da impressão enquanto um direito exclusivo. Segundo ela, ao ver os exemplos seguintes, podemos verificar que o significado *ad imprimendum solum* não pode ser “somente para a impressão”. O privilégio de Fynes Morrison não foi somente para impressão exclusiva, mas também para a venda em 1617: “[...] nós concedemos total e

A inspeção pelo Conselho Privado e a obrigatoriedade do *ad imprimendum solum* foi uma medida para solucionar dois problemas de uma só vez: a questão dos livros pirateados e os conteúdos sediciosos e heréticos. O rastreamento desses livros buscou, ao mesmo tempo, atender aos interesses político-religiosos e econômicos, pois, naquele momento, era essencial inibir ainda mais a competição para que não houvesse nenhuma interferência na política de censura. Ao impedir a competição, o governo facilitava o controle ideológico. Quanto menos agentes atuando no setor, mais fácil seria instituir um mecanismo de controle eficiente. Além do mais, se um titular de patente tivesse sua obra pirateada por outra pessoa, ele teria como recurso legal o próprio Conselho Privado, local onde ele seria ressarcido de seus danos e perdas.

Portanto, a proclamação intensificava a proteção via patentes como meio de instituir um mecanismo de regulação que articulasse o controle da censura com os monopólios de impressão. Isso demonstra que as leis governamentais seriam instrumentos necessários para a existência do monopólio sobre o comércio livreiro. A *Proclamação de 1538* foi seguida por outras de 1544, 1545 e 1546. Depois, a *Proclamação de 1551*, no reinado de Eduardo VI, foi seguida pelas proclamações de 1553, 1555 e 1558, no reinado de Maria I.

Após a criação de uma série de leis, o próximo ato oficial para a consolidação do sistema de monopólio e censura, regendo o setor de impressos, se deu pela parceria do governo com a Companhia dos livreiros de Londres em 1557: ato essencial para a compreensão do rumo que a história do *copyright* inglês tomou.

A Companhia assumiu um papel primordial na criação de outra forma de direito exclusivo de publicação, o *copyright* corporativo. Este, por sua vez, influenciou a própria noção de propriedade sobre a obra escrita e publicada. Aliás, a corporação livreira inaugurou noções de propriedade imaterial como forma de fomentar a acumulação de capital proveniente de um mercado monopolizado.

exclusivo privilégio, licença e autoridade aos nossos súditos bem amados, o cavalheiro Fynes Morrison e seus executores, etc. . . . por 21 anos para imprimir ou fazer que seja impresso, vender, transferir, atribuir, dispor [...] o livro e livros chamado *Itinerary* escrito pelo dito Fynes Morrison [...] sendo primeiro visto e autorizado pelo arcebispo da Cantuária e pelo bispo de Londres, ou por um deles”. Joseph Webb é outro exemplo que a licença não é “somente para a impressão”. Segundo Albright, ele adquiriu privilégio exclusivo pelo método de pronúncia e escrita de línguas em 26 de abril de 1626: “Cartas patentes de privilégios tanto para o seu ensino exclusivo e de seus substitutos, para a escrita e pronúncia das ditas línguas, pelo modo & método inventado por ele, como para a venda e impressão exclusivas [...]”.

Essa corporação foi o sustentáculo de articulação da censura e do monopólio como fatores estruturais do comércio de impressos. Juntos eles formam o tríptico que ilustra a história do *copyright* na Inglaterra. Portanto, a Companhia dos livreiros de Londres é tema de nosso próximo tópico por ser a instituição que desenvolveu uma dinâmica própria para acompanhar e ajustar as suas práticas ao movimento da tecnologia da impressão.

2.2.2 A Companhia dos livreiros de Londres

A Companhia dos livreiros de Londres, a *Stationers' Company*, se originou da antiga Guilda dos livreiros, a *Stationers' Guild*, em 1403.⁷⁹ Esta, por sua vez, surgiu da Guilda de escrivães e iluminadores fundada em 1357. Como os escrivães eram copistas especializados em documentos legais, eles optaram por se separar dos iluminadores e fundar a Companhia dos escrivães em 1373. Já os iluminadores pediram uma permissão às autoridades da cidade de Londres para fundar a Guilda dos livreiros de Londres. Esta passou a ser composta também pelos encadernadores, livreiros e vendedores de pergaminho e papel, os quais posteriormente foram denominados *stationers*.⁸⁰

Esse pedido sinaliza a existência de um comércio de manuscrito vigoroso no século 15. A sua aceitação pelas autoridades ratifica a organização do ofício e a comercialização do manuscrito sob a condução de uma *Brotherhood*, uma irmandade articulando a produção por meio de mecanismos e regras internas para seu funcionamento.

A produção do manuscrito, portanto, passou a ser caracterizada oficialmente como uma empresa corporativa que coordenava as distintas oficinas, a mão de obra especializada e a

⁷⁹ ARBER, 1875-1894, v.1, p. xxii; xxiii. . Segundo John Nichols, membro e impressor da Companhia dos livreiros, “a Companhia dos livreiros é muito antiga. Pela autoridade do prefeito e vereadores, eles [os *stationers*] formaram uma guilda, ou irmandade, no ano de 1403, no quarto ano do reinado de Henrique IV; e fizeram ordenanças para o bom governo de sua associação.” “The *Company of Stationers* is of great antiquity. By the authority of the Lord Mayor and Court of Aldermen, they were formed into a Guild, or Fraternity, in the year 1403, the 4th year of King Henry IV; and had then Ordinances made for the good government of their Fellowship.” Ver também Blagden (1960, p. 21-23) e CHRISTIANSON, C. Paul. *A directory of London stationers and book artisans, 1300-1500*. The Bibliographical Society of America: New York, 1990, p. 22-23

⁸⁰ BLAGDEN, op. cit., p. 21-22. A palavra *stationers* vem do termo latino *stationarius* (estacionário). No início do século 13, ela era usada em Oxford e Cambridge para designar aquele que desenvolvia um trabalho num local fixo. Foi nas universidades dessas cidades que o termo *stationers* passou a ser vinculado aos artesãos da produção de livros manuscritos. No século 14, ela já constava nos registros de Londres para designar os iluminadores, vendedores de pergaminhos, os encadernadores e, principalmente, os lojistas das livrarias. A palavra ficou fortemente ligada a esses lojistas, os quais tiveram um papel de intermediários entre os copistas e compradores. Eram eles os financiadores da produção de livros manuscritos, obtendo encomendas e supervisionando as atividades. Enfim, assumiram a função editorial e livreira no mundo da impressão.

distribuição dos insumos e do produto final. Segundo Blake, o comércio de manuscrito era varejista e dependente de encomendas por parte das universidades e de pedidos privados. Estes patrocinavam o trabalho de muitos copistas e iluminadores e faziam suas encomendas por meio do livreiro, que era o intermediário com a função editorial. Havia também a produção do *scriptoria* monástico composta pelas bíblias, livros de gramáticas e de liturgias.

81

Apesar da expansão do setor, os livros manuscritos ainda tinham uma relevância menor comparada como os outros produtos. Isso explica a atuação dos seus artesãos em outros ofícios. Muitos que atuavam no comércio livreiro também vendiam outras mercadorias. Assim, relembramos o próprio John Wolfe que também vendia produtos da pesca, além de livros. Arber relata que havia membros de outras companhias que atuavam no setor livreiro como Abraham Veale e Andrew Mansell, membros da *Drapers' Company*, pela qual vendiam roupas e mercadorias não perecíveis. O próprio Christopher Barker era ao mesmo tempo impressor do Rei e membro desta companhia, antes de se associar aos stationers.⁸²

Dessa forma, a Guilda dos livreiros tinha uma pequena importância se comparada com as outras guildas da cidade. Algumas dessas pertenciam às *Livery Companies*, ou seja, já haviam recebido a incorporação e, assim, o *status* de companhia. Isso significava ter uma emancipação legal que lhes dava o direito de votar nas eleições municipais e parlamentares, prestígio e influência junto ao poder local: requisitos que a Guilda dos livreiros ainda não possuía, mas ansiava.

A tentativa da Guilda dos livreiros em se tornar uma Companhia ocorreu em 1542, mas o prefeito da cidade negou o pedido. Isso só aconteceria com o aparecimento de novas demandas por parte do próprio desenvolvimento da impressão, a partir do século 16.

A impressão criou uma singular dinâmica na produção do livro, introduzindo alguns fatores na própria concepção da atividade livreira, desde a composição do texto a ser copiado e replicado até a forma de sua materialização e de seu acesso enquanto produto. Com a tecnologia da impressão surgiu a capacidade de multiplicar um texto em menos tempo que no modo manuscrito. Isso possibilitou a criação de um mercado em expansão, o aparecimento de novos gêneros literários e de agentes nos estágios de financiamento e distribuição, bem como

⁸¹ FEBVRE, MARTIN, 2000, p. 11-30.

⁸² ARBER, 1875-1894, v.1, p. xvi.

gerou uma mudança nas relações sociais de trabalho e consumo, de propriedade e novas formas de acumulação de capital.

O primeiro fator introduzido pela impressão está na sua própria essência: é uma tecnologia de reprodução mecânica que, por sua vez, acarreta uma série de outros fatores e novas experiências no setor. É exatamente essa capacidade de multiplicar um texto que dá condições para tornar o livro uma mercadoria. E, por sua vez, a própria tecnologia também possibilitou replicar diferentes formas discursivas para ampliar o mercado. Na época dos manuscritos, a produção era de livros acadêmicos e religiosos. Com o advento da impressão, a diversificação se deu em torno dos almanaques, baladas, livros de orações, pequenas cartilhas e panfletos. Nos séculos posteriores, essa variação se acentuou com os jornais, peças de teatro e romances.⁸³

Com a máquina da impressão, a produção não se restringiu mais a atender às encomendas, mas possibilitou criar um mercado em constante expansão. Este passou a ser abastecido por uma produção e distribuição atacadista, visto que, até então, a venda por atacado era desnecessária ao comércio de manuscritos.

No entanto, para produzir em atacado e abastecer continuamente o mercado, exigiu-se uma alta demanda de capital. No início da impressão, só os mais ricos podiam empreender essa atividade de forma individual. O mercador Caxton foi um exemplo disso. Ele conseguiu, satisfatoriamente, acumular as funções de impressor, editor, importador e capitalista. Os próprios impressores do Rei também conseguiram exercer a impressão de forma isolada.

Entretanto, com o aumento do comércio e da competição, houve uma divisão do trabalho, de modo que era mais viável um só agente por função. Um imprimia e outro encadernava para um agente detentor de capital, que lhes pagava pela tarefa executada. Esse é o caso de Barker que encomendou a impressão de algumas cópias para John Wolfe, como já vimos. Também é o caso dos sucessores de Caxton, Wynkin de Worde, Richard Pynson, Julian Notary, John Rastall, Thomas Godfray e outros. Eles se multiplicaram e tomaram a iniciativa de exercer a atividade impressora de forma corporativa.⁸⁴

⁸³ HALASZ, Alexandra. *The marketplace of print: pamphlets and the public sphere in the early modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 16.

⁸⁴ ARBER, 1875-1894, v.1, p. xx.

A justificativa por essa procura pela associação, narra Arber, era tornar essa atividade reconhecida publicamente, além de viabilizar e diminuir os custos da produção. Esses impressores se juntaram aos *stationers* na Guilda dos livreiros conforme as palavras de Christopher Barker:

Na época do rei Henrique VIII, **havia poucos impressores**, de bom crédito e de riqueza apropriada. Antes e durante esse período, havia **outra classe de homens**, que eram os escritores, iluminadores de livros e de diversos materiais destinados à igreja e para outros usos, chamados *Stationer*; nesses dias, **eles parcialmente habituaram comprar seus livros em atacado dos ditos impressores, encaderná-los, e vendê-los em suas lojas**, como meio de sustentar suas famílias.

Nos dias de Eduardo VI, intensificaram-se os impressores e a impressão: **mas o abastecimento de tipos⁸⁵ e de muitas outras coisas pertencentes à impressão se tornaram altamente onerosos** que a maioria daqueles impressores necessitou de antemão **se juntar aos livreiros** visando a um baixo custo, enquanto que eles próprios [os impressores] tornaram-se cada vez menos ganhadores e frequentemente perdedores.⁸⁶

Nesse documento, Barker, o diretor da Companhia dos livreiros, relata em poucas palavras a própria história do surgimento dessa corporação livreira e as mudanças e rumos do comércio de livros impressos inglês. Assim, ele aponta os seus atores e as principais questões de ordem, as quais, segundo Halasz, foram causadoras do conflito deflagrado na conhecida batalha livreira, apresentada no tópico anterior, e da posterior rearticulação do setor.⁸⁷

Dessa forma, Barker inicia o documento se referindo aos impressores sucessores de Caxton e aos possuidores das patentes reais. No início da impressão, os impressores e os encadernadores eram os agentes mais influentes no setor. Era um período em que a produção ainda era pequena e as lucrativas patentes ainda ofereciam grande prestígio ao seu detentor.

⁸⁵ Ibid., v. 1, p. 114. Segundo Arber, os documentos usavam a palavra *letter* com sentido de tipos: “It may be well to point out that the Word *letter* occurring in it is used technically in the sense of *type*.”

⁸⁶ *A note of state of the Company of printers, booksellers, and bookbinders comprehended under the name of Stationer, with a valuation also of all the letters patentes concerning printing. (Dec 1582).* “Uma declaração da Companhia dos impressores, livreiros, e encadernadores sob o nome de *Stationer*, com uma avaliação também de todas as cartas patentes referentes à impressão.” In: ARBER, 1875-1894, v. 1, p. 114, tradução nossa, grifo nosso. “In the tyme of king Henry the eighte, there were but fewe Printers, and those of good credit and compotent wealth, at whiche tyme and before, there was an other sort of men, that were writers, Lymners of bookes and dyverse thinges for the Church and other vses called Stacioners ; which haue, and partly to this daye do vse to buy their bookes in grosse of the saide printers, to bynde them vp, and sell them in their shops, wherebv they well mayntayned their families. In King Edward the sixt his Dayes, Printers, and printing began greatly to increase: but the prouision of letter, and many other thinges belonging to printing, was so exceeding chargeable, that most of those printers were Dryven throughe necessitie, to compound before [hand] with the bookesellers at so lowe value, as the printers themselves were most tymes small gayners, and often losers.”

⁸⁷ HALASZ, 1997, p. 27.

No início do século 17, os *stationers* foram a “classe de homens” com a função editorial, tornando-se os principais agentes no setor de impressos. O livreiro lojista era o intermediário dos impressores com os encadernadores e consumidores. Segundo Feather, embora não houvesse o termo editor (*publisher*) na época, a publicação (*publishing*) era a atividade que os livreiros executavam com muita habilidade, uma operação que se tornou a mais lucrativa do setor.⁸⁸ Os livreiros que editavam as obras eram aqueles que detinham o capital para alimentar a produção desde a etapa da impressão até a encadernação e venda. Esse editor-livreiro está presente em toda a cadeia produtiva e distributiva do livro injetando esse capital.

No primeiro excerto acima, Barker aponta as mudanças ocasionadas pela impressão, tanto na produção como na distribuição, destacando a emergência do *stationer*, ou seja, do editor. Ele também demonstra a atuação dos novos agentes como detentores dos meios de produção, trabalhadores e capitalistas. Sua atuação se dá numa relação social de trabalho assentada na propriedade, ou seja, na posse do equipamento, da mão de obra, do capital e do direito exclusivo de imprimir e publicar.⁸⁹

No segundo excerto, Barker aponta duas questões responsáveis por essas mudanças: a competição proveniente da proliferação de impressores e materiais impressos, e os custos de maquinários e instrumentos necessários à produção. Estes fatores impeliram os impressores a buscar uma associação com os *stationers* visando à diminuição do ônus produtivo e a viabilização da atividade impressora. No entanto, o resultado disso foi um deslocamento da posição de influência do impressor para o editor conforme a nota de Barker: os impressores “tornaram-se cada vez menos ganhadores e frequentemente perdedores”. Na visão de Portela, eles deixaram a posição de agente central do primeiro século e meio da impressão, pois esta atividade deixou de ser praticada de modo artesanal, para ser explorada nos moldes capitalistas.⁹⁰

⁸⁸ FEATHER, 2006, p. 41.

⁸⁹ WILLIAMS, Raymond. *Sociología de la cultura*. Ediciones Paidós: Barcelona, Buenos Aires, Mexico, 1994, p. 104; 108. Esse tipo de relação pode ser compreendido como um dos efeitos sociais dos sistemas de produção estudados por Raymond Williams causado pelas tecnologias de reprodução. Para ele, à medida que essas tecnologias vão se desenvolvendo e se generalizando, elas criam relações sociais distintas e novas concepções sobre o próprio produto que elas reproduzem (ou seja, a concepção de propriedade intelectual referente ao livro). No entanto, Williams aponta que essas relações sociais não são apenas resultados da tecnologia, mas também são definidas pela propriedade, pela posse privada, ratificada pelo Estado.

⁹⁰ PORTELA, 2003, p. 29.

A leitura desse documento nos permitiu detectar alguns resultados da tecnologia da impressão: o crescimento do setor e o aparecimento de novos agentes com a especialização da produção e distribuição. Essas transformações exigiram outra maneira de funcionamento do comércio livreiro. A seguir, Barker relata a associação entre essas alterações e as práticas regulatórias que definiram e consolidaram o direito exclusivo de reprodução das mercadorias impressas:

Essas considerações obrigaram os impressores a buscar concessões de algumas cópias com Sua Majestade, para a melhor manutenção do equipamento, revisores, e de outros trabalhadores, os quais não podem repentinamente ser pagos, nem despedidos: e se eles têm necessidade, **também querem o necessário para viver, ou imprimir livros, panfletos e outros materiais de pouco valor, mais perigosos que lucrativos.**⁹¹

Nos excertos anteriores, Barker mostrou que houve a necessidade de transformar a atividade da impressão em uma empresa corporativa. Nesse trecho acima, ele também apresenta as concessões de patentes de impressão como um meio essencial para a manutenção das etapas produtivas e de todos os seus envolvidos. Por isso, na posição de um titular de patentes em pleno desfecho da crise livreira, ele faz uma defesa da importância dessa prática de concessão de monopólios como mais uma forma de conter a competição e, assim, organizar o crescente comércio livreiro em regime corporativo. Caso contrário, os impressores que “também querem o necessário para viver”, poderão imprimir livros e outros materiais “mais perigosos que lucrativos”.

Ao mencionar a prática de imprimir tais livros, Barker toca em um importante ponto que também resulta da dinâmica tecnológica da impressão: a própria manutenção da atividade impressora. Sua essência está em manter-se ativamente em uso, produzindo e replicando textos continuamente. Desse modo, ela tem a necessidade de materializar discursos de valores culturais distintos. Portanto, é nesse ponto que jaz o perigo aos olhos do Estado, para quem a máquina da impressão não deve materializar qualquer discurso. Daí a exigência de controlá-la.

⁹¹ *A note of state of the Company ...* In: ARBER, 1875-1894, v. 1, p. 115, tradução nossa, grifo nosso. “These consideracons haue enforced printers to procure grauntes from her Maiestie of some certayne Copies, for the better mayntenance of furniture, Correctours, and other workmen, who cannot suddaynely be provided, nor suddenlye put awaye: and if they shoulde must of necessitie, either wantt necessarie lyving, or print bookes, pamphlettes, and other trifles, more daungerous then profitable.”

Barker coloca a concessão de privilégios de impressão como primordial para garantir investimentos na produção de materiais lucrativos e de valor. A presença ineficiente desse dispositivo monopolista acentua a produção de materiais e livros de pouco valor e perigosos, os quais exigem pouco investimento.

Entretanto, Halasz enxerga uma interação entre a impressão dos discursos de valor cultural e os de “pouco valor”, vistos pelo diretor da Companhia como potencialmente ameaçador. Essa relação mútua é caracterizada pela convergência entre investimento econômico e sociopolítico. Trata-se do lucro obtido da produção e venda dos textos considerados de pouco ou nenhum valor cultural. Esse lucro é visto exatamente como a garantia de retorno do capital a ser aplicado na produção de textos com valores culturais, os quais são reconhecidos pelas autoridades institucionais.⁹²

A tecnologia da impressão pode ser empregada para textos com diferentes ritmos de produção. Por exemplo, a produção de livros é mais lenta que a de panfleto ou folhas separadas.

Produzir livros exige a participação de vários profissionais com conhecimento especializado. É uma atividade mais lenta que requer altos custos para despesas com salários, papel e instrumentos para a sua impressão. Já as folhas isoladas ou os panfletos possuem, em seu tamanho e formato, uma natureza efêmera, cujas características são adequadas para manter a máquina de impressão em constante atividade. Além disso, esses textos podem ser vendidos e produzidos rapidamente.⁹³ Desse modo, essas folhas isoladas podem atuar como um meio de viabilidade econômica de uso da impressão, principalmente àqueles impressores desprovidos de patentes reais.

Para Halasz, os panfletos cumprem uma função interativa e, ao mesmo tempo, paradoxal conforme alerta Barker. Eles proporcionam uma viabilidade econômica, tanto para o produtor quanto para o leitor, e tornam-se capital a ser investido na produção de textos com valores culturais. Segundo ela, esses textos esparsos não tinham valor, mas eram a base para se construir um negócio econômico de risco especulativo ideal, pois exigiam pouco

⁹² HALASZ, 1997, p. 16.

⁹³ PORTELA, 2003, p. 35.

investimento. Porém, o seu discurso de fácil acesso podia ser visto como “perigoso” pelas autoridades de controle.⁹⁴

Dessa forma, a lógica da necessidade de retroalimentação da máquina de impressão faz do próprio discurso uma mercadoria e mais um item necessário para fomentar a produção. Assim, o próprio discurso ganha valor de transação e de propriedade.⁹⁵

Dessa análise, surgem duas questões: a ameaça da difusão de discursos promotores da doutrina luterana, cujo receio e oposição do Estado a sua propagação constam na *Proclamação de 1538* e em outras leis subsequentes; e, em decorrência da competição, a própria infração ao sistema de patentes, tornando-se necessário acentuar a atuação do agente de controle dessa tecnologia, o qual fará também o controle do discurso. Para Halasz, esse controle foi uma questão tratada entre o investidor financeiro, o Estado e a Igreja⁹⁶, ou seja, entre essas instituições e o editor, representado pela corporação dotada de regras internas de regulação úteis a esse controle.

As palavras de Barker ilustram claramente o editor como agente central na produção de livros dentro dessa nova dinâmica tecnológica:

Não falo isso (embora isso seja verdade) de modo a desejar qualquer restrição aos livreiros ou encadernadores, mas que eles possam imprimir, e **imprimiram para eles bons livros**, da melhor forma que eles conseguirem: visto que, embora **suas habilidades sejam poucas ou nenhuma na operação da arte**, alguns deles **têm melhor bom senso para administrar questões de ordem da impressão** do que alguns dos próprios impressores. Mas a menos que **poucos impressores sejam sustentados**, ou então isso levará um e outro à confusão e à extrema pobreza.

[...] **os livreiros, crescendo e cada vez mais ricos, têm agora muitas das melhores cópias e não mantêm nenhuma oficina de impressão, nem arcam custos com tipos, ou outro equipamento, mas somente pagam pelo trabalho e têm o benefício**, ambos da impressão e venda de todos os

⁹⁴ HALASZ, op. cit., p. 26.

⁹⁵ BOURDIE, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 100.; Ver também Portela (op. cit., p. 38); Williams (1994, p. 105-109). Tanto Bourdieu quanto Portela tocam nessa questão acerca da importância desses novos discursos, gerados pela tecnologia da prensa, para a criação de um mercado de bens culturais. Para Bourdieu, houve uma ruptura do ciclo aristocrático e da igreja com seus discursos heterodoxos, cuja circulação era limitada. Os novos discursos transformados em mercadorias possibilitaram o crescimento do número de consumidores e o aumento do capital investido. Para Portela, se eles não podem gerar valor cultural de acordo com o discurso tradicional, eles geram o valor de troca e o valor de propriedade. E, segundo Williams, esse caráter social de expansão da produção acabou sendo regido e limitado por relações de propriedade e de controle adquiridos de modo privado e/ou estatal.

⁹⁶ HALASZ, 1997, p. 20.

Comentários das Escrituras, e (até recentemente de todos os livros escolares, dicionários, histórias de crônicas), livros de física, e outros infinitos [...].⁹⁷

Nesses dois excertos, é nítida a diferenciação entre o editor-livreiro, detentor de capital, e o impressor, designado como artesão. O primeiro financia toda a produção sem ter uma oficina de impressão e o segundo é aquele que manuseia o equipamento.

A grande distinção está no editor, cuja função é administrar questões de ordem da impressão de forma mais ponderável e habilidosa que os próprios impressores. Isso demonstra uma mudança causada pelo desenvolvimento do setor que introduziu o capital nas mãos de um novo agente regulando a produção e a publicação, visto que os editores passaram a deter as melhores cópias para serem publicadas a seu inteiro dispor.

Relembremos mais uma vez, que esses excertos pertencem às notas publicadas por Barker em 1582, bem no desfecho da crise da batalha livreira iniciada em 1577. Nesse documento, Barker relatou a especialização da produção, a emergência do editor como o capitalista do setor e a necessidade de resgatar o impressor ultrapassado em meio a essas mudanças. Assim, ele salienta que tal situação precisava ser remediada, caso contrário levaria os impressores à “confusão e à extrema pobreza.”

Dessa forma, Barker aponta a própria essência da tecnologia da impressão com uma abertura para a exploração da produção de modo mais socializado. Mas, fica bastante claro que se trata de uma socialização que não descarta a acumulação do capital e a lógica monopolista. Uma socialização em outros moldes colocaria em questão as práticas habituais reguladoras do comércio compostas pelos privilégios de impressão.

De um lado, Wolfe e seus aliados desejavam uma socialização dos direitos de impressão de obras que poderiam ser tratadas como domínio público. De outro, os titulares de patentes dessas obras não queriam abrir mão desses privilégios, os quais já começavam a ser vistos como posse pelos seus titulares. A solução encontrada pela direção da Companhia para

⁹⁷ *A note of state of the Company ...* In: ARBER, 1875-1894, v. 1, p. 114-115, tradução nossa, grifo nosso. “I speake not this (thoughe it be very true) as wishing any restraynt to Bookesellers, or Bookebinders, but that they may print, and haue printed for them such good bookes, as they can orderly procure: for even some of them, though their skill be little or nothing in the execution of the art, haue more iudgement to governe, and order matters of printing, then some Printers themselves: But vnlesse some fewe printers be well mayntayned, it will bring both the one and the other to confusion and extreme povertye. [...] the Bookesellers being growen the greater and wealthier nomber haue nowe many of the best Copies and keepe no printing howse, neither beare any charge of letter, or other furniture but onlie paye for the workmanship, and haue the benefit, both of the imprinting, and the sale of all *Commentaries of the Scriptures*, and (till of late yeres of all *Schoole bookes*, *Dictionaries*, *Cronicles Histories*) *bookes of Phisick*, and infinite others [...]”

atender a esses dois grupos foi o compartilhamento das benfeitorias proporcionadas pelas patentes de impressão, espalhando as cópias entre os impressores, como fez o próprio Christopher Barker.⁹⁸

A questão em jogo na rearticulação do comércio de livros impressos era manter a antiga prática de privilégios num setor cuja essência tecnológica não se ajustava a qualquer tentativa de restringi-la. No entanto, o ajuste forçado se deu pela acentuação do monopólio corporativo aliado às autoridades política e religiosa, fortemente amparado por relações de propriedades.

A seguir, Barker finaliza a sua narração sobre a história da impressão, ilustrando como se deu esse ajustamento, ou seja, pela prática da arte da impressão de modo corporativo, sob a direção da Companhia dos livreiros de Londres: aquela antiga pequena guilda livreira que fora elevada ao patamar das grandes companhias pela vontade real:

No tempo da Rainha Maria, a corporação obteve uma Carta Régia para o estabelecimento de uma corporação. Nesta carta, a Rainha autoriza todos os *Stationers*, e nenhum outro, a imprimir todos os livros legítimos, **com exceção dos que já foram e os que serão concedidos por licença a qualquer outra pessoa**. Faltou a palavra *Impressores-Stationers*, de modo que a impressão é livre para livreiros, encadernadores, marceneiros, mercadores e todos estes sendo membro da dita corporação sob o nome de *Stationers*, sejam eles mestres ou jornaleiros.⁹⁹

Em suas palavras, é nítida a preservação das patentes de impressão com a iniciativa de explorar corporativamente o setor. A corporação passa a ser um meio mais eficaz para restringir a produção em um grupo conhecido e articulado por mecanismos burocráticos desenvolvidos pela Companhia em conjugação com a censura política do governo.

Dessa forma, Barker ilustra as principais questões presentes na história da formação do comércio de livros inglês, as quais levaram a pequena Guilda dos livreiros a se tornar a

⁹⁸ C. Barker's printed circular to the companies of London offering his large Bible for subscription on advantageous term. (1578.) "Circular de C. Barker impressa às companhias de Londres oferecendo a *Bíblia* para atribuição em termos vantajosos". In: ARBER, 1875-1894, v. 2, p. 748-749, tradução nossa. O próprio Barker foi pago pela *Merchant Taylors' Company* ao dar-lhe permissão para a impressão da *Bíblia* em novo formato em outubro de 1578. No mesmo mês, ele disponibilizou a mesma cópia da *Bíblia* para a impressão por atribuição a qualquer membro da Companhia que estivesse interessado. Isso significa que o direito de publicação transformou-se em um instrumento de acumulação de capital como veremos mais detalhadamente a seguir.

⁹⁹ A note of state of the Company ... In: ARBER, 1875-1894, v. 1, p. 114, tradução nossa, grifo nosso. "In the tyme of Q[ueen]. Marie the Company procured a Charter for the establishing of a corporation; in the which the Queene gyveth auctoritie to all Stacioners, and none other, to print all laufull bookes, excepting suche as had ben before graunted, or should by speciall licence be after graunted to any person. Therein lacked this word *Printers-Stacioners*, so that printing is free, to bookesellers, bookebinders, Joyners, Chaundlers and all other being ffreemen of the said corporation vnder the name of Stacioners, whether they be Masters or Journemen."

Companhia dos livreiros de Londres, a *Stationers' Company*: uma instituição poderosa que regeu o comércio livreiro de acordo com os seus interesses monopolistas combinados com a censura governamental por quase 150 anos.

A seguir, veremos o papel da Companhia na criação do *copyright* corporativo, do sistema especulativo enquanto experiência inovadora na acumulação de capital e na concepção de propriedade e, por fim, a sua atuação na elaboração de práticas reguladoras do setor, ratificadas pelas leis de censura.

2.2.2.1 Parceria entre o Estado e a *Stationers' Company*: a *Carta Régia de 1557*

Após a tentativa de se incorporar em 1542, a Guilda dos livreiros finalmente recebeu a *Carta Régia* da rainha Maria e Filipe em 4 de maio de 1557. Posteriormente, essa concessão foi renovada pela rainha Elizabeth em 10 de novembro de 1559.

A *Carta Régia de 1557* era a concessão de um monopólio de impressão à guilda livreira. Somente os seus membros e os detentores de patentes reais tinham autorização para praticar a arte da impressão.¹⁰⁰

Essa concessão estabeleceu a parceria entre a Companhia e o Estado como agentes reguladores do comércio livreiro. Ao Estado cabia a função de regular a impressão por meio de decretos reais e a Companhia ficava responsável pela regulação da publicação.¹⁰¹

A proposta da *Carta Régia de 1557* era conter a proliferação de livros e tratados heréticos que ameaçavam a soberania da monarquia levando os súditos à desobediência.¹⁰² Essa carta envolve duas instituições, o Estado e a corporação, propondo soluções para essa situação de caos decorrente da atividade impressa.

Para o Estado, a solução era definir e restringir os agentes controladores dessa tecnologia comprometidos a produzir e distribuir um discurso impresso de acordo com tal

¹⁰⁰ ROSE, 1993, p. 12.

¹⁰¹ RANSOM, Harry. *The first copyright statute: an essay on an act for the encouragement of learning*, 1710. University of Texas Press: Austin, 1956, p. 29.

¹⁰² Stationers' Charter, London (1557). In: ARBER, 1875-1894, v. 1, p. xxviii. Ver também: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

proposta.¹⁰³ O Estado atuava nessa empreitada contendo a competição e, assim, facilitando o controle por meio da concessão do monopólio de impressão à Companhia. Isso possibilitava tornar o setor ainda mais lucrativo e favorável à acumulação de capital. Esses ganhos beneficiariam essa instituição, cujo intento era estabelecer práticas corporativas que atendessem aos interesses em jogo. Tratava-se de consolidar uma autoridade pela via corporativa a fim de executar os ajustes propostos por Barker para remediar o caos decorrente do desenvolvimento da tecnologia da impressão.

Portanto, a *Carta Régia* restringia a posse da máquina de impressão, ou seja, os meios de produção, apenas aos membros da Companhia e aos detentores de patentes, proibindo seu uso fora da cidade de Londres. Dessa forma, foram nomeados 97 cidadãos membros autorizados, em perpetuidade, a atuar no comércio de livros impressos¹⁰⁴.

O documento limitava a administração do setor nas mãos da Companhia, concedendo-lhe o controle de todos os livros que seriam publicados e dos seus agentes produtores. Também a corporação passou a ter o poder de polícia, fazendo busca e apreensão de todos os impressos contrários às leis governamentais e as suas ordenanças internas, podendo enviar os infratores para a prisão.¹⁰⁵

O documento apresenta a escolha dos principais administradores pela rainha: o chefe supremo Thomas Dockwray e os diretores John Cawood e Henry Cooke, todos incumbidos de exercer o mandato de um ano eleitos pelos membros.¹⁰⁶ No entanto, Unwin salienta a inexistência dessa prática nas companhias da cidade no século 16. Pois, elas eram estritamente oligárquicas. A escolha do poder executivo era feita pela Corte dos Assistentes que, por sua vez, era composta pelos indicados do chefe e diretores durante os seus mandatos. A *Carta*

¹⁰³ HALASZ, 1997, p. 20-22.

¹⁰⁴ *Stationers' Charter, London (1557)*. In: ARBER, 1875-1894, v. 1, p.xxviii; xxix; xxxi. Ver: BLAGDEN, 1960, p. 20. As cartas patentes concedidas aos impressores reais não foram revogadas com a Carta Régia.

¹⁰⁵ *Stationers' Charter, London (1557)*. In: Ibid., v. 1, p.xxxi.

¹⁰⁶ *Stationers' Charter, London (1557)*. In: Ibid., v.1, p.xxviii; xxxiv; EDMONDSON, Joseph. *A complete body of heraldic*. London: T. Spilsbury, 1780, v. 1, p.93. Segundo Arber, Dockwray era um procurador do tribunal eclesiástico de Arches. Cawood e Cooke tinham sido as principais autoridades (*Garter*) do *The Kings of Arms*. Segundo Edmondson, o *The Kings of Arms* representa a autoridade mais antiga da Inglaterra responsável pela administração dos arautos e seus capítulos, possuindo jurisdição pelo arsenal. Essa autoridade é formada pelo *Garter*, o principal rei, e pelos *Clarencieux* e *Norroy*, que são os reis provinciais. O primeiro gerencia o sul do rio Trento e o último o norte desse rio.

Régia concedeu a essas instâncias influentes da corporação o poder para criar leis, estatutos e ordenanças para regular o comércio livreiro.¹⁰⁷

A corporação acabou se tornando um braço fortificado da Coroa no sistema de censura, pois apresentava uma organização especializada para efetivar esse controle. Não se descartava os riscos de esses laços serem desfeitos quando os interesses conjugados de ambas não estivessem mais sendo alcançados.¹⁰⁸

Portanto, a impressão tornou-se uma empresa corporativa, suportada pelo monopólio real. Como uma empresa, a Companhia desenvolveu mecanismos de organização interna a fim de administrar o setor livreiro da melhor maneira possível. Assim, consolidou uma estrutura rígida de poder, instituiu a prática do registro interno das obras a serem publicadas, com o fim de eliminar a competição, e introduziu o negócio do capital especulativo no setor. Essas medidas foram substanciais para a manutenção do seu monopólio, como veremos a seguir.

2.2.2.2 A estrutura oligárquica da corporação livreira

A Companhia preservou a organização interna da Guilda dos livreiros com a finalidade de exercer um controle restrito da produção e distribuição de impressos.¹⁰⁹ A estrutura rígida foi a base para a atuação legislativa e reguladora da relação interna entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores. Essa rigidez era necessária para evitar a desaprovação deliberada por parte dos outros membros com relação às regras reguladoras do setor, as quais nem sempre eram bem vistas.

A Companhia era composta por três principais grupos formados principalmente pelos impressores, encadernadores e livreiros. Mas havia também os fornecedores de papel, mobílias e outros instrumentos para abastecer as oficinas de impressão. Conforme os costumes da época de quando era guilda, as vias de associação continuaram sendo pela servidão por aprendizagem, patrimônio, redenção ou pela transferência de outras companhias.

¹⁰⁷ *Stationers' Charter, London (1557)*. In: ARBER, op. cit., v.1, p. xxx. ; UNWIN, George. *The gilds and companies of London*. London: Methuen & Co., 1908, p. 217-218.

¹⁰⁸ LOADES, 1964, p. 28-29. Ver também Blagden (1960, p. 33); Patterson (1968, p. 6).

¹⁰⁹ POLLARD, Graham. The early constitution of Stationers' Company. In: *The Library*. 3. s., n. 18, p. 235-236, 1937.

Era obrigatório ser cidadão (*citizen*) para a associação em qualquer guilda ou Companhia da cidade.¹¹⁰

A servidão implicava em ser aprendiz de um dos ofícios da impressão por no mínimo sete anos.¹¹¹ Após esse período previamente estabelecido, o mestre apresentava o aprendiz ao corpo governante da Companhia que lhe concedia a “liberdade”, ou seja, a associação. Outra maneira para se tornar membro era via indicação por um membro rico de alguém próximo ou de um ente familiar em virtude de seu patrimônio. Nesses dois casos, o pagamento de uma taxa era obrigatório. Tornava-se membro também pela redenção ou compra, embora esse modo não fosse visto com bons olhos pelos membros da corporação¹¹², e pela transferência de um membro pertencente à outra corporação, cuja taxa e nova posição seriam definidas pelas corporações envolvidas.¹¹³

Blagden e Arber ressaltam a admissão honorária de estrangeiros (*strangers*) e trabalhadores ingleses vindos do interior (*foreigners*). Muitos tentavam comprar a cidadania da cidade para se afiliar na corporação. Como isso se tornou cada vez mais difícil, eles foram admitidos como *Brothers* pela Companhia sem obter o *status* de membro. Eles poderiam atuar na impressão e encadernação desde que não competissem com os nativos. Empregavam como aprendizes os membros da Companhia e trabalhavam somente para ela.¹¹⁴

Essas formas de associação já prenunciam as distinções entre os membros, suas funções e o grau de influência exercido por cada um nas resoluções sobre o comércio livreiro. Essa hierarquia estava estruturada em três níveis: o corpo governante, o *Livery* e o *Yeomanry*.

O governo era formado pelo chefe supremo, assistido por dois diretores, todos eleitos por um ano, os quais eram membros da Corte dos Assistentes. Esta era a instância máxima do

¹¹⁰ UNWIN, 1908, p. 60; 76; 95.

¹¹¹ “Recevyd of Reginolde wolfe for presentinge of John smythe to be his apprentes for vij yeres / from the feaste of penticoste [May or June] anno 1562.” “Pagamento de Reginald Wolfe pela apresentação de John Smith como aprendiz por sete anos a partir da festa de pentecoste [Maio ou Junho] 1562.” “Recevyd of John Daye for presentinge of John Wolfe for to be his Apprentes for tenne yeres from the feaste of the Annuntition of our blessed lady saynte mary [25 March] Anno 1562.” “Pagamento de John Day pela apresentação de John Wolfe como aprendiz por dez anos a partir da festa da Anunciação de nossa bendita santa Maria [25 Março] 1562.” In: ARBER, 1875-1894, v. 1, p. 172; 174, tradução nossa.

¹¹² “Recevyd of george Buck at his makynge fre of this Companye by Redemption which was the xiiij Daye of septembre anno 1560 [...]” “Pagamento de George Buck para se tornar membro desta Companhia pela Redenção no dia 13 de setembro em 1560 [...]”. In: ARBER, 1875-1894, v. 1, p. 159, tradução nossa.

¹¹³ MYERS, Robin. *The Stationers' Company archive: an account of the records 1554-1984*. Detroit: Omnigraphics, 1990, p. 39.

¹¹⁴ ARBER, op. cit., v. 1, p. xl. ; BLAGDEN, 1960, p. 36.

poder da corporação, pois promulgava regras e ordenações para regular o funcionamento interno e questões de posse e publicação das cópias, além de resolver assuntos financeiros e disputas judiciais entre os membros. Essa corte era uma oligarquia com membros ricos, detentores de patentes de impressão, os quais se perpetuavam no cargo por meio de eleições discretas.¹¹⁵

Os que faziam parte do *Livery* tinham a função de representar a Companhia em cerimônias municipais e religiosas, trajando vestes e capuz. Eram negociantes prósperos com posse de patentes. Eles gozavam de privilégios participando dos principais quadros de administração da corporação como funcionários do registro e diretores contratados para cuidar do fluxo de caixa. Apoiavam o prefeito de Londres e gozavam do direito de voto nas eleições municipais e parlamentares. Era um nível restrito, cuja participação se dava por escolha da Corte dos Assistentes mediante o pagamento de uma taxa. Se o membro negasse esse convite, essa taxa dobraria. E se a recusa persistisse, a Corte movia uma ação legal, podendo levar o membro a desonra e degradação.¹¹⁶ De 1560 a 1596, apenas 63 pessoas foram registradas como membros do *Livery*. Arber relata que apenas um sexto dos associados chegavam a pertencer a esse grupo.¹¹⁷

Já o *Yeomanry* era o maior grupo e ocupava o último nível da Companhia. Era composto em sua maioria pelos aprendizes, pelos *Brothers*, os quais eram estrangeiros prestadores de trabalhos honorários, e pelo *Beadle*, o responsável pelos avisos sobre as reuniões, pela manutenção dos arquivos e assistência ao chefe e diretores. Eles deveriam pagar uma mensalidade trimestral, obedecer as regras e não fazer conspiração. A maioria permanecia nesse nível a vida inteira e, provavelmente, três quartos dos aprendizes nunca chegariam ao grupo do *Livery*.¹¹⁸

Feist ilustra esses níveis por meio da representatividade parlamentar inglesa: a Corte dos Assistentes equivaleria ao Gabinete do Ministro, o *Livery* seria a Casa dos Lordes e o *Yeomanry* a Casa dos Comuns. Essa estrutura hierárquica foi um mecanismo corporativo importante para dar uma rigidez à dinâmica do comércio de impressos, o que justificava a

¹¹⁵ FEIST, Timothy. *The stationers' voice: the English almanac trade in the early eighteenth century*. Philadelphia: American Philosophical Society, 2005, p. 7.

¹¹⁶ MYERS, 1985, p.57.

¹¹⁷ ARBER, 1875-1894, v. 1, p. xliii.

¹¹⁸ Ibid., v.1, p. xli.

incorporação como uma solução buscada por eles. No entanto, como vimos anteriormente, não bastou para refrear a expansão da própria tecnologia da prensa e, por consequência, dos novos agentes do setor e suas “desordens”.

A batalha livreira de 1577 conseguiu estremecer essa estrutura hierárquica rígida consolidada no monopólio individual dos titulares de patentes e no monopólio corporativo, assegurados pela censura política e religiosa. Seu desfecho foi ilustrado por uma série de tentativas da Companhia de reformar essas estruturas abaladas. Lembremos que Wolfe se colocou como o reformador da corporação: “ ‘Ora!’ [...] ‘ Lutero era apenas um homem e reformou todo o mundo pela religião, e eu sou aquele homem que deve e vai reformar o governo nesse comércio’, se referindo à impressão e à venda de livros.”¹¹⁹

Segundo Arber, ele reformou a Companhia, mas não da maneira que ele propunha.¹²⁰ Wolfe e os agitadores impulsionaram a corporação a fazer reformas no sentido de consolidar essas estruturas aprofundadas ainda mais no monopólio e censura. Esses questionadores foram essenciais para a Companhia criar dois outros elementos basilares que passaram a integrar as estruturas de organização do comércio de impressos: o *copyright* corporativo denominado *stationer's copyright* e a *English Stocks*, ambos desenvolvidos para intensificar o monopólio e sanar a “desordem” no comércio.

2.2.3 O *stationer's copyright*

O *stationer's copyright* ¹²¹ é fruto da intensificação de um costume registrado pela Companhia entre os anos de 1554 e 1557. Tratava-se do registro prévio da obra no Livro de Registro da instituição. A obrigatoriedade dessa prática foi uma primeira reforma feita na Companhia para sanar a crise livreira de 1577 e se tornou o principal mecanismo administrativo da corporação.

O registro conferia direito perpétuo de publicação a quem registrasse a cópia. Essa prática reforçava ainda mais a posse de publicação das obras por parte dos titulares de

¹¹⁹ *Notes or articles of the insolent ...* In: ARBER, 1875-1894, v. 2, p. 782.

¹²⁰ *Ibid.*, v. 2, p. 20.

¹²¹ Podemos nos referir a esse termo como o *copyright* do editor ou do livreiro, visto que este agente se tornou o principal capitalista portador desse direito de cópia logo após a crise livreira. Esse direito de publicação inventado pela Companhia se contrapôs às patentes de impressão. Esta perdeu seu prestígio a partir do século 17 graças à ascensão do editor e dessa segunda forma de *copyright*.

patentes, que se utilizaram do registro para sua confirmação. A finalidade desse ato era salvaguardar a posse sobre o direito de publicar a obra se utilizando do ato da entrada no Livro de Registro da Companhia. É importante salientar que nenhum autor poderia efetuar o registro, visto que a corporação não permitia a sua associação. Esse ato era restrito aos membros da Companhia.¹²²

Essa foi uma medida para impedir que um membro publicasse uma cópia pertencente a outro, pois a finalidade era coibir a competição dentro do setor de impressos.¹²³ Qualquer violação desse direito era julgada na Corte dos Assistentes. Patterson não só corrobora com essa justificativa como afirma que essa medida originou o *stationer's copyright*¹²⁴. Este foi o dispositivo criado pelos negociantes do comércio livreiro interessados em manter o monopólio para proteger os seus investimentos. Entendemos como negociante o varejista, o editor, o agente da venda com capital para pagar os custos gerados nas três etapas de valorização do livro: o custo da produção, o preço do atacado e o preço do varejo.¹²⁵

Aliás, essa prática de registro nos coloca diante de uma segunda forma de *copyright*, de um novo sistema de regulação da impressão conjugado com o anterior baseado nas patentes reais. Neste, o principal agente era o impressor, que ainda era capaz de atuar em todos os estágios produtivos para abastecer um mercado pequeno. No novo sistema, o agente fundamental é o editor, o qual era encarregado de abastecer um mercado maior e em expansão, agora sob a administração de uma corporação. Portanto, tornou-se primordial criar um dispositivo, tanto ou mais forte que as patentes, para assegurar o retorno de vultosa quantia de capital.¹²⁶

¹²² ARBER, op. cit., v. 1, p. 45.

¹²³ LOEWENSTEIN, 2002, p. 28.

¹²⁴ BLAGDEN, 1960, p. 33. Para Blagden, “o aparente arranjo que resultou uma forma de proteção de *copyright*, claro que não aos autores ou tradutores, mas aos impressores e editores, foi um grande passo adiante na organização do comércio de livros, [...]; por cerca de 350 anos, aos olhos do mundo de língua inglesa, essa forma foi a *raison d'être* da *Stationers' Company*.” O autor se refere ao registro obrigatório criado pela Companhia que estabeleceu o direito de cópia. Essa prática tradicional foi revogada pelo *Ato de Copyright de 1911* ao tornar desnecessário o registro instaurado desde o século 16.

¹²⁵ PATTERSON, 1968, p. 43-44.

¹²⁶ Essa mudança foi captada principalmente pelos titulares de patentes como vimos nas notas do diretor da Companhia Christopher Barker. Ele, como um titular de patente, justificou didaticamente as razões que levaram à união com a Guilda dos livreiros. Eles estavam recriando uma forma de organização do comércio livreiro sem inserir rupturas drásticas com a antiga ordem. Para isso, mantiveram as patentes e reinventaram novas formas de patentes como um modo de se reajustarem às demandas e aos fatores desencadeados pela nova tecnologia.

Para Loewenstein, o *stationer's copyright* adquirido pelo registro não é uma forma de *copyright*, pois se trata de um dispositivo de inibição da competição associado ao sistema de licença, ligado à censura. Mas Patterson ressalta que essa necessidade do registro é de natureza econômica, ou seja, mesmo que não houvesse censura política nesse momento, a Companhia iria criar o *stationer's copyright* para regular a publicação de obras e concentrá-las num grupo restrito como garantia do investimento e lucro gerados no setor.¹²⁷

Portanto, dois sistemas de regulação da impressão assumem formas de direito de cópia na história da gênese do *copyright*: as patentes de impressão originadas da prerrogativa real e o *copyright* criado pela Companhia que, por sua vez, derivou-se de uma carta patente, a *Carta Régia de 1557*, concedida também por uma prerrogativa real.

Nas primeiras entradas para a obtenção do *stationer's copyright*, a permissão para a impressão e publicação de uma obra era dada pelos diretores da Companhia. Essa autorização era descrita pelo termo “licença”, ocasionalmente, mediante pagamento de uma taxa. Essa licença era diferente daquela concedida pelo censor do Conselho Privado. As cópias eram registradas da seguinte maneira: “Owyn Rogers tem licença para imprimir o *Complante of verite*” e “William Serys tem licença para imprimir uma balada chamada *Mercyes forte*”.¹²⁸

Nas entradas também constavam licenças para obras patenteadas como a do impressor real Richard Tottle nos registros entre 1558 e 1559:

Richard Tottle trouxe uma patente de livros jurídicos a ser confirmada e autorizada por esta casa e a dita patente é por sete anos datada do segundo e terceiro ano do reinado de Filipe e Maria [que é entre 25 de julho de 1555 e 5 de julho de 1556].¹²⁹

A patente real para imprimir os livros jurídicos tinha validade de sete anos e a data do registro mostra que esse prazo estava se findando. Na possível ausência da extensão desse

¹²⁷ PATTERSON, 1968, p. 31. A parceria com o governo só ampliou os poderes da Companhia para controlar o comércio livreiro mais facilmente.

¹²⁸ ARBER, 1875-1894, v. 1, p. 96-97. “Owyn Rogers hath lycense to prynte the *Complante of verite*”; “William Serys hath lycense to prynte a ballet Called *mercyes forte*”. São registros efetuados entre 1558 e 1559.

¹²⁹ Ibid., v. 1, p.95, tradução nossa. “Rycharde Tottle broughte in a patente for pryntinge of bokes of Lawe to be conformed and allowed by this howse and the sayd patente ys for vij yeres dated anno ij^o et iij^o philippi et marie [i. e. between 25 July 1555 and 5 July 1556].” Ver também GREG, W.W. *Some aspects and problems of London publishing between 1550-1650*. Oxford: Lyell Lectures, 1955, p. 98-100. Greg enfatiza que a rainha Maria concedeu essa licença a Tottle em 1553. No entanto, o próprio Tottle registra outra data para essa concessão no livro da Companhia. Embora ele demonstrasse receio de uma possibilidade de não renovação, Elizabeth não só confirmou a patente sobre os livros jurídicos como lhe concedeu de forma perpétua.

período no reinado da rainha Elizabeth, Tottle buscou se amparar no sistema de regulação da corporação. Isso demonstra o *stationers'copyright* como um dispositivo essencial de regulação por aqueles que buscavam salvaguardar seu direito de publicação.

No entanto, a partir dos anos agitados de 1580, e mais frequentemente após 1588, houve uma mudança na forma de entrada das cópias no Livro de Registro da Companhia. Os termos “cópia” ou “livro” começaram a substituir o termo “licença para imprimir” sendo descrito da seguinte maneira: “autorizado para sua cópia” ou “autorizado para ele um livro”¹³⁰. A partir de 1588-89, o autor e o termo “deu entrada para sua cópia”¹³¹ passaram a aparecer frequentemente no registro da obra até 1709.

É importante destacarmos que o *stationers'copyright*, ou esse direito do editor, estava no ato de publicar e não sobre a obra em si ou no seu conteúdo, pois estes cabiam a esfera autoral. Há duas entradas registradas que assinalam os novos termos e a revisão do autor e de seu consentimento na mudança do título da obra:

George Vincent registrou sua cópia sob a aprovação do chefe superior Etkins e dos diretores de um livro chamado *The poesy of godly prayer sett for euey christian to vse newly*, alterado e ampliado pelo autor. 18 Abril 1609.¹³²

John Grisman registrou sua cópia sob a aprovação do chefe superior doctor Feateley e o diretor superior Adames de um livro chamado *The churches glorie* contendo sermões proclamados por Thomas Adames. O título deste livro é alterado pelo consentimento do autor e chamado *The happienes of the Church*. 27 Setembro 1618.¹³³

Isso sinaliza o reconhecimento da Companhia acerca da autoridade do autor como o único portador do direito em modificar ou ampliar a sua obra. No entanto, não é possível

¹³⁰ ARBER, 1875-1894, v. 2, p. 373. “Lycenced vnto him a booke intitled *De fide eiusque ortu, et natura plana Ao Dilucida explicatio*.” “Lycenced for his Copie, *Methodus de Conscribendis epistolis* a GEORGIO MACROPEDIO *secundum veram artis rationem tradita*.” São direitos de impressão concedidos a Richard Day em 8 julho 1580 e ao impressor Harrison Thealder em setembro de 1580, respectivamente.

¹³¹ Ibid., v. 2, p. 501; 525. “Entred for his copie. A booke whereof FRANCISCUS JUNIUS is Author. Entitled. *Sacrorum Parallelorum. Libri Tres*. authorised vnder master WIILLIAM GRAVETES hand. 4 October 1588.” O impressor Abel Jeffes “entred for his copie by consent of Roger Ward, *The caos of histories*.” 28 julho 1589.

¹³² Ibid., v. 3, p. 406, tradução nossa. “George Vincent Entred for his Copy vnder the hands of master ETKINS and The wardens a booke called *The poesy of godly prayer sett for euey christian to vse newly* Altered and enlarged by the Author. 18 April 1609.”

¹³³ Ibid., p. 633, tradução nossa. “Entred for his Copie vnder the handes of master Doctor FEATELEY and master Adames warden a booke Called *The churches glorie containing certaine sermons* preached by master Thomas Adames. The title of this Booke [is altered] by Consent of the **Author and Called** *The happienes of the Church*. 27 September 1618.”

assegurar que os livreiros sempre respeitaram esse direito¹³⁴, nem tampouco concluir que havia uma percepção de direito autoral conforme ao sentido moderno da palavra. Não havia um direito do autor, mas um reconhecimento da Companhia demonstrado no pagamento ao autor por permitir ao livreiro a publicação de sua obra.

Desse modo, não havia uma transferência de direito do autor ou *copyright* ao editor. A venda do manuscrito se dava por meio de um acordo baseado nos interesses mútuos do reconhecimento do autor sobre sua obra. Este era o único que podia modificá-la ou ampliá-la. Ao editor apenas competia a sua publicação. Nesse acordo, a publicação e o conteúdo da obra não eram contestados.¹³⁵ Naquele momento, o autor ainda exercia amplamente sua escrita numa relação de patronato. Nem todas as obras despertavam o interesse dos livreiros da Companhia, pois só era válido pagar uma taxa pelo registro de obras que lhes garantissem retorno lucrativo.

Portanto, consolidar a entrada foi um ato importante na reorganização estrutural da Companhia para o desfecho da crise livreira. Dessa forma, o passo seguinte era dar uma validade legal para essa prática costumeira de registro. Esse processo teve início com a petição da Companhia por um novo decreto que reforçasse o ato de registro e o seu poder no comércio livreiro. Imediatamente esse pedido foi atendido pela Câmara Estrelada ao publicar o *Decreto de 1586*. Posteriormente, esse documento foi seguido pelo *Decreto de 1637*, o qual disponibiliza uma provisão clara da obrigatoriedade da entrada no registro da Companhia.

O *Decreto de 1586* continha apenas nove provisões, três a mais que o decreto anterior de 1566. Ambos propunham evitar abusos na operação da impressão contra a Companhia, o governo e a Igreja. No entanto, o *Decreto de 1586* focalizava o processo mecânico da tecnologia da impressão e o controle dos instrumentos usados na produção.

O alvo desse decreto se estendeu dos livros contrários às ordenanças e leis até aos componentes produtivos. Estes tiveram de ser cadastrados pelos diretores da Companhia via emissão de certificado até dez dias após o operador iniciar a atividade de impressão. O não

¹³⁴ PATTERSON, 1968, p. 68. Patterson cita um caso de publicação sem autorização do autor na Companhia em 1619. Os impressores Thomas Jones e Lawrence Chapman imprimiram uma obra sem o consentimento da esposa do autor. Eles foram obrigados a pagar 20 *shilings* à esposa por ordem da Corte dos Assistentes. Essa esposa é possivelmente a viúva do autor, que passou a deter o reconhecimento da obra de seu marido.

¹³⁵ Ibid., p. 73.

cumprimento dessa provisão acarretaria a prisão por um ano do infrator sem possibilidade de haver fiança.¹³⁶

Essa provisão foi seguida pela restrição da atividade de impressão às cidades de Londres, Cambridge e Oxford, em cujas oficinas os diretores da Companhia teriam acesso livre para efetuar suas vistorias, fazer apreensão de livros e destruir maquinários e instrumentos ilegais. No caso das cidades universitárias citadas, elas só poderiam ter um aprendiz por impressor, podendo contratar jornaleiros. O chefe supremo e o diretor superior da corporação poderiam ter até três aprendizes, já o subdiretor e o membro do *Livery* podiam contratar até dois, restando apenas um aprendiz ao membro do *Yeomanry* que não fosse jornaleiro. Entretanto, o impressor da rainha podia ter até seis aprendizes.¹³⁷

A Companhia e o Estado escolheram criteriosamente um *modus operandi* pragmático do setor com as provisões que proibiram qualquer pessoa de estabelecer uma oficina ou atuar na área, excetuando aqueles que já possuíam máquina e instrumentos por mais de 60 meses. A escolha de novos impressores seria feita com a indicação dos diretores e ratificada pelo arcebispo da Cantuária e pelo bispo de Londres. Essa prática isentava os impressores da rainha.¹³⁸

De todas essas provisões citadas, restaram apenas duas restrições inteiramente direcionadas ao objeto livro: que não fosse impresso, encadernado e vendido de modo contrário às práticas prescritas nesse decreto e que tivesse licença prévia conforme os procedimentos estabelecidos pelas leis do governo e das ordenanças da Companhia dos livreiros.¹³⁹

O *Decreto de 1586* representou uma estratégia pós-crise livreira que legalizou uma série de práticas costumeiras¹⁴⁰, cujo intento era condicionar as engrenagens de funcionamento do sistema de impressão dentro da lógica monopolística e de censura. Assim, a Companhia

¹³⁶ The newe decrees of Star Chamber for order in printing. 1586. [1ª provisão]. In: ARBER, 1875-1894, v. 2, p. 807. Ver também: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

¹³⁷ The newe decrees of Star Chamber for order in printing. 1586. [2ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª provisões]. In: ARBER, 1875-1894, v. 2, p. 808-809; 811-812.

¹³⁸ The newe decrees of Star Chamber ... [3ª provisão]. In: Ibid., v. 2, p. 809.

¹³⁹ The newe decrees of Star Chamber... [4ª e 5ª provisões]. In: Ibid., v. 2, p. 810-811.

¹⁴⁰ Essas práticas costumeiras referem-se às ordenanças da Companhia, às entradas no registro e ao poder de busca e apreensão.

passou a inspecionar o processo mecânico produtivo do livro, controlando desde a posse dos meios de produção – as máquinas, os tipos e os móveis – até a mão de obra e a distribuição. Por sua vez, o controle do capital, necessário para movimentar a produção mecânica de materialização do livro, se deu por meio da *English Stock*. Tratava-se de um novo aprimoramento das entradas associado à concessão de outra carta patente à corporação, dessa vez, feita pelo rei Jaime I.

2.2.4 *English Stock*: a reprodutibilidade do capital especulativo

A Companhia começou a criar as bases estruturais de seu poderio no reinado dos *Tudors* com a *Carta Régia de 1557* e sua confirmação em 1559. Mas foi no reinado dos *Stuarts* que a corporação, aliada à censura política, consolidou o *stationers'copyright* não só como o dispositivo regulador do comércio livreiro como também fez dele um instrumento insólito de acumulação de capital.

Ainda no processo de reformas internas, além de receber de Jaime I a confirmação da *Carta Régia de 1557*, a Companhia foi agraciada por uma carta patente em 1603. Este outro privilégio dava-lhe o direito exclusivo perpétuo para a impressão, publicação e comercialização de toda uma classe de livros populares composta pelos almanaques, prognósticos, abecedários, catecismos, saltérios e hinários.¹⁴¹ A finalidade dessa concessão

¹⁴¹ A concessão de patentes foi uma prática muito utilizada pelos Stuarts que se justificavam na prerrogativa real. Essa prática foi a razão de um crescente movimento de contestação parlamentar que resultou no *Estatuto do Monopólio em 1624*. Neste, a impressão foi excluída, pois se tratava de um item de extrema importância ao governo. No entanto, é importante relatarmos a insatisfação contra as práticas monopolistas no comércio conforme demonstra o parlamentar Sir Robert Wroth: “ ‘Desde o último Parlamento, houve a concessão de diversas patentes; as quais estão listadas aqui. As patentes para passas de corinto, ferro, pó, cartões, ossos bovinos, óleo para trem, transporte de couro, roupas, cinzas, semente de anis, vinagre, carvão mineral, aço, escova [...] e diversos outros.’ Após a leitura dessa lista, Mr. Hackwell levantou-se e perguntou: ‘Não tem pão nessa lista?’ Pão proferiu um, pão proferiu outro; essa voz parece estranha disse outro; essa voz soa estranho disse o terceiro. ‘Não’, disse Mr. Hackwell, ‘se não está nessa, o pão estará na outra lista da próxima reunião parlamentar’.” House of Commons’ Journal, Nov 1601, p. 622-660. In: *British history online*. Disponível em: <<http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=43740>>. Acesso em: 06 jan. 2012, tradução nossa.

“There have been divers Patents granted since the last Parliament; these are now in being viz. The Patents for Currants, Iron, Powder, Cards, Ox-shin Bones, Train Oyl, Transportaiton of Leather, Lists of Cloth, Ashes, Anniseeds, Vinegar, Sea-Coals, Steel, *Aquavita*, Brushe [...] and divers others. Upon the reading of the Patents aforesaid Mr Hackwell of Lincolns-Inn stood up and asked thus; Is not Bread there? Bread quoth one, Bread quoth another; this Voice seems strange quoth another; this Voice seems strange quoth a third: No quoth Mr Hackwell, if Order be not taken for these, Bread will be there before the next Parliament.”

era proporcionar um vencimento de 200 libras anuais destinadas aos membros pobres da corporação com o intuito de evitar outra revolta interna.¹⁴²

Essa concessão apresentava um fator econômico e outro político. Para solucionar a questão da concentração das patentes, a opção foi espalhar os benefícios desses novos títulos concedidos à corporação. Portanto, essa “caridade de 200 libras anuais” tornou uma prática política, um negócio rentável para a Companhia. A carta patente de Jaime I não só assegurou a proteção das patentes como também o poder arbitrário da corporação no comércio de livros, pois ela passou a ter posse exclusiva do direito de publicação sobre uma quantidade significativa de livros rentáveis desse setor.

Esse direito exclusivo recebido pela Companhia não contemplou todos os membros corporativos, mas restringiu-se aos grupos mais influentes e aos detentores de patentes. Esses levantaram uma quantia de 9 mil libras para criar uma organização de publicação nos moldes de uma bolsa de ações. Portanto, a partilha de ações desses títulos se organizou dentro da chamada *English Stock*.

A quantia obtida foi dividida proporcionalmente em 15 ações para os Assistentes, 30 para os membros do *Livery* e 60 para os membros do *Yeomanry*. Blagden tentou apurar a alegação de que os Assistentes não teriam pagado por suas ações, mas não conseguiu certificar-se de tal afirmação. No entanto, ele afirma a partilha entre esses 105 membros, embora a Companhia possuísse centenas de associados a mais.¹⁴³

Como vimos anteriormente, a prática de partilhas de títulos foi uma das saídas para a resolução da crise causada pelos agitadores liderados por John Wolfe. A entrada no registro dessas partilhas se dava por meio de atribuições ou subscrições, ou seja, concessões temporárias de impressão e publicação de obras patenteadas a serem partilhadas entre os membros da corporação. Essas concessões eram pagas ao titular das patentes. Inclusive, a partir do século 17, e por volta de 1650, as atribuições tornaram-se frequentes no registro como aquela feita por William Gilbertson em 1656. Ele “atribuiu a Samuell Man toda a sua

¹⁴² *Grant of James I to the Stationers' Company of primers, psalters, almanacks and prognostications for ever. (29 October 1603).* “Concessão das cartilhas, almanaques e prognósticos feita por Jaime I à Companhia dos livreiros de Londres por tempo ilimitado.” In: ARBER, 1875-1894, v. 3, p. 42- 44.

¹⁴³ BLAGDEN, 1960, p. 94.

posse, direito e título sobre o livro ou cópia chamado *The practice of the faithfull &c*. Essa concessão foi aprovada pelo diretor Thrale.”¹⁴⁴

O uso desse esquema de ações de títulos, no comércio livreiro, pela Companhia data de 1594 em seu registro. Neste consta que Valentine Symmes deu entrada para imprimir a obra *Sermons*, do autor Hugh Latimer, sob a autorização do chefe e diretores da Companhia. No entanto, havia uma nota comunicando que tal impressão só seria possível por uma votação. Esta iria decidir se tal impressão era destinada para a *stock*, para parceiros de atribuição ou para membros investidores da Companhia¹⁴⁵. Isso ocorria, pois os acionistas frequentemente postergavam a publicação de algumas obras à espera pela sua valorização. Dessa forma, era mais vantajoso negociar os títulos que publicá-los.

No registro de Symmes, notamos a presença desses mecanismos corporativos geradores de capital como política interna da Companhia: o próprio registro para publicação, incrementado pelas atribuições, ou o sistema de ações de um grupo de investidores em direitos de cópias de títulos específicos.

Os títulos da *English Stock* eram discriminados nas entradas, como aquela em que G. Hurlock registrou vários livros em 1666. Dentre esses títulos, constava *A newe callender, generally usefull for all seamen, contening new and exact ephemerides of the sunne, with the table of the sunnes declinacon* assinalado como pertencente à *English Stock*.¹⁴⁶

Não existia apenas o registro para as entradas dessas ações. Havia registros exclusivos sobre os assuntos específicos dessa bolsa de ações como *Dividend Book* e um periódico diário contendo os itens de despesa. Como a *English Stock* era administrada pelo quadro executivo da corporação, dados também foram arquivados pela Corte dos Assistentes. Nos seus registros consta que, em 1611, os lucros aumentaram o valor das ações em 50% quando elas eram transferidas para outras mãos. Três anos depois, a contribuição de 520 libras para o fundo da cidade de Londres financiar a colonização de *Londonderry* aumentou o valor das ações em

¹⁴⁴ EYRE & RIVINGTON. *A transcript of the registers of the worshipful Company of Stationers from 1640-1708 A.D.* 3 v. London: Privately Printed, 1913-1914. v. 2, p. 99.

¹⁴⁵ ARBER, 1875-1894, v. 2, p. 667.

¹⁴⁶ EYRE & RIVINGTON, 1913-1914. v. 2, p. 372.

mais de 4%. Entre 1614 e 1729, o capital nominal era de 14.400 libras com pouca alteração.¹⁴⁷

Isso significa que o direito de publicação dos títulos, o *stationer's copyright*, ficou atrelado à lógica lucrativa desse sistema acionário. O próprio *copyright* corporativo se tornou uma forma de capital virtual, um instrumento gerador de capital e um indicador de expansão ou retração de publicação no comércio. Essa forma de *copyright* passou a ser tão essencial quanto os próprios instrumentos e meios de produção.

A *English Stock* passou a ampliar capital sem que fosse necessário reproduzir propriamente o livro. A concessão da patente de exploração do setor da impressão, dada pelo governo, passou a ser uma espécie de mercadoria transacionável de significativa rentabilidade para a Companhia, além de ser usada como garantia em empréstimos.¹⁴⁸ Os detentores das patentes, ou das frações de patentes, podiam transacioná-las sem necessariamente ter a intenção de publicá-las. Retardando a publicação de certos títulos, poderia se obter uma supervalorização no presente ou no futuro.¹⁴⁹ Em muitos casos, a supervalorização levou a uma partilha da publicação entre dois ou mais livreiros e impressores, de modo que escolher uma obra para publicar, obter direito de cópia e pagar a sua impressão demandava cada vez mais capital.

Essa nova forma de capital alterou as relações de produção no setor, visto que possibilitou desvincular a posse exercida sobre o direito de cópia da ação concreta de imprimir e publicar essa obra. Esse fato acentuou ainda mais a separação entre livreiros e impressores, tendo-se refletido na hierarquia da Companhia por meio de novos conflitos entre os membros do *Yeomanry* e os do *Livery* em 1640.¹⁵⁰ A partilha de benefícios dos títulos patenteados se tornou o remédio mais usado na resolução dos conflitos internos da corporação.

Notamos que cada medida econômica tomada pela corporação era seguida por uma medida política reivindicada pelo quadro executivo da Companhia. A criação da entrada por

¹⁴⁷ BLAGDEN, 1960, p. 95. Ver: GLAISTER, Geoffrey A. *Encyclopedia of the book*. Newcastle, Delaware: Oak Knoll Press, 1996, p. 161.

¹⁴⁸ BLAGDEN, loc. cit.

¹⁴⁹ PATTERSON, 1968, p.111. O chefe da Companhia, os diretores e os acionistas se reuniam quinzenalmente para escolher os livros a serem impressos e publicados, o tamanho das edições, o impressor e o preço de venda.

¹⁵⁰ HALASZ, 1997, p. 25-27. ; PATTERSON, 1968, p. 113.

atribuição e a partilha de impressões de títulos patenteados no final da controvérsia livreira foi acompanhada pelo *Decreto de 1586* em atendimento à petição dos *stationers*.

Após a criação do sistema especulativo com a *English Stock*, o governo *Stuart* publicou o *Decreto de 1637*. Sua proposta era combater a divulgação de uma série de livros contrários ao governo e conter os infratores dos direitos de publicação da Companhia, dando validade legal as suas práticas corporativas. Diferente do decreto anterior, que focou a esfera mecânica do comércio de livros, o *Decreto de 1637* mostrou a preocupação com o conteúdo do livro e com o sistema de registro necessário para salvaguardar o *copyright* dos livreiros da Companhia.

Esse decreto é composto por 33 cláusulas longas. As primeiras dez provisões abordam questões referentes ao conteúdo dos livros e as restantes abordam a parte operacional do comércio. A primeira cláusula proíbe a impressão e importação de livros ofensivos ao Estado, à religião e a qualquer corporação. Logo, a segunda cláusula determina, categoricamente, a obrigatoriedade da prévia licença real e do registro na Companhia dos livreiros. A pena pelo não cumprimento dessa provisão era a de não poder exercer nunca mais a atividade da impressão.¹⁵¹ Notamos, nessa cláusula, que a prática costumeira do registro, implementada pelas regras e ordenanças internas da corporação, adquiriu um respaldo legal nessa parceria com o governo. Portanto, o *stationer's copyright*, inventado pela corporação, passou a ter o seu registro legalizado com o decreto. Dessa forma, um costume corporativo foi reforçado pela lei governamental.

Na terceira e quarta cláusulas, o cerceamento ao livro foi intensificado com a designação de pessoas especializadas de acordo com o conteúdo do mesmo. Eram livros jurídicos, religiosos, literários, filosóficos, de história, de questões de estado, de física ou qualquer um contendo títulos, epístolas, prefácios, preâmbulos, tabelas e “outras coisas dentro dele anexadas”. Cada livro conteria o nome do especialista que concedeu a licença para sua publicação.¹⁵² Essa discriminação do livro demonstra características editoriais de sua composição dentro da cadeia produtiva do livro, sua evolução e seu impacto no sistema de cerceamento que passou a exigir especialidades para avaliá-lo.¹⁵³

¹⁵¹ *Decree of Star Chamber 1637*. In: ARBER, 1875-1824, v. 4, p. 528-529.

¹⁵² *Decree of Star Chamber 1637*. In: Ibid., p. 529.

¹⁵³ *Decree of Star Chamber 1637*. In: Ibid., p. 530.

A quinta, sexta e sétima cláusulas trazem a determinação prévia da lista de livros importados, que excluía os títulos já impressos pela Companhia. Esta e as autoridades máximas da igreja faziam a vistoria nesses livros, cujo interesse estava não só no conteúdo, mas também no nome do autor, impressor e editor: informações que passaram a ser obrigatórias pela oitava cláusula. A nona cláusula trata do uso inadequado da marca ou vinheta da corporação ou de outra pessoa sem a prévia autorização. A décima cláusula determina a atuação na produção de livros, sobretudo religiosos, apenas às pessoas que foram aprendizes por no mínimo sete anos.¹⁵⁴

Essas dez cláusulas se dirigem ao livro enquanto objeto portador de conteúdos literários e de informações práticas quanto a sua composição. Esses dois discursos deveriam estar alinhados e em acordo com a prescrição desse decreto. As outras cláusulas reafirmavam o controle da operação do maquinário necessário para a produção e distribuição por meio da limitação do número de prensas e de aprendizes. Também apontavam a necessidade de uma segunda licença para toda reimpressão.

Enfim, o sistema de registro e o policiamento, ambos ratificados nesses decretos legais, foram as reformas centrais para consolidar o poder da Companhia na regulação do setor livreiro. Essa evolução na forma de registrar as obras, no modo especulativo de organizar o comércio e no reconhecimento dessas práticas pelos decretos reais demonstram mudanças na própria concepção de produção do livro e na noção do direito de publicação.

Aparentemente os primeiros registros destacavam o termo “licença para imprimir”, ou seja, enfatizavam a ação da corporação em conceder uma autorização para a impressão. A partir de 1588, a adoção dos termos “sua cópia” ou “seu livro” ressaltava a noção de posse sobre o direito de publicação. A esses termos também foi adicionado o reconhecimento do autor. Portanto, trata-se de práticas reveladoras de uma percepção nova sobre o objeto reproduzido mecanicamente.

São mudanças de termos que devem ser tratadas considerando sempre o contexto da própria criação do *stationers' copyright*. Esse dispositivo foi fruto de uma instituição calcada numa sociedade tradicional com laços de fidelidade e serviços comunais. Portanto, afirma

¹⁵⁴ *Decree of Star Chamber 1637*. In: *Ibid.*, p. 530-531.

Rose, ele nasceu num regime de regulação preocupado com a organização do comércio livreiro e com a circulação do discurso impresso e não num regime de propriedade.¹⁵⁵

No entanto, a partir do século 17, os livreiros passaram a se posicionar como proprietários diante das suas cópias, concebendo-as não somente como dispositivo de regulação, mas também como suas propriedades conforme a petição feita pelos *stationers* ao Parlamento em abril de 1643:

Eles [*stationers*] estão bem longe de desfrutar do privilégio, que se resume ao antigo Direito, a Propriedade das Cópias, [...] que na percepção de alguns homens, é a mesma coisa que um monopólio [...] sem o qual, eles não podem de fato subsistir.¹⁵⁶

Portanto, eles começaram a dar os primeiros sinais em direção à concepção do direito de publicação, tanto em termos de propriedade como em termos de regulação econômica e censura.¹⁵⁷ No entanto, essa nova posição livreira compete ser analisada no próximo capítulo.

Após identificarmos as raízes do *copyright* nas patentes e no registro corporativo, analisaremos esse sistema de monopólio e censura durante o período revolucionário. Nessa época de agito social e político, iniciou-se um debate mais amplo e desafiador às determinações da Companhia na regulação do comércio livreiro. Este debate gozou de uma liberdade considerável por meio da proliferação de discursos conflitantes acerca da autoridade do rei, os quais passaram a circular amplamente no espaço público.

Entre as questões discutidas estava a oposição à política de monopólio e censura que regulava o comércio livreiro. Dessa forma, a própria autoridade da Companhia dos livreiros de Londres passou a ser questionada por um público mais amplo, o qual viria a tecer as

¹⁵⁵ ROSE, 1993, p. 15.

¹⁵⁶ *The humble remonstrance of the Company of Stationers, London. (April 1643)*. In: ARBER, 1875-1894, v. 1, p. 586, tradução nossa. “[...] they are so farre from enjoying priviledge, that they are abridged of their ancient Right, Propriety of Copies , [...] that in some mens understanding, is the same thing as a Monopoly [...] without which they cannot at all subsist [...]”

¹⁵⁷ PORTELA, 2003, p.128-132. Podemos notar uma evolução histórica na atribuição de uma noção de propriedade à obra reproduzida. A reprodução manuscrita entre os séculos 13 e 15 era organizada pelas encomendas, o que mostrava uma demanda previsível na relação entre público e fornecedor. Neste momento, a noção de propriedade fundamentava-se na posse dos materiais e no trabalho, os quais eram investidos para a reprodução desse manuscrito encomendado. O retorno desse investimento se dava com a venda dos livros copiados. Assim, o direito sobre a obra manuscrita se esgotava no ato da venda. Já no modo de produção mecânico a partir do século 16, a noção de propriedade sobre a obra produzida começou a se estender do objeto livro para o próprio título ou para determinado gênero, que passou a pertencer exclusivamente ao editor.

primeiras linhas da esfera pública. Esta, desde então, passou a participar do conflituoso debate contra o monopólio e a censura que perdurou o século 17 e se estendeu pelo século 18.

3 DA OPOSIÇÃO AO PROTECIONISMO ÀS ATITUDES PROPRIETÁRIAS

“Por um costume injusto, os stationers usurpam o trabalho de todos os escritores, que consumiram a sua juventude e fortuna na composição de suas obras, como apicultores que queimam as pobres abelhas atenienses para obter o seu mel”

George Wither

No capítulo anterior, exploramos na batalha livreira a contestação ao modo em que o comércio de impressos estava organizado, bem como o impacto das características técnicas da impressão no setor que estava estruturado sob o monopólio e censura. A essência da reprodutibilidade e da expansão da tecnologia da impressão acabou criando novos gêneros textuais – panfletos, baladas, almanaques etc. – como forma de retroalimentação para viabilizar o funcionamento econômico da máquina de impressão. Por sua vez, gerou a especialização da mão de obra em cada etapa produtiva e a ascensão dos editores livreiros como os novos agentes financiadores do setor. Vimos como esses aspectos técnicos repercutiram no conflito interno da corporação livreira, os quais a forçaram implementar uma série de reformas.

Dentre essas mudanças, destacaram-se a instituição obrigatória do registro de manuscritos (ou das cópias) a fim de evitar a concorrência interna entre os membros da corporação, a criação da *English Stock* para monopolizar a publicação de títulos mais rentáveis, o registro por atribuição e os decretos governamentais da Câmara Estrelada que estabelecia a censura no conteúdo do discurso circulado em material impresso.

Nesse capítulo, analisaremos a continuidade da oposição ao monopólio e à censura durante o período revolucionário, no qual as transformações sociopolíticas acirraram a discussão sobre a forma de regulação do comércio livreiro. Aliás, esse debate não se deu apenas entre os agentes autorizados do setor, mas também teve a participação dos editores livreiros, impressores e autores não associados à Companhia.

Esses se opuseram categoricamente ao monopólio da corporação exercido por meio do *stationer's copyright*, base na qual se fundamentava o direito de publicação. Uma vez que essa base foi ameaçada, os monopolistas passaram a assumir atitudes proprietárias para fundamentar esse direito.

Esse debate surgiu exatamente num contexto de desestabilização do governo, principal censor regulador do comércio livreiro, e do processo de reconstituição da autoridade governamental inglesa.

3.1 A OPOSIÇÃO AO MONOPÓLIO E À CENSURA

No período agitado da guerra civil, o Longo Parlamento aboliu a Câmara Estrelada em julho de 1641. Esse fato desencadeou um aumento exorbitante da impressão e, como consequência, um abalo na forma em que o comércio livreiro estava organizado.¹⁵⁸ Trata-se de um fato político articulado pelos parlamentares com a intenção de romper com todas as instâncias da máquina burocrática pelas quais o rei instrumentalizava seu poder de atuação.¹⁵⁹ Segundo Blagden, a maioria dos parlamentares, contrários à censura, desejava propiciar um ambiente com liberdade para criticar o governo e a Igreja, abrindo espaço para a prática da impressão por agentes dissidentes.¹⁶⁰

Esse interesse parlamentar pode ser evidenciado pela criação do Comitê de Impressão em maio de 1641, antes da abolição da Câmara Estrelada. Sua função era preparar projetos para uma lei parlamentar de regulação do setor, apurar casos de impressão ilegal e impedir a publicação de discursos favoráveis ao rei no Parlamento. Segundo Siebert, muitos impressores infratores eram levados ao comitê da Casa dos Comuns, mas eram liberados por ordem dos Lordes.¹⁶¹

Isso sinaliza que todo aparato legal construído até aquele momento já não estava mais fazendo efeito. Assim, vários impressores manifestaram o anseio de monopolizar a *Bíblia* e imprimir outros livros considerados radicais sobre temas religiosos atrelados à reconstituição de uma nova autoridade política.¹⁶²

¹⁵⁸ BURKE, Peter. *Popular culture in early modern Europe*. 3. ed. New York: Ashgate, 2009, p. 342-347. Segundo Burke, no século 17, a produção anual de livros na França era de 1000 títulos nos anos de pico. Já na Inglaterra, em decorrência da guerra civil, havia mais de 2000 títulos no ano de 1642.

¹⁵⁹ HILL, Christopher. *The English Revolution 1640*. London: Lawrence & Wishart, 1955, p. 40-43.

¹⁶⁰ BLAGDEN, 1960, p. 147. Ver também PEREZ, Zagorin *Rebels & rulers 1500-1660*. 2 v. Provincial rebelian. Revolutionary civil wars 1560-1660. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, v. 2, p. 148.; FLETCHER, Anthony. *The outbreak of the civil war*. London: Edward Arnold, 1981. Tanto o Parlamento quanto os realistas apelaram para o uso massivo da impressão com o propósito de buscar apoio popular na guerra. De um lado, os realistas difundiam suas ideias pelo *Mercurius aulicus* e de outro, os parlamentares pelo *Mercurius britanicus*.

¹⁶¹ SIEBERT, Frederick S. *Freedom of the press 1476-1776: the rise and decline of government control*. Urbana: University of Illinois Press, 1965, p. 174.

¹⁶² LOEWENSTEIN, 2002, p.170.

Segundo Zaret, estudioso da nascente esfera pública inglesa, a abolição desse órgão de censura, associado à proliferação de materiais impressos e à formação de um público leitor¹⁶³, impulsionou o desenvolvimento da cultura impressa, propiciando o estabelecimento de uma ordem dialógica no conflito político. Segundo o autor, antes da guerra civil, a comunicação política era da ordem do segredo e privilégio. A impressão quebrou essa condição ao se tornar veículo principal da discussão do conflito político. A imprensa estabeleceu um diálogo entre argumentos opostos circulando continuamente no espaço público e, desse modo, criando uma opinião pública sobre a questão discutida. De um espaço mais restrito, os temas políticos passaram a ser tratados num espaço público em decorrência do potencial técnico da impressão e das transformações sociais atreladas a ela.¹⁶⁴

Essa ordem dialógica conduziu os leitores a procurar entender os conflitos por meio dos argumentos impressos trocados entre grupos oponentes. A leitura destes textos impressos pelo leitor anônimo criou um espaço de discussão pública e crítica. Inclusive, o acesso a essas discussões nos panfletos e petições possibilitavam ao leitor comparar os argumentos que dialogavam entre si.¹⁶⁵

Para Rose, esses acontecimentos demonstram os primeiros esboços da emergente esfera pública, cuja consolidação dependeria do modo de regulação do comércio livreiro daquele momento em diante. Para impulsionar o desenvolvimento desse espaço público, seria necessária uma regulação que não restringisse a livre circulação de ideias.¹⁶⁶ Assim, a censura e o monopólio tornaram-se alvo de discussão de todos os envolvidos no setor de impressos com o Parlamento.

Portanto, a extinção da Câmara Estrelada teve seus efeitos na tradicional forma de organização do comércio livreiro. Órgão central da censura, exercida por seus decretos

¹⁶³ CRESSY, David. *Literacy and the social order: reading and Writing in Tudor and Stuart England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, p. 19-46, passim. É importante ressaltar que, embora o analfabetismo fosse grande entre os pobres e desprivilegiados no período Tudor, a expansão da alfabetização já poderia ser notada no período da Reforma com a grande difusão dos panfletos: folha solta, barata, de fácil reprodução e veículo de texto mais simplificado. Cressy também cita que houve uma “revolução educacional” nos oito anos antes da guerra civil.

¹⁶⁴ ZARET, David. *Origins of democratic culture: printing, petitions, and the public sphere in early-modern England*. New Jersey: Princeton University Press, 2000, p. 133-134.

¹⁶⁵ Ibid., p. 176-178.

¹⁶⁶ ROSE, Mark. The public sphere and the emergency of copyright: Areopagitica, the Stationers' Company and the Statute of Anne. In: BENTLY et al. (Eds.). *Privilege and property: essays on the history of copyright*. Cambridge: Open Books Publishers, 2010, p.83.

reguladores da atividade da impressão, a sua revogação colocou um fim na antiga parceria entre a Companhia dos livreiros de Londres e a Coroa inglesa, as quais perderam o controle sobre muitos impressos que veiculavam temas religiosos e políticos.¹⁶⁷

A partir de então, a corporação livreira passou a ser contestada por seus próprios membros e pelos novos agentes excluídos da antiga estrutura de organização do setor. Todos colocaram em discussão o monopólio da Companhia, seu poderio oligárquico, as patentes, a *English Stock* e o *stationer's copyright*. Dessa vez, a sua estrutura que fora abalada no século anterior, agora estava capenga sem o apoio governamental.

O desafio enfrentado pelos dirigentes monopolistas da Companhia se deu por meio de uma facção interna composta pelos membros livreiros e impressores. Seu expoente foi o livreiro Michael Sparke, autor do panfleto *Scintilla, uma centelha de luz rompendo a escuridão dos armazéns*, em agosto de 1641.¹⁶⁸

Esta comunicação foi endereçada ao Parlamento e distribuída gratuitamente na corporação. Nela continha a insatisfação com o monopólio da *English Stock*, dos impressores do rei, dos titulares das patentes sobre a *Bíblia* em vários formatos, sobre os livros jurídicos e os escolares. A Companhia controlava todas essas classes de livros, as casas de impressão dos impressores do rei em Londres e Edimburgo e os textos impressos em Cambridge. Além de questionar o monopólio, Sparke se opôs à estrutura oligárquica da Corte dos Assistentes que atuava em prol dos detentores de patentes e dos mais influentes editores detentores do direito de publicação.

O título do panfleto *Scintilla, uma centelha de luz rompendo a escuridão dos armazéns* retrata Sparke analisando o estoque de livros dos monopolistas da corporação, suas patentes e o impacto do alto preço de venda dos impressos no comércio livreiro. O fato de ele expor questões do comércio livreiro ao Parlamento demonstra a posição do indivíduo colocando um determinado assunto a ser discutido na arena política pelos parlamentares. Dessa forma,

¹⁶⁷ Ibid., p. 71.

¹⁶⁸ Sparke era um importante advogado presbiteriano pertencente à sociedade dos advogados de Londres, *Lincoln's Inn*. Ver: JOHNS, Adrian. *The nature of the books: printing and knowledge in the making*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1998, p. 327. O documento *Scintilla, or a light broken into darke warehouses* está disponível no Livro de Registro da Companhia dos livreiros de Londres editado por Edward Arber. Ver: ARBER, 1875-1894, v. 4, p. 35-38.

Sparke rompe a antiga horizontalidade dos dirigentes da Companhia com o órgão político legislador.¹⁶⁹

No panfleto, Sparke expõe um histórico dos preços de várias edições das bíblias publicadas pela Companhia. Faz uma comparação do preço e conclui que, embora elas tivessem sido impressas em formatos menores ou sem adendos, o preço aumentava exorbitantemente. Mais interessante ainda foi a comparação do preço das bíblias inglesas com as holandesas. Com relação às bíblias em formato de um quarto produzidas em Londres, Sparke assinala:

Formato um quarto em letras romanas com notas, vendida anteriormente a 7 *shellings*. Agora, a mesma bíblia sem notas custa 10 *shellings* num conjunto de 25 folhas, então em uma impressão de 3000 exemplares [,] o ganho foi de 300 libras.

No mínimo, 12 mil bíblias nesse formato com notas foram impressas na Holanda e vendidas a um preço razoável: muitas foram trazidas para cá e foram apreendidas pelos impressores do rei [...] e os monopolistas as venderam novamente [...].¹⁷⁰

A citação de bíblias holandesas mostra a competição nesse setor e, ao mesmo tempo, a necessidade da corporação em manter a censura governamental para ratificar o seu poder de apreensão como forma de lidar com a concorrência de maneira lucrativa. Para solucionar esse abuso do preço, Sparke pede à “honorável casa do Parlamento” um resgate da cláusula do *Estatuto de 1538*, proclamado por Henrique VIII, referente à escolha de um preço razoável para os livros.¹⁷¹

Aliás, Sparke abre mais a janela desse armazém, ao contrário do desejo de muitos em mantê-la fechada, e aponta uma lista de erros cometidos pela Companhia, rogando aos parlamentares que os corrijam. Entre essas falhas, estão não só o preço exorbitante, mas

¹⁶⁹ ZARET, 2000, p. 217. A iniciativa privada em propor discussões no seio parlamentar por meio dos panfletos e petições foi facilitada pela impressão. Além de ampliar o escopo da comunicação política, ela permitiu a produção de textos políticos por anônimos, por um público formado de indivíduos escritores, leitores, impressores, todos engajados em debates políticos. A importância desses textos impressos para a formação da nascente esfera pública está no fato de serem instrumentos de participação de debates sobre assuntos de interesse público, cujo intento era pressionar as elites acerca de uma agenda legislativa.

¹⁷⁰ *Scintilla, or a light broken* ... In: ARBER, 1875-1894, v.4, p. 36, tradução nossa. “Quarto Roman [letter] with Notes, sold in times past at 7^s. The Quarto Roman now with no Notes sold at 10^s in quires, so raised in an Impression of 3000[,] 500^l. There hath been at least 12000 of these Bibles Quarto with Notes Printed in *Holland*, and sold very reasonable: and many brought from thence hither, and they have been seized by the Kings Printers [...] and then the Monopolists sold them again [...]”

¹⁷¹ *Scintilla, or a light broken*... In: ARBER, 1875-1894, v.4, p. 38.

também a composição oligárquica da Corte dos Assistentes e a impossibilidade de impressão de obras registradas sem previsão alguma de publicação. A correção desses três erros era a proposta de Sparke para reformar a Companhia.¹⁷²

Em resposta a essa lista de erros, a Corte criou um comitê composto por 12 membros do *Livery* em maio de 1642. Sparke era um dos membros. A medida corretiva na administração da Companhia foi uma das tentativas de Sparke ao especificar um número mínimo de 20 ou 24 assistentes para a Corte, vetando o seu acesso para o membro que exercera o cargo de chefe supremo por mais de duas vezes. A finalidade era evitar uma administração centrada em seus próprios interesses.¹⁷³ Nesse período, a Corte era composta por dezesseis membros com média de 60 anos de idade. Dos dezesseis, cerca de 10 membros marcavam presença frequente nas reuniões.¹⁷⁴ Não houve nenhuma predisposição para solucionar a tal lista de erros, pois o comitê se sujeitou à vontade arbitrária dos diretores e chefe supremo da corporação.

Embora, essa reunião tivesse sido um fracasso, ela foi um indicador da demanda por elementos democráticos na enrijecida estrutura hierárquica da Companhia. Estando no contexto da guerra civil, tratava-se de uma exigência feita também por outras companhias da cidade de Londres. Elas desejavam uma participação maior nas decisões comerciais e contestavam igualmente o monopólio das patentes reais usadas para conduzir a atividade comercial.¹⁷⁵

Esse episódio foi apenas o prelúdio para a controvérsia de 1643, quando o Comitê de Impressão anunciou uma nova edição da *Bíblia*. Onze membros da corporação manifestaram o interesse. No entanto, a primeira reação da Companhia foi redigir uma petição apelando ao Parlamento a concessão de um monopólio para essa impressão.¹⁷⁶ A corporação livreira entrou na arena política para manter seu monopólio.

Ainda que seja da vontade desta honorável Casa, que poucas pessoas da dita Companhia, somente onze em número (visto que a Companhia consiste de

¹⁷² PATTERSON, 1968, p. 127.

¹⁷³ *Scintilla. or a light broken...* In: ARBER, loc. cit.

¹⁷⁴ BLAGDEN, 1960, p. 131.

¹⁷⁵ PEARL, V. London's counter-revolution. In: AYLMER, G.E. *The interregnum: the question of the settlement 1646-1660*. London: Macmillan, 1972, p. 34.

¹⁷⁶ *The humble petition of the Company of Stationers of the city of London. (January 1643)*. In: ARBER, 1875-1894, v.1, p. 583.

centenas de famílias) trabalhando para adquirir a impressão e lucro, tenham privadamente obtido a promessa da dita Escritura Divina, pretendendo excluir os outros da Companhia [...].¹⁷⁷

Esse trecho demonstra a Companhia buscando fortalecer sua posição como monopolista, mas dessa vez sem a parceria com o Estado. Para convencer o Parlamento a não conceder tal impressão aos onze homens, ela coloca como primeiro argumento o beneficiamento de centenas de famílias que compõem a corporação. A seguir, ela expõe a sua capacidade financeira e técnica como razão principal para assumir essa nova impressão. No entanto, o argumento mais interessante é quando ela denomina a concentração de patentes, nas mãos desses onze homens, como causadora de mais empobrecimento aos desfavorecidos da Companhia:

E esses onze homens, os quais agora lutam para obter a impressão exclusiva da *Bíblia* com notas, são e foram (muito deles) titulares de patentes e monopolizadores da impressão dos livros mais vendidos em valor e quantidade em uso no momento; para o grande detrimento do reino e para a ruína e destruição dos pobres da Companhia.¹⁷⁸

A própria Companhia dispõe do argumento de oposição ao monopólio para resgatar, paradoxalmente, a sua condição monopolista do comércio livreiro, se utilizando dos seus membros pobres como justificativa para a manutenção de sua posição majoritária no setor. Notamos uma corporação monopolista gigante disputando um direito exclusivo com onze indivíduos para suprimir uma competição interna na corporação. Essa espécie de tática antimonopolista será usada constantemente para resolver ameaças e conflitos posteriores.

No entanto, para lutar contra a competição externa, causada pela proliferação da impressão, era inevitável um sistema de licença que permitisse a corporação atuar mais efetivamente no setor. Dessa forma, a Companhia redigiu e enviou um “humilde protesto” ao Parlamento em abril de 1643, apelando pelo retorno de um sistema de licença.¹⁷⁹

¹⁷⁷ *The humble petition* ... In: ARBER, loc. cit., tradução nossa. “Yet so it is, may it please this Honorable House, that a very few Persons of the said Company, but Eleven in number, (whereas the Company consists of many hundred Families) laboring to acquire the Printing and profit thereof to themselves, have privately gained some promise from some of the said Divines, intending to exclude all others of the Company [...].”

¹⁷⁸ *The humble petition* ... In: ARBER, loc. cit., tradução nossa. “And that these Eleven men, who now labor to gain to themselves the sole Printing of this Bible and Notes ; are now, and have been, (many of them) Patentees, and Monopolizers of Printing the most vendable Bookes of worth and quantity now in use ; To the great detriment of the Kingdome, and to the ruine and destruction of this poor Company.”

¹⁷⁹ *The humble remonstrance* ... In: ARBER, 1875-1894, v.1, p. 584-588.

Essa nova petição demonstra a necessidade primordial da presença do Estado como suporte à corporação. Buscar o apoio do Parlamento era fundamental para a criação de uma legislação de regulamentação do setor. Para isso, a Companhia forneceu argumentos que focavam os benefícios do avanço do conhecimento e a estabilidade do mercado como meio de atender aos interesses do Estado e da própria instituição livreira.¹⁸⁰

A petição começa reverenciando a impressão como um instrumento para o avanço da aprendizagem e comenta o modo de sua incorporação em alguns países europeus. Aponta principalmente a França, por tê-la favorecido com privilégios, e os países católicos, por serem “locais papistas”, onde a Inquisição exigia uma regulação mais rigorosa que nos países protestantes. Salienta, ainda, que a arte da impressão, não a “mera impressão” mas aquela “bem ordenada”, merecia favor e respeito. Por fim, afirma que a desordem e a proliferação de textos heréticos ocorriam pela negligência do governo.¹⁸¹

A seguir, a petição roga por uma nova regulamentação do comércio de impressos para cumprir duas importantes finalidades:

A primeira e maior finalidade de regular a impressão é o **avanço do conhecimento** e seu **intuito é unicamente público**. Mas a segunda finalidade que fornece a **prosperidade à impressão e ao impressor**, o seu fim não é meramente público, em parte porque o benefício de uma corporação tão **notável** é de interesse de todos; e em parte porque à medida que o segundo se realiza, ele conduz à consumação do primeiro [...].¹⁸²

Os *stationers* deixam clara a dependência da finalidade de ordem social àquela de ordem econômica de modo que a concretização do interesse público só será possível assegurando o interesse privado dos responsáveis pela condução do comércio livreiro. Ao qualificar a corporação como “notável”, situa-se os *stationers* como os únicos capazes de ordenar o setor com suas práticas internas costumeiras. Com isso, percebemos o argumento dos membros da Companhia sendo tecido pelo entrelaçamento dos interesses das ordens

¹⁸⁰ DEAZLEY, R. Commentary on the Humble Remonstrance of the Company of Stationers 1643. In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

¹⁸¹ *The humble remonstrance*... In: ARBER, op. cit., p. 584-585.

¹⁸² *The humble remonstrance*... In: ARBER, 1875-1894, v.1, p. 585, tradução nossa, grifo nosso. “The first and greatest end of order in the Presse, is the advancement of wholesome knowledge, and this end is meerly publike: But that second end which provides for the prosperity of Printing and Printers, is not meerly private, partly because the benefit of so considerable a Body is of concernment to the whole ; and partly because the compassing of the second end does much conduce to the accomplishing of the first [...]”

social e econômica, os quais também são dependentes do enlace final dado pela esfera política.

Assim, ao qualificarem a política de regulamentação dos períodos *Tudor* e de Jaime I como exemplar na manutenção da ordem do comércio livreiro até as últimas décadas anteriores à guerra civil,¹⁸³ eles expressam a necessidade de uma legislação parlamentar rigorosa aos moldes daquela regida sob a censura. Os *stationers* ambicionavam, na verdade, o retorno daqueles decretos que lhes davam autoridade para fiscalizar e monopolizar o setor.

Dessa forma, para concretizar a primeira finalidade, a promoção do conhecimento, eles pedem aos parlamentares que apontem “oficiais de licença severos” para autorizar a publicação dos livros úteis e impedir a dos perigosos. Enfatizam falhas no modo como o governo tem lidado com a situação de caos, pois apenas usa de ordens e não de uma lei. Assim, rogam por um projeto de lei que penalize os “delinquentes” e permita a Companhia apreender e fazer buscas nas oficinas de impressão. Além disso, se colocam como instituição adequada para efetivar a política de regulação de impressos.¹⁸⁴

Nessa prédica, podemos detectar claramente que as ações reclamadas pelos *stationers* estão nas provisões dos decretos de 1586 e de 1637.¹⁸⁵ Portanto, ao proporem representar o Parlamento, eles expõem as medidas necessárias para executar a segunda finalidade, ou seja, o desenvolvimento próspero da impressão num sistema de regulação. Para isso, os *stationers* solicitam ao Parlamento autorização para:

[...] cooperar com a apropriada organização e reforma da imprensa; se, para operarem a serviço do Estado, a autoridade e estímulo que eles buscam não forem coerentes com o bem público, se não forem conforme a disciplina de tempos atrás, se não forem vigorosos e efetivos para a reforma da impressão almejada, eles [os *stationers*] se abstêm de requerê-los.¹⁸⁶

¹⁸³ *The humble remonstrance* ... In: ARBER, loc. cit.

¹⁸⁴ *The humble remonstrance*... In: ARBER., 1875-1894, v.1, p. 585.

¹⁸⁵ *The new decrees of Star Chamber for order in printing (1586)* [6ª provisão]. In: Ibid., v. 2, p. 811.; *Decree of Star Chamber 1637* [Cláusula XXV]. In: Ibid., v. 4, p. 534-535.

¹⁸⁶ *The humble remonstrance*... In: Ibid., v.1, p. 585, tradução nossa. “[...] co-operates to the due ordering and reforming of the Presse; That authority and encouragement which they seek for, to engage them to activity and alacrity in this service of the State, if it be not such as is consistent with the publike good, if it be not agreeable to the Discipline of former times, if it be not vigorous and efficacious for the Reformation of Printing desired, they shall be no longer Suitors for it.”

Nesse trecho, fica nítida a proposição de uma cooperação entre as ordens econômica e política com o fim de promover o benefício da ordem social e do conhecimento. O êxito dessa parceria estava condicionado à disciplina dos tempos passados, ou seja, ao regulamento do período das monarquias *Tudor* e *Stuart*, as quais permitiam a Companhia agir como entidade processadora, portadora do poder de busca e apreensão. Se não houvesse uma autorização vigorosa como essa, a corporação já não seria mais pleiteadora de um sistema de regulação.

Para convencer os parlamentares dessa outorga de função processadora no comércio livreiro, a petição salienta que os *stationers* “em questão de poder, não desejam julgar e punir, mas somente processar os delinquentes; e o poder desejado será restringido a um comitê escolhido pela Companhia e aprovado pelo Parlamento.”¹⁸⁷ Isso demonstra a tentativa da corporação em restituir a antiga ordem corporativa, cujas estruturas estavam sendo ameaçadas por esse novo contexto político. Uma vez que tinha seu monopólio advertido, sua hierarquia questionada e nenhum respaldo governamental, a saída foi entrar nas discussões para convencer o governo a participar na reconstrução dessas estruturas arruinadas. Em contraposição, prometia servir o público e ao próprio Estado freando a proliferação de mais desordem no setor.

Outro argumento supostamente convincente para a Companhia foi enfatizar a função do Estado na proteção da propriedade privada quando eles abordam a “questão do privilégio ou estímulo”. Aliás, a manutenção do seu monopólio implicava a proteção do direito de cópias que eles passaram a conceber como propriedade:

Agora, os *stationers* estão bem longe de possuir o estímulo para serem ativos no serviço ao Estado [...] e bem longe de desfrutar do privilégio, que se resume ao antigo Direito, a **Propriedade das Cópias**, sendo agora quase roubada e confundida, apesar disso, se qualquer *stationer* proferir uma queixa contra outro, está claro que ele terá sua cópia reimpressa e a sua ruína e de sua família [...]. Portanto, uma **preservação do interesse privado**, e da propriedade nas cópias é algo benéfico ao Estado [...].¹⁸⁸

¹⁸⁷ *The humble remonstrance* ... In: Ibid., v. 1, p. 585-586.

¹⁸⁸ *The humble remonstrance*... In: Ibid., v. 1, p. 586-587, tradução nossa, grifo nosso. “As the case now stands, Stationers are so farre from having any encouragement to make them active and alacrious in the service of the state [...] and they are so farre from enjoying priviledge, that they are abridged of their ancient Right, Propriety of Copies being now almost taken away and confounded, if one Stationer preferre any Complaint against another, the Complainant shall be sure to have his Copy re-Printed out of spite, and so the ruine of himself and family [...].Therefore that an orderly preservation of private Interest, and propriety in Copies is a thing many wayes beneficiall to the state [...].”

Estimular a Companhia a servir ao Estado significava também assegurar-lhe o privilégio sobre as cópias. Patterson afirma haver uma ambiguidade acerca de que tipo de privilégio das cópias os *stationers* se referiam, ou seja, se às patentes ou ao *stationer's copyright*.¹⁸⁹

No entanto, como vimos no capítulo 1, o *copyright* concedido pela Companhia, por meio do ato de entrada das cópias no Livro de Registro, passou a ser essencial para impedir a competição no comércio livreiro. Isso ocorria, principalmente, quando esse direito de publicação era compartilhado e atrelado às ações da *English Stock*, podendo ser passível de transação e especulação. Inclusive, o registro dava um respaldo legal ao titular desse direito contra os seus infratores. Sem um sistema de licença, esse registro não era efetivo, pois seria impossível ao querelante provar a posse sobre sua cópia. Por sua vez, um impressor do rei não teria muito problema em comprovar a sua patente.¹⁹⁰ Além do mais, como veremos em discussões posteriores, a defesa do *stationer's copyright* será bastante clara nas controvérsias entre os titulares de patentes e os editores detentores de cópias registradas nos anos da Restauração.

Portanto, nessa passagem da petição, a Companhia formula um argumento poderoso na tentativa de obter uma nova regulação. Ao enfatizar a importância de proteger a propriedade individual sobre as cópias, a corporação começa a delinear os primeiros esboços de um conceito de *copyright* baseado numa noção ainda preliminar de propriedade, cuja proposta é proporcionar a prosperidade aos *stationers*¹⁹¹ para, assim, garantir o bem público e o interesse estatal. A proteção do direito de publicação da cópia vista como uma propriedade passa a depender da política e da justiça desempenhada pelo Estado no novo sistema de regulação.¹⁹²

Segundo a Companhia, se esses argumentos não convencessem o Parlamento, ela estaria arruinada e juntamente os autores, proprietários (das cópias), o Estado e a Igreja.¹⁹³ Por fim, o Parlamento acedeu ao apelo da Companhia e publicou uma série de ordenanças e atos, presenteando-a com um novo sistema de regulação.

¹⁸⁹ PATTERSON, 1968, p. 133.

¹⁹⁰ GREG, 1955, p. 98-100. Relembramos que entre os anos de 1558 e 1559, Richard Tottle, impressor do rei, fez questão de registrar no livro da Companhia sua patente sobre os livros jurídicos, concedida pela rainha Maria Tudor em 1553.

¹⁹¹ Ou seja, aos editores, pois são eles os maiores portadores dos direitos das cópias. Aliás, eles são os responsáveis por essa petição, os investidores da produção e os mais interessados numa nova regulação.

¹⁹² *The humble remonstrance...* In: ARBER, 1875-1894, v.1, p. 587. No próximo tópico, aprofundaremos essa noção de propriedade com base na oposição ao monopólio corporativo feito por indivíduos isolados.

¹⁹³ *The humble remonstrance ...* In: Ibid., v. 1, p. 588.

A Ordenança de 1643 foi escrita de maneira concisa, mas bem objetiva quanto ao atendimento das demandas feitas na petição dos *stationers* de abril de 1643. O intuito da sua publicação era impedir o abuso e a desordem da impressão causada por “delinquentes”, os quais imprimiam conteúdos contrários ao Parlamento e infringiam cópias registradas e pertencentes à Companhia dos livreiros. Essas publicações ilegais causavam “grande prejuízo da corporação e dos agentes do Comitê de Impressão, desestimulando-os no serviço ao público”.¹⁹⁴ Nessa afirmação, notamos evidentemente a aceitação de um dos argumentos da Companhia por parte do Parlamento: o da relação da prosperidade dos *stationers* com o avanço do conhecimento, visto que uma dependência como essa só seria conquistada por um sistema de regulação pautado pela censura.

Assim, nessa ordenança, a censura passou a ser exercida por agentes designados por ambas as casas (Comuns e Lordes), os quais licenciavam previamente todos os livros e outros materiais impressos. Estes deveriam ser obrigatoriamente registrados no Livro de Registro da Companhia, “de acordo com o costume”, “para alívio dos membros pobres”. Os livros deveriam conter o nome do impressor e ter a aprovação do chefe supremo, dos diretores e assistentes e o consentimento do proprietário ou proprietários. A importação de livros impressos na Inglaterra também era proibida.¹⁹⁵

Essa provisão satisfaz o argumento de proteção do *stationer's copyright* ao tornar a prática do registro um ato legal que assegura a propriedade do detentor do direito de publicação, e não do autor, visto que este não podia registrar as suas obras na Companhia.¹⁹⁶ A provisão reconhece também o compartilhamento de direitos de publicação ao se referir aos proprietários, designando as subscrições e os acionistas da *English Stock*. Mais uma vez, a Companhia conseguiu dar reconhecimento legal a seus mecanismos corporativos como instrumentos para a regulação do comércio livreiro.

Por fim, a Companhia fez com que o Parlamento atendesse ao seu desejo de atuar na busca e apreensão de livros e prensas, e de processar todos os infratores. Porém, essa atuação

¹⁹⁴ An ordinance for the regulating of printing (14 June, 1643). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez. 2012. Ver também: FIRTH, C.H.; RAIT, R.S., *Acts and ordinances of the interregnum 1642-1660*. 3 v. London: HMSO, 1911, v. 1, p. 184.

¹⁹⁵ An ordinance for the regulating of printing... In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.), op. cit. Ver também Firth; Rait (1911., p.185).

¹⁹⁶ Essa provisão também esclarece a ambiguidade apontada por Patterson.

seria executada juntamente com os oficiais designados pelos Comuns e Lordes, aos quais competiam decidir a disposição dos materiais apreendidos.¹⁹⁷

Embora contendo restrições na atuação da corporação, a Ordenança de 1643 foi o primeiro passo para reatar a parceria entre a Companhia e o Estado, que só se efetivaria durante o *Commonwealth* (1649) e no período da Restauração (1660-1680).¹⁹⁸ Essa ordenança não acabou com a controversa interna iniciada por Sparke em 1643. Em 1645, a Companhia recebeu críticas do próprio Comitê de Investigação¹⁹⁹ com relação a sua ineficiência para conter os impressos sediciosos. Isso possibilitou ao próprio Sparke, e seu grupo, pressionar o poder oligárquico da corporação. Para eles, a reforma da impressão desejada pelo governo poderia ser obtida com uma flexibilização da própria estrutura interna da corporação e das regras usadas para administrar o comércio livreiro:

“[...] que a reforma do governo deverá ser processada com o propósito de resolver todas as diferenças, pois a reforma da Companhia é o único caminho para torná-la prestativa ao Estado, e proveitosa a ela mesma [...]”.²⁰⁰

Desse modo, eles exigiram a criação de outro comitê interno para tratar questões relativas à criação de um corpo governante representativo e à permissão para a impressão das bíblias por todos os membros da corporação.²⁰¹ Um comitê ineficaz foi eleito em janeiro de 1645. Logo após, em abril, foi eleito outro comitê de doze pessoas com um quórum de sete membros. Eles ficaram incumbidos de investigar os arquivos da corporação e divulgar um relatório em maio. Mas o chefe e os diretores os proibiram de acessar os registros. Apesar disso, o comitê conseguiu tratar as questões da quantidade de assistentes para a composição

¹⁹⁷ An ordinance for the regulating of printing... In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Ver também Firth; Rait (1911, v.1, p. 185). Ver: *Scintilla, or a light broken into darke warehouses*. In: ARBER, 1875-1894, v.4, p. 38. Talvez, essa medida restritiva tenha sido influenciada por Michael Sparke no panfleto *Scintilla*, no qual denunciou o lucro da venda com as bíblias ilegais apreendidas pela corporação.

¹⁹⁸ FEATHER, 2006, p. 46.

¹⁹⁹ SIEBERT, 1965, p. 180-181. O Comitê de Impressão tinha quatro outros subcomitês, e um deles era o da investigação. Este ficava encarregado de fazer buscas, apreensão e dar punição aos infratores.

²⁰⁰ *To all printers, booke-sellers, booke-binders, freemen of the Company of Stationers*. In: ARBER, 1875-1894, v.1, p. 589, tradução nossa. “[...] that the Reformation of the government should be prosecuted, on purpose to Compose all differences, and for the Reformation of the Company, as the onely way to make it serviceable to the State, and profitable to it selfe [...]”.

²⁰¹ *To all printers, booke-sellers, booke-binders, freemen ...* In: ARBER, loc. cit.

da Corte e sua forma de eleição. Concordaram com um número de 31 membros e, em maio, a Corte ignorou essa decisão, chamando mais cinco membros para serem assistentes.²⁰²

Diante dessas medidas arbitrárias, o movimento de reforma foi abortado e a oposição foi sufocada com uma petição destinada ao prefeito da cidade. Nela, a Companhia pede à autoridade municipal reprimendas à ação de Sparke, e seu grupo, por questionarem a sua forma de governar. Dessa vez, o argumento usado foi que os agitadores estavam causando distúrbios à base da corporação erguida há “240 anos sem interrupção”.²⁰³ Essa experiência ilustra o conservadorismo da corporação ao limitar demandas democráticas mantendo, dessa forma, a Corte oligárquica.

Sem reformas internas na corporação e com o comércio desordenado por vários textos e livros impressos não licenciados, o Parlamento publicou novamente uma *Ordenança contra panfletos difamatórios e não licenciados*²⁰⁴ em 1647. É a primeira lei contendo uma provisão que obriga imprimir o nome do autor na obra publicada.²⁰⁵ Na Ordenança de 1643, tal exigência se dirigia somente ao impressor.

Já na Ordenança de 1647, o autor passou a ser mais penalizado que o impressor, o editor e os outros agentes do setor livreiro. Ao criar, escrever ou compor qualquer texto impresso ilegalmente, ele deveria pagar uma multa de 40 *shellings*. Por sua vez, impressor desembolsaria 20 *shellings* e outros teriam de pagar 10 *shellings*. E, para cada um, o tempo de prisão em dias equivaleria ao número do valor da multa a ser paga.²⁰⁶ É importante salientar que tanto essa ordenança como a de 1643 não possuem restrição ao número de máquinas de impressão, o que demonstra a dificuldade de controlar o crescimento da atividade. Assim,

²⁰² *To all printers, booke-sellers, booke-binders, freemen ...* In: ARBER., op. cit., v.1, p. 591-592. Ver também Blagden (1960, p. 134-138).

²⁰³ *The humble petition of the Master Wardens and assistants of the Company of Stationers (London, 1645)*. In: ARBER, op. cit., v.1, p. 593.

²⁰⁴ Ordinance against unlicensed or scandalous pamphlets, London (30 September 1647). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez. 2012. Ver também Firth; Rait (1911, v. 1, p. 1022).

²⁰⁵ Essa pressão em torno do autor decorre de uma ordem publicada pela Casa dos Comuns em 29 de janeiro de 1642. Os Comuns exigiram dos administradores da Companhia que assegurassem a impressão do livro com o nome e o consentimento do autor. Caso contrário, os impressores seriam processados. Para Loewenstein, essa medida denota o autor não como um produtor, a ser protegido da competição entre os editores, mas como um objeto de punição. Por isso, discorda de Siebert que vê essa ordem como um primeiro reconhecimento do direito do autor pelos parlamentares. Ver Loewenstein (2002, p. 162-163); Siebert (1965, p.171).

²⁰⁶ Ordinance against Unlicensed or Scandalous Pamphlets, London (30 September 1647). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.), op. cit. Ver também Firth; Rait (1911, v.1, p. 1022).

podemos pensar que a preocupação com o autor, fornecedor do “insumo” principal dessas máquinas, mostra uma opção direcionada ao controle do conteúdo como uma maneira de lidar com o crescimento descontrolado do acesso à máquina da impressão.

Portanto, focou-se o discurso veiculado no texto impresso, sobretudo nos nascentes jornais chamados de “folhas de notícias”. Esse gênero precursor do jornal era o principal meio de ideias realistas e das facções democráticas do exército, tornando-se alvo do sistema de licenciamento da impressão.²⁰⁷

Segundo Blagden, à medida que o poder do Longo Parlamento se fragilizava, as ordenanças não conseguiam mais conter os textos impressos que criticavam o governo.²⁰⁸ Quando o exército passou a controlar o Parlamento, foi publicada a Ordenança de 1649, para conter a explosão de folhas de notícias semanais.

O propósito dessa ordenança era censurar qualquer expressão de opinião que criticava “os procedimentos do Parlamento e do Exército, outras questões de Estado, e também as irregularidades e licenciosidade da impressão, cujo exercício arbitrário e generalizado devia ser coibido”. Para impedir isso, essa ordenança ratificou as leis anteriores e focou na punição dos infratores, naqueles que “divulgam, escrevem, imprimem e falam” principalmente por meio das folhas ou panfletos semanais.²⁰⁹

Notamos um teor mais severo e abrangente não só aos produtores do material impresso, mas também a qualquer um que proferisse a sua opinião. Assim, a penalidade se estendeu do autor, impressor, livreiro e editor para o leitor portador do tal material:

Se qualquer pessoa comprar panfletos ou papeis injuriosos, difamatórios e sediciosos e não levá-los ao prefeito de Londres ou a algum juiz de paz dentro de quatro a vinte horas, uma quantia de 20 *shellings* deverá ser paga por cada papel, panfleto ou livro ocultado [...].²¹⁰

²⁰⁷ Sobre a importância dada à impressão enquanto meio de propaganda pelos políticos e panfleteiros, ver: PEACEY, Jason. *Politicians and pamphleteers: propaganda during the English civil wars and Interregnum*. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2004; RAYMOND, Joad. (Ed.). *News network in Seventeenth Century: Britain and Europe*. New York, Routledge, 2006.

²⁰⁸ BLAGDEN, 1960, p. 137-138.

²⁰⁹ An act against unlicensed and scandalous books and pamphlets, (London, 1649). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). op. cit. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez. 2012. Ver também Firth; Rait (1911, v. 2, p. 246).

²¹⁰ An act against unlicensed and scandalous books and pamphlets, (London, 1649). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, tradução nossa. Ver também Firth; Rait (1911, v. 2, p. 246). “That if any person happen to buy any such seditious, scandalous or libelous pamphlets or papers, and shall not within four and twenty hours after knowledge thereof, bring them to the Lord Mayor of

O foco estava nessas folhas semanais ou panfletos noticiosos, precursores dos *newspapers*, os quais veiculavam acontecimentos diários a um público determinado. Esse gênero criou um vínculo com o leitor e preencheu seu mundo com inúmeras ocorrências sociais e políticas. A imprensa desenvolveu uma relação de atuação dos indivíduos com os acontecimentos do presente. Uma vez influenciado por suas representações, o indivíduo se envolveu no processo político.

Segundo Davis, essa capacidade de se relacionar com o leitor, de relatar um passado recente, de situá-lo no seu presente histórico, foi a condição essencial para tornar o jornal um instrumento ideológico atrelado a uma série de interesses. No entanto, o ato de representar os acontecimentos podia fazer da notícia um meio para condicionar atos políticos em curso.²¹¹

Portanto, a função política da imprensa foi a questão preocupante do governo em processo de restituição. As leis e ordenanças para o seu licenciamento e controle demonstravam o reconhecimento jurídico dessa função. Cada vez mais esses textos impressos discutiam a política nacional, a luta em curso e a oposição entre realistas e parlamentaristas.

Se a Ordenança de 1647 focou o conteúdo dos textos impressos penalizando fortemente os agentes do setor, sobretudo o autor, a Ordenança de 1649 propôs acabar com as irregularidades da impressão causadas pela ampliação do seu exercício ilegal. Assim, restringiu a impressão à cidade de Londres e às universidades de Cambridge e Oxford, ordenando o registro prévio no livro da Companhia a fim de proteger o *stationer's copyright*.²¹² Aliás, o fenômeno dos panfletos noticiosos acirrou a concorrência entre os editores e os impressores, cuja maioria era destituída de qualquer título de patentes ou direito

London [...] or to some other Justice of the Peace [...] shall forfeit for every such omission, the sum of twenty shillings for ever such concealed paper, pamphlet or book [...].”

²¹¹ DAVIS, Lennard J. *Factual fictions: The origins of the English novel*. New York: Columbia University Press, 1983, p. 71- 84. Para uma ilustração da imprensa periódica, ver também: RAYMOND, Joad. *The invention of the newspaper: English newsbook, 1641-1649*. Oxford: Clarendon Press, 1996; HARRIS, Michael. *London newspapers in the age of Walpole: a study of the origins of the modern English press*. London: Association of University Presses, 1987. Esses autores abordam o surgimento da imprensa periódica como um gênero significativo na formação do mercado literário do século 18, pois ela não foi apenas precursora da atividade jornalística, mas geradora de novas especializações no setor com o jornal noticioso e a revista literária. Isso possibilitou a atuação dos escritores em outras áreas oferecidas pela dinamização da impressão.

²¹² An act against unlicensed and scandalous books and pamphlets, (London, 1649). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Ver também Firth; Rait (1911, v.2, p.248-251).

de publicação concedidos pela Companhia. Esse formato noticioso oferecia aos impressores uma viabilidade econômica e lucrativa para concorrer, de fato, com os editores.²¹³

No entanto, a Ordenança de 1649 apresenta uma tentativa de se adaptar à realidade ao permitir a continuação da impressão de bíblias e salmos em York e em Finsbury. Embora 36 impressores tenham saído da ilegalidade, sendo autorizado pelo Estado a continuar exercendo a atividade, a ordenança não limitou o número de impressores mestres atuando no setor. Desse modo, ela deixa uma brecha para a continuidade da atuação clandestina desses mestres impressores.²¹⁴

O nome do autor impresso no livro continuou a ser obrigatório. Ele se tornou o mais penalizado entre todos os infratores. Aliás, essa ordenança apresenta um conjunto de instituições estatais atuando de maneira sincronizada para alcançar um sistema de censura efetivo, no qual o autor e seu discurso constituem uma parte substancial da questão. Nesse momento, é notável a forma como o Estado se dirige ao autor, mais propriamente como um infrator. Para Michael Foucault, o reconhecimento da autoria se realiza após uma transgressão do seu discurso. E, na história da autoria, o autor é reconhecido como tal na medida em que seu discurso é transgressivo, pois, naquela época, o discurso era concebido essencialmente como um ato situado entre o lícito e o ilícito.²¹⁵

Daí, podemos pensar a relação entre o discurso e o mercado de impressos. Quando este possibilita um acesso geral de discursos variados e em diversos formatos, ele cria uma tensão nesse mundo do “lícito e ilícito”, do “sagrado e profano”. Desse modo, quando o mercado abre acesso ao discurso público, incluindo obviamente o “proibido”, a tendência é de um rompimento dessa estrutura bipolar.

É nesse momento conflitante que surgem as instituições políticas coligadas às econômicas para impedir um colapso nesse mundo dual. Elas intervêm por meio das leis e regulações comerciais. Portanto, a licença, ou a existência de uma lei, justifica o monopólio

²¹³ PORTELA, 2003, p. 47. Ver também Halasz (1997); SPUFFORD, Margaret. *Small books and pleasant histories: popular fiction and its readership in seventeenth century England*. Athens: University of Georgia Press, 1981; CLARK, 1983; FRIEDMAN, Jerome. *Miracles and the pulp press during the english revolution: the battle of frogs and fairford's flies*. London: UCL Press, 1993.

²¹⁴ An act against unlicensed and scandalous books and pamphlets, (London, 1649). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Ver também Firth; Rait (1911, v. 2, p. 249); Blagden (1960, p. 146-147).

²¹⁵ FOUCAULT, Michael. O que é um autor. In: MOTTA, Manuel B. (Org.). *Estética, literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, v. 3, p. 275. (Coleção Ditos e Escritos)

como dispositivo para evitar a abertura do mercado a variados discursos, sobretudo aos de contestação. Assim, tenta-se evitar o rompimento da lógica bipolar, institucionalizando uma lei de regulamentação do setor de impressos por meio de um tipo de *copyright*, por exemplo. Embora tenha a finalidade de estabilizar essa tensão dual entre o campo discursivo e o mercado, não consegue eliminar uma série de conflitos de interesses inerentes a eles.

A Ordenança de 1649 apresentava uma validade de dois anos. Essa limitação demonstra a permanente necessidade de intervenção na questão dos impressos. Com o desacordo entre o Exército e o Parlamento, seria difícil prever a efetividade da ordenança na contenção de críticas ao governo e na proteção dos direitos de publicação dos *stationers*.²¹⁶

Dessa forma, em 1651 foi publicada outra lei, mantendo o mesmo limite de duração. Nesse mesmo ano, os impressores da Companhia fizeram uma petição ao Comitê de Impressão pedindo autorização para criar uma *fraternity*, uma companhia independente.²¹⁷ Esse pedido foi reiterado várias vezes e nunca foi atendido. Interessante como a estrutura corporativa era essencial aos interesses individuais de publicação exclusiva dos editores. A criação de outra corporação, só de impressores, era uma ameaça a esse poderio exclusivo sobre o comércio livreiro. Daí, uma das razões de os impressores não terem conseguido se separar da Companhia.

Logo após essa tentativa de dissociação por parte dos impressores, uma série de leis foi publicada: a de 1653, que designava o controle da impressão para o Conselho de Estado e reduzia o poder da Companhia²¹⁸ e a de 1655. Por fim, foi publicada uma *Lei para prevenir abusos na impressão de livros e panfletos sediciosos, traidores e não licenciados, e para regular a imprensa e os prelos* conhecida como o *Ato de Licença de 1662*.²¹⁹

De acordo com esse ato, os números de mestres impressores, máquinas de impressão e aprendizes foram limitados; a atividade da impressão foi restringida à cidade de Londres, às duas universidades e à cidade de York sob a autorização de seu bispo; mais uma vez o registro

²¹⁶ BLAGDEN, 1960, p. 147.

²¹⁷ LOEWENSTEIN, 2002, p. 169.

²¹⁸ FIRTH; RAIT, 1911, v. 2, p. 696-699.

²¹⁹ Licensing Act of 1662 – An act for preventing abuses in printing seditious, treasonable, unlicensed books and pamphlets, and for regulating of printing and printing press. In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 06 jun. 2011; RAITHBY, John (Ed.). *Statute of the realm (1628-1680)*, v. 5, p. 428-435. In: *British History online*. Disponível também em: <<http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=47336>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

da cópia no livro da Companhia era obrigatório como prova de propriedade e, antes desse registro, as cópias deveriam ser licenciadas pelo Secretário do Estado, que assumiu a função de fiscalizador. Essa licença confirma os poderes do governo sobre a imprensa, com um sistema de fiscalização e licenciamento sob o domínio parlamentar.²²⁰

Segundo Ransom, esse ato foi praticamente uma cópia do *Decreto de 1637*, cujas 24 cláusulas foram pouco modificadas, de modo que podem ser reconhecidas na grafia do ato.²²¹ Este também possuía um prazo de dois anos até que expirou em 1679. Logo após, foi renovado em 1685, permanecendo até 1692. Em 1693, o ato foi renovado pela última vez e perdurou até 1695, quando Casa dos Comuns recusou renová-lo. Dessa forma, instituiu-se o fim da censura na publicação de impressos na Inglaterra.²²²

Com um elemento a menos para se opor, restou à esfera pública o desafio de eliminar o monopólio da Companhia e constituir uma lei parlamentar para a regulação do comércio livreiro. Essa oposição foi antecipada pelas aspirações proprietárias, decorridas ao longo dos licenciamentos instituídos no século 17, conforme veremos a seguir.

3.2 AS ASPIRAÇÕES PROPRIETÁRIAS NO DISCURSO DE OPOSIÇÃO AO MONOPÓLIO DA COMPANHIA DOS LIVREIROS DE LONDRES

Nos anos de 1620, o tema do monopólio foi um dos assuntos mais panfletados para discutir a tradicional concessão de privilégios. Após o estabelecimento de um campo conflituoso entre os monopolistas e seus opositores, o Parlamento publicou o *Estatuto do Monopólio* em 1624. Para contrapor à vontade arbitrária exercida pela prerrogativa real, o estatuto estipulava uma nova base para a concessão de monopólios: um sistema de patentes que privilegiava o primeiro e verdadeiro inventor de uma nova manufatura que interessasse ao Estado. No entanto, a nona cláusula excluía a impressão desse novo critério de concessão e o mundo dos livros ainda continuava a ser governado pelo monopólio.²²³

²²⁰ Licensing Act of 1662... In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Acesso em: 06 jun. 2011; RAITHBY, Statute of the realm (1628-1680), v.5, p. 428-435. In: *British History online*. Disponível também em: <<http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=47336>>

²²¹ RANSOM, 1956, p. 171. Ver também Blagden (1960, p. 148;153); Siebert (1965, p. 239).

²²² FEATHER, 2006, p. 46-47.

²²³ Statute of Monopolies, Westminster (1624). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

Portanto, a Companhia escapou da ameaça de perder o seu monopólio concedido com base na prerrogativa real em 1557 e aquele obtido pela carta patente de Jaime I em 1603. No entanto, seu monopólio continuou a ser alvo de contestação não só nos limites da corporação, como vimos, mas também no espaço exterior a ela e ocupado, principalmente, pelos autores.

A comunicação dialógica entre a Companhia e os autores e titulares de patentes evidencia argumentos com aspirações proprietárias, mas ainda muito longe daquilo que viria a ser formulado como propriedade intelectual no sentido moderno. São aspirações de ambos os lados que esboçam a relação do autor com sua obra, do seu anseio a um direito de reconhecimento sobre a sua obra, e da forma de apropriação da obra do autor pelo editor.²²⁴

Dessa forma, podemos elucidar três importantes oposições ao monopólio da Companhia que ilustram essas aspirações: a campanha do poeta George Wither, a resposta de John Milton ao sistema de regulação evocado pela petição dos *stationers* em 1643 e a crítica de Richard Atkins ao sistema de registro da corporação. Nessas críticas ao monopólio exercido pela corporação livreira, todos eles lançaram noções proprietárias de ordem subjetiva, no que tange ao reconhecimento autoral, e da ordem objetiva com relação à posse da obra. A finalidade era caracterizar a relação entre o autor e editor com o livro impresso.

Os principais argumentos da Companhia na defesa de seu monopólio possuíam uma interligação obrigatória entre a manutenção dos pobres da corporação, a proteção do interesse privado para a garantia do bem público e o florescimento da impressão. Aliás, as 9 mil libras levantadas pelos *stationers* para comprar a patente dos saltérios em verso e prosa, de Jaime I, em 1603, ilustra bem essa conexão²²⁵: sob justificativa de obter 200 libras anuais para o sustento dos pobres da Companhia, a aquisição dessa patente, aliada ao sistema de registro, foi um modo de assegurar o *copyright* para os acionistas da *English Stock*, cujo benefício privado era a venda exclusiva dos livros de salmos para toda Igreja Anglicana. E quanto ao

²²⁴ ROSE, 1993, p. 25. Para Rose, na Inglaterra do século 17, a noção de um direito de autor em controlar a primeira publicação de sua obra pode ter sido uma aspiração. Ele enfatiza que não havia nenhum direito autoral estabelecido, de modo que as ações do autor eram limitadas em situações de publicação não autorizada de sua obra. Portanto, o conceito de autor era incompleto, e o autor como criador, produtor e primeiro proprietário de seus escritos, ainda seria formulado.

²²⁵ JACKSON, William A. *Preface to records of the court of the Stationers Company, 1602-1640*. London: Bibliographical Society, 1957, p. viii. Essa patente foi renovada em 1616 e 1634, confirmando o direito exclusivo dos principais editores da *English Stock* sobre os saltérios, uma das classes de livros mais rentáveis, pois era usada nas celebrações da Igreja Anglicana. A cada ano, os editores autorizavam um ou mais impressores a imprimir esses livros.

florescimento da impressão? Essa questão pode ser explicada pelo embate travado entre o poeta George Wither e os editores da *English Stock* nos anos de 1620.²²⁶

3.2.1 A patente autoral do poeta George Wither

Os monopolistas da Companhia impediram o poeta George Wither de publicar uma nova tradução para o livro de salmos usado nas celebrações religiosas. Esse caso ilustrou o monopólio como um instrumento de inibição da criação de uma alternativa aos livros de salmos usados pela Igreja Anglicana. Desse modo, essa controvérsia derruba o argumento da Companhia de que a proteção de seu direito exclusivo de publicação fomentaria o florescimento da impressão.

Wither já tinha algumas obras publicadas pela Companhia.²²⁷ Além de ter demonstrado seu interesse particular na tradução dos Salmos em língua vernácula²²⁸, o poeta primeiramente tentou publicar seus *Hymns and songs of the church* com base em sua patente concedida pelo mesmo Jaime I, em 1623. O limite dessa patente era de 51 anos, podendo ser transferida para seus autorizados e herdeiros.²²⁹ Embora houvesse alguns contemplados com esse privilégio, a patente autoral não era uma concessão rotineira.

Porém, essa carta patente recomendava que a obra de Wither teria de ser anexada ao livro de salmos publicado pela Companhia.²³⁰ Os editores da *English Stock*, detentores do direito exclusivo sobre esses livros religiosos, se recusaram a atender essa recomendação na próxima publicação do livro dos salmos. De acordo com Loewenstein, os saltérios eram

²²⁶ Para a análise da controvérsia entre o poeta e os editores da Companhia ver: GREG, 1955; PRITCHARD, Allan. George Wither's quarrel with the stationers: an anonymous reply to the Schollers Purgatory. In: *Studies in Bibliography*. n. 16, p. 27- 42, 1963; CARLSON, Norman E. Wither and the Stationers. In: *Studies in Bibliography*, n. 19, p. 210-215, 1966.

²²⁷ O Livro de Registro da Companhia possui uma série de títulos sob a autoria de George Wither com entradas datadas entre 1614 e 1636. Ver: ARBER, 1875-1894, v. 3, p. 553; 627; 650; 654; 667; ARBER, op. cit., v.4, p. 53; 56; 64; 124; 161; 167; 314; 355.

²²⁸ Wither revelou esse interesse na obra *A preparation to the Psalter*, na qual ele escreve acerca de suas aptidões e competência como tradutor bíblico e sobre o projeto de fazer uma publicação serial dos salmos em inglês para concorrer com o livro de salmos já existente. Essa obra foi registrada por Nicholas Okes em 1619 com a autorização para a publicação dos administradores da Companhia. "Nicholas Okes entred for his Copie vnder the handes of master Doctor Feately and both the wardens, *A preparation to the Psalter* by GEORGE WITHERS gent [leman]". In: ARBER, op. cit., v. 3, p. 654.

²²⁹ Ibid., v. 4, p.13.

²³⁰ Ibid., v. 4, p.14.

destinados a um público de massa e a definição do seu preço era feita cuidadosamente. Com a introdução do *Hymns and songs of the church*, de Wither, a produção ficaria encarecida, pois haveria uma elevação do preço e do seu volume, visto que os saltérios eram publicados em formato pequeno.²³¹ Os saltérios não eram somente um livro devocional da igreja, mas também eram usados na alfabetização popular.²³² Portanto, tratava-se de um dos produtos mais rentáveis do comércio livreiro.²³³

Doelman acrescenta que tal objeção da Companhia também decorria de uma publicação não autorizada de Wither's *Motto* em 1621, sem a licença da corporação, e à publicação de *Abuses stript and whipt* em 1622.²³⁴ De fato, encontramos duas entradas no Livro de Registro da corporação para Wither's *Motto*. A primeira entrada foi feita em abril de 1621 com a recomendação de não imprimir tal obra até que fosse autorizada. A segunda data de registro foi em junho do mesmo ano e constava a autorização da impressão de Wither's *Motto* apenas após a sua correção pelo diretor da Companhia.²³⁵ O receio dos diretores da Companhia em publicá-lo estava nas críticas de Wither feitas a personalidades políticas. No entanto, o livro foi publicado apesar de todas essas admoestações, provocando a prisão do autor e o interrogatório de vários *stationers* envolvidos nessa impressão ilegal.²³⁶

Em *Abuses stript and whipt*, Wither atacou os monopolistas.²³⁷ Embora ele tivesse adquirido a patente para seus *Hymns and songs of the church* em 1623, o autor deixava claro que essa concessão era um benefício que se estendia às universidades, aos seus impressos e a todo o *Commonwealth*.²³⁸

²³¹ LOEWENSTEIN, 2002, p. 145; 309.

²³² DOELMAN, James. George Wither, the Stationers Company and the English psalters. In: *Studies in Philology*. n. 1, v. 90, 1993, p. 74.

²³³ GREG, 1955, p. 75.

²³⁴ DOELMAN, op. cit., p. 77.

²³⁵ ARBER, 1875-1894, v.4, p. 53; 56. Notamos que as duas entradas possuem impressores distintos. Isso demonstra que o direito de publicação podia ser transferido e circulado entre vários editores. Também pode sinalizar a importância do registro em atestar a posse ao impressor e assegurar-lhe o *stationer's copyright*, sem necessariamente imprimir a obra. Mas nesses casos, os três impressores imprimiram e publicaram Wither's *Motto* sem autorização, sendo obrigados a pagar uma multa conforme afirma Pritchard (1963, p. 34).

²³⁶ LOEWENSTEIN, 2002, p. 144.

²³⁷ WITHER, George. *Juvenilia: a collection of poems, written by George Wither*. 2 v. London: Printed by John Budge, 1622, v. 1, p. 91. Disponível em: <<http://archive.org/stream/juveniliacollect01with#page/n7/mode/2up>>. Acesso em: 15 jan 2013.

²³⁸ DOELMAN, op. cit., p. 79.

A Companhia não só rejeitou a publicação dos *Hymns and songs of the church*, como exerceu pressão, por meio de petições ao rei Jaime I e à Casa dos Comuns, para que a patente sobre tal obra fosse retirada de Wither. Os monopolistas recebiam não só o aumento do custo da produção dos saltérios, mas também qualquer tentativa de inovar a sua publicação para um amplo público apreciador do saltério traduzido por Sternhold e Hopkins entre as décadas de 1550 e 1560. De acordo com Doelman, essa versão continuou sendo usada na igreja inglesa até o final do século 17, mesmo sob as queixas do clero e até de Jaime I. A corporação impediu qualquer tentativa de criação de um novo saltério. Contudo, houve várias versões desse livro, mas não foram publicadas devido à força influente do monopólio dos editores.²³⁹

Quando os *stationers* iniciaram a batalha contra a patente de Wither nas cortes inglesas, eles esperavam ganhá-la com o argumento de que o poeta estava exercendo o monopólio. Segundo Wither, esse argumento era débil e demonstrava a própria fraqueza da corporação para manter seu próprio monopólio.²⁴⁰ No entanto, o Conselho Privado não só reconheceu o “privilégio que Sua Majestade lhe concedeu por carta patente” como ordenou a Companhia “a acatar a decisão do Conselho de que o dito George Wither” passaria a desfrutar do “benefício de seu privilégio”.²⁴¹

O poeta venceu essa batalha, mas a guerra ainda continuou, pois a Companhia permaneceu recusando imprimir seus *Hymns and songs of the church*. A seguir, Wither publicou *The scholler purgatory*, em dezembro de 1624, pedindo apoio aos bispos nessa querela contra os *stationers*.²⁴² O conteúdo desse panfleto demonstra oposição ao monopólio da Companhia por meio de uma retórica do trabalho autoral, pois o poeta se coloca como um

²³⁹ Ibid., p. 74-76. Doelman alude a tentativa de Mary e Philip Sidney de publicar uma versão do saltério. Essa versão circulou amplamente em forma de manuscrito e jamais foi impressa até o século 19. Em 1605, a corporação permitiu a publicação de outra versão com os salmos escoceses, porque eram edições limitadas para um público restrito. Assim, não iriam interferir no seu monopólio. Outro exemplo foi a permissão dada a John Standish para a publicação dos Salmos de 1000 exemplares e com custo pago pelo próprio Standish. Este ainda teve que conceder um quarto dos exemplares para a corporação como reconhecimento dos seus direitos a todas as classes de livros religiosos.

²⁴⁰ WITHER, George. *The Scholler purgatory*, 1624 apud PRITCHARD, 1963, p. 28. Mais adiante, veremos uma disputa similar a esta no caso entre Atkyns e a corporação, no qual esta usa do mesmo argumento ao acusar Atkyns de exercer monopólio com sua patente sobre os livros jurídicos.

²⁴¹ *The acts of the Privy Council (12 July 1624), 1623-1625*, p. 274-275 apud CARLSON, 1966, p. 212.

²⁴² CARLSON, 1966, p. 213. Para imprimir o panfleto *The scholler purgatory*, Wither contratou George Wood. Este impressor já havia sido preso pela impressão ilegal de almanaques e cartilhas pertencentes às ações da *English Stock*, em 1621. Em setembro de 1624, os oficiais da Companhia invadiram a oficina de Wood enquanto o panfleto de Wither estava sendo impresso. Foram apreendidas a máquina, os tipos e as cópias impressas. Ver também Loewenstein (2002, p.310); Doelman (1993, p.80); GREG, W.W. *A companion to Arber*. Oxford: Oxford University Press, 1967, p. 230; Pritchard (1963, p. 30-31).

“profissional das letras que tenta ganhar sua vida por meio de sua pena”.²⁴³ Esse vocabulário autoral pode ser constatado em sua obra *The shepherd's hunting*²⁴⁴, escrita em 1614. Nela, seus poemas já se referem à escrita como um trabalho a ser reconhecido.

Em *The scholler purgatory*, Wither reiterou essa ideia replicando as principais justificativas da Companhia em prol do monopólio. Ele afirmou que os *stationers*, sob o discurso de aliviar os pobres, monopolizavam a venda dos principais livros, impedindo-o de exercer o poder de tornar público o seu próprio livro.²⁴⁵ Essa afirmação ilustra o indivíduo tentando impor-se como autor, como um profissional, detendo o direito de publicação sobre a sua própria obra, dentro do mercado de livros dominado pelo monopólio de uma corporação.

Loewenstein corrobora a retórica do trabalho autoral quando o poeta nega ser um monopolista pelo fato de deter uma patente real para publicação de sua obra. Deste modo, Wither rebate a acusação da Companhia ao se colocar como um trabalhador, pois vê a poesia como uma vocação e um trabalho que requer esforço desempenhado por anos de aprendizado. Assim, afirma Wither:

Os *stationers* usurparam o labor de todos os escritores trabalhadores, os quais consumiram juventude e fortuna no aperfeiçoamento de alguns trabalhos árduos [...]. Eu não saltei de repente ou irreverentemente nesse emprego; mas tendo consumido anos de aprendizagem em estudos, eu entrei nisso de forma cuidadosa.²⁴⁶

Ao enfatizar a condição do autor enquanto trabalhador, Wither sinaliza uma nova percepção da sua posição numa relação muito mais de mercado do que naquela antiga relação de patronato. Porém, o seu desafio é atuar nesse mercado livreiro monopolizado que impede o autor de exercer qualquer direito sobre o resultado de seu trabalho.

A consciência desse desafio decorre exatamente da sua entrada cuidadosa no negócio livreiro, demonstrando um conhecimento do modo como o mercado se ordenava e dos

²⁴³ PRITCHARD, 1963, p. 33.

²⁴⁴ Esse poema e outros foram disponibilizados pela *Publication of the spenser society*. Disponível em <http://spenserians.cath.vt.edu>. Acesso em: 22 Jan. 2013.

²⁴⁵ Excertos da obra *The scholler purgatory* publicados em Loewenstein (2002, p. 145; 309).

²⁴⁶ WITHER, George. *The scholler purgatory*, 1624 apud LOEWENSTEIN, 2002, p. 147, tradução nossa. “The stationers have so usurped upon the labours of all labours writers, that [...] have consumed their youth and fortunes in perfiting some laborious worke[...] I did not leape on a suddaine, or irreverently into this employment; but having consumed almost the yeares of an Apprenticeship in studies of this kind, I entred therinto conscionably.”

principais entraves para a introdução do autor como parte substancial dessa estrutura. A obtenção de sua patente pode demonstrar a sua percepção acerca desse dispositivo como meio de acesso e atuação nesse mercado. No entanto, o obstáculo se mostrou mais exaustivo, pois a sua patente o colocava como um concorrente de um grupo de editores (*booksellers*) detentores do direito de publicação, salvaguardado pelo *stationer's copyright*.²⁴⁷

Assim, Wither descreve o editor como o responsável pela organização do setor e, ao mesmo tempo, como um obstáculo ao sujeitar os profissionais a seu próprio interesse:

De fato, o varejista do livro, usualmente chamado livreiro, é um negócio que, sendo bem administrado e delimitado, pode ser prestativo. Mas como é agora (a maior parte abusada) o livreiro não somente escravizou o impressor, o encadernador [...] mas também escravizou os autores, todo o *Commonwealth* e todas as ciências liberais. Pois ele avalia todos os profissionais do ofício, trabalho de seu lucro, a seu próprio preço, justificando isso ao *Commonwealth* de um modo que agrada a si mesmo.²⁴⁸

Nesse excerto está descrito a influência do editor em toda a cadeia produtiva do livro, na qual fazem parte o impressor, o encadernador e agora o autor. Por isso, é importante destacar o papel da impressão para a emergência do autor. Essa tecnologia possibilitou ao autor reivindicar o reconhecimento de sua atividade como um trabalho pertencente também a essa cadeia produtiva do livro. Porém, segundo o poeta, todos acabam ficando na dependência do detentor dos direitos de publicação, cujos direitos, na sua visão, pertencem ao autor:

De fato, os livreiros decididamente desafiam um interesse nesse tipo de trabalho de cada um [isto é, o trabalho autoral]; e recentemente um honrado advogado se colocou satisfatoriamente ao lado deles para dizer que o benefício obtido da venda de livros era um patrimônio antigo e legítimo dos livreiros. Porém, a menos que ele prove, o autor vendeu a eles o seu patrimônio (e frequentemente ele faz por menos que um prato de lentilha); ele [o autor] sendo o irmão mais velho, o direito primário [...] cai sobre si [e

²⁴⁷ Embora a permissão para a publicação dos saltérios viesse da patente de Jaime I, a publicação desses livros foi reorganizada no esquema da *English Stock*, cujos acionistas (os quais eram os editores) se utilizaram do sistema de registro que assegurava o *stationer's copyright*. Imprimir ilegalmente um saltério ou qualquer livro dessa natureza significava infringir o *stationer's copyright* desses acionistas. Portanto, Wither estava se intrometendo num dos negócios muito lucrativos e desafiando o registro como forma de regular a produção livreira.

²⁴⁸ ARBER, 1875-1894, v. 4, p.15, tradução nossa. "And indeed, the retailer of bookes, commonly called a Booke-seller, is a Trade, which being wel governed, and limited within certaine bounds, might become somewhat serviceable to the rest. But as it is now (for the most part abused) the Bookeseller hath not onely made the Printer, the Binder [...] a slave to him : but hath brought Authors, yea the whole Commonwealth, and all the liberall Sciences into bondage. For he make all professors of Art, labour for his profit, at his owne price, and utters it to the Common-wealth in such fashion, and at those rates, which please himselfe."

sobre outros herdeiros – o impressor e o encadernador], reivindicando apenas o título antes do livreiro.²⁴⁹

Nessa passagem, Wither questiona o argumento do advogado favorável à Companhia que evoca a tradição do sistema antigo de privilégios, muito comumente usado pelos editores com a finalidade de justificar suas patentes e o *stationer's copyright*. Com base nisso, o poeta resgata a primogenitura como algo ainda mais tradicional para provar aos editores que eles são os últimos a reclamarem qualquer direito que seja.

Desse modo, para ilustrar a relação desvantajosa do autor com o editor na venda da sua obra, ele se remete à passagem bíblica em que Esaú cede sua primogenitura a Jacó por um prato de lentilha. Esaú, cansado e faminto, concede todos os direitos conferidos por sua primogenitura a Jacó.²⁵⁰ Wither se coloca como o irmão mais velho, com sua primogenitura lhe reservando o direito primário sobre a sua obra. É como se em cada venda de seus manuscritos, o autor se desfizesse dessa primogenitura, do direito conferido pelo seu esforço despendido em longos anos de aprendizagem por menos que um prato de lentilha.

Segundo Loewenstein, a metáfora bíblica reforça o teor da linguagem da propriedade hereditária, pela qual Wither satiriza a ideia do comércio livreiro enquanto objeto a ser pensado pelas “leis excêntricas de herança”.²⁵¹ Se assim for, o autor, os impressores e encadernadores foram os primeiros a se envolverem no comércio livreiro, portanto, todos são, por direito de primogenitura no setor, os reclamantes anteriores ao editor.

Em outros excertos do panfleto, Wither reforça essa noção de direito primário denominando a concessão de Jaime I como, na verdade, um direito concedido com base na *Ius Regale*, na lei real. Na visão de Loewenstein, tratava-se de um argumento estratégico para justificar um direito de publicação enquanto propriedade baseada na *common law*. Se os *stationers* não reconheciam essa autoridade real, a própria patente da Companhia também

²⁴⁹ WITHER, George. *The scholler purgatory*, 1624 apud LOEWENSTEIN (2002, p. 148, tradução nossa). “The Booke-sellers do preemtorily challenge an interest in every mans labour of this kind [i.e., authorial labor]; and a worshipfull Lawyer was latelie pleased on their behalf to say, that the benefit arising from the sale of bookes, was their ancient, and lawfull birthright. But [...] unless he can prove, the Author hath sold them his birth-right (as often he doth, for lesse then a messe of pottage) he being the elder brother, the right first [...] falleth unto him [and he goes on to instance other heirs – ‘the Printer, and Booke-binder’] that clayme just tittle before the booke-seller.”

²⁵⁰ GARMUS, Ludovico (Org.). *Bíblia sagrada*. 1. ed. São Paulo: Ed. Vozes, 2010, p. 26. (Coleção Folha Livros que mudaram o mundo)

²⁵¹ LOEWENTIN, 2002, p. 311. Wither prenuncia uma discussão posterior na história do *copyright* em que a propriedade herdada será utilizada como modelo para se pensar as primeiras formulações de propriedade autoral.

perderia valor: “se Sua Majestade não tem um poder legal para confirmar aquilo que é naturalmente meu, então os editores desfrutaram de privilégios sobre livros em que todo homem tem a mesma propriedade que eles.”²⁵²

Esse argumento de propriedade autoral natural, associado à autorização do rei, busca impor o autor como o primeiro receptor do direito real. Em suma, o panfleto *The scholler purgatory* expõe uma reflexão que delineia os primeiros aspectos do que, posteriormente, se desenvolverá como propriedade literária moderna.

Após esses conflitos causados pela patente individual de Wither e por suas publicações ilegais ²⁵³, o debate com a corporação continuou com o desejo do poeta de imprimir *The psalmes of David translated into lyrick verse*²⁵⁴, outra versão do saltério. Após várias tentativas insatisfatórias, Wither teve sua obra impressa em Amsterdã em 1632.

A Companhia dos livreiros saiu vitoriosa nesse conflito, demonstrando nitidamente ser uma força conservadora a qualquer tentativa de inovação. Esse fato também evidenciou que os dispositivos proprietários e anticompetitivos de ordenação do comércio livreiro não atendiam ao interesse comum, mas apenas ao dos monopolistas. A recusa pela publicação da obra de Wither foi um exemplo de impedimento de qualquer reformulação da cerimônia anglicana, pois insistiu numa publicação exclusiva de saltérios para garantir a lucratividade de seu negócio.²⁵⁵ Quanto ao acesso à diversidade de obras religiosas, uma nova tradução de Wither com os *The psalmes...*, coube esse papel à tão criticada indústria de Amsterdã.²⁵⁶

Portanto, a experiência de Wither contrapõe-se ao argumento da Companhia de assegurar suas formas de proteção à publicação como meio de incentivo à aprendizagem e ao

²⁵² WITHER, George. *The scholler purgatory*, 1624 apud LOEWENSTEIN, op. cit., p. 149, tradução nossa. “yf his Majestie hath not a legall power to confirme unto me that wich is naturally myne owne, By what right the, doe they and others enjoy priviledges for those bokks wherein every man hath as good property as they”.

²⁵³ JACKSON, William A. Counterfeit printing in Jacobean times. In: *The Libray*, série 4, v.15, 1935, p. 365-368. As obras de Wither eram valiosas e exerciam atração não só nos *stationers* como também nos contrafatores, pois os *Abuses stript and whipt* foram pirateados após dois anos de sua publicação.

²⁵⁴ É importante apontarmos a diferença entre *The Psalmes of David translated into lyrick verse* e os *Hymns and songs of the church*. Este é composto por canções de passagens bíblicas que seriam adicionadas ao livro de saltérios oficial já publicado pela Companhia. Relembremos que Wither detinha uma patente sobre os *Hymns...*, concedida por Jaime I. A obra *The Psalms...* foi escrita para ser uma nova versão do livro dos salmos pretendida por Wither a ser usada na igreja em contraposição à antiga versão de Sternhold e Hopkins.

²⁵⁵ DOELMAN, 1993, p. 82.

²⁵⁶ Como vimos no capítulo anterior, a produção de Amsterdã não foi apenas significativa no atendimento a um mercado deficiente de abastecimento e com preços altos, mas também na introdução de novas obras e autores. Assim, rompeu as barreiras impostas ao conhecimento pelo monopólio da Companhia dos livreiros de Londres. Ver: HOFTIJZER, 2002, p.738-740.

bem do *Commonwealth*, justificativa que será reutilizada por longos anos, como veremos em vários excertos da petição de 1643, destacados a seguir:

Uma **propriedade das cópias bem regulada** entre os *stationers* faz a impressão florescer e torna os livros mais abundantes e baratos [...].

[...] Se for legítimo a todos os homens imprimir todas as cópias, ao mesmo tempo imprimir a mesma coisa, então, talvez, [...] haverá um grande desperdício de **mercadoria**, acarretando ao Estado perda, discórdia [...] e a própria cristandade será escandalizada. [...]

[...] De fato, o medo dessa confusão inibirá muitos homens de continuar a imprimir, o que causará um grande prejuízo à aprendizagem e a supressão de muitos escritos valiosos e excelentes. [...] muitos livros de estima e uso singulares estão fora da impressão agora.²⁵⁷

A luta de Wither para publicar suas obras demonstrou o contrário do argumento registrado acima. As suas obras ficaram de fora da impressão, dominada pela Companhia, não pela quantidade excessiva e desgovernada de livros impressos, mas pela ameaça de concorrência aos monopolistas da corporação, pela sua recusa em reconhecer o direito do poeta de publicar sua obra ratificada também por uma patente concedida pelo rei.

No excerto acima, os *stationers* aprofundam sua justificativa contra uma eventual extensão da impressão liberada a todos. Isso nos remete ao agitador Wolfe em 1583, quando disse ser legítimo a todos imprimir qualquer livro. Diante dessa afirmação, relembramos que o argumento da Companhia na época era o de proteção às patentes como meio de manter os pobres da corporação. Em 1643, o argumento se aprofundou estendendo-se à proteção da propriedade das cópias, via *stationer's copyright*, como uma forma de fomentar a impressão com o aumento e barateamento dos livros.

Assim, a Companhia deixa clara a sua percepção do livro como mercadoria. E quando ela protege o livro sob a patente ou registro do direito de cópia, ela sujeita o livro à lógica lucrativa do mercado, pela qual se rege o livreiro editor na sua publicação. Naquele momento, era ele quem decidia a publicação de um livro, fosse este para um público maior ou menor,

²⁵⁷ *The humble remonstrance ...* In: ARBER, 1875-1894, v.1, p. 587, tradução nossa, grifo nosso. “A well regulated propriety of Copies amongst Stationers, makes Printing flourish, and Books more plentiful and cheap[...]. [...] If it be lawfull for all men to Print all Copies, At the same time [...] Print the same thing, and so perhaps [...] bring in a great waste of the Commodities, whereby the State shall be at losse, and discord [...] whereby Christianity it self shall be scandalized. [...] The fear of this confusion will hinder many men from Printing at all, to the great obstruction of Learning, and suppression of many excellent and worthy peeces. [...] very many other Books of singular use and esteem, are now out of Print.”

em fólio ou em formato pequeno. Dependendo dessas escolhas, o livro se tornava mais caro ou mais barato, mais ou menos abundante.

Portanto, proteger a propriedade das cópias garantia a obtenção de um lucro considerável apenas aos detentores do direito de publicação. Desse modo, tal proteção não necessariamente atendia a proposta de promoção do conhecimento e do florescimento da impressão, com livros de “estima e uso singulares”, pois o público passava também a sofrer essa lógica que regia o mercado livreiro. Assim, Wither é um exemplo de questionamento ao modo de organização do comércio livreiro, mostrando a necessidade de reformular a estruturação do setor com uma proposta que atendesse a outros interesses envolvidos.

A petição de 1643 demonstra um repertório argumentativo mais elaborado, que talvez tivesse sido influenciada pela própria experiência conflitante com Wither. Além de introduzir o argumento de propriedade das cópias, os *stationers* apostaram na relação do autor com sua obra. Para eles, o autor era criador de algo passível de atribuição, cuja posse podia ser assegurada em lei como um direito a quaisquer outros bens.²⁵⁸ Trata-se de um argumento muito bem aparelhado, pois condiciona o incentivo dos autores e da própria produção livreira ao estímulo da corporação, ou seja, à exigência de proteção da propriedade dos editores sobre as cópias. Dessa forma, submete-se a produção de livros impressos à licença interna dos administradores da Companhia e ao licenciamento do Estado:

Uma vez que a comunidade [isto é, a impressão liberada] desestimula os *stationers*, ela causa também um grande desencorajamento aos autores dos livros; estudos de muitos homens não carregam nenhum lucro com eles, mas o **benefício** [*copyright*] de suas cópias; e se isso for tirado, muitos escritos de grande valor e excelência serão **sufocados no útero** ou nunca, absolutamente, serão concebidos para o futuro.²⁵⁹

Segundo os *stationers*, se a todos for permitido imprimir qualquer livro, haverá um desestímulo em cadeia: primeiro com os próprios editores, depois com os impressores,

²⁵⁸ A Companhia passou a apelar para o argumento de propriedade das cópias a ser assegurada pela lei e não mais pela prerrogativa real. Isso é compreensível pelo fato de estar nos anos de 1640, em que não existia mais a forte figura do monarca como fonte da prerrogativa real para fundamentar as suas patentes. Mas também, trata-se de fazer da lei um aparato fundamental para justificar uma propriedade das cópias traduzida pelo *stationer's copyright*.

²⁵⁹ *The humble remonstrance* ... In: ARBER, 1875-1894, v.1, p. 587, tradução nossa, grifo nosso. “Community as it discourages Stationers, so it's a great discouragement to the Authors of Books also; Many men's studies carry no other profit or recompense with them, but the benefit [*copyright*] of their Copies; and if this be taken away, many Pieces of great worth and excellence will be strangled in the womb, or never conceived at all for the future.”

encadernadores até atingir os autores. A estes competem possuir o “benefício” de sua cópia enquanto recompensa concedida pelo editor no ato de atribuição, no qual o autor lhe transfere esse benefício, ou seja, o *copyright*. É este agente quem fica com a propriedade da cópia. Logo, essa transação só é possível havendo um sistema de proteção ao direito de publicação como premissa a ser assegurada pelo sistema de licença:

Em muitos casos a comunidade [isto é, a impressão liberada] causará tanto a injustiça quanto o desestímulo para muitas famílias que agora sobrevivem das atribuições das cópias, para alguns órfãos e viúvas que não têm outros legados e dotes: e não há nenhuma razão aparente para que a **produção do cérebro** (sendo mais rara, sublime e de uso público [...]) não seja atribuível, e sua posse e interesse assegurados em lei, como o direito de quaisquer posses ou bens móveis.²⁶⁰

Há um forte apelo à figura do autor como suporte significativo à proteção dos direitos de cópia e ao modo de regulação do setor. A sofisticação desse argumento se dá com a metáfora do “útero” e do “cérebro” como locais de gestação e criação da obra, cuja materialização ocorre pela tecnologia da impressão que transforma essa produção intelectual em livro, em algo palpável e passível de atribuição em termos de posse legal.

Essa ideia foi debatida pelo poeta John Milton em *Areopagitica* publicada em 1644, logo após a reconstituição do novo sistema de licença com a Ordenança de 1643.

3.2.2 John Milton e a personificação do autor

Em *Areopagitica*, Milton expôs sua atuação no debate público sobre a regulação da imprensa, no qual dialogou diretamente com a retórica dos *stationers*²⁶¹, que caracterizava o autor como justificativa para apoiar a ideia de direito de cópia. Mas para o poeta, as provisões da Ordenança de 1643 com relação ao autor representavam o próprio sufocamento do útero, pois condicionava a gestação do livro ao natimorto toda vez que o manuscrito fosse submetido à prévia autorização do censor.

²⁶⁰ *The humble remonstrance...* In: Ibid., p. 587-588, tradução nossa, grifo nosso. “In many cases Community will [cause] injustice, as well as discouragement; for many Families have now their Lively-hoods by Assignments of Copies, some Orphans and Widows have no other Legacies and Dowries to depend upon: and there is no reason apparent why the production of the Brain should not be as assignable, and their interest and possession (being of more rare, sublime, and publike use [...]) held as tender in Law; as the right of any Goods or Chattells whatsoever.”

²⁶¹ LOEWENSTEIN, 2002, p.177.

Ao longo de sua obra, Milton aprofunda a noção de autor, já esboçada por Wither. O poeta caracteriza o autor como uma espécie de entidade etérea que se materializa no livro e na própria nascente cultura da impressão.²⁶² Assim, reveste a figura do autor com uma linguagem que desenvolve a imaterialidade da sua produção intelectual incorporada no texto impresso.²⁶³ Ou seja, o poeta considerava a materialidade do texto como a encarnação do autor dentro do livro impresso e, portanto, como um agente significativo no processo produtivo do livro.

Para Milton, autor e livro se confundem numa relação orgânica em que o livro é a personificação do autor e é também seu local de habitação. O livro é o autor vivo. Por isso, ele reconhece a preocupação da Igreja e do Estado com relação à publicação dos livros:

Pois, os livros não são absolutamente coisas mortas, mas contêm uma potência de vida para ser tão ativa quanto foi aquela alma, de quem eles **descendem**, ou melhor, os livros preservam, como que em um frasco, a mais pura eficácia e extração daquele **intelecto vivo** [o autor] que os produziu. [...] Quem destrói um bom livro, mata a **própria razão** [...] um bom livro é a essência preciosa de um espírito mestre, embalsamado e guardado com o propósito de permanecer **eternamente**.²⁶⁴

No excerto acima, Milton estabelece uma relação de filiação do autor com o livro, o recipiente do seu pensamento. Não se trata de uma relação de propriedade, mas de paternidade intelectual em virtude de os livros conterem a “potência de vida para ser tão ativa

²⁶² Segundo Dobransky, Milton insere o autor como mais um agente no processo social da produção livreira. Muitos estudiosos tem dado ênfase puramente ao tema do livre discurso contido em *Areopagitica*, mas Dobransky aponta que tal tema está fortemente intrincado com a preocupação da ordenação do mercado livreiro sem a licença prévia para a publicação. Milton escreveu esse panfleto em nome de seus amigos envolvidos no comércio de livros e em resposta à crítica de Herbert Palmer, que apelou à censura quando Milton publicou panfletos sobre o divórcio. A proposta de *Areopagitica* era mostrar a cooperação de todos os agentes, autores, impressores, livreiros e editores, no processo social de produção do livro e difusão do conhecimento. E esse processo estava sendo inibido pelos atos de licença da pré-publicação do livro, o que feria o livre discurso (*free speech*) defendido por Milton. Nigel concorda com Dobransky ao afirmar que o argumento principal de *Areopagitica* é o anseio pela liberdade de imprensa como modo de garantir a circulação do conhecimento. Ver: DOBRANSKY, Stephen B. *Milton, authorship and the book trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 118; SMITH, Nigel. *Areopagitica: voicing context, 1643-1645*. In: LOEWENSTEIN, David; TURNER, James G. (Eds.). *Politics, poetics and hermeneutics in Milton's prose*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 103-122. Sobre os escritos de Milton acerca do divórcio, ver também: HILL, Christopher. *Milton and the english revolution*. London: Faber, 1977.

²⁶³ SHERMAN, Sandra. Printing the Mind: The Economics of Authorship in *Areopagitica*. In: *ELH*, n. 2, v. 60, 1993, p. 323-347.

²⁶⁴ MILTON, John. *Areopagitica*. A speech of Mr. John Milton for the Liberty of Unlicensed Printing, to the Parliament of England. Oxford: Clarendon Press, 1932, p. 5-6, tradução nossa, grifo nosso. “For books are not absolutely dead things, but do contain a potency of life in them to be as active as that soul was whose progeny they are; nay, they do preserve as in a vial the purest efficacy and extraction of that living intellect that bred them. [...] who destroyes a good book, kills reason it self [...] a good Booke is the pretious life-blood of a master spirit, imbalmd and treasur'd up on purpose to a life beyond life.”

quanto foi aquela alma, de quem eles descendem”. É nesse objeto que o autor assume uma existência plena materializada e estendida após a sua vida. Essa permanência indica o papel de outros agentes do setor em manter a existência do autor além da vida (“*life beyond life*”) por meio da continuação da impressão e publicação de seus livros.²⁶⁵

Essa cooperação entre os agentes do livro e o autor se contrapõe àquela estabelecida com a interferência do sistema de licença. Esta implica não apenas interromper uma espécie de nascimento do autor, mas bloqueia toda a cadeia produtiva e o próprio desenvolvimento da impressão. Ao impedir a publicação de uma obra autoral, o licenciamento prévio sinaliza uma “espécie de massacre” que se estende a “toda impressão”.²⁶⁶ Assim, Milton afirma:

Deveríamos ser cautelosos, portanto, com aquela perseguição investida contra os trabalhos vivos dos homens públicos, como nós desperdiçamos a vida do homem experiente preservado e armazenado em livros, pois vemos uma espécie de homicídio, por vezes, um martírio; e se isso se estende a **toda a impressão**, ocorre uma **espécie de massacre**, do qual a execução não termina no assassinato de uma vida elementar, mas ataca a quintessência, o sopro da **própria razão**, mata uma imortalidade ao invés de uma vida.²⁶⁷

Segundo Sherman, qualquer forma de intermediação na relação do autor e livro causa uma deformação do corpo autoral, encarnado no texto impresso, em decorrência da intermediação feita pelas mãos do censor no processo produtivo do livro.²⁶⁸ Pois, conforme o próprio Milton, o licenciamento fere a “própria razão” ao reduzir o autor a um “cãozinho que deve aparecer na impressão com seu tutor, e a mão do censor garantindo atrás da página do título que ele não é idiota ou agitador”.²⁶⁹

Milton reconhece a existência de livros ofensivos e concorda com a sua supressão, porém após a sua publicação.²⁷⁰ Segundo o poeta, antes de qualquer instituição da censura e

²⁶⁵ DOBRANSKY, 1999, p. 121.

²⁶⁶ Ibid., p. 118.

²⁶⁷ MILTON, 1932, p. 6, tradução nossa, grifo nosso. “We should be wary therefore what persecution we raise against the living labours of publick men, how we spill that seasoned life of man preserved and stored up in books; since we see a kind of homicide may be thus committed, sometimes a martyrdom; and if it extend to the whole impression, a kind of massacre, whereof the execution ends not in the slaying of an elemental life, but strikes at that ethereal and fifth essence, the breath of reason itself, slays an immortality rather than a life.”

²⁶⁸ SHERMAN, 1993, p.326-327.

²⁶⁹ MILTON, op. cit., p. 31.

²⁷⁰ Milton não se opõe a um sistema de licença, mas ao licenciamento do livro antes da sua publicação. Pois interfere no processo colaborativo da produção livreira e, por sua vez, da autoria. Durante a República de Cromwell, Milton foi escolhido a ocupar o cargo de censor pelo governo. Isso se deveu a seus escritos a favor da República. Segundo Bradford, o poeta foi um censor que impedia a publicação apenas de escritos que instigavam

do próprio *Index*, “os livros foram admitidos tão livremente no mundo como qualquer outro nascimento, a questão do cérebro não foi mais sufocada que a questão do útero”²⁷¹.

É pertinente ressaltar que essa ligação entre o cérebro e o útero foi influenciada pelo médico britânico William Harvey ao descobrir a circulação do sangue. Não só os *stationers* se serviram dessa ideia, mas o próprio Milton para falar da relação dos livros com a aprendizagem. Pois Harvey concebia o fluido seminal como a destilação do sangue: dois componentes necessários à geração e manutenção da vida.²⁷² O médico também associava as atividades sexual e intelectual como genitoras, pois concebia o cérebro como um órgão paralelo ao útero pelo fato daquele ser um local gerador de ideias.²⁷³

Assim, Milton assume essa dimensão biológica para integrar a questão do livro como fruto de ideias geradas no cérebro à gestação uterina, representando um bom livro como a “essência preciosa de um espírito mestre”, de um espírito prolífero, a ser “embalsamado e guardado com o propósito a permanecer eternamente”: o livro como um frasco que armazena “a mais pura eficácia e extração daquele intelecto vivo que o produziu”.²⁷⁴ Desse modo, a censura representava um instrumento abortivo, ameaçando o nascimento de muitos livros ao estrangulá-los ainda no útero. Ao se utilizar da linguagem figurativa do cérebro e do útero, Milton não só retomou um aspecto da retórica dos *stationers*²⁷⁵ como também se estendeu à

a derrubada do governo. No entanto, ao permitir a publicação do jornal *The Moderate*, dos *Levellers*, Milton foi, num certo sentido, um censor libertário. Ver: BRADFORD, Richard. *The complete critical guide to John Milton*. Oxfordshire; New York: Routledge, 2001, p. 31. E, segundo Dobransky, há críticos que sugerem o apoio de Milton às opiniões religiosas como a dos socinianos, visto que ao publicar *Of true religion*, ele defende a tolerância entre anabatistas, arianos, socinianos e arminianos, todos eles dissidentes dos protestantes. Ver também: Dobransky (1999, p. 128).

²⁷¹ MILTON, 1932, p. 12.

²⁷² HARVEY, William. *The circulation of the blood*. New York: Cosimo, 2006, p. 34, tradução nossa. Segundo Harvey, o fluido seminal é vital para a manutenção da vida. “O fluido seminal de todos os animais – o espírito prolífico, como Aristóteles observou, deixa seus corpos [...] como algo vivo”. “The seminal fluid of all animals – the prolific spirit, as Aristotle observed, leaves their body [...] like a living thing.”

²⁷³ ROSE, Mark. Mothers and Authors: Johnson v. Calvert and the New Children of Our Imagination. In: *Critical Inquiry*, n. 22, 1996, p. 620-622.

²⁷⁴ SHERMAN, 1993, p. 327. A autora estende essa interpretação concebendo a prensa como o próprio útero que dá a vida e a materialidade a essa essência do intelecto vivo. Para ela, a atividade cerebral do autor é o fluido seminal da própria máquina da impressão, um local fecundo que carrega a potência reprodutiva da mente.

²⁷⁵ Milton diz que muitas obras serão sufocadas no útero se não houver mais a prática do registro para a proteção aos direitos de publicação, os quais apenas serão assegurados por um sistema de licença. Para Loewenstein, essa reapropriação da retórica dos monopolistas da Companhia indica que Milton intuía uma relação da licença com o monopólio dos *stationers*. Além disso, reascende o protesto de Wither que qualificava esses monopolistas muito mais como censores do que como editores pelo fato de terem vilipendiado seus *Hymnes*. Ver Loewenstein (2002, p. 177).

metáfora do comércio para debater o papel dos atos de licença como dispositivos de controle dos monopolistas da Companhia.²⁷⁶

As referências às transações comerciais e à contestação do monopólio no comércio em geral aparecem na metade de *Areopagitica*. Milton critica o papel dos intermediários, os consignatários e os monopolistas, os quais impediam o fluxo livre do comércio em benefício próprio. A imagem desse intermediário monopolista é mostrada na figura do censor quando o poeta indaga se o Parlamento “deveria suprimir a colheita do conhecimento”, se “deveria estabelecer uma oligarquia de vinte [censores] intermediários monopolistas sobre ela, e causar a fome a nossas mentes”.²⁷⁷

Desse modo, Milton aparentemente elabora seu discurso em consonância com a discussão pública que pressionava o governo acerca dos monopólios enquanto práticas econômicas antissociais. Em analogia a essa prédica popular, Milton a transfere para a esfera da autoria, rogando o fim da interferência do censor no trabalho do autor, cuja função na cadeia produtiva livreira era produzir o conhecimento.

Assim, ao se estabelecer um fluxo contínuo da escrita, esta se torna “mais fácil de ser refutada”²⁷⁸ e, portanto, na visão de Sherman, possibilita um processo no qual emerge a verdade.²⁷⁹ Dessa forma, o licenciamento seria um dispositivo que impedia esse processo primordial para a descoberta da verdade.²⁸⁰ Para ilustrar isso, Milton classifica o caráter restritivo da licença como algo ainda mais prejudicial àquele do inimigo do mar que intercepta e impede a atividade de importação.

A interdição da importação acarreta os impactos da fome, pobreza e do comprometimento do bem-estar da nação. Esses danos fatais e mais evidentes, quando comparados à interceptação do censor, permitem mensurar a consequência ainda maior do licenciamento da impressão, cujo prejuízo, na visão de Milton, é ainda mais grave, pois restringe o acesso à verdade:

Por trás do que eu propus abertamente, há ainda o prejuízo e a perda inacreditável que a ação do licenciamento nos coloca. Mais do que se algum

²⁷⁶ SMITH, 1990, p. 115. Ver também Dobransky (1999, p. 117).

²⁷⁷ MILTON, 1932, p. 49.

²⁷⁸ Ibid., p. 42.

²⁷⁹ SHERMAN, 1993, p. 332-336.

²⁸⁰ DOBRANSKY, 1999, p.117.

inimigo no mar interceptasse os portos e impedisse ou retardasse a importação de nossa maior mercadoria, a verdade; [...].²⁸¹

Milton parece resgatar a retórica análoga do comércio presente no discurso de Henry Robinson, escritor e membro da *Mercer's Company*. Este proclamava que “nenhum homem tem um monopólio natural da verdade” e que esta teria de ser transacionada livremente nos moldes da lógica da livre circulação comercial.²⁸²

Christopher Kendrick aponta uma ambiguidade na analogia econômica usada por Milton, mas acaba interpretando literalmente a palavra “verdade” como mercadoria. Conforme o autor, a transição para o capitalismo fez com que as relações sociais fossem mediadas pelas categorias de reificação do mercado. Dessa forma, a autoria e o livro para Milton convertem-se diretamente em mercadorias.²⁸³ Talvez, o fato de termos hoje a noção de propriedade das ideias nos conduza a essa interpretação sobre a linguagem da mercantilização usada em *Areopagitica*.²⁸⁴

Segundo Walter Lim, era frequente considerar a esfera do comércio como ponto chave para estruturar as argumentações dos debates sobre liberdade e expansionismo inglês. O autor afirma que Milton estava ciente da importância das práticas econômicas para o bem-estar da nação e, por isso, expôs em seus escritos imagens e metáforas para expressar seus princípios políticos e sua percepção do papel da competitividade econômica sobre a identidade política da Inglaterra.²⁸⁵

Lim afirma ser polêmica a imagem do comércio em *Areopagitica*, sobretudo quando Milton aparentemente iguala o sentido de “verdade” ao de “mercadoria”. Assim, Lim interpreta o termo “verdade” ainda com a essência espiritual, proveniente daquela relação de

²⁸¹ MILTON, 1932, p. 42, tradução nossa. “There is yet behind of what I purpos'd to lay open, the incredible losse and detriment that this plot of licencing puts us to. More then if some enemy at sea should stop up all our hav'ns and ports and creeks, it hinders and retards the importation of our richest Marchandize. Truth;[...].”

²⁸² Henry Robinson foi o autor de *Liberty of conscience* (1644), obra na qual defendia a tolerância religiosa, cuja compreensão se deu em decorrência de sua experiência no comércio com os holandeses. Atuou contra as medidas restritivas no comércio, defendendo a doutrina econômica do *laissez-faire*. Ver: INGELHART, Louis E. (Ed.). *Press and speech freedoms in the world, from antiquity until 1998: a chronology*. Westport: Greenwood Press, 1998, p. 56; Loewenstein (2002, p. 181); Loewenstein, D.; Turner (1990, p. 115).

²⁸³ KENDRICK, Christopher. Ethics and the Orator in *Areopagitica*. *ELH*, n. 50, 1983, p. 658-72, 677, apud SHERMAN, 1993, p. 337-338; KENDRICK apud LOEWENSTEIN, 2002, p. 178-182; 317-318.

²⁸⁴ Ver: Dobransky (1999, p. 118); Loewenstein (2002, p. 182).

²⁸⁵ LIM, Walter S. H. *John Milton, radical politics, and biblical republicanism*. Massachusetts: Rosemont Publishing & Printing Corp., 2006, p. 230. O autor apresenta outros dois escritos de Milton, nos quais o poeta utilizou o comércio como metáfora: *Of the reformation* e *The reason of church government*.

materialização entre o autor e seu escrito, cujo fruto é a verdade, o conhecimento. Portanto, para Lim, a “verdade” não poderia ser concebida na categoria de mercadoria, pois se tratava de um valor supremo e, por isso, nenhuma lei poderia tratá-la como objeto a ser monopolizado por um grupo restrito de impressores intencionados a controlar o setor.²⁸⁶

Milton também associava a palavra “verdade” ao autor e a Deus. O poeta ilustra o caráter espiritual do termo na relação do autor com o livro: este como fruto da sua razão, contendo a “potencia de vida” da “espécie de inocentes e livres nascidos para estudar e amar a aprendizagem, não por lucro”, mas “a serviço de Deus e da verdade”; a “perpetuidade e fama duradoura” seriam a recompensa aos seus “trabalhos publicados para o avanço do bem da humanidade”.²⁸⁷

Podemos perceber uma associação da autoria à imagem sagrada e uma distinção do trabalho publicado daqueles realizados comumente por lucro na esfera comercial. Desse modo, “verdade” assemelha-se a um “produto espiritual” que não pode ser confundida com a mercadoria terrena licenciada por ordenanças parlamentares, as quais atendem aos interesses de uma “equipe de falsos pretendentes à aprendizagem”.²⁸⁸

Essa linguagem articulada na experiência econômica foi usada para ilustrar a necessidade de se manter a livre circulação do conhecimento, materializado no texto impresso e sem a intervenção do licenciamento, tomando o devido cuidado de não classificá-lo na categoria de mercadoria.²⁸⁹ Isso acontecia, principalmente, na classe de produtos que sofrem manipulações de um mercado monopolizado. Assim, Milton afirma:

E como o licenciamento é uma particular desconsideração a toda pessoa sábia, e mais prejudicial aos trabalhos escritos [...] assim, a meu ver, parece uma desvalorização e desprezo de toda a **Nação**. [...] **Verdade e entendimento** não são **produtos** a serem **monopolizados** e **comercializados por bilhetes, estatutos e normas**. Não devemos pensar em criar uma **mercadoria básica** de todo o conhecimento na Terra, a marcá-lo e licenciá-lo como nossas roupas ou nossos pacotes de lã.²⁹⁰

²⁸⁶ LIM, 2006, p. 231. MILTON, 1932, p. 5.

²⁸⁷ MILTON, op. cit., p. 30.

²⁸⁸ LIM, op. cit., p. 231.

²⁸⁹ Ainda como parte da problemática sobre a abordagem do econômico em *Areopagitica*, Loewenstein interpreta a retórica de Milton como um modo de apresentar o livro não só como um ser social e personificado, mas também como mais um objeto de discussão dentro dessa esfera da mercantilização. Ver: Loewenstein (2002, p.318).

²⁹⁰ MILTON, 1932, p.33, tradução nossa, grifo nosso. “[...] And as it [i.e., licensing] is a particular disesteem of every knowing person alive, and most injurious to the writt'n labours [...] so to me it seems an undervaluing and

Nesse excerto, Milton profere um manifesto contrário aos monopolistas que tratam a verdade como uma mercadoria, resistindo ao controle da transação do conhecimento.²⁹¹ Ele também evidencia a relação entre licenciamento e monopólio, em que o primeiro funciona como um instrumento para o segundo. A linguagem da mercantilização é uma metáfora para ilustrar o monopólio no setor livreiro e a tentativa de monopolizar o conhecimento para “desprezo de toda a nação”. Esta tem um lugar especial na articulação do poeta para evocar uma cultura intelectual viabilizada pelo acesso ao livro sem quaisquer intermediações e instituir um discurso livre.²⁹² Trata-se de uma cultura intelectual que não pode ser refreada por um grupo seletivo de censores e monopolistas, mas fomentada por um processo social que contemple a participação entre vários agentes e o público.

Milton finaliza *Areopagitica* se opondo diretamente aos acionistas da *English Stock*, portadores exclusivos dos direitos de publicação, os quais exerciam isoladamente o controle do comércio em detrimento dos outros membros da corporação. Dentre estes desprivilegiados, provavelmente, faziam parte os editores e impressores conhecidos de Milton.²⁹³

vilifying of the whole Nation. [...] Truth and understanding are not such wares as to be monopoliz'd and traded in by tickets and statutes and standards. We must not think to make a staple commodity of all the knowledge in the Land, to mark and licence it like our broad cloath and our wooll packs.” Esse argumento de Milton coloca em discussão o longo processo de produção e disseminação do conhecimento desde a concepção do livro até as formas de sua distribuição. Seria ele um produto a ser autenticado pelo *imprint* da licença? Seria essencialmente uma mercadoria com demanda contínua como roupa, alimento ou seria uma *commodity*, uma mercadoria a ser monopolizada? Para os *stationers*, era evidente que o livro não era uma mercadoria básica como alimentos e roupas. Tratava-se de um produto de demanda restrita e não tinha a mesma intensidade de uso e dependência do público comparado com outras mercadorias. Devido a isso, o livro era uma questão de propriedade dos editores e, por isso, uma mercadoria a ser monopolizada como vemos na petição de 1643: “Livros (exceto a sagrada Bíblia) não são coisas de uso e necessidades gerais como são os produtos básicos, os quais nos alimentam e nos vestem, nem são perecíveis, ou exigem permanente mudança, alguns deles, ao serem comprados, ficam para as crianças, e muitos deles são raridades e úteis somente para muito pouco, e de nenhuma necessidade para outros, poucos homens podem investir mais em livros do que eles podem gastar fora de seus supérfluos, e o ganho para viver da venda dos livros não é tão grande se comparados ao ganho daqueles que atuam em profissões mais miseráveis e sórdidas.” Ver: *The humble remonstrance...* In: ARBER, 1875-1894, v.1, p. 587, tradução nossa. “Books (except the sacred Bible) are not of such generall use and necessity, as some staple Commodities are, which feed and cloath[e] us, nor are they so perishable, or require change in keeping, some of them being once bought, remain to Childrens Children, and many of them are rarities onely and useful only to a very few, and of no necessity to any, few men bestow more in Books than what they can spare out of their superfluities, and the gain of such as live by selling of Books is not so great, as to raise them to an equality of riches with many others of more sordid and ignoble professions.”

²⁹¹ SMITH, 1990, p. 115.

²⁹² Isso nos remete ao subtítulo de *Areopagitica*, “um discurso de John Milton ao Parlamento da Inglaterra pela liberdade da imprensa sem licença”, e ao fato de esse panfleto ter sido publicado sem a prévia licença e autorização, pois sua primeira página não traz o nome do censor e nem do impressor. Ver: ROSE, 2010, p. 74.

²⁹³ DOBRANSKY, 1999, p. 106. Milton já transitava no mundo da impressão, onde, por exemplo, estabeleceu uma longa amizade com a família Simmons, uma das mais influentes no negócio livreiro.

Assim, o poeta retoma os argumentos dos monopolistas da Companhia apresentados na petição de 1643, a qual exerceu influência na aprovação da ordenança do mesmo ano: a necessidade de um licenciamento para a manutenção dos pobres da Companhia e a proteção de seus direitos de publicação. Dessa forma, Milton qualificou essa Ordenança de 1643 como uma

[...] fraude de alguns antigos monopolizadores e detentores de patentes no comércio de venda de livros; os quais sob a pretensão de os pobres da Companhia não serem espoliados, e [serem-lhes assegurada] a justa retenção das cópias a cada homem, as quais Deus não permita serem contraditas, [esses argumentos] incitaram comentários vigorosos na Casa, os quais de fato foram só vigorosos, e servindo para nenhum fim, exceto para exercitar a superioridade sobre seus vizinhos; homens que, portanto, não tornam a ocupação em uma profissão honesta para qual a aprendizagem é grata [...].²⁹⁴

Podemos perceber nessa crítica a importância da organicidade entre os agentes do comércio livreiro, para a qual o conhecimento está condicionado, mas que é rompida pela existência dos velhos monopolistas. A forma como esses agentes regulam o setor implica diretamente a geração do conhecimento. Nas palavras de Milton, é visível o quanto os “antigos monopolizadores e detentores das patentes” inibem a aprendizagem com seus dispositivos monopolistas, ratificados pelos atos parlamentares. Assim, sob a pretensão de dar manutenção aos pobres da corporação e assegurar as suas cópias por meio do *stationers' copyright* e patentes, eles justificam a necessidade do licenciamento.

Essa passagem final de *Areopagitica* nos leva ao início desse tratado quando Milton faz um breve comentário acerca das provisões do licenciamento. Ele deixa claro que “não toca naquela parte [da ordenança] que preserva justamente a cópia a cada homem ou fornece a manutenção ao pobre [da Companhia]” e afirma apenas desejar que tais provisões não sejam pretextos para o “abuso e perseguição de homens honestos e áduos, os quais não desrespeitam qualquer uma destas provisões”.²⁹⁵

²⁹⁴ MILTON, 1932, p. 58, tradução nossa. “[...] fraud of some old patentees and monopolizers in the trade of book-selling ; who under pretence of the poor in their Company not to be defrauded, and the just retaining of each man his severall copy, which God forbid should be gainsaid, brought divers glosing colours to the House, which were indeed but colours, and serving to no end except it be to exercise a superiority over their neighbours; men who do not therefore labour in an honest profession to which learning is indebted [...]”

²⁹⁵ MILTON, 1932, p. 5, tradução nossa. “For that part which preserves justly every mans Copy to himselfe, or provides for the poor, I touch not, only wish they be not made pretenses to abuse and persecute honest and painfull Men, who offend not in either of these particulars.”

Esse excerto demonstra que Milton se opõe apenas aos monopolistas da corporação, maiores detentores de patentes e do *stationer's copyright*, principalmente articulados pela *English Stock*. Ao restringir sua oposição aos monopolistas, Milton ressalta a necessidade de respeitar o *stationers' copyright*. Portanto, confirma o sistema de registro como um dispositivo regulador do setor.

Isso nos faz refletir sobre uma nítida distinção das relações do autor e editor com a cópia que Milton apresenta em *Areopagitica*. A relação entre autor e cópia gera apenas a paternidade.²⁹⁶ Já na ligação entre editor e cópia, o poeta reconhece o estabelecimento de uma relação de posse, de propriedade que deve ser respeitada. Esse reconhecimento não só foi um modo de se opor ao individualismo exacerbado dos monopolistas, como também implicou na necessidade de uma redistribuição dos frutos dos seus monopólios por meio de um acesso mais aberto à posse do direito de publicação.²⁹⁷

Portanto, Milton se apropria dos mesmos argumentos desses monopolistas para se contrapor ao abuso exercido por eles próprios no controle do setor de impressos. Ao concentrarem os direitos de publicação, esse grupo de monopolizadores passa a manipular a publicação e circulação de livros de acordo com os seus interesses exclusivos e em detrimento dos outros membros da corporação. Assim, o licenciamento seria um instrumento que vigorava esse tipo de controle monopolista, censurando e perseguindo os autores e suas obras.

Pensando acerca da posição dos monopolistas apresentada na petição de 1643, a defesa pelo *stationer's copyright* é usada contrariamente à proposta de Milton. A fim de neutralizar qualquer tentativa de concorrência no setor, essa defesa dos *stationers* atua exatamente na anulação da tal redistribuição dos lucros assegurados pelo monopólio. Portanto, os pobres da

²⁹⁶ Se pensarmos na oposição de Wither aos monopolistas quando argumentaram serem as cópias um patrimônio antigo, notamos a propriedade como um elemento não só na relação entre cópia e editor, mas também na relação entre cópia e autor. Wither contra argumenta definindo uma relação de primogenitura entre o autor e a cópia. A primogenitura traz a ideia de filiação, mas implica também posse sobre um direito que passa de pai para filho. Milton distingue essas relações, as quais se estabelecem em termos de propriedade e de personalidade, sendo esta o caso do autor. Essa noção de filiação, segundo Loewenstein, em que o livro é a expressão do intelecto do autor, faz com que *Areopagitica* seja concebida como a obra que proporcionou a personalidade ao livro. Isso contribuiu para o posterior desenvolvimento do conceito de originalidade enquanto aparato necessário para a propriedade literária. Ver: LOEWENSTEIN, 2002, p. 189-190; YOUNG, Edward. *Conjecturas sobre a composição original* (1759) apud PORTELA, 2003, p. 155.

²⁹⁷ Lembremos que esta tentativa de “repartir” o direito de publicação e impressão das cópias se deu desde os primórdios da corporação livreira com o agitador John Wolfe, depois com Michael Sparke e, por fim, com os outros impressores, os quais buscaram se associar numa nova corporação em meados do século 17. A redistribuição ocorreu, no entanto, dentro do esquema da *English Stock* que concentrou ainda mais os lucros em um grupo restrito. Ver: LOEWENSTEIN, 2002, p.189;191; 197.

corporação eram os mais prejudicados, ou seja, os impressores, os encadernadores, os revisores e outros agentes destituídos dos direitos de publicação, dentre os quais os autores e o próprio público.

Os protestos continuaram a partir da década 1660 com a publicação de *Um breve discurso acerca da impressão*, em 1663, feita pelos impressores excluídos do grupo monopolista de editores.²⁹⁸ Os impressores colocaram no foco da discussão o próprio *stationer's copyright*, acusando os editores de monopolizá-lo e usá-lo como instrumento principal de controle do comércio livreiro.²⁹⁹

3.2.3 Richard Atkins e as patentes como cercamentos do campo cultural

Com a Restauração, voltaram os anseios pelos anos nostálgicos das concessões de patentes baseadas na prerrogativa real. Richard Atkins foi um dos seus principais defensores. Ele publicou *The original and growth of printing* (1664), no qual defendeu ser a impressão uma invenção da esfera real pelo fato de ter sido introduzida por Henrique VI. Por isso, todos os direitos de impressão eram derivados da Coroa. Dessa forma, o *stationer's copyright* seria um tipo de propriedade derivativa da patente, a qual deveria ser o único dispositivo de regulamentação da impressão.³⁰⁰

Atkins elaborou uma retórica de defesa das patentes como um tipo de propriedade análoga àquela resultante das leis dos cercamentos (*enclosures*), ou seja, usando o modelo dos direitos exclusivos da monarquia a terra para explorar aquela que, por costume, era propriedade comunal. Desse modo, ele fazia uma analogia a livros com caráter de domínio público, como os jurídicos, nos quais ele estava interessado. De acordo com Loewenstein, essa tentativa de formular uma noção de propriedade sobre o campo cultural em analogia ao

²⁹⁸ A *brief discourse concerning printing* (1663) apud BLAGDEN, 1960, p. 149.

²⁹⁹ Essa oposição novamente nos remete à batalha dos livreiros de 1577, registrada no Capítulo 2, quando as patentes dos impressores eram o foco de contestação pelo grupo de John Wolfe. A década de 1660 apresenta essa batalha invertida, mostrando o desprestígio dos impressores e sua oposição ao poderio dos editores.

³⁰⁰ CLEGG, Cyndia S. *Press censorship in carolinean England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 6; 99. Para a posição realista de Atkins sobre a relação do comércio livreiro e a liberdade de expressão no período da instituição do *Ato de Licença de 1662*, ver: MCKEON, Michael. *The secret history of domesticity: public, private, and the division of Knowledge*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005, p. 57-58.

campo da terra, incorporando a esfera da impressão na classe legal da terra, é um momento significativo na teoria da propriedade intelectual.³⁰¹

Podemos lembrar que essa atitude já havia sido tomada pelos próprios *stationers* na petição de 1643, na qual eles tentaram classificar a obra do autor como uma propriedade a ser tratada nos mesmos termos legais aplicados a terra. Assim diziam não haver “nenhuma razão aparente para que a produção do cérebro não fosse atribuível, e sua posse e interesse [...] assegurados em lei, como o direito de quaisquer posses ou bens móveis.”³⁰² Esse mesmo argumento da Companhia foi utilizado na batalha judicial travada com o próprio Atkins em 1666, porém formulado de uma maneira mais elaborada como não se vira antes.

Esse embate se deu nos anos da Restauração marcados por processos sobre as propriedades da terra que tinham sido confiscadas durante a guerra civil, havendo a compensação de muitos proprietários e de várias posses da Coroa. Esse contexto permitiu a Atkins inserir a questão das patentes e presenciar uma série de processos de herdeiros dos antigos titulares de patentes contra o *stationer's copyright*.³⁰³ Um exemplo foi o caso do próprio Atkins, cuja batalha contra os editores, em 1666, ilustrou como os litígios influenciaram o desenvolvimento de uma concepção da propriedade intelectual.

Após o início da impressão de um livro jurídico chamado *Roll's abridgment* por dois impressores da corporação, Richard Atkins abriu um processo contra eles. Atkins afirmou ter o direito exclusivo de publicar livros jurídicos, baseado na patente herdada de seu sogro John Moore. Mesmo com essa ação judicial, Francis Tyton e Abel Roper publicaram tal livro, cuja cópia havia sido comprada e registrada na Companhia, de modo que seu direito de publicação estava salvaguardado pelo *stationer's copyright*. De um lado estava a patente de Atkins e de outro o *stationer's copyright* de Tyton e Roper. Para a defesa desses últimos, a corporação

³⁰¹ LOEWENSTEIN, 2002, p.199-200. Ainda, segundo Loewenstein, a propriedade é um ponto central na *English Law* e a terra ocupa noventa por cento dos processos legais. Essa tentativa de incorporar outros bens e ocupações na mesma classe legal que tratava a questão da terra já havia sido feita em 1601.

³⁰² *The humble remonstrance...* In: ARBER, 1875-1894, v.1, p. 587-588, tradução nossa. “[...] there is no reason apparent why the production of the Brain should not be as assignable, and their interest and possession [...] held as tender in Law; as the right of any Goods or Chattells whatsoever.”

³⁰³ Durante a guerra civil, a prerrogativa real foi fortemente rechaçada como instrumento de concessão de patentes pelo movimento antimonopolista. Desse modo, os antigos detentores de patentes da corporação livreira organizaram a sua repartição em torno das ações da *English Stock*. Eles acabaram incorporando as patentes ao sistema de registro da Companhia. Muitos titulares registravam suas patentes para adquirir o *stationer's copyright* sobre elas. Não foi apenas a guerra civil a responsável pelo declínio das patentes, mas também a emergência dos editores como os principais financiadores da produção, os quais consolidaram a prática de registro no livro de entrada da Companhia como forma de proteger seus investimentos.

decidiu levar o caso para a Casa dos Lordes, alegando as seguintes razões: a patente de Atkins era uma forma de monopólio, portanto, inválida e ilegal; e a publicação do livro estava assegurada na propriedade que um autor tem em sua cópia e seu direito de transferi-la a qualquer um.³⁰⁴

Quanto à primeira alegação, a Companhia se coloca como uma espécie de vítima diante da ameaça da patente de Atkyns, acusando-o de monopolista. O próprio Atkyns descrevia o poderio dos editores análogo ao domínio de Alexandre, o Grande, exercido sobre os mares. De acordo com Adrian Johns, tratava-se de uma disputa entre dois monopolistas, em que um exercia o domínio do comércio livreiro por meio do *copyright* corporativo e outro aspirava ao controle exclusivo de uma classe de livros e ansiava o retorno das patentes como forma de controlar o setor.³⁰⁵

A segunda alegação apresenta uma elaboração de propriedade sobre a cópia baseada no prévio reconhecimento da “propriedade absoluta” do autor e no seu direito de transferi-la a qualquer um. Assim, Tyton e Roper expressaram:

Primeiro, é humildemente concebido que o autor de todo manuscrito ou cópia tenha (com toda razão) tanto direito neste como qualquer outro homem tem nos seus bens, nos quais ele tem a mais **absoluta propriedade**, e consequentemente a retirada desta (sem seu próprio consentimento), contrária a sua vontade, se equivale ao seu roubo.

Segundo, aqueles que compraram tais cópias por um preço valioso, e tendo o autor transferido o direito para eles (com a devida licença e a entrada [registro na Companhia]); será tão prejudicial privá-los do benefício de sua compra quanto destitui-los de sua **propriedade livre e alodial**.³⁰⁶

³⁰⁴ ROSE, 1993, p. 24. Essas alegações foram publicadas no *The case of the booksellers and printers stated*, publicado pelos *stationers* como reação à campanha de Atkyns pelo retorno das concessões de patentes como forma de regular a publicação de livros. Ver também Loewenstein (2002, p.200).

³⁰⁵ Visto que Atkyns comparava os editores da corporação à Alexandre, o Grande, dizendo que o *stationer's copyrights* era fruto de seus interesses mercenários, Adrian Johns também faz uma analogia da disputa pelo monopólio livreiro como àquela pelo mar no mundo antigo. Assim, ele retrata essa disputa monopolística relembrando a anedota de Cícero para comparar o domínio de Alexandre, o Grande sobre a exploração do mar com a de um pequeno pirata. Este fora capturado por Alexandre que lhe indagou: “ ‘Que ideia é essa de infestar o mar?’ E o pirata replicou com desinibida insolência, ‘A mesma que a sua de infestar a terra! Só porque eu faço isso em uma pequena embarcação, sou chamado de pirata. E porque você tem uma embarcação poderosa, você é chamado de imperador’.” Atkyns era o aspirante monopolista diante do grande monopólio corporativo dominador do comércio livreiro. Esse excerto também serve para ilustrar todas as contrafações dos impressores excluídos da exploração do setor, infratores do *stationer's copyright*, que passaram a ser chamados de piratas a partir do século 18. Ver: JOHNS, 2009, p. 13, tradução nossa.

³⁰⁶ *The case of the booksellers and printers stated (1666)* apud ROSE, 1993, p. 24; LOEWENSTEIN, 2002, p. 200, tradução nossa, grifo nosso. “It is humbly conceived, First, That the Author of every Manuscript or Copy hath (in all reason) as good right thereunto, as any Man hath to the Estate wherein he has the most absolute property, and consequently the taking from him the one (without his own consent) will be equivalent to the bereaving him of the other, contrary to his Will.

Segundo Rose, essa afirmação inaugura a defesa de um direito de propriedade pelo autor em sua obra num tribunal inglês. Um direito que pode ser transferido ao editor, um direito reificado e, portanto, equivalente a qualquer outro direito perpétuo de propriedade.³⁰⁷

A Companhia não propunha uma fundamentação da propriedade na prerrogativa real, conforme a vontade de Atkyns para sua patente, mas no próprio autor, no direito sobre a sua obra que é transferido na venda ao editor. Não obstante, esse direito de propriedade deveria ser afirmado nos mesmos moldes da terra concebida como propriedade livre e alodial. É importante analisarmos as palavras escolhidas minuciosamente pelos *stationers* na elaboração da sua retórica de defesa, pois elas trazem um sentido imbuído de atitudes proprietárias que ainda não tinha sido formulado tão claramente. Eles colocam o autor como base de um novo tipo de propriedade para contrapor à prerrogativa real e, conseqüentemente, substituir a relação de dependência estabelecida por ela entre a corporação e a Coroa.

Fruto da prerrogativa real, as patentes tinham períodos estabelecidos e poderiam passar de mãos em mãos conforme a vontade real. Em tempos de “restauração”, tornou-se primordial aos editores da Companhia fortalecer o *stationer's copyright*, dando-lhe um *status* de propriedade proveniente de uma relação contratual, de uma transação do direito inerente à obra autoral e, portanto, equivalente a uma espécie de arrendamento perpétuo.³⁰⁸

Assim, o *stationer's copyright* se diferenciava das patentes. Estas eram uma espécie de arrendamento provisório adquiridas em uma relação vertical estabelecida entre o súdito e o rei. Nos tempos passados, esse laço foi vantajoso para o impressor, mas não era mais para o editor. Tratava-se de esboçar um tipo de propriedade proveniente de relações livres que, como a propriedade livre e alodial da terra, fosse desprovida de quaisquer foros ou encargos para se contrapor àquela propriedade da terra adquirida nos antigos laços feudais.

Secondly, Those who purchased such Copies for valuable considerations, having the Author right thereby transferred to them (and a due Licence and Entrance according to Law) 'twill be as prejudicial to deprive them of the benefit to their Purchase, as to Disseise the of their Freehold.”

³⁰⁷ ROSE, op. cit., p. 24. Munido de sua patente, concedida por Jaime I em 1623, o poeta George Wither não teve seu direito de publicação dos *Hymns and songs of the church* respeitado pela Companhia, que lhe acusou de ser um monopolista. Quatro décadas depois, os editores continuaram chamando de monopolista qualquer outro possível concorrente, fundamentando seu direito de propriedade das cópias no próprio autor com importância análoga à propriedade da terra. Ver também Loewenstein (2002, p. 201), para quem os *stationers* optaram pela estratégia de reificação da propriedade autoral como fundamentação do *stationer's copyright* para a defesa de seu monopólio.

³⁰⁸ PATTERSON, 1968, p. 10. Patterson compara o *stationer's copyright* ao arrendamento perpétuo de uma propriedade pessoal, sendo nesse caso o manuscrito do autor. Como a proposta desse direito era de publicação, o editor passava a ter somente o direito de publicar e não o direito à obra.

Podemos perceber o *stationer's copyright* como um dispositivo de independência do capitalista livreiro, sem perder o caráter monopolista, cuja proposta era o de publicação exclusiva. Dessa vez, tratava-se de um privilégio possibilitado pelo capital, cujo caráter restritivo, por um lado, dava ao editor uma liberdade para decidir quando, como e quanto publicar sem sofrer danos da concorrência; e, por outro, refreava a potência maior da atividade livreira de expandir a produção e a distribuição.

A oposição de Atkyns ao monopólio dos editores teve apoio dos Lordes, os quais validaram sua patente em detrimento do *stationer's copyright*, gerando precedentes aos casos subsequentes. Oposições como essa persistiram e atingiram uma proporção maior em 1695, com o lapso do *Ato de Licença de 1662*, culminando no *Ato da Rainha Ana* em 1709.

No próximo capítulo, perceberemos que essa lei parlamentar tentou acabar com o monopólio da Companhia. Entretanto, ao fornecer um direito ao autor sobre a sua obra, o *Ato de Ana* deixou brechas para que os editores se apossassem de todo o escopo contido nesse direito e continuasse a exercer o monopólio. Isso ocorreu, exatamente, por meio do discurso de defesa de sua nova propriedade, adquirida no ato contratual, ancorado na *common law*. Desse modo, eles desfrutaram a posição de monopolistas no mercado de livros até o final do século 18, mais precisamente até 1774, quando foram derrotados em decisão judicial favorável aos novos agentes do mercado livreiro.

4 COMO PROTEGER A PROPRIEDADE SEM ESTABELECE O MONOPÓLIO? O *ESTATUTO DA RAINHA ANA* E A INSTITUIÇÃO DO *COPYRIGHT*

“Geralmente, os livreiros priorizavam a proteção de suas propriedades em suas reivindicações. Até recentemente, eles não tinham se preocupado com os autores e, nos últimos anos, tampouco apresentariam os autores como partes de suas reivindicações aos direitos de common law, de multiplicar exclusivamente as cópias, se não tivessem achado isso necessário para dar uma face plausível ao seu monopólio.”

Edward Thurlow

O *Ato de Licença de 1662* foi mais um instrumento de tentativa de regulação do comércio livreiro que estabelecia a censura e proporcionava à Companhia dos livreiros de Londres desfrutar da posse exclusiva de publicação de livros e exercer o monopólio sobre o setor. Uma das razões desse decreto foi política, pois a monarquia restaurada buscava se resguardar de quaisquer críticas acerca do processo de reestabelecimento da sua autoridade.³⁰⁹

Dessa forma, a parceria entre o Estado e a *Stationers' Company* permaneceu, porém com algumas restrições, pois ela havia perdido o poder isolado de busca e apreensão de materiais não licenciados. Essa atividade passou a ser exercida também pelos oficiais do rei e do inspetor chefe da imprensa³¹⁰, atrapalhando a corporação de atuar clandestinamente em impressões de títulos lucrativos sem licença prévia dos inspetores da imprensa. Além do mais, com a volta do rei, houve novas concessões de patentes que ameaçavam o monopólio dos editores da Companhia, como foi o caso Atkyns, quem reconquistou no tribunal o direito exclusivo de publicar os livros jurídicos.³¹¹

O processo de diminuição do poder influente da corporação livreira se acentuou, sobretudo, por parte do próprio inspetor chefe da imprensa, Sir Roger L'Estrange, que atuou no cargo entre 1663 e 1688. Os diversos relatórios de L'Estrange mostram sua insatisfação com a Companhia que negligenciava a comercialização de livros não licenciados por membros da corporação. Inclusive, seus próprios diretores alertavam os membros da Companhia sobre possíveis buscas nas suas oficinas de impressão.³¹²

³⁰⁹ House of Lords' Journal, v. 11, 17 december 1661. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=14184#s11>> Acesso em: 06 jun 2012. Ver: WALKER, J. The censorship of the press during the Reigh of Charles II. In: *History*, 1950, v. 35, p. 219-220.

³¹⁰ Ver Licensing Act of 1662, Cláusula 15. In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M., *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 06 jun. 2011

³¹¹ Ver no Capítulo 3 a disputa judicial entre Atkyns e os editores da Companhia Tyton e Roper.

³¹² KITCHIN, George. *Sir Roger L'Estrange*. London: K. Paul, Trench, Trübner & co, 1913; MUDDIMAN, J. G. *The King's journalist*. London: John Lane, 1923.

A corporação não perseguia os membros infratores do *Ato de Licença de 1662* exceto quando eles imprimiam as classes mais rentáveis de livros como os almanaques e os saltérios. E, mesmo nesses casos, a Companhia optava por resolver a questão de forma amigável, buscando absorver parte do lucro oriundo da pirataria.³¹³

A concentração de direitos de publicação sobre títulos rentáveis na *English Stock* lançou muitos impressores à contrafação e à iniciativa de criar sua própria corporação a partir de 1651. Embora essa separação institucional não tivesse ocorrido, foi nítida a divisão social do trabalho entre os *stationers* – os editores detentores do direito de publicação que financiavam a produção – e os impressores, contratados pelos editores. Essa distinção é mostrada no ceticismo de L'Estrange em relação ao papel da corporação como aliada à política de regulamentação da imprensa. O inspetor relatou que os *stationers* e os impressores não eram confiáveis para fiscalizar a impressão:

[...] ambos os impressores e *stationers* [...] são os principais autores dos prejuízos que eles fingem agora reparar [...]. Não é aconselhável confiar na integridade de pessoas (se isso puder ser evitado), cuja honestidade está perdida: Eles já deram prova de que **preferem antes o ganho privado** ao bem-estar do público: foram os *stationers* todos os nossos problemas tardios, com exceção de alguns, cuja integridade merece estímulo.³¹⁴

³¹³ BLAGDEN, 1960, p. 173. Ver também Feist (2005, p.19; 27-29). Conforme as pesquisas de Feist, essa prática de não perseguição aos seus membros permaneceu ao longo da primeira metade do século 18. Segundo o autor, a Companhia exercia um papel ambíguo ao ser reduto dos piratas e, ao mesmo tempo, vítima da pirataria. Ela adotava um código tácito de ética em que *gentlemen* não processam *gentlemen*. Feist apresenta Thomas Hodgkins para ilustrar um caso de pirataria dentro da Companhia ocorrido em 04 de maio de 1702. Hodgkins era uma pessoa aparentemente fora de suspeita, pois era um assistente da alta administração, acionista e prestador de serviços da *English Stock*. A pedido de John Taylor, outro membro da Companhia, Hodgkins imprimiu o almanaque livro *Ephemerides of the coelestiall motions for six years*, contendo um calendário, cujo direito de publicação era exclusivo da Companhia. Hodgkins teve ajuda do compilador John Wing, também membro da corporação. Diante dessa infração do *stationer's copyright* da corporação, a Corte pediu à Hodgkins que não mais entregasse qualquer cópia do almanaque a John Taylor e que este não vendesse mais nenhum exemplar. Esse caso termina com a permanência de Hodgkins como assistente da Corte, continuando a ser acionista e mantendo seus contratos com a Companhia. John Wing continuou compilando os *sorts* e *blanks* almanaques e a Corte escolheu John Taylor para ser assistente na administração de aluguéis da Companhia.

³¹⁴ L'ESTRANGE, R. Considerations and proposals in order to the regulation of the press: together with diverse instances of treasonous and seditious pamphlets, proving the necessity thereof (London: A.C., 1663), p. 24-25, tradução nossa, grifo nosso. In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez. 2012. “[...] both *Printers* and *Stationers* [...] are the Principal Authors of those Mischiefs wich they pretend now to Redress [...]. It is not Adviseable to Rely upon the *Honesty* of People (if it may be avoided) where that *Honesty* is to their Loss: Especially if they be such as have already given Proof that they prefer their *Private Gayn* before the *Well-fare* of the *Publique*: Which has been the *Stationer's* case throughout our Late Troubles, some few Excepted, whose Integrity deserves Encouragement.”

É nítida a insatisfação do inspetor com relação à divergência de interesses entre o Estado e a Companhia, cujo intento principal era desenvolver a atividade comercial livreira de forma satisfatória, independentemente das restrições de censura do *Ato de 1662*. De algum modo, suas provisões coíbiam a venda de livros sediciosos e heréticos, que também eram lucrativos. Enquanto a corporação desejava promover o seu comércio privado, o Estado priorizava impedir o prejuízo político que a livre circulação de determinadas obras poderiam causar ao governo restaurado. L'Estrange enfatiza a questão do lucro como algo prioritário aos *stationers*:

De fato, **eles têm não só a tentação do lucro**, para desviá-los de seu dever (uma **parte razoável de seu estoque reside em produtos sediciosos**), mas os meios de transgredir com muito sigilo e segurança: torná-los supervisores da imprensa, com os impressores sob sua devoção, de modo que todo o comércio passe por entre os dedos de suas próprias criaturas, trata-se mais de um acordo do que de uma solução. [...] **mas a questão é como impedir um prejuízo moral público, não como promover o comércio privado.**³¹⁵

L'Estrange coloca abertamente a questão da permanência do regime antigo de regulação do setor livreiro, indagando sutilmente o porquê da sua existência se uma de suas bases, a censura, não estava sendo respeitada pela Companhia, a quem o sistema censório beneficiava com o monopólio. Sem a eficácia da política de censura, esse sistema antigo de regulação perdia uma de suas bases de sustentação, e, por conseguinte, deixava de justificar a existência do monopólio corporativo.

Portanto, o inspetor chefe aponta o início de um conflito entre a ideologia tradicional de regulação e a emergente ideologia de mercado, sem aparatos restritivos para impedir o pleno desenvolvimento do comércio livreiro.³¹⁶ Essa tensão se exacerba de tal forma que o inspetor reconhece a inviabilidade do *Ato de 1662*, em 1679, quando este perde a sua validade. Embora o Ato tivesse sido renovado mais duas vezes, já havia sido iniciada, em 1693, uma discussão para impedir a continuação da sua renovação, tendo a participação de John Locke. Esse prévio debate influenciou na extinção definitiva do Ato em 3 de maio de 1695.

³¹⁵ Ibid., p. 25-27, tradução nossa, grifo nosso. "In this true, they have not only the *Temptation of Profit*, to divert them from their Duty (a fair part of their stock lying in Sedition Ware), but the *Means of Transgressing* with great *Privacy*, and *Safety*: for, make *Them Overseers* of the *Press*, and the *Printers* become totally at their Devotion; so that the whole Trade passes through the fingers of their own Creatures, which, upon matter, concludes rather in a *Combination*, then a *Remedy*. [...] but the Question is Here, how to Prevent a Publique Mischief, not how to Promote a Private Trade."

³¹⁶ A seguir, veremos essa questão com mais detalhe por meio do relatório feito pelo Comitê da Casa dos Comuns, que recusou a renovação do *Ato de 1662* durante debate parlamentar em 17 de abril de 1695.

A partir de então, a censura deixou de existir e começou a discussão sobre uma nova regulação do mercado de impressos, considerando a conjuntura econômica e política de partidos. Essa discussão teve seu primeiro estágio entre 1695 a 1710, quando se criou a lei de *copyright* por meio do *Estatuto da Rainha Ana*. Logo após, o debate se estendeu até 1774, quando o *Estatuto de Ana* foi, de fato, adotado na decisão judicial sobre publicações com prazo de proteção vencido. Nessa primeira fase, o debate se pautou pela defesa do discurso livre e, principalmente, do livre comércio em oposição ao “sistema monopolístico de controle e privilégio com raízes no conceito arcaico de prerrogativa real”.³¹⁷ Na fase posterior, a discussão era se o direito do autor estava baseado na *common law*, portanto, tratando-se de um direito perpétuo, ou se tal direito era concedido apenas pelo *Estatuto da Rainha Ana* e, portanto, limitado.

O desafio da Companhia, e dos seus mais influentes editores, era atuar nessa emergente ideologia comercial, mantendo o seu monopólio, só que agora justificado pela ideia de propriedade fundada no direito de *common law* do autor. Para isso, a corporação resgatou o *stationer's copyright* das práticas de registros do sistema arcaico e rearticulou um discurso para qualificar o direito de publicação como um tipo de propriedade perpétua. Se outrora este direito fora um privilégio concedido pela vontade real, ele se tornaria uma propriedade do autor, que poderia concedê-lo a quem ele quisesse. Criou-se uma nova concepção de direito de publicação, mas permaneceu o caráter de privilégio que continuava a ser um fator restritivo ao comércio livreiro.

Portanto, o desafio aos participantes do debate era eliminar o monopólio sem transgredir essa nova propriedade. Assim, a questão que passou a pairar no debate foi como proteger a propriedade sem estabelecer o monopólio, conforme veremos a seguir.

4.1 A PROPOSTA DO *COPYRIGHT* LIMITADO

A partir de 1693, data em que o *Ato de 1662* foi renovado pela última vez, já crescia a oposição à permanência desse licenciamento tanto por parte do público e dos novos agentes da impressão como por parte de alguns parlamentares³¹⁸. Eles reclamavam das suas provisões

³¹⁷ ROSE, 1993, p. 34.

³¹⁸ House of Lords Journal, v. 15, 8 March 1693. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.britishhistory.ac.uk/report.asp?compid=11930>>. Acesso em: 06 jun 2012.

restritivas ao comércio e à liberdade de expressão. Mas o monopólio da Companhia era a principal objeção. As queixas se dirigiam não só ao controle da corporação sobre a atividade da impressão e de seus membros, mas principalmente aos direitos de publicação criados pelo Livro de Registro e pela *English Stock*, visto que todos eles, diferentemente das patentes, eram concebidos como direitos perpétuos de publicação.³¹⁹

O debate acerca de uma nova regulamentação da imprensa teve início com a participação do filósofo John Locke e de seu grupo de discussão conhecido como *College*, do qual faziam parte o advogado John Freke e o parlamentar Edward Clarke, membro da Casa dos Comuns.³²⁰ O grupo se reunia para discutir questões políticas e sugerir medidas legislativas no Parlamento por meio de Clarke.

Assim, Locke coloca em pauta a questão de um novo licenciamento da imprensa em uma carta enviada a Clarke em 2 de janeiro de 1693. Nessa missiva, Locke enfatiza sua desaprovação ao monopólio da *Stationers' Company* sobre as obras clássicas, sua baixa qualidade, alto custo e o seu impacto negativo na atividade dos acadêmicos.³²¹ Segundo Astbury, por volta de 1691, Locke tentou publicar uma nova edição da obra clássica *Aesop's Fables* traduzida do latim para o inglês, mas foi barrado pelo monopólio da Companhia dos livreiros.³²² Logo após, ele escreve um *Memorandum*³²³, em 1694, no qual analisa as principais provisões do Ato de 1662 e formula suas objeções a qualquer tentativa parlamentar de revivê-lo em 1695.

Esse documento foi compartilhado com Clarke que, por sua vez, o apresentou aos outros parlamentares³²⁴, com os quais fazia parte do Comitê criado em fevereiro de 1695 pela

³¹⁹ TREADWELL, Michael. The stationers and the printing acts at the end of the seventeenth century. In: BARNARD, J.; MCKENZIE, D.F. (Ed.). *The Cambridge history of the book in England 1557-1695*. v. 4. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p.770-771.

³²⁰ RAND, BENJAMIN (Ed.). *The correspondence of John Locke and Edward Clarke*. Oxford: Clarendon Press, 1927, p. 38.

³²¹ LOCKE, John. Letter from John Locke to Edward Clarke. In: RAND, op. cit., p. 366-367.

³²² ASTBURY, Raymond. The renewal of the Licensing Act in 1693 and its lapse in 1695. In: *The Library*, Série 5, v. 33, 1978, p. 296-297.

³²³ Memorandum (1694). In: KING, Lord Peter. *The life of John Locke*. London: Henry Colburn, 1830, p. 375, 387. Peter King era primo e herdeiro de John Locke.

³²⁴ ASTBURY, 1978, p. 296. Segundo Astbury, o *Memorandum* acabou influenciando na recusa do antigo licenciamento e nos subsequentes projetos de lei para uma nova regulação da imprensa. Ver também Siebert (1965, p.261).

Casa dos Comuns. Este comitê preparou um projeto de regulamentação da imprensa.³²⁵ Logo após, a Casa dos Lordes propôs emendas que remetiam ao antigo licenciamento, mas elas foram rejeitadas pelos Comuns. Desse modo, Clarke expôs aos Lordes as principais razões dessa recusa que tinham elementos comuns às objeções apresentadas por Locke no seu *Memorandum*.³²⁶

As razões relatadas por Clarke se resumiram a críticas sobre as penalidades inapropriadas do *Ato de 1662* e às suas restrições impostas à liberdade de expressão e, sobretudo, ao comércio. Segundo o relator, as provisões do Ato não atendiam à finalidade de suprimir livros sediciosos, pois as penas mais graves se direcionavam às questões que não desrespeitavam nem ao Estado ou à Igreja, mas à própria Companhia. Ela era beneficiada pela imposição de penas maiores a infratores do *stationer's copyright* e por importação de livros sem a prévia licença das autoridades pertinentes, entre as quais estavam os diretores da corporação. Aliás, conforme assinala Treadwell, era mais fácil provar que uma publicação era ofensiva, por não estar licenciada, que por ser sediciosa.³²⁷ Enfim, as penas pesavam mais em situações de perdas econômicas para a corporação do que em casos de sedição e blasfêmia.³²⁸

As críticas às penalidades estavam intimamente ligadas às restrições comerciais impostas pelo Ato, as quais favoreciam o monopólio da Companhia. Desse modo, os argumentos expostos no relato eram integralmente contra o antigo regime de censura e monopólio e a favor da liberdade de expressão, do livre comércio e da expansão do consumo e da atuação na atividade impressora.³²⁹

Clarke aponta o monopólio da Companhia no exercício da atividade da impressão. Segundo ele, a corporação sujeita esse setor a um número estabelecido de impressores e

³²⁵ House of Commons Journal, v. 11, 11 Feb 1695. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.britishhistory.ac.uk/report.aspx?compid=39102&strquery=regulating%20printing#s10>>. Acesso em: 06 jun 2012.

³²⁶ HUGHES, Justin. Locke's 1694 Memorandum. In: *Social Science Research Network*. Jacob Burns Institute for Advanced Legal Studies. Working Paper n. 67, 2006., p. 2. Devido aos contínuos esforços para renovar o *Ato de Licença de 1662*, Clarke fez ao Parlamento uma proposta de regulação da imprensa. Logo após, em 14 de março, essa proposta foi enviada a Locke que prontamente o retornou com suas sugestões. Ver: THOMAS, Donald. *A long time burning: the history of literary censorship in England*. New York; Washington: Frederick A. Praeger, 1969, p. 329-332.

³²⁷ TREADWELL, 2002. p.766.

³²⁸ House of Commons Journal, v. 11, 17 Abril 1695. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.britishhistory.ac.uk/report.aspx?compid=39156&strquery=regulating%20printing#s3>>. Acesso em: 6 jun 2012.

³²⁹ DEAZLEY, Ronan. *On the origin of the right to copy: charting the movement of copyright law in eighteenth century Britain (1695-1775)*. Portland: Hart Publishing, 2004, p. 4.

jornaleiros. Até as demais especialidades possuem restrições, como o ferreiro³³⁰ que necessita de autorização da corporação para atuar no conserto das prensas. Para Clarke, essas limitações causavam danos ao comércio livreiro interno, principalmente à qualidade da produção, bem como ao atendimento das demandas do público leitor.³³¹

Essas restrições já tinham sido analisadas no *Memorandum*, no qual Locke afirma que a existência de privilegiados contrariava uma igualdade comum e o direito do súdito em estabelecer seu comércio. Segundo ele, um mercado monopolizado era a razão por haver uma impressão tão ruim e cara na Inglaterra, onde era impossível o desenvolvimento de tal manufatura capaz de atender uma oferta de livros mais baratos e com boa qualidade de impressão.³³²

Locke ressalta como modelo os Países Baixos, cuja atividade da impressão era livre e irrestrita. A seu ver, essa liberdade foi o meio de se obter livros baratos e com qualidade, porque estabeleceu uma condição de concorrência entre os impressores, cujo empenho em superar uns aos outros foi visto nas edições excelentes das feiras da Holanda e nos ganhos do próprio comércio. Assim, conclui que “em geral, pelo Ato, a Inglaterra perde, os acadêmicos em particular são arruinados, e ninguém ganha, apenas a indolente e ignorante Companhia dos *Stationers*, para não dizer o pior deles; [...]”.³³³

Ao ilustrar a Holanda como exemplo, Locke nos faz resgatar o papel histórico da impressão holandesa no rompimento do bloqueio monopolístico da Companhia para o abastecimento do comércio inglês com bíblias e livros clássicos. Por isso, o Ato impunha restrições à importação para dificultar o acesso ao comércio de livros dos Países Baixos. Assim, Locke toca nessa questão para falar do consumo de livros clássicos. Esse assunto reapareceu no relatório aos Lordes em consonância com a posição do filósofo.

Assim como no *Memorandum*, Clarke aponta as cláusulas proibitivas de importação de livros em seu relatório: elas condicionam toda a importação de livros ao porto da cidade de

³³⁰ Clarke usa o mesmo argumento de Locke que se refere ao ferreiro, ao marceneiro e ao carpinteiro, os quais devem noticiar previamente qualquer operação com a máquina de impressão. Locke até brinca dizendo que “a cautela com a prensa é maior que com a máquina de cunhagem para proteger as pessoas de notas falsas”. Ver *Memorandum* (1694). In: KING, 1930, p. 381.

³³¹ House of Commons’ Journal, v. 11, 17 Abril 1695. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.britishhistory.ac.uk/report.aspx?compid=39156&strquery=regulating%20printing#s3>>. Acesso em: 11 jun 2012.

³³² *Memorandum* (1694). In: KING, 1830, p. 383.

³³³ *Memorandum* (1694). In: *Ibid.*, p. 380- 384.

Londres e sob a liberação exclusiva de autoridades do Estado, da Igreja e da *Stationers' Company*:

Pois, o Ato proíbe que qualquer livro, sem licença especial, seja importado em qualquer porto da Inglaterra, exceto Londres; o que significa que **todo comércio estrangeiro de livros está restrito a Londres** [...]; considerando o que os Comuns pensam, os outros portos do reino têm tanto direito como Londres ao comércio em livros, assim como para outras mercadorias.³³⁴

Aqui fica explícita a demanda por um comércio mais aberto e similar a das outras mercadorias, livre das amarras monopolistas da Companhia, principalmente em relação aos livros estrangeiros que, nesse caso, se dirigia propriamente à importação de livros clássicos. O acesso aos livros clássicos é o principal tema do *Memorandum*, no qual Locke acusa a Companhia de monopolista:

[...] a Companhia dos Stationers tem o monopólio de todos os autores clássicos; e os acadêmicos não podem ter uma edição correta e justa desses livros impressos no além-mar, a não ser por excessivas taxas. Pois a Companhia dos *Stationers* obteve **uma patente da Coroa** para pretensamente bem imprimir-los [...]; ao passo que eles são escandalosamente mal impressos [...]. Sempre que edições melhores de qualquer desses livros são importadas, a Companhia as apreende, e faz com que os importadores paguem 6 *sheelings* e 8 denários por cada livro importado, do contrário são confiscados [...].³³⁵

Nesse trecho, Locke demonstra abertamente a sua oposição ao monopólio da corporação em relação aos livros clássicos, de modo que Clarke reproduz essa mesma declaração no seu relato, corroborando os danos causados aos acadêmicos em virtude dos altos preços e da má qualidade dos livros condicionados pelo monopólio da Companhia. Para acirrar a oposição ao

³³⁴ House of Commons' Journal, v. 11, 17 Abril 1695, tradução nossa, grifo nosso. "Because that Act prohibits any Books to be imported, without special Licence, into any Port in *England*, except *London*; by which Means the whole foreign Trade of Books is restrained to *London* [...]; whereas, the Commons think, the other Ports of the Kingdom have as good Right as *London* to trade in Books, as well as other Merchandizes." In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.britishhistory.ac.uk/report.aspx?compid=39156&strquery=regulating%20printing#s3>>. Acesso em: 11 jun 2012.

³³⁵ Memorandum (1694). KING, 1830, p. 378. "[...] the Company of Stationers has a monopoly of all the classical authors; and scholars cannot, but at excessive rates, have the fair and correct edition of those books printed beyond the sea. For the Company of Stationers have obtained from the Crown a patente to print all, or at least the greatest part, of the classic authors, upon pretence, as I hear, that they should be well and trully printed; as they are by them scandalously ill printed [...]. Whatever any of these books of better editions are imported from beyond seas, the Company seizes them, and makes the importers pay 6s.8d. for each book so imported, or else they confiscate them [...]."

monopólio corporativo, Clarke questiona a validade da concessão da carta patente de livros clássicos por ter sido ratificada exatamente durante a Restauração.³³⁶

Dessa forma, Clarke acaba se opondo ao argumento de propriedade exposto numa petição feita pelos *stationers* ao Parlamento em 30 de março de 1695.³³⁷ Embora o argumento de propriedade tivesse sido já utilizado em momentos anteriores, essa petição sinalizou que o debate, dali em diante, situaria o comércio livreiro numa posição de tensão entre a manutenção do monopólio e a proteção da propriedade fundamentada no direito de publicação. A intenção da corporação era proteger essa propriedade como via de manutenção do seu monopólio.

Assim, o principal argumento exposto nessa petição foi o de defesa da propriedade, aquela gerada pela antiga entrada no Livro de Registro da Companhia que assegurava a publicação exclusiva e os ganhos dos detentores e herdeiros desse *stationer's copyright* perpétuo. Os *stationers* relatavam que “se a propriedade deles não fosse prevista no projeto de lei, não somente eles ficariam totalmente arruinados, mas muitas viúvas e outros, cuja subsistência depende da propriedade dos peticionários.”³³⁸

Portanto, Clarke se contrapõe a esse argumento de um modo mais cauteloso que os onze membros da Casa dos Lordes, os quais criticaram a renovação do Ato em 1693. Para eles, esse Ato sujeitava “toda a real informação e aprendizagem à vontade arbitrária e ao prazer de um mercenário e, talvez, um inspetor ignorante; [esse Ato] destruía as propriedades do autor em suas cópias; e estabelecia muitos monopólios”.³³⁹

³³⁶ House of Commons' Journal, v. 11, 17 Abril 1695. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.britishhistory.ac.uk/report.aspx?compid=39156&strquery=regulating%20printing#s3>>. Acesso em: 11 jun 2012.

³³⁷ A petition of the master, wardens, and commonalty of the art or mystery of stationers. “Uma petição dos chefe, diretores e da comunidade da arte da impressão dos *stationers*”. House of Commons' Journal, v. 11, 30 Abril 1695. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.britishhistory.ac.uk/report.aspx?compid=39141&strquery=printing#s9>> Acesso em: 11 jun 2012.

³³⁸ Trata-se de um argumento favorável aos seus negócios privados que vinha sendo proferido desde a metade do século 17. Ver: House of Commons' Journal, v. 11, 30 Março 1695, tradução nossa. “[...] if their Property should not be provided for by the said Bill, not only the Petitioners, but many Widows, and others, whose whole Livelihood depends upon the Petitioners Property, will be utterly ruined [...]”. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.britishhistory.ac.uk/report.aspx?compid=39141&strquery=regulating%20printing#s9>>. Acesso em: 11 junho 2012.

³³⁹ House of Lords' Journal, v. 15, 8 March 1693. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.britishhistory.ac.uk/report.aspx?compid=11930>>. Acesso em: 11 jun 2012.

Enquanto os Lordes tocam na questão da propriedade, reconhecendo-a no autor, Clarke assume uma posição mais cuidadosa no rechaço do argumento de propriedade da Companhia. Ao invés de reafirmar a existência de uma propriedade no setor livreiro, Clarke busca desestabilizar a base desse argumento, examinando, primeiramente, a validade das patentes concedidas no período da Restauração. Depois, questiona os dois principais mecanismos de regulamentação do comércio livreiro: a licença prévia para publicação e à prática costumeira das entradas no Livro de Registro da Companhia.³⁴⁰

Para Clarke, a obrigação do licenciamento prévio não tinha fundamento, visto que as provisões do Ato não definiam claramente o significado de livros ofensivos. Essa definição dependia mais da interpretação arbitrária do inspetor.³⁴¹ Sobre essa mesma questão, Locke ironiza a pretensão do Ato de impedir a impressão de panfletos sediciosos por meio do controle da impressão dos livros clássicos.³⁴² Isso demonstra que a finalidade do Ato priorizava os interesses econômicos da Companhia.

Quanto ao Livro de Registro, visto pelos *stationers* como meio de lhes assegurar a propriedade sobre as cópias dos autores, ele beneficiava apenas os membros da Companhia, que aceitava somente os títulos rentáveis e impedia até o Parlamento de imprimir qualquer coisa.³⁴³ Por isso, Clarke não concebe essas cópias registradas com a mesma definição de propriedade colocada pelos *stationers*:

[...] ambas as Casas do Parlamento estão inabilitadas a ordenar a impressão de qualquer coisa; a dita Companhia tem o poder de impedir a impressão de livros úteis e inocentes; e tem a oportunidade de registrar um título para seus próprios membros, e a seus amigos, visto que tal título é objeto, **trabalho e direito de outros**.³⁴⁴

³⁴⁰ House of Commons' Journal, v. 11, 17 Abril 1695. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.britishhistory.ac.uk/report.aspx?compid=39156&strquery=regulating%20printing#s3>>. Acesso em: 11 jun 2012.

³⁴¹ House of Commons' Journal, v. 11, 17 Abril 1695. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.britishhistory.ac.uk/report.aspx?compid=39156&strquery=regulating%20printing#s3>>. Acesso em: 11 junho 2012. Ver também *Memorandum*. In: KING, 1830, p. 376, onde Locke afirma que a licença era concedida de acordo com o humor do inspetor.

³⁴² *Memorandum* (1694). In: KING, op. cit., p. 381.

³⁴³ House of Commons' Journal, v. 11, 17 Abril 1695. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.britishhistory.ac.uk/report.aspx?compid=39156&strquery=regulating%20printing#s3>>. Acesso em: 11 jun 2012. Ver também King (op. cit., p. 377).

³⁴⁴ House of Commons' Journal, v. 11, 17 Abril 1695. “[...] both Houses of Parliament are disabled to order any thing to be printed; the said Company are impowered to hinder the printing all innocent and useful Books; and have an Opportunity to enter a Title to themselves, and their Friends, for what belongs to, and is the Labour and Right of, others.” In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.britishhistory.ac.uk/report.aspx?compid=39156&strquery=regulating%20printing#s3>>. Acesso em: 11 jun 2012.

Com o receio que se instituísse outro tipo de exclusividade no setor de impressos, Clarke se dirige as tais cópias designando-as como trabalho e direito, alheios aos *stationers*, e não especificamente como propriedade. Isso pode ser notado na carta enviada a Locke, por ele e Freke, em 14 de março de 1695. Como se já tivessem prevendo a reação da *Stationers' Company* quanto a sua intenção de assegurar a propriedade, Clarke e Freke relatam, nessa carta, o desejo dos *stationers* por uma regulação da propriedade estabelecida pelo registro.³⁴⁵

De fato, a resposta de Locke a essa carta retoma sugestões acerca de um reconhecimento da propriedade previamente descritas no seu *Memorandum*, mas não fundamentada no registro corporativo. Ele já criticava o papel do registro enquanto dispositivo que beneficiava apenas aos membros da Companhia, os quais se apossavam de cópias alheias: “eles registram um livro como se fosse deles, impedindo outra pessoa de imprimi-lo e publicá-lo”.³⁴⁶

Portanto, para lidar com essa apropriação inadequada, Locke cita a possibilidade de haver um direito limitado de publicação para os compradores de cópias do autor contemporâneo e não em relação aos livros clássicos. Aliás, quanto a isso, Locke ridiculariza os monopolistas da corporação, os chamando de “estúpidos miseráveis” por nem entenderem latim e pretenderem se apossar de tais obras.³⁴⁷ Para ele, não havia sentido ter um direito exclusivo em livros que tivessem sido impressos por um período de cinquenta anos:

[...] é insensato que alguém deva ter algum direito particular em qualquer **livro que tem sido impresso por cinquenta anos**, mas que todos possam ter a liberdade de imprimi-lo [...]. É insensato e prejudicial à aprendizagem que qualquer pessoa ou companhia possa ter o direito exclusivo de impressão de autores antigos; e para **os que comprassem cópias de autores que agora vivem e escrevem**, seja razoável **limitar a propriedade deles a um número certo de anos após a morte do autor, ou da primeira impressão do livro, conforme, suponho, cinquenta ou setenta anos**. De fato, estou certo de que é ridículo e absurdo que qualquer um que **agora vive tenha a propriedade**, ou o poder de dispor da propriedade, em qualquer cópia ou manuscritos de autores que viveram antes da impressão ser conhecida e usada na Europa.³⁴⁸

³⁴⁵ DE BEER, E.S. (Ed.). *The correspondence of John Locke*. Oxford: Clarendon Press, 1978, v. 5, p. 291.

³⁴⁶ Memorandum (1694). In: KING, 1830, p. 377.

³⁴⁷ Memorandum (1694). In: Ibid., p. 379.

³⁴⁸ Memorandum (1694). In: Ibid., p. 379-380; 386-387, tradução nossa, grifo nosso. “[...] it be not reasonable that nobody should have any peculiar right in any book wich has been in print fifty years, but anyone as well as another might have the liberty to print it [...]. That any person or company should have patents for the sole printing of ancient authors is very unreasonable and injurious to learning; and for those who purchase copies

Nesse trecho, Locke coloca em discussão a questão de se estabelecer uma propriedade no setor livreiro. Primeiramente, notamos seu manifesto totalmente contrário à existência de um direito de propriedade em livros antigos, os quais ele bem define como aqueles que já foram “impressos durante cinquenta anos”. Assim, se opõe à ideia de uma propriedade perpétua sobre essa categoria de livros, que era proposta pelos *stationers*, e, conseqüentemente, se coloca contrário ao monopólio da Companhia.

A seguir, mostra-se favorável à limitação do direito de propriedade dos editores que comprarem as cópias dos autores, de modo que sugere limitar a propriedade dos editores a “um número certo de anos após a morte do autor, ou da primeira impressão do livro”, sugerindo um período de “cinquenta ou setenta anos”.

É necessário fazermos uma leitura cuidadosa desse trecho que, segundo Hughes, foi muito discutido no meio acadêmico.³⁴⁹ Essa sentença abre margem para interpretarmos que Locke sugestionou um período de proteção da propriedade contado pelos anos da vida do autor mais cinquenta ou mais setenta anos, após a sua existência, ou seja, *post-mortem*.³⁵⁰

As palavras “limitar a propriedade” por um período “após a morte do autor” ou a partir “da primeira impressão do livro” são postas de forma ambígua, visto que ele achava absurdo ter direito exclusivo em livros que já tinham sido impressos por cinquenta anos. Então, não podemos interpretar unicamente que Locke se referia a um período que abarcasse o tempo de vida do autor para mais alguns anos. De acordo com Hugues, Seana Shiffrin interpretou a proposta de Locke como um direito de propriedade especificado não por um período de vida (*life term*) do autor, mas por um período de anos (*term of years*), contados a partir da data de publicação.³⁵¹

Essas dúvidas acerca da limitação da propriedade presente no *Memorandum* foram elucidadas exatamente na resposta de Locke à carta de Clarke e Freke, em 18 de março de 1695. Nesta carta, Locke esclarece exatamente sobre o limite de proteção da obra do autor.

from authors that now live and write, it may be reasonable to limit their property to a certain number of years after the death of the author, or the first printing book, as, suppose fifty or seventy years. This I am sure, it is very absurd and ridiculous that any copy or writings of authors who lived before printing was known or used in Europe.”

³⁴⁹ HUGHES, 2006, p. 5.

³⁵⁰ Ibid., p. 4-5.

³⁵¹ Ibid., p.4. Ver: SHIFFRIN, Valentine. Lockean arguments for private intellectual property. In: MUNZER, Stephen R. (Ed.). *New essays in the legal and political theory of property*. n. 138, 2001. Disponível em: <<http://www.law.ucla.edu/home/index.asp?page=701>> Acesso em: 29 ago 2012.

Desse modo, sugere conferir, no autor ou em seu editor, um direito de impressão e publicação por um período determinado a contar da primeira edição. Assim, no projeto de lei encabeçado pelos Comuns, ele propõe inserir uma cláusula que “confere um privilégio no autor do livro, e em seus executores e cessionários, para a exclusiva impressão e publicação do livro por ____ anos contado da primeira edição”.³⁵²

Locke também sugere outra cláusula para assegurar a propriedade do autor na reimpressão de sua cópia. Aliás, ele contempla a autoria sobre uma variedade de obras incluindo imagens. Todas essas obras deveriam ter autorização prévia para a concessão do direito de sua reimpressão:

[...] seja decretado que nenhum livro, panfleto, imagem ou papel impresso com o nome do autor ou editor seja reimpresso, com ou sem o nome do autor, sem autorização dada por escrito pelo autor ou por seu autorizado, pelo período de ____ anos após a **sua primeira edição** [...].³⁵³

No *Memorandum* e na correspondência, não fica clara nenhuma conexão expressa entre esses direitos exclusivos e a sua teoria da propriedade, tratada na obra *Segundo tratado sobre o governo civil* (1690)³⁵⁴. Conforme Hughes, Astbury comenta ser necessário levar em consideração que, no contexto das discussões parlamentares, o *Memorandum* foi um panfleto escrito de forma pragmática para fazer *lobby* sem necessariamente apresentar uma profundidade teórica.³⁵⁵

Apesar disso, todas essas sugestões apresentadas por Locke nos permitem vislumbrar que ele estava pressupondo a existência de um direito de propriedade no autor. Isso é evidente pelo fato de ter sugerido um determinado período para o autor ou editor desfrutar desse privilégio. No entanto, Locke não manifestou nenhuma justificativa para a atribuição desse direito e nem demonstrou qualquer fundamentação ou origem deste “privilégio”, como ele próprio denomina. Além do mais, tratava-se de uma propriedade de caráter intangível e imaterial.

³⁵² DEBEER, 1978, v. 5, p. 795-796, tradução nossa, grifo nosso.

³⁵³ DEBEER, loc. cit., tradução nossa, grifo nosso. “[...] be it further enacted that no book, pamphlet, portraiture or paper printed with the name of the author or publisher upon it shall within ____ years after its first edition be reprinted with or without the name of the author to it without authority given in writing by the author or somebody entitled by him [...]”

³⁵⁴ LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

³⁵⁵ HUGHES, 2006, p. 3.

Ao ler as propostas de propriedade e sua limitação apresentadas no *Memorandum*, Seana Shiffrin afirma que Locke não teria sido contrário ao uso da sua teoria do trabalho da propriedade com relação a obras de grande expressão.³⁵⁶ Desse modo, a teoria lockeana de que o trabalho gera a propriedade poderia ser a sustentação do argumento de propriedade do autor, conforme definição apresentada no capítulo V, *Da propriedade*, da obra *Segundo tratado sobre o governo civil*, de 1690, na seção 27:

27. [...] Sempre que **ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou**, mistura **nisso o seu trabalho** e a isso **acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade**. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho, adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens.
357

A primeira observação a ser colocada na leitura desse excerto é se a propriedade aí definida se referia a algo imaterial e intangível. A outra é acerca da real natureza do objeto manipulado pelo autor, ou seja, as ideias, a *matéria-prima* que o permite compor suas obras.

Lior Zemer responde de modo afirmativo a primeira questão, pois atribui à proximidade de publicação entre o *Segundo tratado sobre o governo civil* (1690) e o *Memorandum* (1694) como sinalizadora de que Locke concebia os termos “trabalho” e “propriedade” nas esferas materiais e imateriais, simultaneamente.³⁵⁸ Segundo Zemer, Locke se refere à propriedade em diferentes situações na sua filosofia política, indicando uma concepção genérica de propriedade como uma série de direitos e privilégios abarcando possessões tradicionais e intangíveis, como a vida e liberdade. Assim, no *Segundo tratado sobre o governo civil*, Locke fornece exemplos de propriedades convencionais como a madeira, a terra cultivável etc, e ressalta que cada homem guarda a propriedade de sua própria pessoa. Zemer se apóia nesta colocação acerca da personalidade para alegar que as expressões intelectuais são compreendidas no conceito de propriedade lockeana.³⁵⁹

³⁵⁶ SHIFFRIN apud HUGHES, 2006, p. 3..

³⁵⁷ LOCKE, 1994, p. 42, grifo nosso.

³⁵⁸ ZEMER, Lior. The making of a new copyright lockean. In: *Harvard Journal of Law & Public Policy*, v. 29, 2006, p.891-947. Zemer analisou os argumentos de propriedade manifestos no *Memorandum* à luz das obras filosóficas de Locke, não se restringindo ao capítulo V (Da propriedade) do *Segundo tratado do governo civil*, mas se estendendo principalmente a *Ensaio acerca do entendimento humano*, no qual Locke afirma que a aquisição do conhecimento se dá por meio da experiência.

³⁵⁹ ZEMER, op. cit., p. 906-907.

Para reforçar essa afirmação, Zemer busca suporte nos escritos políticos de Locke sobre o uso do trabalho na esfera intelectual. Ele observa em *Labour* (1693), publicado no *Political Essays*, que Locke concebe o trabalho como manual e intelectual. Este último é atribuído aos *gentlemen* e acadêmicos, cujo trabalho Locke denomina como sendo mental, ou seja, realizado por meio do “pensamento e leitura”.³⁶⁰

Se para Locke, a realização do pensamento depende inteiramente das ideias, então elas são a matéria-prima necessária para o exercício intelectual executado pela mente. Ele afirma que as ideias não são inatas ou originais já estampadas na mente, a qual é comparada a um papel branco. Complementa mencionando que o campo comum de acesso a essas ideias é o da experiência, cuja aquisição se dá pela observação e reflexão dos objetos externos e das percepções internas apreendidas por nossa mente, suprindo-a com o entendimento.³⁶¹

Dessa forma, podemos refletir sobre o caráter do objeto manipulado pelo autor, o modo como a ideia está disposta, bem como a forma que ela assume enquanto produto intelectual, após ser trabalhada pelo autor. Assim, com base na definição de Locke, a ideia possui um caráter coletivo e não individual, pelo fato de ela se apresentar num campo de experiência repleto de outras ideias pré-existentes apreendidas pela observação e reflexão, visto que elas não são inatas e que a própria mente, para ser preenchida, necessita dessa interação.

Locke menciona que todas as ideias derivam das percepções sensoriais que, por sua vez, fornecem as ideias para as operações da mente. Sem essa relação interdependente entre essas duas fontes, o entendimento não vislumbra nenhuma ideia. Para ele, esses dois recursos “contêm todo o nosso estoque de idéias”, afirmando também “que não temos nada em nossas mentes, a não ser o derivado de um desses dois meios”, ou seja, das percepções sensoriais e do exercício mental.³⁶²

Portanto, o autor mistura seu trabalho com ideias pré-existentes de caráter coletivo, proveniente da experiência. Nesse caso, seu trabalho é designado pela habilidade do autor em ampliar essas ideias, combinando-as de infinitas maneiras. Segundo Zemer, essa operação de

³⁶⁰ Ibid., p. 908-910.

³⁶¹ LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999, p. 57.

³⁶² LOCKE, op. cit., p. 58-59.

extensão do estoque de ideias resulta em um produto intelectual que se junta às mercadorias contempladas na teoria lockeana do trabalho.³⁶³

No entanto, é necessário atentarmos ao fato do duplo caráter das ideias: o autor, ao misturar seu trabalho nesse recurso, não gera unicamente um produto, mas também um novo recurso tão necessário para a contínua extensão do estoque de ideias. Então, diferente de muitas mercadorias que se limitam especificamente ao uso, o produto intelectual é o fim e o meio. Ele é, ao mesmo tempo, fonte, recurso e o próprio objeto disponível para o autor permanecer executando o seu trabalho e participar da geração permanente do conhecimento.

Assim, para efetivar essa operação intelectual e, conseqüentemente, estimular o conhecimento, o autor fica condicionado a três fatores primordiais: a forma de acesso a essas ideias, ao grau de interação social que ele se insere e ao propósito da geração permanente do conhecimento.

Qualquer articulação para estabelecer o acesso a essas ideias deve levar em consideração o caráter coletivo da obra autoral, visto que o autor faz parte de uma interação social na qual se constitui a cultura humana. É dessa interdependência social que surgem obras provenientes do trabalho coletivo realizado pelas diversas formas de associações de ideias pré-existentes.³⁶⁴ A comunicação social é o meio de acessar outras ideias e expandir o conhecimento. Locke menciona esse acesso, particularmente, pela leitura como um modo de aprimorar o entendimento que, por sua vez, tem as finalidades de aumentar o conhecimento e nos permitir transmiti-lo aos outros.³⁶⁵

Na leitura das obras de Locke, Zemer aponta um caráter coletivo ao trabalho autoral, proposto pelo filósofo como sugestão a uma propriedade intelectual limitada. Para reforçar essa afirmação, Zemer ainda assinala duas condições presentes na teoria lockeana do trabalho

³⁶³ ZEMER, 2006, p. 910-911; 938; 943. Para sustentar esse argumento, Zemer usa o comentário de Locke sobre a invenção da impressão e da gravura, demonstrando que o seu primeiro inventor já tinha uma ideia prévia de tal invento. Assim, conclui que uma pessoa torna-se o primeiro inventor somente pela combinação de ideias pré-existentes.

³⁶⁴ Ibid., p. 912-913. Zemer aponta no capítulo 4, do seu artigo, vários estudos que abordam o papel da interação social na produção cultural, ou seja, nas obras autorais como fruto do trabalho de natureza coletiva. Ver: COOMBE, Rosemary J. Objects of property and subjects of politics: intellectual property laws and democratic dialogue. In: *Texas Law Review 1853-1863*, n. 69, 1991, p. 913.

³⁶⁵ LOCKE apud ZEMER, 2006, p. 944. Ver: LOCKE, John. Study. In: GOLDIE, Mark (Ed.). *Political Essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 348-349; 365, 366.

que limita essa propriedade, conforme as seções 27 e 31 do *Segundo tratado sobre o governo civil*:

27. [...] Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, **pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade.**

31. Tudo o que um homem pode utilizar de maneira a retirar uma vantagem qualquer para sua existência **sem desperdício, eis o que seu trabalho pode fixar como sua propriedade.**³⁶⁶

Trata-se da “condição da suficiência e qualidade” e do “princípio da não espoliação e do não desperdício”. A posse de algo pertencente ao campo comum implicava deixar-lhe *material* suficiente e em boa qualidade, com sua apropriação comedida a fim de não causar o desperdício ou a espoliação.³⁶⁷

Essa colocação é problemática pelo fato de que o material apropriado pelo autor é a própria matéria-prima necessária aos outros autores inseridos no processo social de geração do conhecimento. Uma vez que a posse de uma ideia é legitimada como propriedade, o acesso ao campo comum da experiência fica condicionado às relações de propriedade. A experiência comum a todos se torna compartimentada por uma série de ideias apossadas individualmente em que seu acesso é mediado apenas pelo mercado, cuja lógica desconsidera o caráter coletivo inerente à produção intelectual.

O limite imposto à propriedade individual do autor não leva em estima que, num certo momento, a exploração das ideias se sujeita ao estado do conhecimento cultural e científico de uma determinada época histórica. Essa situação, na visão Hughes, fere o princípio do “não desperdício”³⁶⁸, visto que o acesso à obra apropriada poderia ter sido maior e ter fomentado o aparecimento de outras ideias no momento exato em que a obra foi divulgada. Esse caráter central da diversificação de ideias se perde com a posterior disponibilização da obra ao domínio público.

Assim, o contato com as ideias apropriadas se restringe aos participantes desse mercado, sítio de sua circulação. Se pensarmos na afirmação lockeana de que “a extensão do

³⁶⁶ LOCKE, 1994, p. 42-43.

³⁶⁷ ZEMER, 2006, p.919-921.

³⁶⁸ HUGHES, 2006, p. 328; DRAHOS, Peter. *The philosophy of intellectual property*. Farnham: Ashgate, 1996, p. 51. Ver também Zemer (2006, p. 924).

conhecimento não pode exceder a extensão das ideias”³⁶⁹, fica evidente que a instituição de uma propriedade em ideias compromete a própria expansão conhecimento. Quanto maior for o contato com as ideias, maior será o alargamento das fronteiras do conhecimento. Dessa forma, o acesso às ideias fica condicionado pelas relações de propriedade que se desenvolvem nesse campo da experiência, tendo como resultado a limitação da própria ampliação do conhecimento.

Essa situação pode ser ilustrada pelo mercado livreiro londrino sob o monopólio da *Stationers’ Company*. Conforme vimos nos capítulos anteriores, a corporação restringia o acesso a importantes obras para obter ganhos lucrativos apenas com a sua venda na forma de títulos de ações para fins de especulação da *English Stock*, não se interessando em publicá-las. Além do mais, ela impedia uma ampliação do conhecimento, se negando a publicar novas obras de autores como George Wither e do próprio Locke, que empreendeu a tradução de *Aesop’s Fables* sem poder divulgá-la na língua inglesa.

A Companhia ilustrou uma forma de regulação do mercado das ideias sem levar em conta o seu caráter coletivo. Em detrimento do valor social das obras, apenas se concentrou nas oportunidades lucrativas proporcionadas por esse valor ao desfrutar de um direito de propriedade exclusiva que, embora não legítimo se visto à luz da teoria lockeana, era confirmado pela política regulatória dos atos e decretos reais.

A despeito de tal problemática mencionada, os princípios de “suficiência e qualidade” e da “não espoliação e do não desperdício” são vistos por Zemer tanto como meio de explicar a limitação sugerida por Locke à propriedade do autor como para elucidar a sua oposição ao monopólio da Companhia, que gozava de direitos perpétuos em obras autorais.³⁷⁰ Desse modo, a posse da corporação não se justificava por um trabalho, mas por um privilégio que lhe permitia praticar a espoliação num campo alheio. Ela não cumpria o princípio de suficiência e qualidade, visto que o mercado inglês era carente de obras clássicas, cujas publicações eram destituídas de qualidade. Assim causava prejuízo não só aos autores, pois se apropriava das suas propriedades originadas no trabalho que lhe reservava tal direito, mas também à comunidade leitora e acadêmica.

³⁶⁹ LOCKE, John. Some thoughts. In: GOLDIE, 1997, p. 348-349.

³⁷⁰ ZEMER, 2006, p. 925.

Portanto, para Zemer, o reconhecimento da propriedade do autor por um tempo determinado compreendia um sistema de direito autoral sob os princípios de “suficiência e qualidade” e da “não espoliação e não desperdício”. A finalidade era possibilitar o acesso público para fins educacionais e de aprendizagem. Assim, em sua opinião, essas condições seriam um meio de equilibrar o interesse individual do autor com o do público.³⁷¹

No entanto, a própria limitação nos coloca a questão acerca do valor social gerado exatamente durante o tempo de duração da propriedade autoral. Quando este termo se finda, a obra não possui mais o mesmo o valor social que tinha quando foi publicada. Portanto, a questão é como se apossar dessas ideias a fim de garantir o princípio de suficiência e qualidade sem causar prejuízo algum aos autores e a todos os envolvidos no ato de ampliação do conhecimento. Limitar o acesso às ideias prejudica tanto o autor quanto o público, visto que restringe a possibilidade de participação de ambos no processo de diversificação das ideias e na ampliação do conhecimento.

Embora Zemer justifique essa limitação em termos teóricos encontrados na própria filosofia de Locke, é importante ressaltar que tal proposição de propriedade se deu em um contexto de um debate para se criar uma nova regulamentação do setor de impressos. Em termos de regulação, existe o *Estatuto do Monopólio de 1624* como um dado histórico que, de certa forma, abriu um precedente de regulação em torno do tema. Assim, podemos fazer um paralelo da sugestão lockeana de propriedade limitada com a primeira experiência de regulação do setor industrial estabelecida por esse estatuto.

Na tentativa de retirar o poder arbitrário do rei, em conceder indiscriminadamente uma série de patentes industriais, esse estatuto estabeleceu a concessão de patentes apenas aos inventores de novas manufaturas estratégicas ao Estado por um período limitado de 14 anos, e outro de 21 anos para as patentes já existentes.³⁷²

³⁷¹ ZEMER, loc. cit. Tanto no *Memorandum* como na correspondência enviada à Clarke, Locke sugere que três cópias de cada obra impressa sejam enviadas à biblioteca real, *The King's Library*, e as universidades de Oxford e Cambridge. Ver também King (1830, p.386); De Beer (1978, p. 795, 796).

³⁷² Certamente, esse foi um precedente que poderia muito bem ter sido exemplo para Locke e os parlamentares dos anos de 1690, visto que eles estabelecerão na futura lei de *copyright* esses mesmos termos de proteção de 14 anos para as obras novas e os mesmos 21 anos para as obras já publicadas. Ver: HULME, E.W. The history of the patent system under the prerogative and at common law: a sequel. In: *Law Quarterly Review*, n.16, 1900, p. 44-56; FOX, H.G. *A study of the history and future of the patent monopoly*. Toronto: University of Toronto Press, 1947, p. 125; LOEWENSTEIN, 2002, p.140.

Relembrando que esse estatuto na época havia excluído as máquinas de impressão e a manufatura do livro, podemos perceber em Locke uma proposta semelhante, só que direcionada à área do comércio de impressos, visto que este ainda era regido pelo monopólio e censura. Portanto, Locke sugere estabelecer uma propriedade limitada que paradoxalmente substitui o monopólio perpétuo corporativo, desfrutado pela Companhia, por uma espécie de monopólio privado, mesmo que abreviado.³⁷³

Embora questionado, o sistema de privilégios tinha sido o modo de experiência regulatória das principais atividades econômicas. Levando isso em consideração, podemos conjecturar que Locke, ao propor um direito autoral, poderia ter resgatado a concepção da ideia de propriedade, já praticada pelos livreiros da corporação, porém imputando-lhe um limite e conferindo-a ao autor em contraposição à propriedade perpétua concedida ao editor.

As palavras de Locke exortam o parlamentar a inserir uma provisão que possa conferir “privilégio” ao autor ou aos seus cessionários. Isso nos permite supor tratar-se da mesma prática de atribuição de um especial benefício, só que agora estatutário: um dispositivo regulatório proveniente de uma discussão parlamentar e não de uma vontade arbitrária do rei.³⁷⁴ Portanto, a conferência dessa propriedade, ainda que limitada, pode ser vista dentro da lógica do privilégio, pois cria um exclusivismo que mais visa acumular capital do que apenas garantir o retorno do investimento.³⁷⁵

Com receio de criar exclusivismo, Clarke e Freke assumiram uma posição diferente de Locke em relação à questão da propriedade, como podemos ver na carta de 21 de março de 1695:

³⁷³ Conforme veremos a seguir, essa sugestão de Locke será acatada no *Estatuto da Rainha Ana*. Ao introduzir um *copyright* limitado, esse estatuto criou um monopólio privado, apesar de a obra autoral ser um resultado de ideias coletivas. Ver: BOLDRIN, Michele; LEVINE, David K. *Against intellectual monopoly*. New York: Cambridge University Press, 2008, p. 44-45.

³⁷⁴ BELL, Tom W. Copyright as intellectual property privilege. In: *Syracuse L. Rev.*, v. 58, 2007, p. 1-25; 17. Nesse artigo, Bell discute a definição de *copyright* como um tipo de privilégio intelectual e não uma espécie de propriedade. Embora o *copyright* possua atributos de propriedade, ele pode ser visto como um benefício concedido por ação parlamentar. Assim, o detentor desse *copyright* seria um titular da cópia (*copy-holder*) e não um proprietário (*copy-owner*). Sobre a análise da correspondência de Locke, Bell aponta que o próprio Locke não considerou sua teoria da propriedade com relação à questão da propriedade literária. Ao contrário, esta só existia pela concessão parlamentar.

³⁷⁵ DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1965, p. 114- 124. Isso sinaliza a perpetuação vigorosa das práticas monopolistas criadas para fomentar o desenvolvimento econômico das nascentes cidades. Vistas como necessárias para proteger a cidade e a qualidade do produto, essas práticas proporcionaram ganhos excepcionais, pois eliminaram a concorrência. No entanto, elas foram sendo incorporadas como condições necessárias ao funcionamento econômico.

Não é necessário nenhum **novo cuidado a ser tomado acerca da propriedade**, pois é uma **regra na Lei** que, onde houver dano e injúria, esses prejuízos podem ser recompensados em uma ação sobre o caso e qualquer pessoa que imprimir minha Cópia, me ofende e me prejudica, portanto, eu tenho a mesma garantia por esta propriedade como alguém tem por outra qualquer.³⁷⁶

Clarke e Freke foram cautelosos em afiançar uma legislação para proteger a propriedade em ideias materializadas no formato impresso. Eles não viam necessidade disso, visto que a própria lei comum já dispunha de proteção para a propriedade material. Tanto Clarke como Locke almejava acabar com o monopólio da Companhia e com seus mecanismos regulatórios criados ao longo dos quase duzentos anos de domínio estabelecidos no setor livreiro. O registro era o principal instrumento pelo qual a Companhia justificava a proteção da sua propriedade. Até então, este fora ratificado em todos os decretos e atos do Estado. Portanto, Clarke, como relator responsável pelo processo de uma nova lei parlamentar, levava isso em consideração.

Enquanto a saída encontrada por Locke foi proteger a propriedade estabelecendo um monopólio limitado, Clarke sugeriu protegê-la pelas próprias regras da lei que já lidava com qualquer invasão da propriedade privada. Enfim, como aponta Rose, esse tipo de divergência já sinalizava um longo debate caracterizado pela problemática de como proteger a propriedade sem estabelecer o monopólio.³⁷⁷ Dessa forma, nesse primeiro projeto, Clarke não dispôs de nenhuma provisão contemplando a proteção da propriedade, bem como propôs uma cláusula que permitia a impressão em toda a Inglaterra mediante notificação às autoridades designadas. Essa proposição sofreu críticas e o projeto foi rejeitado.³⁷⁸

³⁷⁶ DE BEER, 1978, v. 5, p. 294-295, tradução nossa, grifo nosso. “[T]here needs no new care to be taken about property for tis a rule in Law that where ever there is damnum and injuria it may be recompensed in damages in an action on the case and who ever prints my Coppy injures me and endammages me so that I have the same security for this property that anyone has for any other.”

³⁷⁷ ROSE, 1993, p. 34. Ver também Deazley (2004, p. 10). Segundo Deazley, essas duas posições conflitantes prenunciavam a questão da propriedade como tema chave ao longo do debate. Acerca do fim da censura, Locke e Clarke concordavam que os livros sediciosos poderiam ser tratados pela lei, não havendo necessidade da permanência da política de censura. Ver: Memorandum. In: KING, 1830, p. 376; House of Commons’ Journal, v. 11, 17 Abril 1695. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.britishhistory.ac.uk/report.aspx?compid=39156&strquery=regulating%20printing#s3>>. Acesso em: 11 jun 2012.

³⁷⁸ House of Commons’ Journal; v. 11, 1 Abril 1695. In: *British History Online*. Disponível em: <www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=39142#s5>. Acesso em: 11 jun 2012. Ver: DEAZLEY, op. cit., p. 14. Essa provisão definiu Londres, Westminster e seus arredores, Oxford, Cambridge, York, Bristol, Norwich e Exeter como os lugares permitidos para o estabelecimento da prática da impressão. Além disso, a publicação implicava o envio de uma cópia impressa a um inspetor designado contendo o nome do impressor e o local. Todos os livros que não infringissem as leis de Deus e do reino estariam livres para a publicação sem prévia autorização.

O seguinte projeto de lei, proposto em novembro de 1695, apresenta provisões de caráter semelhante ao *Ato de 1662*.³⁷⁹ Elas restringem o local de impressão, ordenam o impressor a colocar seu nome e local nos livros e enviá-los às autoridades designadas, bem como permitem a livre impressão apenas para publicações de conteúdo conforme as leis divinas e do reino, sem definir exatamente a natureza dessa conformidade.³⁸⁰

Apesar dessas reminiscências do licenciamento anterior sob a censura, esse projeto insere duas cláusulas a respeito da propriedade em livros: uma se dirigia à pessoa que imprimisse qualquer obra já impressa e apropriada legalmente sem o devido consentimento do proprietário. O infrator deveria pagar à “pessoa na qual a propriedade ou o exclusivo direito de impressão está ou será conferido”; a outra cláusula estabelecia que nenhuma pessoa deveria possuir a “propriedade ou o direito exclusivo” sobre obras “por mais tempo que ___ anos a serem contados a partir da primeira impressão da mesma por tal proprietário a despeito de qualquer lei, estatuto, ordenança ou costume determinar o contrário”.³⁸¹

Essas duas cláusulas retomam a proposta de Locke em estabelecer uma propriedade, porém elas evitam constituir tal titularidade especificamente no autor. A forma como foram redigidas esclarece que tal propriedade é determinada e conferida a qualquer pessoa somente pelo estatuto. Isso se difere da noção de existência de uma personalidade que justifica uma propriedade no autor.³⁸²

A instituição de um limite na propriedade dos livros acarretou objeções por parte das universidades, dos titulares de patentes e, principalmente, da Companhia dos livreiros³⁸³, levando a elaboração de outros dois projetos em 1697 e 1698, os quais também falharam.³⁸⁴

³⁷⁹ House of Commons' Journal, v. 11, 22 Novembro 1695. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=39178&strquery=printing%20press#s13>>. Acesso em: 11 jun 2012. A preparação desse projeto ficou sob a responsabilidade de Clarke e Robert Harley.

³⁸⁰ DEAZLEY, 2004, p. 14.

³⁸¹ Ibid., p. 15.

³⁸² Como Clarke era o responsável por esse projeto, vimos que em sua carta enviada à Locke, este havia se colocado contrário a criar uma lei específica para a propriedade em livros. No entanto, a propriedade contemplada nesse seu novo projeto não trazia os traços de personalidade presentes na proposta de Locke.

³⁸³ DE BEER, 1978, v. 5, p. 475-476; 481-484. Freke e Clarke relatam essas objeções em cartas enviadas à John Locke em dezembro de 1695.

³⁸⁴ Ver: House of Commons' Journal, v. 11, 2 Fevereiro 1697 e v. 12, 12 fevereiro 1698. In: *British History Online*. Disponível respectivamente em: <<http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=39387#s7>>; <<http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=39553#s21>>. Acesso em: 11 jun 2012.

Esse processo de elaboração e rejeição dos projetos propostos permaneceu até o início do século 18 em decorrência das dissensões partidárias. Isso demonstra que a regulação da imprensa não esteve apenas pautada pela questão da propriedade, mas também pela questão política, como veremos a seguir.

4.1.1 O debate veiculado no mercado literário: a escrita como *commodity* e a sua apropriação pelo autor

A demora na aprovação de um projeto de lei pode ser compreendida dentro da dinâmica estabelecida entre a participação pública, os partidos Whig e Tory e a maneira como esse sistema bipartidário passou a conduzir a política na administração econômica e social do Estado.³⁸⁵

Assim, podemos resgatar dois importantes fatos ocorridos no ano de 1694: o *Ato Trienal* e a fundação do Banco da Inglaterra. Ambos nos revelam que a discussão sobre a regulação do setor livreiro estava se dando numa interação política desenvolvida concomitantemente ao regime de mercado creditício, o qual fundava novas relações sociais e políticas mediadas pelo comércio, sobretudo o de gêneros literários.³⁸⁶

O Banco da Inglaterra foi um símbolo da política econômica que associou a prosperidade nacional à estabilidade política cristalizada com o sistema bipartidário. Essa instituição estabeleceu a propriedade fictícia do crédito como instância crucial para o estímulo e intensificação da aquisição de propriedades materiais e imateriais, implicando em uma interação social mediada pela troca de mercadorias, sobretudo as de bens simbólicos.³⁸⁷

³⁸⁵ PORTELA, 2003, p. 54; DEAZLEY, 2004, p. 29.

³⁸⁶ Nesse contexto, o partido Whig incorporou essa nova ordem enquanto os Tories ainda se mativeram numa posição conservadora, sobretudo, em questões religiosas. Isso justificará suas propostas de lei para manter a censura na impressão.

³⁸⁷ PORTER, Roy. *English society in the Eighteenth Century*. New York: Penguin Books, 1990, p. 188; DICKSON, P.G.M. *The financial revolution in England: a study in the development of public credit, 1688-1756*. Londres: Mcmillan, 1967. Ver também: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. O processo de produção do capital. 2 T. Capítulos XIII a XXV. (Col. Os Economistas). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996, p. 369-379. Após dois séculos, o filósofo alemão Karl Marx iria descrever esse contexto histórico, na sua obra *O Capital*, para compreender a gênese da acumulação capitalista. Marx utiliza, como uma de suas fontes, os escritos do Visconde de Bolingbroke, político pertencente ao Partido do País [*Country*], que fazia oposição às novas medidas da economia política. Para Marx, o sistema colonial, o sistema da dívida pública, o sistema moderno de impostos e o sistema de protecionismo foram os elementos responsáveis pela acumulação primitiva de capital na Inglaterra a partir do final do século 17. O pensador atribui à dívida pública um destaque significativo na gênese da era capitalista, ao servir como uma poderosa propulsora dessa

É pertinente apreendermos esse contexto econômico e político, visto que a regulação da imprensa e do comércio livreiro já estava sendo pensada em termos de propriedade imaterial da obra literária. Isso nos leva a vislumbrar a influência desse contexto de trocas de bens móveis e fictícios como base real nos argumentos de propriedade colocados no debate. A Companhia dos livreiros, por exemplo, já tinha concebido a ideia de propriedade imaterial para defender seu monopólio, embora, sob a ótica conservadora, igualando a propriedade em livros a bens imóveis como a terra. Além disso, esse setor de bens simbólicos se tornou um campo estratégico para a veiculação ideológica partidária.

Com o *Ato Trienal*, o Parlamento era dissolvido a cada três anos, quando ocorriam novas eleições. Essas se tornaram mais frequentes de modo que houve não menos que 10 eleições entre 1695 e 1715. Isso significou uma efervescência política entre eleitorado e políticos, estabelecendo uma relação diferente entre a Coroa e o Parlamento na condução da forma de governar a nação.³⁸⁸

Downie assinala que esse Ato, combinado com o fim do sistema de licença, resultou no crescimento da produção da literatura política. Composta por jornais e periódicos literários, esses novos gêneros veiculavam questões públicas e, por isso, tornaram-se instrumentos para influenciar a opinião do público. Dessa forma, a imprensa passou a ser vista como o “quarto estado”, muito utilizado como propaganda política na luta entre os partidos Tory e Whig.³⁸⁹ Ambos os partidos utilizaram esses gêneros impressos para discutirem o impacto da importância social dessas novas formas de propriedade na identidade política do sujeito.

Nessa discussão partidária, Pocock identificou um resgate do discurso republicano que via na propriedade da terra a base para a liberdade do cidadão para a sua atuação política. No entanto, essa condição estava sendo ameaçada pelo sistema creditício que criava novas formas de propriedade e instituíra uma relação de dependência entre credores e devedores. Essa característica flutuante do ganho e da perda na troca de posses, e posse de coisas

acumulação do capital. Ele destaca a fundação do Banco da Inglaterra como o início do surgimento de novos bancos “adornados de títulos nacionais”, sustentados por sociedades de especuladores privados os quais, por meios de privilégios, emprestavam dinheiro ao Estado. Ele classificava esses rentistas como uns “lobos da bolsa” e uma “ninhada de bancocratas”.

³⁸⁸ HOLMES, 1987, p. 218. Ver: PLUMB, 1967, p. 29; OLSEN, Kirstin. *Daily life in 18th-century England*. Westport: Greenwood Press, 1999, p.6. (Daily life through history series). De acordo com Plumb, o controle desses votantes era outro fator necessário para a estabilidade política. E isso se tornou um desafio, visto que esse eleitorado crescente estava fragmentado por questões religiosas, ideológicas e de distintos interesses.

³⁸⁹ DOWNIE, J. A. *Robert Harley and the press: propaganda and public opinion in the age of Swift and Defoe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 1.

diversificadas e até fictícias, impossibilitava assegurar a virtude cívica e a liberdade necessárias ao cidadão para instituir uma relação autônoma com o Parlamento, direcionada ao interesse público.³⁹⁰

Dessa forma, o comércio foi visto de modo ambíguo, por ser portador da cultura e do conhecimento numa relação que parecia impelir o homem a abrir mão de seus instrumentos de liberdade (as propriedades imóveis) para se autoafirmar, se especializar e se alienar nas relações de trocas. Nessa moderna sociedade comercial, a terra tornava-se mais um bem de troca, mais uma forma de renda, perdendo sua função estritamente social para ganhar caráter mercantil.

A apreensão acerca da redefinição de uma nova personalidade política acabou sendo respondida pelos próprios ideólogos Whigs. Para eles, a troca de bens era um dos elementos inerentes à socialização e, portanto, à constituição de uma personalidade política atuante numa própria esfera de discussão pública. Inclusive, essa ideia pode ser ilustrada por uma carta enviada ao Parlamento em 1697, cujo autor é anônimo e opina sobre a elaboração do projeto de lei para regular o comércio livreiro.³⁹¹ Nessa correspondência, podemos identificar a importância do comércio de impressos, desprovido de qualquer censura, para o acesso a livros e a outros gêneros literários, necessários para estimular a discussão pública e promover o entendimento que deve ser compartilhado na comunicação.

Assim, o autor anônimo expõe o argumento da liberdade de expressão como necessária para promover a atuação do indivíduo no debate sobre temas de interesse público. Ele exemplifica uma série de livros necessários para se adquirir o entendimento e afirma ser a imprensa uma forma de o público discutir as questões religiosas e políticas, visto que não podem se reunir conforme seus representantes em assembleias no Parlamento. O autor se apoia na razão da condição de os homens serem criaturas sociáveis e racionais capazes de usar

³⁹⁰ POCCOCK, J.G.A. *The machiavellian moment: florentine political thought and the republican tradition*. New Jersey: Princeton University Press: 1975, Capítulos 12, 13 e 14; POCCOCK, J.G.A. *The machiavellian moment revisited: a study in history and ideology*. *The Journal of Modern History*. Chicago, v. 53, n.1, mar.1981, p. 49-72.

³⁹¹ A letter to a member of Parliament, showing that a restraint on the press is inconsistent with the protestant religion, and dangerous to the liberties of the nation (1697). “Uma carta ao membro do Parlamento, mostrando que a restrição da imprensa é inconsistente com a religião protestante, e perigosa às liberdades da nação (1697).” In: COBBETT, William. *Parliamentary history of the England: from the Norman conquest, in 1066, to the year of 1803*. London: R. Bagshaw, Bryddge Street, Covent Garden, 1809, v. 5. Ver também: *Notes and queries: medium of inter-communication for literary men, artists, antiquaries, genealogists, etc.* London: George Bell, 186. Fleet Street, 1851, v. 2, p. 427.

seus pensamentos e comunicá-los entre si livremente: nisso “consiste a dignidade e liberdade da natureza humana, sem a qual nenhuma outra liberdade pode ser assegurada”.³⁹²

Essa declaração toca na resposta formulada pelos ideólogos Whigs, entre os quais se destaca Daniel Defoe. Ele foi um dos principais promotores da ideia de uma civilidade constituída no comércio. Para contrapor à ameaça de alienação do indivíduo imerso no comércio, esses ideólogos propuseram uma ética da *politeness*, denominada de “*polite whiggism*”, ou seja, o cidadão polido, instruído, atuando no mercado, de modo a ampliar e contribuir com a expansão da sua capacidade racional.³⁹³ Defoe destacou o papel da impressão na promoção da aprendizagem dizendo ser ela “uma útil invenção para aperfeiçoar um mundo instruído, tornar o homem civilizado e aumentar o conhecimento”.³⁹⁴ O desenvolvimento dessa civilidade compatível com a sociedade moderna se daria pela associação entre comércio e conversação social.

Essa prática de comunicação social, mencionada como necessária na carta do autor anônimo, pode ser também ilustrada pelo aparecimento das *coffee-houses* a partir dos anos de 1660. Elas se estabeleceram como um espaço de sociabilidade frequentado por universitários, negociantes e, sobretudo, por escritores que opinavam sobre literatura e política.³⁹⁵ Segundo

³⁹² COBBETT, 1809, p. cxxxvi; cxlv; cxlix. Coincidentemente, ele fala do *Ensaio acerca do entendimento humano*, como exemplo de livro importante a ser circulado sem qualquer restrição.

³⁹³ POCOCK, J.G.A. *Virtue, commerce and history: essays on political thought and history, chiefly in the eighteenth century*. New York: Cambridge University Press, 1985. p. 237; BURTT, Shelley. *Virtue transformed: political argument in England 1688-1740*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 140- 151.

³⁹⁴ DEFOE, Daniel. *An essay on the regulation of the press* (1704). “Um ensaio sobre a regulamentação da imprensa (1704)” In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 3 dez. 2011.

³⁹⁵ ELLIS, Markman. *The coffee-house: a cultural history*. London: Phoenix, 2005, p. 75; 201; 220-224. Ellis aponta o interesse nas *coffee-houses* pelos historiadores do século 19, os quais construíram uma visão da vida social do reinado de Ana. Eles perseguiram a descrição, feita pelo historiador britânico whig Thomas B. Macauley, como sendo a mais importante instituição política conforme sua pesquisa feita na cultura panfletária literária e satírica do período da Restauração até o início do século 18. Essa visão foi rearticulada após a Segunda Guerra, por meio dos estudos alemães das *coffee-houses* desde Dryden até Addison. Dentre esses pesquisadores, destaca-se Hans Speir, para quem as *coffee-houses* eram espaços públicos de debate político e literário. Essa visão influenciou filósofos e sociólogos como Jurgen Habermas que, em 1962, propôs uma teoria do aparecimento da esfera pública no século 18 devido ao surgimento das novas instituições sociais, entre elas está a imprensa. A bibliografia atual vem inserindo uma interpretação nova, a fim de caracterizar as *coffee-houses* como espaços ideológicos, cujas discussões muitas vezes levavam ao vazio. Pocock caracteriza o “*polite whiggism*” como ideologia para a sociedade moderna imersa nas trocas comerciais, da qual Defoe foi o grande ideólogo. A base desses recentes estudos está nos panfletos dos satiristas *Tory*, como Swift, e Alexander Pope, John Gay e outros, os quais apontavam uma falta de fundamentação do conhecimento na proliferação de textos provenientes dos escritores de *Grub-Street*. Ver: CALHOUN, C. *Habermas and the public sphere*. Massachusetts and London: Massachusetts Institute of Technology, 1992; HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública burguesa: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro 2003; COWAN, Brian, Mr. Spectator and the Coffeehouse Public Sphere. In:

Ellis, muitos desses frequentadores se tornavam escritores de jornais, fazendo das *coffee-houses* um local de constante fluxo de informação e ideias importantes para o desenvolvimento de uma razoável cultura. Após 1695, as oficinas de impressão e as *coffee-houses* formaram conjuntamente um circuito de produção e consumo de notícias impressas.³⁹⁶

Com a concepção da leitura como prática essencial na formação de um sujeito polido, apareceram periódicos como *The Tatler* e *The Spectator*, ambos de Richard Steele e Joseph Addison, o *Examiner*, de Jonathan Swift e *The Review*, de Daniel Defoe.³⁹⁷ Esses escritores profissionais fizeram parte da estrutura de propaganda partidária erigida a partir do final dos anos de 1690³⁹⁸, tornando-se participantes dos principais debates de questões religiosas e políticas, dentre as quais se destacava a regulação do setor de impressos.

Segundo Downie, Swift e Defoe não almejavam apenas influenciar a opinião pública sobre temas da agenda parlamentar, mas também unir opiniões políticas dos partidos dentro do Parlamento.³⁹⁹ Em relação à questão da impressão, Defoe se manifestou publicamente contra o projeto de lei proposto pelos Tories em 13 de janeiro de 1704, o *Licentiousness Bill*⁴⁰⁰. Em 19 de janeiro de 1704, quando o comitê já tinha feito a segunda leitura e estava relatando aos Comuns que havia passado o projeto com várias alterações, Defoe publicou *Um ensaio sobre a regulamentação da imprensa*.⁴⁰¹

Eighteenth-Century Studies, Critical Networks, v. 37, n. 3, p. 346, primavera 2004; THORNE, Christian. Thumbing our nose at the Public Sphere: satire, the market, and the invention of literature. In: *The Modern Language Association of America*, PMLA, v. 116, n. 3, p. 534-535, mai. 2001.

³⁹⁶ ELLIS, 2005, p. 69.

³⁹⁷ PORTELA, p. 163-165. Ver: DOWNIE, 1979, p. 7-10. Os ensaios publicados no *Examiner* por Swift eram o arquétipo Tory, defensor da Igreja Anglicana, contrários à entrada da Inglaterra na guerra de sucessão espanhola e também ao interesse monetário em detrimento do fundiário. *The Review* era o periódico destinado aos Whigs. Seus ensaios mostravam oposição à prerrogativa real, inclinação à causa protestante e defesa pela separação entre a Igreja e o Estado. *The Review* alcançou uma circulação de mil cópias por edição, sendo bastante lido nas *coffee-houses* que proporcionavam sua assinatura para os clientes. O periódico *The Spectator* estimulava as pessoas a frequentarem as *coffeehouses*. *The Tatler* e, depois, *The Spectator* foram os prediletos dos Whigs. Cowan assinala que o projeto desse último periódico cumpria com as demandas da agenda dos últimos anos de governo da Rainha Ana: “a reforma e a disciplina da sociabilidade pública estava no coração dessa agenda”. Ver: COWAN, Brian, 2004, p. 346.

³⁹⁸ DOWNIE, 1979, p. 2.

³⁹⁹ Ibid., p. 7;10.

⁴⁰⁰ *Bill to restrain the licentiousness of the press*. “Uma proposta de lei para prevenir a licenciosidade da imprensa.” Ver: PORTELA, 2003, p. 135; DEAZLEY, 2004, p. 25.

⁴⁰¹ DEFOE, Daniel. An essay on the regulation of the press. Esse ensaio foi publicado no jornal influente chamado *A Weekly Review of the affairs of France*. In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, tradução nossa, grifo nosso. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez. 2012. Ver: DE BEER, v. 8, P. 162-163; DOWNIE, p. 57-79; DEAZLEY, p. 23-25;

Nesse ensaio, Defoe pensa em uma regulamentação que envolva não só a demanda pela liberdade de expressão, mas também contemple a questão comercial, ou seja, ele trata a problemática do licenciamento da impressão sob o ponto de vista político e econômico. Segundo ele, a restauração de um sistema de licenciamento naquela conjuntura partidária poderia tornar a imprensa escrava de um partido, impondo suas opiniões em detrimento do diálogo entre ideias divergentes. Em sua visão, isso implicaria perdas ao comércio e à aprendizagem, provocando a “proibição do conhecimento e tornando a instrução um contrabando”, ou seja, em algo ilícito.⁴⁰²

Suponha que o licenciador seja de um determinado partido e, diante de um livro, cujo escritor é do partido oposto ao seu, ele diga “Eu conheço esse autor, ele é um maldito whig ou um fanático, eu não licenciarei nenhum de seus escritos,” [...] de fato, uma submissão absoluta da imprensa à vontade de um licenciador implica colocar todo o comércio de livros e toda a instrução sob o poder arbitrário de um homem mercenário.⁴⁰³

Defoe se opõe claramente à interferência de intermediários no fluxo produtivo da impressão e, por sua vez, no desenvolvimento do conhecimento. Ao invés de a lei restringir, ela deve priorizar uma aprendizagem contínua pelo acesso irrestrito aos conteúdos impressos por meio do comércio legal.

Para solucionar a proliferação de impressos sediciosos, sua proposta é criar uma lei que estabeleça o crime e uma punição, bem como identifique o nome do autor na página de

COBBETT, W. *The parliamentary history of England: from the earliest period to year 1803*, v. 6, 1702-1714. London: T.C. Hansard; Peterborough-Court; Fleet-Street, 1810, p. 327. Em carta enviada a Locke no mesmo dia da proposição desse projeto pelos Tories, Clarke o nomeou como “projeto para impedir a liberdade da imprensa”, pois representava um retorno ao antigo sistema de licenciamento. O parlamentar manifestou o anseio de que o projeto fosse rejeitado na sua segunda leitura. Segundo Downie, tratava-se de um projeto da High Church para impedir o funcionamento da imprensa Whig. Esse projeto, chamado de *Licentiousness Bill*, foi proposto dez dias após a reclamação feita na Casa dos Comuns contra o jornal *The Observer*, de John Tutchin, no qual continha críticas acerca do *Occasional Conformity Bill*, um projeto também Tory que impedia o acesso de protestantes a rituais da Igreja Anglicana. Essas críticas foram classificadas como quebra de privilégio parlamentar, por emitir opinião sobre procedimentos em andamento no Parlamento, além de serem taxadas como escandalosas e sediciosas.

⁴⁰² DEFOE, An essay on the regulation of the press, p. 3-4, tradução nossa, grifo nosso. In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. “To put a general stop to publick printing, would be a check to Learning, a Prohibition of Knowledge, and make Instruction Contraband [...] It makes the Press a slave to a Party [...]”

⁴⁰³ Ibid., p. 5;10, tradução nossa. “Then suppose this or that Licenser, a Party-Man, [...] suppose him of any party, which you please, and a man of the opposite Kidney, brings him a Book, he views the Character of the Man, O, says he, *I know the Author, he is a damn'd Whig, or a rank Jacobite, I'll License none of his Writings* [...] indeed an absolute submitting the Press to the will of a Licenser, is bringing the whole Trade of Books, and the whole Body of Learning, under the Arbitrary Power of Mercenary Men”. Após a publicação do *An essay on the regulation of the press*, Downie aponta outro panfleto, no qual o autor anônimo zomba das intenções ridículas dos homens da *High Church* em propor o retorno da censura, a fim de evitarem as críticas dos “malditos whigs” feitas por meio da imprensa. Ver: DOWNIE, 1979, p. 68.

título.⁴⁰⁴ Portanto, o futuro autor do “pseudo-autobiográfico *Robinson Crusoe*” sugere uma identificação compulsória do autor como alternativa ao sistema de licenciamento.⁴⁰⁵ Assim, a transgressão seria tratada por evidências e fatos contemplados na lei e não pela vontade arbitrária de um censor.⁴⁰⁶

Essa proposta recebeu críticas do escritor Matthew Tindal e de Jonathan Swift. Tindal concebia a identificação compulsória como um meio de inibição à crítica política e Swift, apesar de desejar uma regulamentação, pensava na liberdade de sua imaginação em criar personagens autores como Gulliver, por exemplo, assim como fez Defoe ao tornar em autor o próprio Robinson Crusoe.⁴⁰⁷

Paradoxalmente, trata-se de uma sugestão típica das leis tradicionais de licenciamentos anteriores, pois enquadra a atividade da escrita em uma zona limítrofe entre o crime e a legalidade.⁴⁰⁸ No entanto, ao criar um responsável pelo conteúdo impresso, Defoe passa a dar validade legal ao autor, fazendo com que seus interesses sejam considerados no processo de regulamentação. Trata-se das implicações autorais como parte da cultura do libelo, do seu reconhecimento como profissional no mercado de impressos, pois Defoe atrela a sua proposta de ordem punitiva à questão proprietária.⁴⁰⁹ O autor não deve ser visto apenas como instrumento de uma política regulatória para suprimir libelos, ou melhor, se ele é passível de punição pelos seus escritos, estes obrigatoriamente devem ser reconhecidos pela lei como objetos de sua posse. Portanto, o autor não é somente o infrator, sujeito à lei. Esta também o defende protegendo sua obra contra outros infratores. Defoe articulou essa ideia da seguinte maneira:

[...] seria inexplicavelmente grave fazer um homem responsável pelos prejuízos **de algo que ele não deve colher o benefício [...]; não há lei tão desejada na Nação em matéria de comércio e Propriedade Civil** como esta [...]

⁴⁰⁴ DEFOE, *An essay on the regulation of the press*, p. 21; 24.

⁴⁰⁵ LOEWENSTEIN, 2002, p. 227. O nome de Defoe não aparece na primeira edição de *Robinson Crusoe* publicada em 1719, mas sim a indicação de que o romance foi escrito pelo próprio Crusoe. Portanto, apesar de sua proposta, Defoe se mantém no anonimato.

⁴⁰⁶ DEFOE, *An Essay on the regulation of the press*, p. 9;19.

⁴⁰⁷ LOEWENSTEIN, 2002, p. 227-229.

⁴⁰⁸ PORTELA, 2003, p. 136.

⁴⁰⁹ ROSE, 1993, p. 35. Rose afirma que Defoe, ao colocar a questão da propriedade, segue uma linha de pensamento bem estabelecida que vai além da ordem ideológica da punição.

Mas se um autor tem direito de ação dado-lhe pela lei, não contra ele, quem somente deve imprimir sua cópia, **mas contra o editor também**; e esta lei sendo completa e expressa, o mal se findará, pois ninguém ousará vender o livro, quando um **vil pirata** terminar a impressão.⁴¹⁰

Nesse debate público, Defoe roga por uma lei não somente para suprimir libelos, mas para proteger o autor do que ele chama de “ladrões que estão em voga na Inglaterra, onde não há nenhuma lei para puni-los”. Defoe nomeia esses ladrões de impressores e livreiros que, sem autorização, se apossam de obras alheias, imprimindo-as de modo integral ou resumido em edições de formatos reduzidos com papéis de baixa qualidade.⁴¹¹

Nessa exposição de Defoe, notamos uma proposta de atar o livro impresso ao autor numa relação de propriedade e seu possuidor. Para Loewenstein, essa relação corresponde à visão de Foucault sobre a origem da propriedade intelectual em que a propriedade sucede a punição. Assim, conclui que o argumento de Defoe fundamenta a propriedade como recompensa pelo perigo e como defesa de apropriação de sua obra pelos piratas, pois concebe que, após a transferência do livro ao editor e após a sua publicação contendo seu nome, o controle do autor deve ser tão durável quanto a sua culpabilidade.⁴¹² Esse paralelo pode ser percebido quando Defoe condiciona a punição da lei ao prévio reconhecimento da propriedade do autor: “se o autor não possui o direito sobre um livro, após tê-lo composto, e não tem a lei para protegê-lo, torna-se difícil pretender puni-lo.”⁴¹³

No argumento de Defoe, podemos perceber uma tentativa de eliminar o censor e o *stationer* como intermediários entre o autor e o livro. Ele pretende suprimir o poder arbitrário do censor e limitar também o poder dos *stationers* ao se apropriarem e lucrarem isoladamente sobre a obra do autor. Com a lei, o impressor e o editor seriam obrigados a colocar o nome do

⁴¹⁰ DEFOE, *An Essay on the regulation of the press*, p. 28, tradução nossa, grifo nosso. “’Twould be unaccountably severe, to make a Man answerable for the Miscarriages of a thing which he shall not reap the benefit of if well perform’d; there is no Law so much wanting in the Nation, relating to Trade and Civil Property [...] But if an Author has a Right of Action given him by Law, not against him only who shall print his Copy, but against the Publisher of it also; and this Law being made full and express, the Evil will die, for no body will dare to sell the Book, when the villainous Pirate has finish’d the Impression.”

⁴¹¹ DEFOE, *An Essay on the regulation of the press*, p. 27.

⁴¹² LOEWENSTEIN, 2002, p. 216; 232. Para Loewenstein, o desejo de Defoe era tornar o autor participativo nos lucros provenientes da venda contínua de seu livro: o corpo responsável penalmente pelo livro era o mesmo corpo que poderia continuar lucrando com ele.

⁴¹³ DEFOE, *An Essay on the regulation of the press*, p. 27-28, tradução nossa. “For if an Author has not the right of a Book, after he has made it, and the benefit be not his own, and the Law will not protect him in that benefit, ’twould be very hard the Law should pretend to punish him for it.”

autor na página de título, fazendo com que o autor fosse reconhecido com o livro. Esse atrelamento faria do *stationer* um sujeito secundário com a lei de autoria compulsória.⁴¹⁴ Assim, na linha divisória entre o crime e a legalidade, Defoe visa criar uma zona proprietária com acesso restrito primeiramente ao autor e, depois, aos cessionários, cuja proteção deve ser assegurada pela lei contra a tentativa de invasão por qualquer outro não autorizado a transitá-la. Estabelecer uma zona proprietária autoral, por meio de uma lei, significava inserir o autor de forma aparentemente autônoma nas relações de propriedade desenvolvidas no comércio livreiro em expansão.

Defoe era fruto da profissionalização decorrente da expansão desse setor e exercia a sua atividade subsidiada, sobretudo, pelo patronato político, sendo acusado de escrever tanto para os Whigs quanto para os Tories.⁴¹⁵ A sua experiência como escritor ilustra a atividade da escrita numa relação instável estabelecida entre o autor, “operário da pena e do tinteiro”⁴¹⁶, e os agentes do mercado, ou seja, os políticos, os editores da Companhia e os editores dos periódicos e jornais. Um direito concedido ao profissional da escrita pela lei faria do autor um proprietário.

No entanto, esse argumento de propriedade autoral sugerido por Defoe está atrelado à noção proprietária circunscrita à estrutura da sociedade tradicional. Primeiro, porque ele apela por um direito baseado mais numa complementaridade entre punição e recompensa do que no trabalho propriamente executado pelo autor, visto que após publicar sua obra, o autor ainda corre o risco de ser penalizado.⁴¹⁷ Segundo, porque Defoe afirma ser o direito dado pela lei sob a forma de uma patente, podendo o autor transferi-lo por atribuição:

A lei [...] efetivamente suprime esta prática mais vil, pois todo autor, sendo obrigado a inserir o nome no livro que ele escreve, tem, por esta Lei, o direito exclusivo inquestionável à propriedade do mesmo. A cláusula na lei é uma patente para o autor, estabelecendo a propriedade inteiramente nele ou em seu cessionário.⁴¹⁸

⁴¹⁴ LOEWENSTEIN, op. cit., p. 215; 230.

⁴¹⁵ PORTELA, 2003, p. 82.

⁴¹⁶ Ibid., p. 83.

⁴¹⁷ ROSE, p. 38. Rose também aponta que o periódico *Tatler* representava o autor como uma entidade diferenciada pelo esforço de seus estudos. Essa abordagem estava muito mais atrelada à recompensa que o autor deveria receber do Estado do que a um direito natural a ser reconhecido no autor.

⁴¹⁸ DEFOE, *An Essay on the regulation of the press*, p. 27, tradução nossa. “The Law [...], effectually suppresses this most villainous Practice, for every Author being oblig'd to set his Name to the Book he writes, has, by this Law, an undoubted exclusive Right to the Property of it. The Clause in the Law is a Patent to the Author, and settles the Propriety of the Work wholly in himself, or in such to whom he shall assign it [...].”

Defoe usa a patente para ratificar o direito do autor, ou seja, utiliza a expressão máxima do dispositivo de regulação do antigo sistema de privilégios usado na ordenação do comércio. Esse direito ainda tem suas bases na concepção de privilégio, só que ao invés de ser cedido pela prerrogativa real, passa a ser conferido por uma lei parlamentar. Defoe tem também como precedente o *Estatuto do Monopólio de 1624*, que regulamenta as máquinas industriais pelo sistema de patentes com período limitado de 21 anos para as patentes já existentes e 14 anos para novas patentes.

Esse modo de regulamentação da atividade manufatureira era um exemplo muito presente, não só para Locke, como vimos anteriormente, mas também para Defoe. Em 1720, numa publicação destinada aos manufatureiros chamada *The manufacturer*, Defoe faz um paralelo do setor de impressos com o têxtil. Ele assemelha a forma de organização da manufatura têxtil, ou seja, o número de trabalhadores empregados e o grau de divisão do trabalho nos moldes capitalistas, à indústria da impressão.⁴¹⁹

Essa comparação, feita dezesseis anos após a publicação do *An essay on the regulation of the press* (1704), nos permite detectar a persistência da práxis capitalista, em desenvolvimento nos outros setores manufatureiros, como modelo para se pensar as relações de propriedade na área da impressão. Apesar de Defoe distinguir a impressão, considerando-a como a invenção mais importante entre as outras, e atribuir-lhe a função de instruir e aperfeiçoar o conhecimento, ele submete esse caráter intrínseco à práxis das outras manufaturas, as quais continuaram a ser tratadas dentro da lógica do sistema de privilégios.⁴²⁰

Portanto, esse argumento de distinção da impressão serviu apenas para se pensar a escrita como uma *commodity* acessada pela única via de mercado, condicionando a ampliação do conhecimento à capacidade do consumo. Essa capitalização contribuiu para promover a individualização da escrita por meio da propriedade literária, porém articulada na concepção de privilégio.

Além disso, esse privilégio proprietário era também compartilhado pelo editor, visto que Defoe pede uma cláusula na lei para estabelecer a propriedade naquele em quem o autor atribuir o direito de publicação. Embora o autor se torne proprietário por meio da identificação compulsória, essa transferência recoloca o editor na posição principal dessas

⁴¹⁹ PORTELA, 2003, p. 83.

⁴²⁰ DEFOE, *An Essay on the regulation of the press*, p. 3.

relações de propriedade, nas quais o autor não assume uma autonomia total perante o editor pois, como mencionou o próprio Defoe em *The manufacturer*, “os editores são os [...] patrões” dos “operários da pena”.⁴²¹ Permanece, assim, a mesma dependência que os autores tinham dos editores para publicar suas obras no sistema de regulação antigo, como vimos o exemplo do poeta George Wither que tentou publicar seus *Hymns and songs of the church* com base em sua patente concedida por Jaime I, em 1623. Portanto, o antigo *stationer* assume uma forma moderna como “suplente autoral, um representante na melhor das hipóteses”⁴²², se apropriando juridicamente do principal tipo de capital para movimentar o comércio livreiro.

Na visão de Loewenstein, ao propor um direito na concepção de patente, Defoe assimila as convenções das patentes de modo incoerente com o que poderia ser uma moderna estrutura de *copyright*, pois a patente era um privilégio proprietário, mas limitado, o que constituía uma fratura na própria ideia de propriedade. Portanto, essa propriedade limitada, proposta por Defoe, em *Um ensaio sobre a regulamentação da imprensa*, e por Locke, no *Memorandum*, é construída pelo argumento tradicional de que o *copyright* existia para proteger os herdeiros dos *stationers*, para atender especialmente o interesse privado em detrimento do público.⁴²³

Assim, podemos identificar um discurso patriarcal na proposta de *copyright* limitado por meio da representação da propriedade autoral como metáfora da paternidade. Rose aponta que Defoe, em *The Review*, usa o termo paternidade assemelhando o livro à criança proveniente do cérebro do autor e também à família e à casa. A finalidade dessa associação era justificar a necessidade de se instituir um determinado tempo para o autor, e seus herdeiros, bem como aos sucessores do seu cessionário desfrutarem do lucro proveniente da publicação da obra.⁴²⁴

Isso nos remete ao antigo argumento dos *stationers*, usado para defender seu monopólio ao longo da história da regulamentação do comércio livreiro. A petição de 1643 é o principal documento que ilustra isso. Nela, os *stationers* afirmavam que muitas famílias dependiam das

⁴²¹ PORTELA, 2003, p. 83.

⁴²² LOEWENSTEIN, 2002, p. 231.

⁴²³ Ibid., p. 232.

⁴²⁴ ROSE, 1993, p. 39-41. Rose apresenta essa metáfora da paternidade no *The Review*, de 2 de Fevereiro de 1710 e 6 de Dezembro de 1709, e também no *Tatler* 101, de 1 de Dezembro de 1709. Ambos, Defoe e Addison, usavam essa metáfora para classificar os piratas de ladrões de crianças e de casas. No entanto, Rose questiona esse argumento indagando “se os piratas eram ladrões, o que seria o autor ao vender seu próprio filho, ou seja, sua obra?”

atribuições das cópias para manter órfãos e viúvas desprovidos de quaisquer outros legados.⁴²⁵ Esse argumento foi reutilizado pelos *stationers* em uma petição intitulada *Razões humildemente oferecidas a um projeto de lei para o incentivo da aprendizagem, e aperfeiçoamento da impressão*⁴²⁶, enviada ao Parlamento em 1706. Nessa, também, aparece um resgate do argumento de propriedade do autor usado no processo de disputa pela publicação de livros jurídicos entre os *stationers* e Richard Atkins em 1666.⁴²⁷

A estratégia da Companhia era reelaborar as antigas justificativas, habitualmente usadas para favorecer seu monopólio, fundamentando, porém, a propriedade em livros na figura do autor, cuja proteção tinha a finalidade de promover o conhecimento. Essa era a única forma apresentada pelos monopolistas para atender ao interesse público, ou seja, assegurando o seu negócio privado. Os *stationers* afirmam:

Muitos homens instruídos **tiveram grandes dores e gastos para compor e escrever livros**, cujas cópias foram compradas por livreiros, impressores e outros; [...]

Parece bastante razoável que [...] **ele deva ter [...] o direito à cópia de seu próprio livro** [...]; por outro lado, depois que este *gentleman* atribuir estas cópias a um livreiro, impressor ou outra pessoa, seja **por dinheiro ou por outras recompensas valiosas, a pessoa à qual esta cópia é atribuída** deve necessariamente **reivindicar o mesmo direito total e incontestável** que o **próprio autor tinha originalmente**.⁴²⁸

Esse excerto demonstra nada mais que a antiga prática da transferência das obras feita pelos autores, mediante pagamento, aos livreiros da Companhia, os quais as registravam como propriedades suas, asseguradas pelo *stationer's copyright*. O uso da retórica com forte apelo à propriedade do autor foi o meio encontrado pelos *stationers* para propor essa prática

⁴²⁵ *The humble remonstrance...* In: ARBER, 1875-1894, v.1, p. 587-588. Segundo Rose, Defoe e Addison aplicaram à propriedade autoral essa retórica dos *stationers*. Ver Rose (1993, p.40).

⁴²⁶ *Reasons humbly offer'd for a bill for the encouragement of learning, and the improvement of printing (1706)*. In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 07 fev. 2013. Ver Patterson (1968, p. 142).

⁴²⁷ *The case of the booksellers and printers stated (1666)* apud ROSE, 1993, p. 24

⁴²⁸ *Reasons humbly offer'd for a bill for the encouragement of learning, and the improvement of printing (1706)*. “Razões humildemente oferecidas a um projeto de lei para o incentivo da aprendizagem, e aperfeiçoamento da impressão (1706)” In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 1, tradução nossa. “Whereas many Learned Men have been at great Pains and Expence in Composing and Writing of Books, the Copies of which have been Purchas'd by Booksellers, Printers, and others; [...] It seems to be very reasonable, that [...] he should have [...] Right to the Copy of his own Book [...]; so on the other hand, after such Gentleman has made an Assignment of such Copy to a Bookseller, Printer, or other Person, whether for Money or other valuable Considerations, the Person to whom such Copy is Assign'd, must necessarily claim the fame full and undoubted Right as the Author himself originally had.”

costumeira aos projetos de lei discutidos no Parlamento. Na petição de 1706, eles estão teorizando o que já praticavam no comércio livreiro regulado pelos decretos e leis de censura.

Os *stationers* alegam ser o direito do autor decorrente dos seus esforços e investimentos colocados na composição de um livro. Portanto, reconhecem que o autor é o originador e proprietário da sua obra. Quando o autor transfere sua cópia ao editor mediante “recompensa valiosa”, os *stationers* expõem claramente que o editor passa a ter “o mesmo direito total e incontestável que o autor tinha originalmente”. O direito e todo o seu caráter proprietário é repassado ao editor.

Podemos notar que a relação proprietária original entre autor e obra sofre uma ruptura de ordem econômica, restando apenas ao autor uma posse de caráter pessoal à sua obra. Ao editor, cabe a posse de caráter econômico, da qual ele vai desfrutar por um período pretensamente ilimitado.⁴²⁹ Com base nisso, os *stationers* parecem pressupor uma propriedade limitada para o autor, cuja duração restringe-se do ato de sua criação até a sua atribuição ao editor, quem de fato se torna o proprietário por tempo ilimitado. Até então, essa era a lógica que regia a impressão, pois situava o *stationer* numa posição privilegiada de detentor exclusivo da propriedade como meio de evitar a competição. Assim, evidenciam que:

Livreiros sempre pensaram nisso como algo seguro para investir seu dinheiro nas cópias de livros, assim como na compra de terras, concluindo que ambas, uma e outra, são igualmente propriedades deixadas para suas posteridades.⁴³⁰

O anseio pela permanência da posição privilegiada dos *stationers* no setor é evidente, de modo que o discurso para a defesa da propriedade do autor, igualada a outras propriedades materiais, é usado para dar manutenção ao seu monopólio. Entre proteger a propriedade e manter o monopólio, os *stationers* optam pelos dois, rearticulando uma concepção de propriedade no autor como base para a manutenção de seu controle exclusivo no comércio livreiro. Para reforçar esse argumento, eles caracterizam a competição como sinônimo de desestímulo à aprendizagem e à inviabilidade da atividade da impressão.

⁴²⁹ Nesse caso, resta ao autor uma relação proprietária baseada no caráter moral, que corrobora a sua marca autoral e permite-lhe executar qualquer mudança futura no conteúdo de sua obra.

⁴³⁰ Reasons humbly offer'd for a bill for the encouragement of learning, and the improvement of printing (1706). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 1, tradução nossa. “Booksellers have always thought it as safe to lay out their Mony in the Copies of Books, as to Purchase Lands, concluding, that both the one and other were equally Estates left to their Posterity.”

4.1.2 O Estatuto da Rainha Ana e o direito limitado do autor

Os argumentos de propriedade do autor foram repetidos numa outra petição enviada ao Parlamento, em 26 de fevereiro de 1707, provocando, logo em seguida, a preparação de um novo projeto de lei, denominado *Projeto para melhor assegurar os direitos das cópias de livros impressos*, cujo título claramente admite a existência de direitos que devem ser assegurados.⁴³¹ Apesar de esse projeto não ter sido aprovado, ele suscitou uma petição que atacava o monopólio dos *stationers*, expondo argumentos preocupados com o público consumidor de livros.⁴³²

Intitulada *Razões humildemente oferecidas para a consideração da honorável Casa dos Comuns referente ao projeto de lei para assegurar a propriedade em livros, etc.* (1709), essa petição apela ao Parlamento a considerar, em seus projetos de lei, a importância do comércio livreiro para o público, que tem sofrido com as práticas monopolistas das patentes e de preços elevados:

[...] seja valioso o cuidado dessa honorável Casa para fornecer a melhoria do comércio, **que é de grande importância para o público**. Mas a sua desgraça tem sido o empenho perpétuo, e também bem sucedido, de alguns homens mercenários e egoístas, ao **monopolizar os principais ramos de todo comércio em suas mãos por meio de patentes**, e assim obter lucros **exorbitantes para si, prejudicando toda a nação** e todas as pessoas interessadas na impressão, encadernação e venda de livros.⁴³³

Essa petição contrapõe nitidamente o interesse público com o interesse privado dos *stationers*, fornecendo exemplos dos danos causados pelos monopolistas e suas consequências. Ela descreve o monopólio da Companhia exercido pelos titulares de

⁴³¹ Bill for the better securing the rights of copies of printed books (1707). House of Lords' Journal, v.15, p. 313. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=11957>>. Acesso em: 11 jun 2012. DEAZLEY, 2004, p. 33. Segundo Deazley, nenhuma cópia desse projeto sobreviveu.

⁴³² DEAZLEY, op. cit., p. 34, nota 12.

⁴³³ Reasons humbly offer'd to the consideration of the honorable House of Commons, relating to the bill for securiting property in books, etc, London (1709). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 1, tradução nossa, grifo nosso. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 07 fev. 2013. “[...] so, that is Worthy the Care of this Honourable House, to provide for the Improvement of a Trade, wich is of so great Importance to the Publick; but the Misfortune of it, hath been the Perpetual, and too Successful Endeavours of some Mercinay, and Self-ended Men, to engross the chief Brunches, of the whole Trade into their Hands by way of Patents, and thereby raise Exorbitant Profits to themselves; to the Prejudice of the Nation in General, and all Persons concerned in Printing, Binding and Selling Books.”

patentes⁴³⁴ e pelos editores detentores do *stationer's copyright*, os quais possuem o direito de publicação das classes de livros religiosos, clássicos e educativos, consumidos popularmente. O rechaço se dirige exatamente à tentativa constante desses titulares em obter leis para proteger suas patentes, dando-lhes respaldo legal para taxar os livros com preços elevados.

Assim, são ilustrados os abusos efetuados no período dos atos de censura, que limitava a atividade da impressão, restringindo o número de prensas e impressores, ao controle da Companhia. Com a produção limitada, o lucro era obtido pela imputação de preços exorbitantes chegando a ser quatro vezes mais alto que o valor de custo. Além disso, a corporação não conseguia atender a demanda da Irlanda, Escócia e colônias britânicas, cabendo à impressão holandesa abastecer esses mercados. A *Bíblia* custava 2s. 6d., ao passo que sem o licenciamento e com a impressão livre, seu preço caiu para 16d. para concorrer com as bíblias holandesas.⁴³⁵

Essa petição se opõe ao argumento de proteção da propriedade por uma lei específica almejada pelos *stationers*, cujo anseio sinaliza como incoerente já que os monopolistas concebem a propriedade em livros semelhante à da terra e rejeitam assegurá-la pela lei comum. Embora, a petição demonstre essa mesma concepção, ela assume uma consistência ao afirmar a lei comum como meio de proteção da propriedade em livros, concluindo que a opção para garantir a defesa da propriedade é adotar preços moderados e justos, bem como estabelecer um ambiente de competição. Assim, discorda claramente da alegação de que sem tal proteção específica, os *stationers* não conseguem reaver o investimento feito na primeira edição. A petição aponta que eles monopolizam livros de uso permanente, de alta demanda, para os quais sempre haverá consumo, diferentemente de livreiros orientados para publicações

⁴³⁴ A frequente menção, na petição, do termo “titulares de patentes” refere-se ao direito exclusivo de publicação. Portanto, contempla não somente a patente concedida por prerrogativa real, mas também o direito obtido pelo registro do título da obra no livro da Companhia nomeado, posteriormente, de *stationer's copyright* pelos historiadores. Embora o termo *copy-right* tenha surgido nesse livro de registro em 31 de maio de 1701, ele não era comumente usado, aparecendo em situações excepcionais. Rose pontua suas poucas recorrências em 1732, na carta do escritor Alexander Pope ao dramaturgo John Gay; em 1734, no anúncio de Tonson sobre o livro *The merry wives of Windsor*, de Shakeaspere e num projeto de lei de 1735. Ver ROSE, 1993, p. 58; PATTERSON, 1968, p. 4; EYRE & RIVINGTON, 1914, p. 494;495.

⁴³⁵ Reasons humbly offer'd to the consideration of the honorable House of Commons, relating to the bill for securiting property in books, etc, London (1709). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 07 fev. 2013. As siglas ‘s’ e ‘d’, *shiling* e *denarius* são unidades de medida da moeda *Pound* (Libra). Um *shiling* corresponde a doze *pence* ou *pennies* (centavos) ou a $\frac{1}{20}$ de uma libra e um *penny* a $\frac{1}{240}$ de uma libra. *Penny* era abreviado por ‘d’, a primeira letra do termo romano *denarius*. Ver: BASWORTH, Joseph. *A dictionary of the Anglo-Saxon language*. London: Longman, Rees, Orme, Brown, Green and Longman, 1838, p. 52x.

específicas. É exatamente essa condição que lhes permitem continuar lucrando se optarem, sem qualquer receio, em colocar preços acessíveis nesses livros.⁴³⁶

O outro argumento dos *stationers* sobre a necessidade de proteção em livros é justificado com a finalidade de manter a impressão com qualidade. No entanto, a petição declara que foi sob tais privilégios que a Companhia imprimiu livros de má qualidade e de forma amadora. Quanto ao argumento de que a impressão livre acarreta danos à propriedade privada, comprometendo seus herdeiros, e o desestímulo da aprendizagem, a petição menciona que há poucos exemplos de prejuízos à propriedade dos editores.⁴³⁷

É importante ressaltar que o poderio dos monopolistas era tão significativo que eles conseguiram lidar com o ambiente competitivo acentuado com o fim do *Ato de Licença de 1662* por meio da formação de cartéis. Segundo Feather, eles leiloavam direitos de publicação, integrais ou em frações, de determinadas obras, criando as *Trade Sales* e estabelecendo um grupo restrito de editores no controle de distribuição de livros por atacado. Conhecido como *Congers*, esses editores passaram a controlar a distribuição de cerca de 20 mil títulos, com um valor total de cerca de 5 mil libras.⁴³⁸

A petição menciona, ainda, que uma lei contemplando as reivindicações dos *stationers* não só causará danos já vivenciados pelo comércio livreiro, como também acarretará em mais prejuízos “aos estudiosos e a todas as pessoas inventivas, as quais pagarão o dobro, tanto por esses livros quanto por seus reais valores.” Por fim, a petição propõe uma cláusula que destine apenas uma libra de lucro sobre o preço de custo do livro aos *stationers*, estando sujeitos a penalidades se atreverem a elevar o preço.⁴³⁹

Enfim, a petição propõe o estabelecimento de preços como medida razoável para viabilizar o maior acesso ao comércio livreiro, justificando a competição como não ameaçadora, visto que os livros eram de interesse público, o que garantia o consumo frequente e as oportunidades de lucro à Companhia.

⁴³⁶ Reasons humbly offer'd to the consideration of the honorable House of Commons, relating to the bill for securiting property in books, etc, London (1709). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 2.

⁴³⁷ Reasons humbly offer'd to the consideration of the honorable House of Commons, relating to the bill for securiting property in books, etc, London (1709). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). op. cit., p. 2

⁴³⁸ FEATHER, 2006, p. 52-53. Segundo Feather, essa prática de cartel iniciou-se já no final da década de 1670, perdurando até meados do século 18.

⁴³⁹ Reasons humbly offer'd to the consideration... In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). op. cit., p. 2.

Em 12 de dezembro de 1709, um grupo composto pelos principais editores e impressores londrinos enviou ao Parlamento outra petição “para assegurá-los a propriedade dos livros, comprados e obtidos por ele”, causando efeito imediato aos parlamentares da Casa dos Comuns, marcando a origem da passagem do *Estatuto de Ana*.⁴⁴⁰ Nessa petição, os editores afirmavam, enfaticamente, que a invasão da propriedade em livros era uma ameaça a eles próprios, as suas famílias e ao conhecimento.⁴⁴¹

Essa clareza do papel do editor e suas consequências à aprendizagem foram mais persuasivas aos parlamentares que a petição anterior de caráter público, a qual propunha uma lei fora da lógica protecionista e direcionada ao comércio competitivo. Desse modo, o parlamentar Mr. Wortley apresentou outro projeto de lei baseado na petição dos editores, de 12 de dezembro de 1709, chamado *Projeto de lei para o incentivo ao aprendizado, e para assegurar a propriedade das cópias dos livros aos seus legítimos proprietários*⁴⁴², em 11 de janeiro de 1710.

Esse projeto de lei traz no título o termo *securing*, ou seja, *assegurar* “a propriedade em livros para os seus compradores”. Aqui fica evidente que o *Estatuto de Ana* inicia o processo de regulamentação do setor levando em consideração nitidamente a propriedade relacionada ao editor, visto que o autor não assumia a posição de comprador, mas de vendedor nas relações de troca do comércio livreiro e nem sequer se apresentava no título do projeto de lei. Nesse momento, essa observação é crucial no debate, pois se apresenta como um ponto de oscilação do setor de impressos entre a defesa da propriedade autoral e a manutenção do monopólio por meio da defesa da propriedade que cabia ao editor.

Basicamente, esse projeto apresentava provisões que ratificavam o papel do editor como intermediário central do setor, pois assegurava a sua propriedade, base que lhe concedia autoridade máxima para reger juridicamente a produção livreira. Assim, cabia exclusivamente a ele autorizar a impressão, reimpressão e importação de livros. Ele deveria efetuar a entrada do título da obra, contendo seu nome, no Livro de Registro da Companhia, “da mesma forma

⁴⁴⁰ ROSE, 1993, p. 42. Essa petição foi emblemática, pois provocou o primeiro esboço do *Ato de Ana* que, após emendas posteriores, tornou-se a primeira lei de *copyright* em 1710. Esse fato faz com que alguns estudiosos do tema atribuam a data de 1709 ao Estatuto de Ana.

⁴⁴¹ FEATHER, 1994, p. 58. Ver também Deazley (2004, p. 36); Rose (1993, p.42).

⁴⁴² Bill for the encouragement of learning, and for the securing the property of copies of books to the rightfull owners thereof (1710). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 1. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 07 fev. 2013. Ver: ROSE, 1993, p. 42.

habitual”. Essa provisão ratifica, como as antigas leis de licenciamento, a prática costumeira usada para a obtenção do *stationer’s copyright*. Outra provisão visa tratar a questão dos preços exorbitantes dos livros de modo leniente. O preço que for denunciado como elevado poderá ser corrigido apenas se houver constatação de abuso pelo exame prévio de autoridades escolhidas conjuntamente com editores e livreiros.⁴⁴³

Essas provisões demonstram uma dependência do público a essas práticas regulatórias. No entanto, apenas duas outras provisões assumem caráter público: a obrigatoriedade de enviar uma cópia do livro para as universidades de Oxford e Cambridge e para a King’s Library; e a livre importação de obras clássicas.⁴⁴⁴ Ambas expressam as propostas de Locke escritas no seu *Memorandum* (1694), embora esse projeto não tenha tocado na questão da limitação da propriedade literária, também sugerida pelo filósofo.

Portanto, o projeto de lei propunha um tipo de direito de cópia, uma forma de *copyright* assentada nas antigas práticas usadas para regular o comércio livreiro sob o sistema de privilégio e censura. Essa constatação se baseia no comunicado dos *stationers*, enviado imediatamente após a apresentação do projeto, no qual diziam que tal projeto proposto apenas confirmava “um direito que eles desfrutaram pela *common law* por cerca de 150 anos”⁴⁴⁵, ou seja, o direito concedido pela *Carta Régia de 1557*. Essa afirmação indica que os *stationers* concebiam o direito de cópia muito mais como propriedade deles do que do autor, pois elas tinham sido apropriadas na prática de transferência ocorrida ao longo desses 153 anos.

Dessa forma, numa outra petição enviada ao Parlamento intitulada *Razões humildemente oferecidas ao projeto de lei para o incentivo ao aprendizado e para assegurar*

⁴⁴³ Bill for the encouragement of learning, and for the securing the property of copies of books to the rightfull owners thereof (1710). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 1-2.

⁴⁴⁴ Bill for the encouragement of learning, and for the securing the property of copies of books to the rightfull owners thereof (1710). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). Op. cit., p. 2-3. Ver também Rose (1993, p. 42-43). Para Rose, essas provisões assemelhavam-se às medidas prescritas no antigo *Ato de 1662*. Se neste, o comércio era orquestrado pelo censor, quem autorizava a publicação dos títulos, nesse projeto de lei, tal censor era substituído pelo editor proprietário. Este continuava se utilizando do registro da Companhia para atestar sua propriedade e posição influente para examinar, junto à outra autoridade, se o preço de seus livros estava elevado.

⁴⁴⁵ *The booksellers humble address to the honourable House of Commons, in behalf of the bill for the encouraging learning (1710)*. “Comunicado dos humildes livreiros à Casa dos Comuns, em nome do projeto de lei para o estímulo da aprendizagem (1710)” apud ROSE, 1993, p. 43. DEAZLEY, 2004, p. 37-38, nota 24. Deazley aponta mais cinco panfletos participando do debate. Todos reivindicavam uma propriedade perpétua baseada na *common law*, frisando que a falta de uma lei para protegê-la acarretaria prejuízos para a aprendizagem.

a propriedade das cópias dos livros aos seus legítimos proprietários⁴⁴⁶, os editores se posicionam como os principais financiadores da produção livreira, insinuando serem preponderantes para a permanência da indústria da impressão:

Se, em breve, alguma boa lei não for feita para impedir práticas corruptas [...], a consequência será que **nenhuma pessoa poderá fornecer ao autor qualquer recompensa pelas mais valiosas cópias dos livros**. E se o autor tentar imprimir-las às suas próprias expensas, ele será um grande sofredor [...] se outros forem admitidos a reimprimir sem a permissão dos proprietários; significa que os **homens instruídos serão totalmente desencorajados** a cultivar as partes mais úteis do conhecimento e literatura, e **a pureza da impressão será em um tempo totalmente destruída**.⁴⁴⁷

Fica clara a tentativa dos *stationers* em transpor a costumeira lógica de funcionamento da impressão baseada numa relação autor, editor e público, em que o editor é o intermediário detentor do direito de cópia, cuja proteção é necessária para o estímulo da aprendizagem. O editor é concebido como o mantenedor do autor e do público e não apenas de seus herdeiros. Com estes, ele mantém uma relação de privilégios a serem herdados e com os outros a relação é estritamente de troca econômica. Portanto, o apelo à proteção desse direito em lei busca manter essa lógica em contraposição ao acesso do setor pelos outros editores e o estabelecimento de um comércio competitivo. Desqualificando os piratas editores como corruptos, eles ocultam que tais editores praticam a contrafação exatamente em decorrência de seus privilégios exclusivos de publicação.⁴⁴⁸

O processo de emendas ao projeto de lei iniciou com a sua segunda leitura em 9 de fevereiro de 1710. A principal emenda feita pelos Comuns foi a adição de um período limitado à propriedade em livros. Essa sugestão já tinha marcado o início do debate com a publicação dessa ideia no *Memorandum*, de Locke. No entanto, ela resultou em forte oposição

⁴⁴⁶ Reason humbly offer'd for the bill for encouragement of learning, and for securing the property of copies of books to the rightful owners thereof (1709). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

⁴⁴⁷ Reason humbly offer'd for the bill for encouragement of learning, and for securing the property of copies of books to the rightful owners thereof (1709). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). op. cit., p. 1, tradução nossa, grifo nosso. "If some good Law been not soon made to prevent the Corrupt Practices [...] the Consequence will be, That no Person can afford to give an Author any Consideration for the most Valuable Copies of Books; and if the Author undertakes to get it Printed at his own Expence, he will be a very great Sufferer [...] if others be admitted to Reprint such Book without the Proprietors Leave; By wich means Learned Men will be wholly Discoraged from Cultivating the most useful Parts of Knowledge and Literature, Purity of Printing be in time totally Destroyed."

⁴⁴⁸ Reason humbly offer'd for the bill for encouragement of learning, and for securing the property of copies of books to the rightful owners (1709). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). op. cit., p. 1.

dos editores na petição *Mais razões humildemente oferecidas à honorável Casa dos Comuns pelo projeto de lei para o incentivo ao aprendizado e para assegurar a propriedade das cópias dos livros aos seus legítimos proprietários*⁴⁴⁹. Com base na concepção de que a propriedade era um direito de *common law* fundamentado na antiga prática de comércio, disseram categoricamente:

[...] se nós temos um direito por dez anos, **temos esse direito para sempre**. Um homem possuindo uma propriedade por dez ou vinte anos, em nenhuma outra instância, é permitida uma razão para outro retirá-la dele, e esperamos que isto não se aplique a nossa.⁴⁵⁰

A emenda colocava um limite de 21 anos para obras já impressas e 14 anos para as novas obras a serem publicadas. Esse período é exatamente o mesmo aplicado às invenções de máquinas pelo *Estatuto do Monopólio de 1624*: as invenções já patenteadas teriam um limite de 21 anos e as novas invenções receberiam patentes válidas por 14 anos.

Notamos um mesmo tratamento entre as criações literárias e industriais e uma mesma indistinção histórica da época do sistema de privilégios, no qual a impressão foi incorporada pelos mesmos mecanismos administrativos destinados a fixar monopólios aos inventores e introdutores de novos dispositivos industriais. Essa analogia com as patentes industriais impele Rose a concluir que “a propriedade literária não era verdadeiramente uma propriedade, mas um privilégio concedido pelo Estado” e os editores “teriam que dizer o porquê os autores tinham de ser tratados diferenciadamente dos inventores” se ambos eram criadores.⁴⁵¹

⁴⁴⁹ More reasons humbly offer'd to the honourable House of Commons, for the bill for encouraging learning, and for securing property of copies of books to the rightful owners thereof. In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 07 fev. 2013. Embora, no site *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, essa petição esteja datada de 1709, constatamos em Deazley (2004, p. 37) que essa petição foi produzida, juntamente com mais quatro folhetos, no período de janeiro a abril de 1710, durante o debate sobre o projeto de lei e suas emendas. Rose (1993, p. 44) aponta que essa petição foi provavelmente publicada após a inserção do limite na propriedade de livros, pois ela apresenta especificamente a oposição a essa ideia de limitação.

⁴⁵⁰ More reasons humbly offer'd to the honourable House of Commons, for the bill for encouraging learning, and for securing property of copies of books to the rightful owners thereof. In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). op. cit., p. 1, tradução nossa, grifo nosso. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 07 fev. 2013. “[...] if we have a Right for Ten Years, we have a Right for Ever. A Man's having possess'd a Property for Ten or Twenty Years, is in no other Instance allow'd a Reason for another to take it from him; and we hope it will not be Ours.” Ver: DEAZLEY, 2004, p. 38, nota 28; ROSE, 1993, p.44. Deazley aponta outro comunicado dos *stationers*, no qual eles argumentam ser um costume de outras nações a apropriação da obra como propriedade protegida pela lei comum.

⁴⁵¹ ROSE, op. cit., p. 45.

Essa ideia de uma propriedade limitada concedida pelo Estado pode ser inferida pela outra emenda feita pelos Comuns ao projeto de lei, os quais retiraram do preâmbulo a afirmação de que os autores possuíam “propriedade incontestável” em seus “livros e escritos como produto de sua aprendizagem e trabalho”⁴⁵².

Se pensarmos na teoria lockeana, de que o trabalho cria uma propriedade incontestável, e resgatar a sua aplicação nessa questão autoral, percebemos que a retirada desse termo sinaliza a intenção dos legisladores de não conceber a propriedade autoral por essa interpretação filosófica. Ao contrário, essa remoção implica num enfraquecimento da retórica do direito autoral. Portanto, essa lei não contempla questões teóricas por trás da noção de propriedade literária.⁴⁵³ Tanto a imputação do limite quanto a retirada do termo “propriedade incontestável” do preâmbulo demonstram a tentativa dos legisladores em serem coerentes na ideia de que se trata de um direito concedido e não de que os autores tivessem um direito de *common law*.

Desse modo, o próprio título do projeto também sofreu alteração: “Um projeto de lei para o incentivo ao aprendizado, e para *assegurar a propriedade* das cópias dos livros aos seus *legítimos proprietários*” passou a se chamar “Um projeto de lei para o incentivo ao aprendizado, que *confere as cópias* de livros impressos *aos autores ou compradores* das ditas cópias, pelo *período aqui estabelecido*”.⁴⁵⁴ O termo “assegurar a propriedade” é substituído por “confere as cópias”, ou seja, ao invés de proteger um direito pré-existente, opta-se por conferir uma nova propriedade distinguida por um “período aqui estabelecido”, fazendo referência aos autores pela primeira vez.

As outras emendas incluíam, também, o envio de cópias para a Faculdade de Sion, em Londres, e para a Faculdade dos Advogados, em Edimburgo, e apresentavam um meio alternativo de registro das cópias por meio de uma reclamação no Diário Oficial pelos autores e proprietários das cópias em caso de o secretário da Companhia recusar registrá-las. Logo

⁴⁵² A bill for the encouragement of learning, and for the securing the property of copies of books to the rightfull owners thereof (1710). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 1. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

⁴⁵³ FEATHER, J. The book trade in politics: the making of the copyright act of 1710. In: *Publishing History*, v. 8, p. 36, 1980; ROSE, 1993, p. 48.

⁴⁵⁴ A Bill for the encouragement of learning by vesting the copies of printed books in the authors or purchasers of such copies, during the times therein mentioned. In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

após, o projeto foi enviado à Casa dos Lordes, em 16 de março de 1710, sofrendo mais alterações: a introdução de mais quatro universidades a receberem a cópia do livro, a renovação do direito do autor, se ainda vivo, por mais 14 anos, e a exclusão da cláusula contra preços elevados. Enviado aos Comuns, em 4 de abril de 1710, as emendas foram aprovadas, com exceção da remoção da provisão contra preços altos. No dia 5 de abril, o projeto recebeu a confirmação real, tornando-se o *Estatuto da Rainha Ana* e entrando em vigor em 10 de abril de 1710.⁴⁵⁵

Essas emendas nos impelem, aparentemente, a inferir que o *Estatuto da Rainha Ana* apresenta cláusulas direcionadas a romper com os 153 anos de monopólio livreiro exercido pela Companhia. O exemplo disso é a proteção limitada da propriedade: os legisladores não atenderam a principal reivindicação dos *stationers*, ou seja, não ratificaram uma propriedade perpétua em livros baseada no direito de *common law*.

Para Deazley, o limite breve de 14 anos era um meio de beneficiar o autor, visto que o direito voltaria para ele em menos tempo. Caso contrário, um limite longo de 50 ou 70 anos, conforme proposto por Locke, reafirmaria o monopólio dos *stationers*. As cláusulas relativas ao controle do preço, a permissão da importação de livros clássicos e a disposição de cópias de livros em bibliotecas públicas foram, na sua visão, fatores positivos proporcionados pelo Ato. Assim, Deazley conclui que o *copyright* estatutário estabelecido pelo *Ato de Ana* foi um acordo que beneficiava o autor, o editor e o público leitor.⁴⁵⁶

⁴⁵⁵ Statute of Anne (1710) ou An act for the encouragement of learning, by vesting the copies of printed books in the authors or purchasers of such copies, during the times therein mentioned, 1710. “O Estatuto da Rainha Ana de 1710 ou Uma lei para o incentivo à aprendizagem, que confere as cópias de livros impressos nos autores ou compradores das ditas cópias, durante o período aqui estabelecido, 1710”. In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez. 2012. Ver também: <<http://www.copyrighthistory.com/anne.html>>.

⁴⁵⁶ DEAZLEY, 2004, p. 40- 47. Deazley ainda aponta que a *Lei do Selo de 1711*, criada para taxar o setor livreiro e impedir a pirataria, foi um adendo ao *Ato de Ana*, sinalizando o desfavorecimento dos editores frente à autoridade do Estado em promover o incentivo ao conhecimento. No entanto, para Timothy Feist (2005, p. 36-37), a *Lei do Selo* acabou sendo um dispositivo que beneficiou os editores contra a pirataria de seus almanaques, a classe de livros mais rentável da *English Stock*. O ônus inicial com a taxa paga pela Companhia foi muito menor se comparado com a atuação da lei para impedir a competição. A corporação constantemente pressionava para o aumento dessas taxas, visto que apenas os editores da Companhia tinham capital para pagá-las sem comprometer a produção de seus almanaques. Segundo Feist, a Companhia se adaptou muito bem às mudanças na relação entre autoridade política e econômica, ou seja, entre um comércio baseado no monopólio estabelecido pela Coroa e o monopólio capitalista. A *Lei do Selo* estabelecia que para cada 100 libras importadas de papel, livros, impressões e mapas, pagava-se uma taxa de 30 libras. Para o papel produzido na Grã Bretanha, pagavam-se taxas variáveis de acordo com a sua qualidade e tamanho, bem como panfletos e jornais com mais de uma página eram taxados.

A linguagem usada no *Ato de Ana* aparenta direcionar o *copyright* estatutário a romper com o monopólio do setor livreiro. De fato, pela primeira vez, o termo *autor* aparece como proprietário de um direito, e não como um infrator a ser penalizado por sua pena. No entanto, como Patterson aponta, esse termo sempre é alternado por “comprador da cópia”, “proprietário da cópia”, “editor”, que geralmente é nomeado como “designado”⁴⁵⁷. Por serem os detentores do capital, são estes quem usufruem dos ganhos oferecidos por esse direito durante todo o tempo de publicação da obra, cuja posse só retorna ao autor após o período de 14 anos.⁴⁵⁸

Nesse caso, ao conceder um direito primário ao autor, o *Ato de Ana* faz um ajuste histórico com o poeta George Wither e outros autores de sua época, porém, apenas no que tange ao reconhecimento em lei da figura do autor. Wither se opunha à prática de apropriação do direito exclusivo à obra pelos membros da Companhia por meio da transferência desvantajosa de seus escritos. O poeta criticava essa transferência nomeando-a como um tipo de linha sucessória nos moldes patrimoniais, visto que o editor se apropriava do direito de publicação dessa obra, tornando-o seu legado familiar.

Com o fim do prazo de 14 anos estabelecido ao *copyright* estatutário, o autor restitui o direito primário, que fora passado para o editor. No entanto, nessa linha de apropriação, a vantagem permanece no editor, pois além de ele poder reaver seus investimentos durante os 14 anos, ele pode lucrar com a publicação e com a própria venda do direito de publicação. Ao autor, cabe apenas o lucro na transferência do direito à publicação de sua obra, visto que o Ato não contempla a preservação do conteúdo da obra.⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ PATTERSON, 1968, p. 145.

⁴⁵⁸ Statute of Anne (1710). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. “11. Provided always, that after the expiration of the said term of fourteen years, the sole right of printing or disposing of copies shall return to the authors thereof, if they are then living, for another term of fourteen years.” “11. Após o término do dito prazo de 14 anos, o direito exclusivo de impressão ou alienação das cópias deve retornar aos autores, e se então eles estiverem vivos, o direito se estenderá por outro prazo de 14 anos.”

⁴⁵⁹ A permanência dessa forma de transferência do *copyright* estatutário demonstra que esse dispositivo proprietário foi pensado estritamente em termos econômicos, pois nenhuma provisão do ato contempla a preservação do conteúdo da obra. Aliás, a linguagem do preâmbulo do ato evidencia a relação da pirataria com os prejuízos econômicos causados por ela aos proprietários e seus familiares. Ver: Preâmbulo do *Statute of Ane (1710)*. “Recentemente os impressores, livreiros, e outras pessoas tomaram com frequência a liberdade de imprimir, reimprimir e publicar, ou motivar a impressão, reimpressão e publicação de livros e outros escritos **sem o consentimento dos autores e proprietários de tais livros e escritos em seu real detrimento e para sua reiterada ruína e a de seus familiares.**” Embora o preâmbulo também afirme ser a lei uma defesa da aprendizagem. In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, tradução nossa, grifo nosso.

O *Ato de Ana* concede esse direito primário por meio do velho modo de transferência da obra do autor ao editor, mediante a entrada obrigatória no Livro de Registro da Companhia.⁴⁶⁰ Notamos que o novo *copyright* estatutário passa pelos mesmos mecanismos usados pela Companhia, que adotou o registro para criar o *stationer's copyright* e estabelecer a exclusividade de publicação no setor. Se antes, na transferência, o livreiro da Companhia obtinha o *stationer's copyright*, pelo *Ato de Ana*, o editor passa a obter o *copyright* estatutário, mesmo que limitado, cuja função principal continua sendo a inibição da competição.⁴⁶¹ A diferença é que se retira o monopólio perpétuo e se institui um monopólio abreviado, indicando que essa mudança se dá sob as bases do próprio conceito de privilégio.⁴⁶²

Inclusive, a nona cláusula do *Ato de Ana* suscita resquícios do monopólio das patentes sob uma linguagem que dá margem para a interpretação de que o Ato não rompeu com a prerrogativa real:

9. Nada contido nesta lei seja ampliado ou interpretado de modo a prejudicar ou confirmar qualquer **direito** que as ditas universidades, ou qualquer uma delas, ou **qualquer pessoa ou pessoas** tenham ou alegam possuir em qualquer impressão ou reimpressão de qualquer livro ou cópia já impressa, ou ainda a ser impressa.⁴⁶³

A linguagem dessa cláusula nos induz a interpretar o termo “direito” como referente às patentes de impressão, visto que essa forma de monopólio não apareceu no seguimento do Ato. Patterson corrobora essa suspeita, ao constatar similitudes com as cláusulas 18 e 22 do Ato de Licença de 1662, lembrando que se não houvesse essa provisão, o Ato poderia ser

⁴⁶⁰ Statute of Anne (1710), Cláusula 1. In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*.

⁴⁶¹ A instituição de um monopólio limitado não rompe com a lógica monopolista, usada para acumular capital e desenvolver o comércio desde o século 12. Essa lógica apenas evidencia a sua incorporação como necessária ao funcionamento econômico no decorrer da história do capitalismo. Ver: DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1965, p. 117-118; 124; ARIÈS, Philippe; DUBY, George (Orgs.). *História da vida privada*. Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, v.1, p.417.

⁴⁶² PATTERSON, 1968, p. 146-147. Para Patterson, o modo usado para romper com o controle exclusivo da Companhia permaneceu dentro da lógica de monopólio. A concessão de um *copyright* ao autor se deu por um movimento que direcionava esse direito de cópia aos próprios editores da Companhia. A ênfase no direito de cópia do autor foi mais uma questão de forma do que de conteúdo.

⁴⁶³ Statute of Anne (1710). “09. Provided, That nothing in this Act contained shall extend, or be construed to extend, either to Prejudice or Confirm any Right that the said Universities, or any of them, or any Person or Persons have, or claim to have, to the Printing or Reprinting any Book or Copy already Printed, or hereafter to be Printed.” In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, tradução nossa, grifo nosso.

interpretado como um documento de anulação da prerrogativa real para a execução de concessões.⁴⁶⁴

Apesar de o limite de proteção ter sido uma tentativa para limitar o monopólio, e não para romper com o mesmo, os editores não respeitaram o limite estabelecido pelo Ato. Eles continuaram a manter o monopólio por meio da proteção de seus antigos *copyrights*, garantidos nos tribunais, onde passaram a reivindicar por um direito de *common law* do autor. Essa tentativa gerou outro debate público que resultou na batalha dos livreiros de 1774, quando, de fato, o direito de cópia do autor estabelecido pelo *Ato de Ana* foi respeitado, como veremos a seguir.

4.2 CONSTRUINDO A NOÇÃO DE PROPRIEDADE LITERÁRIA

Após a instituição do *Estatuto da Rainha Ana* em 1710, a permanência do monopólio dos editores no setor livreiro conduziu a um debate sobre qual tipo de direito de publicação havia sido instituído pelo *Ato de Ana*: um *copyright* do editor ou um *copyright* do autor? Essa questão foi discutida no Parlamento, nos tribunais ingleses e publicamente na imprensa, tendo a participação dos editores londrinos, dos autores e, sobretudo, dos editores escoceses, os quais passaram a publicar edições baratas de títulos antigos, cujo limite de proteção já havia expirado conforme o *Ato de Ana*.

Após 1710, o comércio livreiro passou a ser monopolizado pelos editores organizados em um pequeno grupo atacadista chamado *Congers*, que se capitalizava exatamente pela venda dos direitos de cópias protegidos pelo limite estabelecido no *Ato de Ana*. Assim, esse grupo centrava-se na produção e distribuição de títulos de autores clássicos ingleses, como Milton e Shakespeare, bem como pelos títulos da *English Stock*, que fomentaram a produção dos almanaques por tratar-se de um gênero altamente rentável na época. Dessa forma, minimizava-se o financiamento para a publicação de novas obras e os contratos firmados com os autores acabavam por ser desvantajosos. Esses contratos, segundo a publicação da Sociedade de Incentivo à Aprendizagem (1736), submetiam os autores à “tirania de

⁴⁶⁴ PATTERSON, 1968, p. 149.

impressores e editores, os quais faziam fortuna sobre o trabalho dos autores, pagando-lhes muito barato por suas obras”.⁴⁶⁵

Podemos fazer uma relação desse comunicado com o desenhista e gravador William Hogarth por ter sido o exemplo de um artista proprietário de suas próprias gravuras que não dependia dos editores para publicá-las em livros. Hogarth inovou ao usar a forma de subscrições para financiar a primeira edição de suas séries de gravuras. Controlando pessoalmente a sua produção, ele estabelecia a qualidade do papel, o número de subscritores, a quantidade de impressões e a margem de seu lucro. Logo após, ele negociava edições comerciais com os editores, definindo o preço e a tiragem.⁴⁶⁶

Para que pudesse assegurar esse controle e impedir que suas gravuras fossem pirateadas, ele participou de uma campanha que reivindicava uma lei que concedesse aos artistas um direito de cópia sobre seus desenhos e gravuras, em 1735. Essa campanha resultou na *Lei dos Gravadores de 1736* nos moldes do *Estatuto de Ana*. Embora a petição dos artistas não tivesse mencionado o *Ato de Ana*, segundo Deazley, a *Revista dos Comuns* registra um projeto de lei para assegurar-lhes uma propriedade conforme aquela preservada aos autores de livros.⁴⁶⁷ Essa lei atribui o direito de cópia “a toda pessoa que inventar e desenhar, gravar a burel ou em águas-fortes de estampas, por um período de 14 anos, contados da primeira edição”.⁴⁶⁸

Em 3 de março de 1735, um dia após a primeira leitura do projeto de lei para os artistas gravadores, os editores enviaram uma petição ao Parlamento, pedindo um aperfeiçoamento do *Ato de Ana* por meio de uma nova lei. A razão principal era impedir a importação ilegal de livros estrangeiros, especificamente da Irlanda, onde se produziam edições baratas em papeis

⁴⁶⁵ *Publicação da Sociedade de incentivo à aprendizagem (1736)* apud PATTERSON, 1968, p.153. Sobre formas de contratos entre autores e editores da Companhia, ver Feist (2005, p. 42).

⁴⁶⁶ PAULSON, Ronald. *Hogarth's graphic Works*. New Have: Yale University Press, 1965, v. 1, p. 6-8.

⁴⁶⁷ DEAZLEY, 2004, p. 88.

⁴⁶⁸ Embora esse limite fosse idêntico ao *Ato de Ana*, a *Lei dos Gravadores* se diferenciava num importante aspecto: o direito recaía no conteúdo da obra, ou melhor, no desenho e na sua “originalidade”. Assim, a lei proibia qualquer alteração no desenho e estabelecia a diferença entre o físico e o não físico, ou seja, o comprador se apropriava de duas propriedades: a placa e a imagem gravada nela. Ver: Engraver's Copyright Act (1735). An act for the encouragement of arts of designing, engraving, and etching bistorical and other prints, by vesting the properties thereof in the inventors and engravers, during the time therein mentioned. “Uma lei para o incentivo das artes do desenho, da gravura a burel e da gravura em água-forte de estampas históricas e outras, conferindo a propriedade respectiva aos inventores e gravadores durante o período aqui estabelecido.” In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

que custavam a metade do preço pago pelos editores londrinos. Esse apelo foi reforçado pela menção das implicações causadas à indústria nacional e às receitas do governo.⁴⁶⁹

Os editores reivindicavam uma adequação das penas aos infratores, um prazo acima de três meses para a acusação e entrada de processo nos tribunais e, principalmente, a substituição do período de proteção do direito de cópia de livros antigos e novos para 21 anos unicamente. A finalidade da não renovação dos livros novos era evitar que o autor cobrasse mais caro pela atribuição da cópia em cada renovação do limite. A justificativa para a extensão do prazo se deu por comparação da arte livreira com outras manufaturas. Para os editores, a arte livreira requeria mais despesa, trabalho e tempo investido na educação e compilação dos livros que a outras manufaturas.⁴⁷⁰ Esse paralelo nos permite inferir que os editores consideraram sua experiência livreira para reaver os seus investimentos, em contraposição ao parâmetro do *Estatuto do Monopólio de 1624*, cujo limite de 14 anos de proteção fora usado como modelo pelo *Ato de Ana*.

No final de março de 1735, os Comuns apresentaram o *Projeto de lei para o melhor incentivo à aprendizagem, e para assegurar mais efetivamente as cópias, pelos períodos aqui estabelecidos*, que passou por três leituras antes de ser enviado aos Lordes em 6 de maio de 1735.⁴⁷¹ As principais cláusulas apresentadas pelo projeto se referem à extensão do limite de proteção para 21 anos a todos os livros, acatando o pedido dos editores; à restrição da importação às obras estrangeiras, fazendo com que os livros em Latim e em Grego voltassem a ser títulos protegidos pelos editores, e ao aumento do prazo da entrada de processo contra os infratores, passando de três meses para um ano.

Essas mudanças suscitaram uma reação contrária aos interesses dos editores por meio de um comunicado anônimo enviado ao Parlamento. *Uma carta ao membro do Parlamento referente ao projeto de lei agora dependendo da Casa dos Comuns*, segundo Rose, foi

⁴⁶⁹ DEAZLEY, 2004, p. 94, nota 34. Deazley menciona ser esse um novo argumento, de cunho econômico, inserido no repertório dos editores para a obtenção de legislações conforme seus interesses. Este argumento de aumento das receitas do governo foi reproduzido em outras petições como, por exemplo, em *Further reasons humbly offer'd to the consideration of the honourable House of the Commons, for making more effectual na act passed in the 8 th year of Q. Anne*.

⁴⁷⁰ Ibid., p. 96, nota 41.

⁴⁷¹ Bill for the better encouragement of learning, and for the more effectual securing the copies, during the times therein mentioned (1735). Ver: House of Lords' Journal, v. 24, p. 543, 544, 448, 550. In: *British History Online*. Disponível em: <<http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=114036>>. Acesso em: 17 jun 2012.

provavelmente escrita por um impressor ou por um oponente ao monopólio dos editores.⁴⁷² Suas objeções ao aumento do limite de proteção visavam ao interesse público, visto ter sido este um argumento contrário ao monopólio no setor. O autor da carta argumenta que os editores não oferecem nenhuma boa razão para justificarem a extensão do limite, cuja reivindicação pode se tornar frequente a cada término do período estipulado, resultando em “um monopólio perpétuo, em algo odioso aos olhos da lei”. Para ele, o limite sinaliza a relação de reciprocidade entre autor e público, o qual “pode receber um benefício comum da obra, após ter contribuído para o lucro do autor por muitos anos”. Portanto, o anônimo enfatiza que “ao invés de o projeto promover a instrução, ele oculta a sua difusão no mundo”, e a extensão do termo de proteção “invade o direito natural da humanidade” e “sujeita o público a taxas exorbitantes”.⁴⁷³

Notamos uma preocupação do escritor de *Uma carta ao membro do Parlamento...* em relação à ideia de propriedade perpétua colocada sutilmente pelos editores. Na realidade, ele está se referindo ao conceito de *copyright* criado pelo *Ato de Ana* quando enfatiza que “não havia nenhuma lei que conferia o *Copy-Right* exclusivo a qualquer um sobre livros que foram publicados no mundo”.⁴⁷⁴ Ele reforça o papel do *Ato de Ana* como lei destinada a regulamentar o comércio livreiro por meio de um *copyright* limitado, cuja proposta deveria visar ao equilíbrio dos interesses público e privado. Ao conferir um direito de cópia ao autor, o Ato fornecia uma proteção contra a pirataria, atendendo aos interesses do editor e do autor. Ao primeiro, reservava um período exclusivo para reaver seus investimentos e ao segundo, conferia um direito que nunca havia existido. Por fim, a limitação desse direito permitiria ao público acessar livremente os conteúdos protegidos após um tempo determinado.

Portanto, a extensão frequente desse *copyright*, evidenciada pela carta, descaracterizava a proposta do direito de cópia instituído pelo *Ato de Ana*, pois tendia priorizar os interesses econômicos dos editores e do próprio Estado, que desejava aumentar as suas receitas. A

⁴⁷² A letter to a member of Parliament concerning the bill now depending in the House of Commons (1735) apud ROSE, 1993, p. 53-54. Ver: DEAZLEY, p. 101.

⁴⁷³ DEAZLEY, 2004, p. 98; 100. Deazley menciona a introdução de uma cláusula no projeto referente à permissão de qualquer um a publicar livros com edição esgotada mediante autorização do proprietário. Para Deazley é provável que essa cláusula tivesse sido inserida no projeto após a publicação da *Letter to a member of Parliament*, pelo fato do autor anônimo ter apontado essa questão. No que tange ao interesse público, além dessa cláusula, o projeto determinou o envio de cópias, registradas ou não, para mais quatro bibliotecas sob a pena de o proprietário perder o direito de proteção.

⁴⁷⁴ ROSE, 1993, p.54;58. Rose aponta o uso do termo *Copy-Right* em substituição ao termo isolado *Copy*, tradicionalmente usado no Livro de Registro da Companhia para comprovar o *stationer's copyright*.

proposta do novo *copyright* estatutário promovido pelos editores não almejava o equilíbrio de interesses, visto que queriam reformulá-lo sob uma concepção de caráter estritamente econômico.

Uma carta ao membro do Parlamento... provocou uma série de discussões que deram um caráter específico ao debate, pois este passou a tratar da questão da natureza da propriedade a ser instituída pela nova lei de regulamentação do setor livreiro. Assim, os editores responderam ao autor anônimo com *Uma carta de um autor ao membro do Parlamento*, em 1735. Nesta, eles afirmam a existência da propriedade literária, baseada na *common law*, anterior ao *Ato de Ana*. No entanto, sabemos que houve outras formas de *copyright* usadas para proteger suas propriedades em livros. Desse modo, eles alegam que o autor já tinha o direito de *common law*, fundado na lei da razão e da natureza:

Pela *common law* é garantida a propriedade do autor, e de seus cessionários, em suas obras impressas [...]. Se, desde a origem da impressão até o momento, **os costumes sensatos** desta Nação são partes da lei da Inglaterra, **são uma prática constante**, inquestionável e inviolável, sem apoio algum de qualquer estatuto ou privilégio da Coroa, portanto, a **propriedade do autor** deve estar certamente fundada na lei, especialmente na **lei da razão e da natureza** [...].⁴⁷⁵

Os editores defendem a existência prévia da propriedade do autor como sendo apenas confirmada pela prerrogativa real e por leis e estatutos, requeridos como instrumentos para impedir a apropriação indevida pela pirataria.⁴⁷⁶ Portanto, a nova lei, como as prerrogativas reais e o *Ato de Ana* fizeram no passado, deveria apenas proteger essa propriedade pela ratificação do direito de *common law* do autor.

Os editores propõem abertamente transformar a propriedade em livros, baseada nos costumes do antigo sistema de guildas, em um direito de *common law* do autor. Com isso, eles, simplesmente, desconsideravam as transformações econômicas e políticas ocorridas na sociedade inglesa, das quais advém a própria pirataria. Esta proposta é exatamente o resultado da resistência dos editores em se adequarem a essas modificações. Aliás, essa resistência

⁴⁷⁵ *A letter from an author to a member of Parliament* (17 Abril 1735) apud ROSE, 1993, p. 54-55, tradução nossa, grifo nosso. “By that Common Law, is warranted the Property of Authors, and their Assignes, in their printed Works [...] And if [...] the reasonable Customs of this Nation are Part of the Law of the England, so constant, uninterrupted, unquestioned, and inviolated a Practice; inviolated, though it had no Aid from any Statute, or any Privilege of the Crown, from the very Original of Printing, ’til of late; must certainly be founded in Law; specially if the Law of the Reason and Nature [...]”

⁴⁷⁶ ROSE, op. cit., p. 55.

também é costumeira, visto que desde o século 16, com a expansão do setor livreiro, acentuada pelo processo político e revolucionário, os seus antecessores permaneceram concebendo o negócio livreiro como um campo restrito e controlado pelos detentores de algum tipo de direito exclusivo de publicação. Foi contra essa forma restritiva de conceber a atividade livreira que se rebelaram o impressor John Wolfe, na batalha livreira de 1577, o livreiro Michael Sparke e os impressores no século 17.

Enquanto a Companhia pôde resolver essa questão entre seus pares e sob a autoridade política do rei, ela e seus editores permaneceram numa zona confortável, mantendo o monopólio baseado na proteção desse tipo de propriedade tradicional e costumeira. No entanto, o autor de *Uma carta ao membro do Parlamento...* representa uma oposição do público, o que gera uma pressão maior à postura monopolista dos editores. Trata-se do público leitor que contempla “direitos naturais da humanidade” implicados nessa questão sobre a propriedade. Assim, esse autor anônimo enxerga para além de um direito de caráter proprietário privado, pois insere o público, dentro dessas relações de propriedade usadas para regulamentar o setor livreiro, como igualmente portador de direitos.

Os editores se opõem a esse argumento de caráter público do direito de cópia, afirmando ser o *Copy-Right* pertencente ao autor ou editor, por se tratar de um “privilégio não restritivo com relação à ciência em geral, mas por ser uma propriedade de um único homem e não da comunidade”.⁴⁷⁷ Assim, eles argumentam a possibilidade de convivência do comum com o individual, em que a propriedade do autor não causa danos ao “amplo campo do conhecimento”, no qual todos podem explorar os mesmos temas, desde que não se apropriem da obra alheia que é “o produto de seu trabalho”, do qual “advém seu ganho”.⁴⁷⁸

Podemos observar o empenho dos editores em argumentarem, de modo mais elaborado, sobre o direito de cópia para manter o controle exclusivo da publicação das obras. Eles apontam um caráter laboral à propriedade em livros e citam o campo do conhecimento, no qual todos podem “plantar”, exemplificando a antiga ideia de posseção da terra como base da propriedade. Embora notemos que seus argumentos ainda se embasam numa ideia material de

⁴⁷⁷ *A letter from an author to a member of Parliament* (17 Abril 1735) apud DEAZLEY, 2004, p.101.

⁴⁷⁸ *A letter from an author to a member of Parliament* (17 Abril 1735) apud DEAZLEY, loc. cit. Rose aponta ser esse comentário dos editores, no entanto, pertencente a uma segunda carta enviada chamada *A second letter from an author to a member of Parliament containing further remarks on a late latter letter concerning the bill now depending in the House of Commons* (23 April 1735). Ver: ROSE, 1993, p.54, nota 2; p.57.

propriedade, podemos constatar seus esforços em legitimar, como propriedade, algo que eles estavam tentando criar.

Após esse debate, o projeto de lei foi abortado na Casa dos Lordes. No entanto, após dois anos, os Comuns prepararam outro projeto em 11 de fevereiro de 1737.⁴⁷⁹ Suas principais provisões sinalizaram uma tendência em perpetuar o direito de cópia. Embora assentado na figura do autor e limitado, esse direito seria transferido ao editor. Assim, o projeto confere um direito ao autor sobre seus escritos⁴⁸⁰, cuja propriedade no livro impresso seria consequência.

No projeto não consta mais a distinção entre obras novas e antigas, recaindo em todas elas o limite de proteção conforme o tempo de vida do autor, mais onze anos ao seu administrador ou cessionário. Se o autor estiver morto após dez anos da primeira publicação, seu cessionário permanece com o seu direito por mais 21 anos.⁴⁸¹ No entanto, o projeto descaracteriza a costumeira relação autor e editor, pois permite ao primeiro, após dez anos ou em seu testamento, romper o contrato com o segundo e reaver seu direito, fosse para revisar, vender ou alienar a obra, em caso de necessidade.⁴⁸² Se o proprietário não registrar a obra na Companhia e não enviar as 14 cópias impressas às bibliotecas, ele perde o direito de cópia.⁴⁸³ Isso sinaliza que o caráter desse direito é estatutário e sujeito à revogação.⁴⁸⁴

Esse projeto foi novamente derrotado pelos Lordes, os quais não aprovaram, também, outro projeto destinado a proibir a importação de livros conforme a petição enviada pelos

⁴⁷⁹ An Act for the Encouragement of Learning (Draft), London (1737). “Uma lei para o incentivo ao aprendizado (Rascunho), Londres (1737)”. In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 17 jan. 2013; Ver também: House of Common’s Journal, v. 22, p.741, 756, 761, 764, 769, 800; House of Lord’s Journal, v. 25, p.73, 81, 91, 99, 106, 111, 142.

⁴⁸⁰ An act for the encouragement of learning (draft), London (1737). “Uma lei para o incentivo ao aprendizado (Rascunho), Londres (1737)”. In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 2. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 17 jan. 2013

⁴⁸¹ An act for the encouragement of learning (draft), London (1737). In: Ibid., p. 2.

⁴⁸² An act for the encouragement of learning (draft), London (1737). In: Ibid., p. 9.

⁴⁸³ An act for the encouragement of learning (draft), London (1737), In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 4-5.

⁴⁸⁴ Ver: DEAZLEY, 2004, p. 87-110; PATTERSON, 1968, p. 157; ROSE, 1993, p. 57. Para Deazley, essas restrições aos editores foram as contingências que surgiram dos esforços dos editores aplicados para estender o máximo possível o limite de proteção. Patterson discorda, afirmando que essas restrições tiveram uma dimensão pequena diante da extensão máxima que colocou os editores muito próximos de um *copyright* perpétuo. O direito do autor em controlar a sua obra foi o meio dos editores auferirem lucros de suas publicações. Rose menciona que o estabelecimento da propriedade do autor implicava também no atendimento de suas reivindicações. Portanto, os editores estavam sendo bem cautelosos com o que desejavam.

editores em 1738. Novamente, retomado em 1739, esse projeto de proibição da importação foi aprovado e passou a vigorar em 29 de setembro do mesmo ano.⁴⁸⁵

Embora os editores tivessem falhado em pressionar o Parlamento para criar uma lei que instituísse deliberadamente um direito de *common law* do autor, eles se esforçaram para obtê-lo por meio dos litígios travados nas cortes inglesas. A concepção de um direito de *common law* autoral, fundamentado no autor, se desenvolveu nos casos envolvendo autores e editores ao longo do século 18.

4.2.1 A propriedade em livros: um direito de *common law* ou um direito concedido?

Os litígios judiciais configuraram um debate direcionado a tratar o caráter da propriedade da obra literária inserida na dinâmica comercial livreira. Os casos envolvendo os autores se referiam à publicação não autorizada de seus manuscritos, dentre os quais se destaca o caso *Pope v Curl* (1741).⁴⁸⁶ Segundo Rose, esse caso marca o momento da criação do conceito de propriedade intelectual, introduzindo a noção da natureza imaterial do objeto do *copyright*.⁴⁸⁷

Alexander Pope vai ao tribunal para tentar controlar a reprodução de suas correspondências com Swift, contidas na obra *Dean Swift's literary correspondence for 24*

⁴⁸⁵ An act for prohibiting the importation of books reprinted abroad and first composed or written and printed in Great Britain and for limiting the prices of books (1739). Essa lei proíbe a importação de obras impressas, escritas e publicadas na Grã Bretanha. Ver: BENTLY, L et al (Eds.). *Global copyright: three hundred years since the statute of anne, from 1709 to cyberspace*. Cheltenham: Mixed Sources, 2010, p. 354.

⁴⁸⁶ *Pope v. Curl*, London (1741). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 17 jan. 2013. Podemos citar os seguintes casos de autores: *Burnet v. Chetwood* (1720), no qual Burnet entrou com uma ação para impedir Chetwood de publicar uma tradução do latim da obra *Archaeologia philosophica* (1692), de seu irmão Dr. Thomas Burnet. O Lorde *Chancellor Macclesfield* emitiu uma liminar impedindo a publicação da obra por conter uma linguagem obscena devendo, desse modo, permanecer no latim. Trata-se de um favorecimento ao autor baseado mais em uma questão de *propriety* (adequação) do que de *property* (propriedade). No entanto, Macclesfield suscitou ser a tradução uma nova obra, embora não houvesse nenhuma referência no *Ato de Ana*. Um caso similar foi *Gyles v. Wilcox* (1740), no qual Lorde *Chancellor Hardwicke* considerou o *resumo* como uma nova obra, por exigir invenção e instrução. Outro caso foi *Webb v. Rose* (24 may 1732), referente a cópias manuscritas de leis executadas pelo pai de William Webb. Após a morte de Richard Webb, pai de William, elas tinham sido apropriadas pelo seu secretário Robert Southern e depois por Edward Rose e John Talbot. William quis reavê-las como parte da herança do pai, alegando ter um direito inerente para imprimi-las. Por fim, o caso *Forrester v. Walker* (1741), no qual Walker imprimiu relatos manuscritos da *Court of Chancery* sem autorização de Forrester. Lorde Hardwicke disse ter Forrester o direito exclusivo à primeira publicação desses manuscritos.

⁴⁸⁷ ROSE, 1993, p. 60.

years from 1714-1738 publicada pelo editor Edmund Curl.⁴⁸⁸ Nessa obra, constavam cartas de Pope, John Gay, Lorde Bolingbroke, Doctor Arbuthnot, entre outros. Pope não estava interessado em reaver as cartas enviadas a Swift, mas sim em controlar a sua publicação na Inglaterra. Opunha-se inclusive à impressão das cartas, nas quais ele era destinatário, sem o seu consentimento.⁴⁸⁹ Pope se apoia nas provisões do *Ato de Ana* referentes ao autor, dizendo ter “o direito exclusivo nas ditas cartas” e de nunca ter “atribuído o seu *copy-right* a qualquer pessoa”.⁴⁹⁰ Dessa forma, lhe é concedida uma liminar proibindo a continuidade da publicação de suas cartas até receber a resposta de Curl.

Em resposta, Curl argumenta que as cartas não foram contempladas pelo *Ato de Ana*, pois este confere uma liberdade exclusiva de impressão e reimpressão sobre livros e não sobre cartas.⁴⁹¹ De fato, o Ato protegia apenas obras após a primeira publicação, mas não mencionava proteção alguma em manuscritos não publicados. Assim, conclui que Pope não tinha direito algum para autorizar a publicação de suas cartas, portanto, ele não era “proprietário” delas. A noção de Curl reside na dimensão física da carta e difere da intenção de Pope, que argumenta não ser mais o proprietário das cartas, mas sim o autor delas, o que lhe daria o poder de decidir sobre suas publicações.

Lorde Hardwicke rejeitou os argumentos de Curl, dando ganho de causa à Pope, com o seguinte comentário:

Sou da opinião de que se trata apenas de uma propriedade especial no receptor, possivelmente a propriedade do papel pertença a ele, mas isso não dá licença a qualquer pessoa publicá-la ao mundo, pois no máximo o receptor tem apenas uma propriedade conjunta com o escritor da carta.⁴⁹²

Observamos que Lord Hardwicke faz uma distinção entre o objeto físico (papel e tinta) e o conteúdo metafísico da carta, o qual pertencia a Pope, servindo de base para fundamentar a autoridade do autor em consentir a sua publicação ou não com relação às cartas de sua

⁴⁸⁸ Pope's Bill of Complaint, and Curl's Answer, London (1741). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 2. Curl relata que tais cartas já haviam sido publicadas na Irlanda pelo editor George Falkener e sob a supervisão do próprio Swift.

⁴⁸⁹ Pope's Bill of Complaint, and Curl's Answer, London (1741), In: Ibid., p. 1.

⁴⁹⁰ Pope's Bill of Complaint, and Curl's Answer, London (1741). In: Ibid., p. 1.

⁴⁹¹ Pope's Bill of Complaint, and Curl's Answer, London (1741). In: Ibid., p.1.

⁴⁹² Pope v. Curl, London (1741). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 341, tradução nossa. “I am of the opinion that is only a special property in the receiver, possibly the property of the paper may belong to him; but this does not give a licence to any person whatsoever to publish them to the world, for at most the receiver has only a joint property with the writer.”

autoria. Dessa forma, Lord Hardwicke insere um elemento novo para atestar a autoria, lançando novas bases na construção da concepção de propriedade literária.

Seria o ato da publicação aquilo que legitimava a propriedade e o direito de cópia, o mesmo definido pelo *Estatuto da Rainha Ana*? Ou se tratava de uma propriedade perpétua baseada na ideia de que o autor tivesse um direito de *common law* ?

Os litígios seguintes ilustram a promoção do direito de *common law*, concedido por vereditos finais aos editores londrinos. Assim, eles obtinham a propriedade perpétua como meio de manter o monopólio no comércio livreiro. Essa realidade muda por volta dos anos de 1760 e 1770, quando os vereditos sinalizam uma resistência à ideia de *common law*. Foi somente em 1774, no caso emblemático de *Donaldson v. Beckett*, que se deu o reconhecimento da propriedade estabelecida no *Ato da Rainha Ana* de 1710.

Até os anos de 1730 e 1740, os editores escoceses vendiam livros comprados dos editores londrinos. Insatisfeitos com o controle desses editores no comércio livreiro inglês, os escoceses passaram a comercializar edições de livros clássicos ingleses impressos por eles mesmos, desestabilizando a “organização metropolitana inabalável do comércio livreiro” administrada pelos editores londrinos.⁴⁹³ Os escoceses vendiam edições baratas para o abastecimento das cidades inglesas e, durante a segunda metade do século 18, exportavam livros para a América, Rússia e Europa, a partir dos portos de Glasgow, Greenock e Leith.⁴⁹⁴

Em 1743, os editores londrinos iniciaram uma série de processos contra os editores escoceses⁴⁹⁵ no *Court of Session*, tribunal estabelecido na Escócia pelo *Ato de Ana*, queixando-se das impressões piratas de livros clássicos ingleses. Eles reivindicavam um ressarcimento de seus lucros, ao invés das penalidades previstas no *Ato de Ana*, alegando que este tinha estabelecido a propriedade no autor reconhecendo nele, e em seus cessionários, um direito de *common law*. Em resposta, os escoceses rebateram esse argumento, afirmando que o Ato não havia confirmado esse tipo de propriedade perpétua em livros como se já existisse por tempos imemoriais. Essa propriedade carecia de uma base material de modo que sua

⁴⁹³ FEATHER, J. *The provincial book trade in Eighteenth-Century England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 98-121.

⁴⁹⁴ MCDUGALL, W. Copyright litigation in the Court of Session, 1738-1749, and the rise of the Scottish Book Trade. In: *Transactions*, n. 5, 1988, p. 2. DEAZLEY, 2004, p. 188.

⁴⁹⁵ Essas ações são compostas pelos casos de *Millar v. Kinkaid* (1743), *Tonson v. Walker* (1752) e *Tonson v. Collins* (1758). Os casos seguintes foram *Osborne v. Donaldson* (1765), *Millar v. Donaldson* (1765) e mais dois casos que foram marcantes para a confirmação do *Ato de Ana*: *Millar v. Taylor* e *Donaldson v. Beckett*.

existência apenas se dava com a publicação do livro. Enquanto os “livros permanecessem nas mãos do autor e de seus executores, eles seriam sua propriedade”. Portanto, logo após a venda total da sua edição, esse direito de propriedade desapareceria, pois não haveria “*corpus*”, ou seja, a base material para justificar o autor ou o editor, como proprietários.⁴⁹⁶

O primeiro caso foi *Millar v. Kinkaid* (1743), no qual Millar e mais dezesseis editores londrinos acusaram Kinkaid e outros dezenove editores escoceses de imprimirem edições piratas. Esses livros em questão já estavam fora do prazo de proteção estabelecido pelo *Ato de Ana* e não tinham sido registrados na Companhia dos *Stationers*. Millar foi derrotado e apelou à Casa dos Lordes, os quais não viram consistência em seu pedido de recompensa prevista em lei, perdendo, assim, o processo.⁴⁹⁷

O principal argumento usado nesse processo foi o de Lord Mansfield (William Murray), que fundamentou um *copyright* perpétuo sobre o princípio do direito natural do autor em receber os frutos de seu trabalho. Em concordância com Lord Mansfield, William Warburton, editor e executor de Alexander Pope, escreveu um panfleto intitulado *Uma carta de um autor ao membro do Parlamento acerca da propriedade literária* (1747), publicado por John Knapton, editor londrino envolvido nesses litígios. Inclusive, nesse mesmo ano, o caso *Millar v. Kinkaid* ainda estava esperando a decisão no *Court of Session*.⁴⁹⁸

Levando a questão para um debate público, Warburton, defensor do direito de *common law* do autor, propõe uma discussão teórica acerca do caráter da propriedade, e da sua relação com o trabalho do autor, por meio de uma distinção conceitual entre a proteção da patente de invenção, concedida pelo Estado, e o direito natural do autor à sua obra.⁴⁹⁹ Para ele, a

⁴⁹⁶ PATTERSON, 1968, p. 163; ROSE, 1993, p. 70.

⁴⁹⁷ PATTERSON, op. cit., p. 167; SHOJI, Yamada. Pirate publishing: the battle over perpetual copyright in eighteenth-century Britain. *Nichibunken Mongraph Series*, n. 13. Kyoto: International Research Center for Japanese Studies, 2012, p. 32. Shoji aponta que em 1748, Millar tornou-se agente da livraria de Kinkaid, indicando ter havido uma resolução amigável acerca do caso. Em 1759, após essa derrota, os editores londrinos montaram um esquema contra os editores escoceses por meio de um levantamento de fundos destinado a financiar processos contra qualquer livreiro das cidades do interior que vendessem livros piratas. O fundo também se destinava à compra de livros impressos na Irlanda e Escócia a preço de custo para venda em Londres. Os próprios editores ingleses optaram por entrar no mundo da pirataria para garantir o seu monopólio no setor. Esse esquema foi publicado em *Some thoughts on the state of literary property* (1764) pelo editor escocês Alexander Donaldson.

⁴⁹⁸ A Letter from an author, to a member of Parliament concerning literary property (1747). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 17 jan. 2013. Ver: Rose (1993, p.71-72). Para Rose, o caso *Millar v. Kinkaid* foi a motivação dessa publicação.

⁴⁹⁹ DEAZLEY, 2004, p. 157.

“utilidade” e a “posse confirmada” são as duas condições que caracterizam algo como propriedade. Assim, sob essas condições, a propriedade é classificada em “móveis e imóveis”, oferecendo como exemplo os bens e a terra, respectivamente. Ele divide as propriedades móveis em “naturais” (obtidas pela posse) e as “artificiais” (adquiridas pelo aperfeiçoamento). Esta, especificamente, é dividida em “produtos das mãos” (um utensílio) e “produtos da mente”, que é o caso do livro. É esse caráter mental que torna o autor proprietário e justifica seu direito exclusivo em transcrever ou imprimir sua obra por ganho ou lucro.⁵⁰⁰

Portanto, por meio da análise baseada numa estrutura de oposição – móvel ou imóvel, natural ou artificial e mente ou corpo – Warburton descreve o caráter da propriedade intelectual como sendo móvel, artificial e proveniente da esfera mental. Para complementar essa definição, ele faz uma comparação entre a propriedade literária e as patentes, provavelmente, para eliminar definitivamente qualquer argumento embasado na ideia de direito como privilégio limitado conferido pela prerrogativa real ou pelo Estado. Warburton qualifica as “invenções” como sendo de “caráter misto”, ou seja, um produto manual e mental, diferente da obra do autor que é estritamente um produto de caráter intelectual. Embora as invenções resultem em um utensílio, o emprego da operação intelectual justifica a concessão ao inventor de patente por tempo limitado.⁵⁰¹

Warburton faz uma distinção entre o escritor e o inventor para mostrar a razão pela qual a lei deve conceder “uma proteção adicional” à propriedade autoral justificada pela atividade estritamente mental do autor. Se voltarmos para a primeira experiência da impressão em Veneza, constataremos uma falta de distinção acerca dos primeiros escritores profissionais. Tratava-se de inventores em busca de recompensa, também, por meio da autoria técnica. Eles compunham livros manuais, nos quais publicavam o segredo da sua invenção com a finalidade de capitalizá-la pela venda lucrativa dos livros, nos quais eles obtinham privilégio. Para Kostylo, isso ilustra um movimento em direção às atitudes proprietárias na área do

⁵⁰⁰ A Letter from an Author, to a Member of Parliament concerning Literary Property (1747), In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). op. cit., p. 408. Essa formulação se contrapunha ao argumento dos editores escoceses que concebiam a propriedade apenas em livros impressos, negando qualquer caráter imaterial ao mesmo.

⁵⁰¹ A Letter from an author, to a member of parliament concerning literary property (1747). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 408.

conhecimento, de modo que “a ideia da produção protegida migrava do mundo de monopólios industriais à esfera dos livros” ou à esfera da atividade mental.⁵⁰²

Qual seria a diferença entre o autor de definido por Warburton e o autor técnico veneziano? Qual seria a distinção da atitude proprietária dos autores técnicos venezianos com a de Warburton? Para Rose, Warburton cria um discurso que distingue a propriedade literária, de natureza puramente mental, das outras, colocando o autor numa posição elevada dentro da produção livreira, ou seja, o autor torna-se “um aristocrata dessa sociedade produtiva”, porém seu discurso parte do conceito tradicional de que o “autor estava acima do produtor de *commodity*”.⁵⁰³

Lorde Wedderburn e o advogado Edward Thurlow debateram essas questões no caso seguinte de *Tonson v. Collins (1760-1762)*. Benjamin Collins era um livreiro de Salisbury que estava vendendo edições escocesas piratas do *The Spectator*. A intenção de Tonson era ter o reconhecimento do direito exclusivo de *common law* sobre esse título, independente do prazo de proteção estabelecido pelo *Ato de Ana*. No entanto, durante o processo, foi descoberto um acordo no qual Tonson, se ganhasse o litígio, prometia pagar todos os gastos do processo a Collins se este não recorresse à decisão final.⁵⁰⁴ Esse caso demonstra uma disputa conceitual acerca do caráter do direito do autor, colocando a questão se ele era um direito de *common law* ou um *copyright* estatutário.

Em defesa dos editores londrinos, Lorde Wedderburn retoma a discussão da natureza do direito do autor. Ele se fundamenta na afirmação do jurista holandês Hugo Grotius de que a propriedade é adquirida pela posse e pela invenção. No caso de seus clientes, a propriedade reivindicada estava fundada na invenção. Enquanto a obra estivesse manuscrita, o direito do autor a esta se embasava no seu caráter imaterial. Após a sua publicação, o direito do autor

⁵⁰² KOSTYLO, 2010, p. 48-49.

⁵⁰³ ROSE, 1993, p. 73-74. Ver: PORTELA, 2003, p. 234-243; Provavelmente Warburton estava ilustrando a experiência do próprio Alexander Pope, que fora um crítico ferrenho do caráter comercial da produção literária e, ao mesmo tempo, um dos autores mais prósperos do setor. Junto a John Gay, Arbuthnot, Bolingbroke e Swift, eles formaram o grupo do *Scliberus Club*, escrevendo textos que satirizavam o autor comercial caracterizado por *Grub-Street*, a famosa rua habitada por escritores produtores de textos “triviais”, designados como “autores de aluguel”, conforme os dicionários de Samuel Johnson (1755) e Francis Grose (1785), respectivamente. Esses autores acabaram ficando dependentes da lógica de mercado. Em uma caricatura publicada em 1732, os autores de *Grub-Street* foram retratados com aparência bestial, imersos na oficina, se igualando a outros agentes do setor. Dessa forma, possuir uma obra protegida, fazendo do autor o suprasumo da cadeia produtiva do livro, lhe asseguraria contra a ameaça de auferir seu lucro pela competição.

⁵⁰⁴ *Tonson v. Collins (1761-1762)*. In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

recaía nos lucros de seu livro e “não no sentimento ou estilo” travestidos pelas palavras impressas.⁵⁰⁵

ThurLOW discorda da ideia de que a invenção fundamenta a propriedade. Em sua concepção, apenas a propriedade corporal é protegida pela *common law*. Com relação a produtos tangíveis que tiveram um trabalho mental em seu processo de criação, a lei concede uma propriedade com proteção limitada. Portanto, ThurLOW não concebe um direito de propriedade em ideias como se fosse natural, justificada simplesmente pela operação mental. Ele afirma que esse direito só passou a existir por meio do Estado que o limitou para torná-lo acessível aos outros. Assim, ele iguala o inventor ao autor por executarem um trabalho mental, cujo produto final é uma máquina ou um livro, respectivamente.⁵⁰⁶ Se a propriedade instituída no campo da invenção é limitada, qual a razão de não limitar também a propriedade na esfera da composição escrita?

Lorde Mansfield suspendeu o julgamento, sendo este reexaminado em 1762. No retorno do julgamento, os advogados em questão passaram a ser William Blackstone, defendendo os editores londrinos, e Joseph Yates, representando os réus escoceses. Ambos continuaram a discussão acerca dos princípios da propriedade literária.

Blackstone apresenta três argumentos básicos. O primeiro se baseia na ideia de que a invenção e o trabalho compõem a fundação natural da propriedade. Assim, ele atribui à composição literária as qualidades do trabalho intelectual e corporal, bem como a originalidade, como fatores essenciais para a geração da propriedade literária. Ele faz um paralelo da originalidade ao direito de “ocupação” mencionado na obra *O segundo tratado sobre o governo civil*, de Locke, concluindo ser a originalidade aquela que confere a propriedade.⁵⁰⁷

O seu segundo argumento apresenta a necessidade de se estabelecer e proteger a “produção do gênio” com o fim de incentivar a Ciência. Assim, propõe que o direito de *common law*, usualmente aplicado para proteger perpetuamente a propriedade sobre aquisições materiais, seja também destinado à propriedade em aquisições mentais. Por fim, no terceiro e último argumento, ele coloca, como premissa fundamental, que para algo se tornar

⁵⁰⁵ Tonson v. Collins (1761). In: Ibid., p. 302-303.

⁵⁰⁶ Tonson v. Collins (1761). Ibid., p. 306-307.

⁵⁰⁷ Tonson v. Collins (1762), In: Ibid., p. 321-322.

propriedade é necessário possuir um “valor de troca”. Nesse caso, esse valor é adquirido pela capacidade do autor em dar uma identidade, uma originalidade, à composição literária por meio do “estilo e sentimento”.⁵⁰⁸

Embora Blackstone recorra à Locke para justificar seus princípios teóricos acerca da propriedade literária, os três argumentos – fundados no trabalho intelectual, na originalidade do autor gênio e na premissa da composição literária como valor de troca – são muito semelhantes aos discursos dos escritores ingleses do período. Trata-se de um discurso ideológico condicionado pelo valor econômico da linguagem no mercado da arte literária. À medida que os contratos geravam novas relações e conflitos, esse discurso era necessário para fundamentar a propriedade literária e inserir o autor nas relações de propriedade do setor livreiro.

Henry Fielding, Samuel Johnson e Edward Young foram alguns dos autores que desenvolveram um discurso ideológico para conceitualizar o autor como proprietário, com base na ideia de originalidade. Fielding reivindicava “absoluta propriedade sobre todos os seus sentimentos”, a marca que o distinguia dos outros autores. Assim, o significado de original deixa de estar próximo às fontes, conforme a estética clássica, para se tornar em algo que brota de si mesmo. Daí surge o gênio, atributo inerente à mente humana. A marca da originalidade fundamenta o conceito de propriedade literária como um direito exclusivo sobre um produto inventado. No caso desses autores, esse produto é o romance, que se define como produto de valor.⁵⁰⁹

O advogado Yates diverge desse discurso, pois concebe apenas a “possessão” e “*indicia*” como fundamentos da propriedade. Ideias são suscetíveis de tornar propriedade por meio da publicação do livro, indício de propriedade do autor, podendo “ser visto, sentido, dado, perdido ou roubado”. Enquanto as ideias não forem publicadas, elas são de domínio do autor, após a sua publicação, elas se tornam comum a todos. Ele retoma o argumento do advogado Thurlow para afirmar a semelhança entre o trabalho do autor e o trabalho do

⁵⁰⁸ Tonson v. Collins (1762), In: Ibid., p. 322; 343.

⁵⁰⁹ PORTELA, 2003, p. 152-157; p. 154. Na visão de Portela, a teoria do romance de Henry Fielding desenvolvida em *Tom Jones* (1749), ilustra uma dimensão econômica na instituição territorial do romance quando o autor diferenciava os “ricos terrenos baldios dos clássicos antigos” das “pobres propriedades privadas dos modernos”. Os antigos possibilitavam o acesso e abastecimento liberados, já no campo dos modernos tornou-se necessário indicar a fonte apropriada. Parecia um tipo de cercamento rural devido aos efeitos similares da privatização do uso da terra com o uso do discurso impresso. A semelhança do discurso de originalidade com a palavra ocupação para conferir a propriedade literária, salienta Portela, traz a imagem de um cercamento rural.

inventor: “ambos são produções de *genius*, ambos exigem trabalho e estudo e, pela publicação, ambos se tornam igualmente comuns ao mundo. A legislação parece ter julgado assim.”. Finaliza, ainda, indagando: “se não há privilégio permanente ao inventor, por que haveria um direito distinto ao autor?” Com esse argumento, ele conclui que o autor não possui um direito de *common law* e sim um *copyright* concedido pelo *Ato de Ana*, cuja limitação não prejudica o valor de troca e possibilita um valor social.⁵¹⁰

Publicado no mesmo ano desse debate jurídico, o panfleto *Uma investigação acerca da natureza e origem da propriedade literária* (1762) contesta a existência de uma propriedade nas ideias como fundadora de um direito de *common law*. Para o autor anônimo, todo o direito deve se originar de algo material, portanto, afirma que a imaterialidade das ideias impede qualquer direito exclusivo sobre elas. Ele desconstrói o argumento de originalidade, baseada nas distintas “formas e sentimentos” manifestados pela entidade do gênio, afirmando que a natureza humana, necessariamente, torna as nossas apreensões das ideias similares.⁵¹¹ Portanto, seria um paradoxo instituir uma propriedade no discurso e na linguagem, visto que estes possuem um caráter comum. Ele aponta que os poetas antigos nunca haviam clamado por um direito em suas cópias, afirmando ter este surgido com a prerrogativa real. Uma vez que esta se findou, esse direito também deveria acabar.⁵¹²

Outro panfleto, chamado *Uma defesa do direito exclusivo dos autores às suas obras* (1762), foi publicado nesse período. Nele outro autor anônimo admite uma propriedade nas ideias e no livro impresso. Inclusive, afirma ser a publicação a base material para o autor exercer seu direito sobre as ideias, e dele retirar o seu lucro. Ele aponta o caráter econômico da atividade da escrita como o principal fator na demanda por um direito que agora se fazia necessário. Assim, o *Ato de Ana* era uma lei que reconhecia tal direito e não o restringia,

⁵¹⁰ Tonson v. Collins (1762). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 333-334; 338-339.

⁵¹¹ An enquire into the nature and origin of the literary property (1762). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 1-10. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

⁵¹² An enquire into the nature and origin of the literary property (1762). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 19-24; 34-36.

apesar de Yates ter enfatizado que o ato “conferia as cópias nos autores por um período de 14 anos”.⁵¹³

Os argumentos expostos no caso *Tonson v. Collins* demonstram claramente os interesses divergentes dos editores londrinos, preocupados em manter seu monopólio por meio da propriedade perpétua literária, e dos novos editores, pleiteando por um espaço no negócio livreiro por meio da defesa da propriedade estatutária do *Ato de Ana*. Para estes, um veredito a favor da propriedade limitada instituída pelo Ato abriria um precedente significativo para frear o monopólio londrino, visto que até então as decisões judiciais favoreciam a ideia de um direito perpétuo de *common law* do autor.

Uma decisão desfavorável aos editores londrinos começou a se prenunciar com a iniciativa do editor escocês Alexander Donaldson de abrir uma loja de livros em Londres, em 1764. Custando em torno de trinta à cinquenta por cento a menos do que os preços comumente cobrados, esses livros baratos atraíam os livreiros do interior e ameaçavam o monopólio dos editores londrinos.⁵¹⁴

Em reação, Andrew Millar levou Donaldson ao tribunal em 1765, queixando-se das impressões ilegais de alguns títulos, dentre os quais estavam *The Seasons*, de James Thomson; *Homer's Iliad*, de Pope e *Miscellanies* e uma coleção da obra de Swift, incluindo *Life of Swift*, de Hawkesworth. Millar obteve uma liminar até a resposta de Donaldson, que o indagou se tinha algum direito exclusivo de *common law* sobre esses títulos, visto que esse direito de publicação já tinha se findado conforme a limitação estabelecida no *Ato de Ana*.⁵¹⁵

Donaldson coloca em questão o tipo de propriedade que está sendo usada para regular o comércio livreiro inglês, isto é, se refere a uma propriedade baseada no direito de *common law* do autor ou a uma propriedade baseada no direito conferido pelo Ato? O resultado em tribunal favorável a Donaldson introduz a preocupação de se definir uma propriedade que contemple o interesse público. Esse argumento será cada vez mais incisivo no debate jurídico. Com isso, Lorde *Chancellor* Northington torna esse processo marcante, não só pelo fato de ter

⁵¹³ A vindication of the exclusive right of the authors to their works (1762). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 5-17. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

⁵¹⁴ SHOJI, 2012, p. 123.

⁵¹⁵ Millar v. Donaldson (1765). In: *English Report*, p. 924. Disponível em: <<http://www.commonlii.org/uk/cases/EngR/1765/72.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

desfeito a liminar de Millar, como também por embasar sua decisão na preocupação com o público:

[...] pode ser perigoso determinar que o autor tenha uma propriedade perpétua em seus livros. [...] essa propriedade daria [ao proprietário do *copyright*] não somente o direito de publicar, mas também o de suprimir [...] o que seria uma consequência fatal ao público.⁵¹⁶

Essa decisão foi um precedente significativo aos dois próximos casos marcantes no debate sobre o estabelecimento do *copyright*, como os casos *Millar v. Taylor* e *Donaldson v. Becket*.⁵¹⁷

4.2.2 *Millar v. Taylor* e a instituição da propriedade perpétua

Em 1765, após derrota para Donaldson, Andrew Millar e James Dodsley apresentam queixas no tribunal contra o impressor inglês Robert Taylor, pela impressão de *Night Thoughts*, de Edward Young. Em 1743 e 1744, o autor havia transferido o direito sobre o primeiro volume desse título a Robert Dodsley, que o transferiu a James Dodsley em 1759.

Portanto, os requerentes já estavam publicando a obra por 22 anos. Taylor se baseou na cláusula 11 do *Ato de Ana*⁵¹⁸ para argumentar que o prazo de 14 anos de garantia da publicação já havia expirado. Como esse direito retornou ao autor, conforme prescreve o Ato, era Young quem deveria ter iniciado o processo, não só contra o próprio Taylor, como também contra Millar e o parceiro. No entanto, Millar obteve sua liminar limitada por 28 anos, quando o direito retornaria novamente a Edward Young por mais 14 anos.⁵¹⁹

⁵¹⁶ Information for Messrs John Hinton et al, Edinburgh (1773). “[...] it might be dangerous to determine that the author has a perpetual property in his books. [...] such a property would give [the copyright owner] not only a right to publish, but to suppress too [...] would be a fatal consequence to the public.” In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 5-17. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

⁵¹⁷ PATTERSON, 1968, p. 168.

⁵¹⁸ Statute of Anne (1710). “11. Após o término do dito prazo de 14 anos, o direito exclusivo de impressão ou alienação das cópias deve retornar aos autores, e se então eles estiverem vivos, o direito se estenderá por outro prazo de 14 anos.” “11. Provided always, that after the expiration of the said term of fourteen years, the sole right of printing or disposing of copies shall return to the authors thereof, if they are then living, for another term of fourteen years.” In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 5-17.

⁵¹⁹ DEAZLEY, 2004, p. 173.

Algumas semanas após, em novembro de 1765, Millar moveu outra ação contra Taylor acusando-o de vender o *The Seasons*, de James Thomson. Taylor se defendeu usando novamente o *Ato de Ana*, segundo o qual Millar já não possuía direito exclusivo algum, pois a obra já havia sido impressa há 30 anos e Thomson já estava morto há 15 anos. Dessa forma, a obra “tornou-se propriedade do público”.⁵²⁰ Essa segunda tentativa de Millar, mostra seu empenho em obter o direito perpétuo sobre as obras dos autores, estimulado pela opinião dos juízes que tendiam à aceitação de um direito de *common law* do autor. Assim, novamente, a questão sobre uma propriedade, limitada ou perpétua, é posta em debate.

Em 1763, o processo foi passado para a *Court of King's Bench* ⁵²¹, na qual o júri considerou o caso pela perspectiva costumeira, argumentando que “era habitual comprar dos autores o *Copy-Right* perpétuo de seus livros; e atribui-lo de mãos em mãos, por valor considerável; e torná-lo herança de famílias, para prover as viúvas e os filhos.”⁵²²

Essa afirmação corrobora os antigos argumentos dos editores da Companhia para a manutenção do monopólio livreiro. Apesar do discurso de um direito natural do autor, imemorial, baseado no trabalho intelectual, essa afirmação evidencia, também, que os juízes concebem o *Copy-Right* nos moldes das propriedades herdáveis, portanto, num pensamento tradicional.

Embora, a consideração do júri tenha revelado a aceitação de um direito de *common law* do autor, ele não decidiu se Taylor deveria pagar os danos ao requerente. Essa decisão foi discutida por quatro juízes entre 1767 e 1769. Lorde Mansfield declarou haver um direito de *common law* do autor antes e depois da publicação, de modo que o *Ato de Ana* e outras formas de direito anteriores apenas ratificavam a sua proteção. Mr. Willes concebeu a resolução desse caso expondo claramente duas questões, no caso em que o limite estabelecido pelo *Ato de Ana* estivesse expirado:

1. se a cópia de um livro, ou uma composição literária, pertence ao autor pela *common law*;

⁵²⁰ Millar v. Taylor, London (1769). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 2304-2305. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 12 fev. 2012. Ver também: *English Report*, p. 201-266. In: <<http://www.commonlii.org/uk/cases/EngR/1769/44.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2012.

⁵²¹ Millar v. Taylor, London (1769). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). op. cit., p. 2303.

⁵²² Millar v. Taylor, London (1769). In: Ibid., p. 2307.

2. se o direito de *common law* do autor às cópias de suas obras é retirado pelo *Ato de Ana*.⁵²³

Patterson faz um apontamento interessante à forma como essas questões são colocadas, dando a entender que elas tratam apenas do direito do *autor*. Qualquer decisão focada no autor favorece o editor, visto que é ele quem permanece com o direito após a sua transferência pelo autor. Se concebido como perpétuo, esse direito do autor mantém o monopólio dos editores londrinos.⁵²⁴ A existência desse interesse do editor pode ser ilustrada na exposição de Lorde Mansfield quando restringe o direito do autor à função de garantia pecuniária, porém, sob um discurso de direitos de personalidade do autor:

Se logo após a publicação de sua obra, ela for pirateada em um papel ruim, o autor fica privado de obter um lucro pecuniário, [...]. Ele perde o controle da correção de seu próprio trabalho e, por sua vez, o domínio de seu próprio nome.⁵²⁵

As questões colocadas por Mr. Willes demonstraram a visão tradicional acerca do direito de publicação nas respostas dos juízes, os quais concluíram que o autor tinha um direito de *common law*.⁵²⁶ Mr. Willes baseou-se nas formas de direitos de publicação, ou seja, nos decretos e leis do período da Companhia dos livreiros, antecedente ao *Ato de Ana*. Lorde Mansfield priorizou o direito de o autor poder controlar o conteúdo de sua obra após a sua publicação. O juiz Aston preferiu se submeter à “lei da natureza”, dizendo ser “incompatível com a paz e felicidade da humanidade, violar ou perturbar, pela força ou fraude, sua

⁵²³ Millar v. Taylor, London (1769). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 2310-2312, tradução nossa. Ver também: *English Reports*, p. 206. “But the term of years secured by 8 Ann. c. 19, is expired. Therefore the author’s title to the copy depends upon two questions 1st. Whether the copy of a book, or literary composition, belongs to the author, by the common law. 2d. Whether the common law-right of authors to the copies of their own works is taken away by 8 Ann. c. 19.”

⁵²⁴ PATTERSON, 1968, p. 169.

⁵²⁵ Millar v. Taylor, London (1769). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). op. cit., p. 2307, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 12 fev. 2012. “He [the author] can reap no pecuniary profit, if the next moment after his work come out, it may be pirated upon worse paper [...] The author may not only be deprived of any pecuniary profit [...]. He is no more master of the use of his own name. He has no control over the correctness of his own work.” Ver também: OLDHAM, James. *English common law in the Age of Mansfield*. North Carolina: The University of North Carolina, 2004, p. 191-193. Oldman interpreta o direito do autor, nessa afirmação de Lorde Mansfield, como uma defesa do direito do editor.

⁵²⁶ PATTERSON, 1968, p. 169. Para Patterson, essa visão não se baseia apenas na ideia de direito natural do autor, mas também no *stationer’s copyright* como experiência precedente de propriedade reguladora do comércio livreiro.

posseção, uso e direitos”.⁵²⁷ Por fim, o juiz Yates, mais uma vez, reafirmou as consequências ao “resto da humanidade” e enfatizou não haver nenhum direito de publicação perpétuo, apenas o *copyright* limitado estabelecido pelo *Ato de Ana*.⁵²⁸

Após a exposição da opinião dos juízes, o caso voltou para o tribunal, onde Lorde Apsley concedeu aos cessionários de Andrew Millar, falecido em 1768, uma liminar perpétua para a publicação do *The Seasons*, de James Thonsom. Taylor teve de pagar os prejuízos causados pela impressão sem a autorização de Millar. O caso *Millar v. Taylor* ilustrou a afirmação oficial do direito de *common law* do autor na publicação de sua obra, beneficiando o monopólio do editor londrino sobre as obras mais lucrativas do comércio livreiro.

4.2.3 *Hinton v. Donaldson* e a propriedade limitada

O debate em torno do caso *Hinton v. Donaldson* (1773) se deu no tribunal escocês, onde os juízes não reconheceram um direito de *common law* do autor. O editor inglês John Hinton reclamava direito exclusivo de *common law* sobre a compilação de materiais bíblicos do vigário inglês Thomas Stackhouse. Hinton se queixou na *Court of Session* contra Donaldson por tê-lo publicado sem o seu consentimento.⁵²⁹

O debate jurídico se centrou nas concepções de direito de propriedade baseada na *common law* e da propriedade concebida pela lei civil escocesa sob influência do direito romano. Assim, Hinton fundamentou o seu direito de publicação em princípios naturais, fazendo a recomendação para que não fosse afetado por nenhuma lei municipal ou costumeira escocesa. Donaldson rebateu esse argumento com base na lei civil, na qual a propriedade literária se baseava no livro. Desse modo, alegou que o direito reivindicado por Hinton se tratava de um favor, uma prática que tinha sido adotada pela atividade da impressão em toda a Europa, inclusive na Escócia.

No entanto, ele não se referia à propriedade literária como um direito natural. Dos trezes juízes, onze decidiram a favor de Donaldson, com destaque para dois significativos

⁵²⁷ *Millar v. Taylor*, London (1769). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 2338; 2345; 2398; 2405.

⁵²⁸ *Millar v. Taylor*, London (1769). In: *Ibid.*, p. 2386.

⁵²⁹ Essa compilação foi publicada em 1738 e vendida por Stackhouse a Stephen Austin, em 1740. Austin morreu e Hinton se casou com a viúva herdeira. Ver: DEAZLEY, 2004, p. 178.

argumentos: o de Lorde Gardenston, para quem a ideia de uma propriedade imaterial era algo surpreendente para os escoceses, e o de Lorde Kames, para quem a propriedade literária perpétua “era contraditória aos primeiros princípios da sociedade”, de modo que a literatura não poderia ser sacrificada pelo interesse pecuniário de poucos indivíduos.⁵³⁰ Esse caso ilustrou a primeira tentativa de suplantar o argumento de direito de *common law* do autor pela lei. A decisão final do debate jurídico em torno do caráter da propriedade literária se deu no caso *Donaldson v. Beckett* (1774).

4.2.4 *Donaldson v. Beckett* e a ratificação do *copyright* estatutário

The Seasons, de James Thonsom novamente foi colocada em litígio. Thomas Beckett e mais quatorze parceiros compraram esse título dos executores de Millar, em 13 de junho de 1769. De acordo com a decisão no caso *Millar v. Taylor*, Beckett possuía o direito perpétuo de publicação desse título rentável no mercado livreiro. Com base nesse direito, em 1771, o editor londrino registrou queixa na *Court of Chancery* contra Alexander Donaldson e John Donaldson, pela publicação não autorizada do *The Seasons*, em abril de 1769. O juiz, Lorde Apsley, adotou a decisão do caso *Millar v. Taylor* e decretou o direito perpétuo de Beckett sobre as obras, em 1772. Donaldson apelou para a Casa dos Lordes, cuja decisão se deu em 1774.⁵³¹

Ao perceber que na instância jurídica perderia todos os recursos que lhe coubessem, visto que os juízes se apoiavam nos antigos costumes das prerrogativas reais, Donaldson, possivelmente, apelou à Casa dos Lordes por ser exatamente uma das instâncias parlamentares na qual se originou o *Ato de Ana*. Nesse local, estava a possibilidade exitosa de derrubar os argumentos da *common law* frente ao reconhecimento das provisões do Ato, definidos justamente pela autoridade legislativa.

O caso *Donaldson v. Beckett* situou a regulamentação do comércio livreiro numa posição conflituosa ao buscar estabelecer uma propriedade como principal dispositivo ordenador do setor. Porém, qual tipo de propriedade seria instituído para regulamentar esse

⁵³⁰ Ibid., p. 182-185.

⁵³¹ *Donaldson v. Beckett* (1774). In: *English Report*, p. 837-849. Disponível em: <<http://www.commonlii.org/uk/cases/EngR/1774/47.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2012. O processo se iniciou em 4 de fevereiro de 1774, sendo concluído em 22 de fevereiro do mesmo ano.

setor? Uma propriedade perpétua, fundada no direito de *common law* do autor, ou uma propriedade limitada, baseada no direito estatutário estabelecido pelo *Ato de Ana*?

Essas duas concepções foram discutidas no debate, iniciado em 4 de fevereiro de 1774, na Casa dos Lordes. Lorde Apsley, quem havia dado uma liminar a Taylor, conferindo-lhe direito perpétuo sobre *The Seasons*, apresentou três questões aos juízes em 9 de fevereiro:

1. Se um autor tinha o direito exclusivo, na *common law*, sobre a primeira impressão ou publicação do seu livro ou da sua composição literária, ele poderia mover uma ação contra qualquer pessoa que imprimisse, publicasse, e vendesse o seu livro publicado, sem o seu consentimento.
2. Se o autor tinha originalmente tal direito, a lei retirava esse direito sobre a impressão e publicação do livro ou da composição literária, de modo que qualquer um poderia tomar a liberdade de reimprimi-los ou vendê-los para seu próprio benefício, contra a vontade do autor.
3. Considerando tal ação na *common law*, esse direito é retirado pelo *Estatuto de Ana* e o autor fica restringido às provisões, aos termos e condições prescritos nesse Ato.⁵³²

Lorde Apsley queria saber se, primeiro, o monopólio da impressão e publicação de livros tradicionalmente pertencia ao autor na *common law*, desde os tempos imemoriais; segundo, se esse monopólio terminava com a impressão e publicação do livro e; terceiro, se o autor, ao mover uma ação com base nesse direito exclusivo de *common law*, este não seria levado em conta, visto que sua ação seria tratada apenas sob as bases do *Ato de Ana*.⁵³³

Essas questões colocam em evidência a oposição da decisão judicial com a autoridade legislativa ao contrapor o direito de *common law* ao direito limitado pelo *Ato de Ana*. O próprio Lorde Apsley havia criado um precedente a favor da *common law* no caso *Millar v. Taylor*. Se fosse aceito o direito do autor como anterior àquele estabelecido pelo *Ato de Ana*, o monopólio dos editores londrinos não seria limitado pelos 14 anos prescritos nessa

⁵³² Donaldson v. Becket (1774). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 970-971, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 12 fev. 2012. “1. Whether at common law, an author of any book or literary composition had the sole right of first printing and publishing the same for sale ; and might bring an action against any person who printed published and sold the same without his consent? 2. If the author had such right originally, did the law take it away, upon his printing and publishing such book or literary composition; and might any person afterward reprint and sell, for his own benefit, such book or literary composition, against the will of the author? 3. If such action would have lain at common law, is it taken away by the Statute of 8th Ann? And is an author, by the said statute precluded from every remedy, except on the foundation of the said statute and on the terms and conditions prescribed thereby ?”

⁵³³ SHOJI, 2012, p. 64.

legislação. Dessa forma, tratava-se da decisão parlamentar frente às antigas leis da prerrogativa real.

A seguir, Lorde Camden fez mais duas questões:

4. Se o autor de qualquer composição literária e seus cessionários tinham o direito exclusivo de imprimi-la e publicá-la, em perpetuidade, pela *common law*.
5. Se esse direito era contestado, coibido, ou retirado pelo *Ato de Ana*.⁵³⁴

Essas duas questões se referem à extensão do direito de *common law* do autor ao editor e, também, a sua retirada pelo *Ato de Ana*. Após essas indagações, a sessão no tribunal ficou suspensa até dia 15 de fevereiro de 1774. No entanto, essas questões foram postas logo após a exposição dos argumentos pelos advogados de Donaldson e Beckett, em 4 de novembro de 1774, como mostraremos adiante.

Podemos explorar o debate prévio a essas cinco questões, partindo da análise de Patterson, para quem as três primeiras questões se restringiam ao autor e as duas últimas incorporavam o editor. Para ele, todas elas demonstram tratar-se de um direito consistido apenas na publicação. Desse modo, o enfoque na publicação corrobora a antiga forma de propriedade em livros baseada no *stationer's copyright*, criado pelas práticas monopolistas da *Stationer's Company*.⁵³⁵ De fato, essas práticas monopolistas serviram de base para os juízes criarem o direito de *common law* do autor nos tribunais. Essas práticas foram usadas como referência nos casos judiciais para fundamentar os direitos exclusivos da impressão na *common law*.

Edward Thurlow, John Dalrymple e Richard Murphy, advogados de Donaldson, buscaram desconstruir essa base de justificação do direito de *common law* do autor negando ser a Companhia um exemplo de prática imemorial do registro que conferia o direito de imprimir as cópias. Primeiro, porque seu exclusivismo em atuar na impressão foi fundado na intolerância, como mostra a *Carta Patente de 1557*, conforme a política estatal contrária à heresia e sedição. Segundo, porque os direitos registrados em seu livro oficial conferem propriedade nos livreiros membros da corporação e não nos autores. Esses registros bem como as patentes, os decretos da Câmara Estrelada e os estatutos não podem supor a

⁵³⁴ Donaldson v. Becket (1774). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 971.

⁵³⁵ PATTERSON, 1968, p. 174.

existência prévia de um direito de *common law* do autor.⁵³⁶ Para Thurslow, se assim fosse, a prerrogativa real teria sido desnecessária para conceder essas formas de privilégios para a impressão. Em sua opinião, os *stationers* nunca tinham considerado o autor em suas demandas por um direito de *common law*. Apenas, recentemente o autor passou a ser usado como meio para dar uma “face plausível ao seu monopólio”.⁵³⁷

Em contraposição, estavam os advogados Alexander Wedderburn, John Dunning e Francis Hergrave em defesa de Beckett. Para eles, o autor não era um artifício para justificar o monopólio do editor; um direito de *common law* do autor era a garantia do pagamento por sua obra. Argumentaram que esse direito de *common law* se justificava na prática costumeira de transferência da obra do autor ao editor, num período em que havia poucos leitores.⁵³⁸ Assim, com um mercado desenvolvido em 1774, a existência desse direito era mandatória, por isso alegaram que seu fim implicava a impossibilidade de os editores pagarem os autores. No entanto, ao resgatarem a prática de compra e venda dos títulos pelos *stationers*, não mencionaram o fato de que, com ou sem direito, toda publicação estava sujeita à censura. Esta anulava qualquer direito do autor e, portanto, apoiava o ato de publicação por meio de privilégios e não de direitos.

Os litígios anteriores também foram usados para a defesa do direito de *common law* do autor. Desse modo, apontaram, como precedentes, vários casos recentes como o de *Pope v. Curl (1741)*, no qual o autor afirmou esse direito de *common law*.⁵³⁹ Eles poderiam, também, ter enfatizado esse direito com a experiência do poeta George Wither, cujo direito de publicar seus *Hymns and songs of the church* se originou de uma patente concedida por Jaime I, em 1623, com duração de 51 anos.⁵⁴⁰ Tratava-se de um reconhecimento do direito de *common law* de Wither? Se sim, porque os *stationers* rejeitaram esse direito ao não publicar a obra do poeta na época? Embora fosse um livro de salmos, a obra era diferente da edição que estava sendo publicada pela Companhia. De fato, a corporação não queria competição alguma e só reconhecia os seus direitos de publicação, também provenientes de uma patente dada por

⁵³⁶ Donaldson v. Becket (1774). In: *English Reports*, p. 839-841.

⁵³⁷ Donaldson v. Becket (1774). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 954.

⁵³⁸ Donaldson v. Becket (1774). In: *Ibid.*, p. 967.

⁵³⁹ Donaldson v. Becket (1774). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 966.

⁵⁴⁰ In: ARBER, 1875-1894, v.4, p.14.

Jaime I. Possivelmente, os advogados de Beckett não contemplaram essa experiência em virtude de o direito de Wither ser limitado por 51 anos.

Thurlow ilustrou a dificuldade de Whiter, afirmando que as licenças eram “grilhões naqueles tempos em que os autores eram obrigados a obtê-las” para poder publicar suas obras.⁵⁴¹ Na verdade, as licenças foram o principal meio de os *stationers* exercerem seu monopólio, de modo que era a própria Companhia o principal empecilho para os autores exercerem o tal direito afirmado. Se a prática costumeira da corporação era negar esse direito, por qual razão passaram a clamar por um direito do autor em uma *common law* que a própria corporação livreira não reconhecia nesse passado imemorial?

No entanto, Mr. Wedderburn se contrapôs a tal afirmação dizendo que o *Ato de Ana* não retirava qualquer direito. Ele se baseava na nona cláusula, cuja provisão mencionava que “nada contido no Ato seria ampliado ou interpretado de forma a prejudicar ou confirmar qualquer *direito* das universidades ou de qualquer pessoa”. Para Wedderburn, esse *direito* se tratava do direito de *common law*. Desse modo, as patentes e o *stationer's copyright* poderiam ser concebidos como direito de *common law*, visto que eram formas de direito de publicação?

Se para os advogados de Donaldson, propriedade insinuava em algo material, ou seja, implicava posse de um objeto corpóreo, para Wedderburn a propriedade implicava no “*jus utendi, fruendi, disponendi*”. Se ela, mesmo sendo de natureza imaterial, proporcionasse lucro, seria considerada uma propriedade, visto que poderia ser vendida e atribuída.⁵⁴² Desse modo, enquanto a defesa de Donaldson se recusou a reconhecer um direito de *common law* que proporcionava monopólio exclusivo a um editor ou livreiro sobre a impressão de livros, os advogados de Beckett defendiam esse direito como meio de os editores continuarem provendo o sustento dos autores.

Portanto, as questões colocadas acima, por Lorde Apsley e Lorde Camden, se referiam propriamente ao direito de multiplicar cópias, deixando de lado qualquer termo que fornecesse um caráter criativo ao direito do autor e mostrando que se tratava da propriedade destinada muito mais ao editor do que ao autor.

⁵⁴¹ Donaldson v. Becket (1774). In: Ibid., p. 966.

⁵⁴² Donaldson v. Becket (1774). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 963-964.

Em 15 de fevereiro, os primeiros juízes a darem suas respostas foram James Eyre, George Nares, William Ashurst e William Blackstone. A sessão foi adiada até 17 de fevereiro, quando opinaram Edward Willes, Richard Aston, George Perrot, Henry Gould e Richard Adams. Em 21 de fevereiro, Sydney Smythe e William De Grey proferiram sua opinião, com exceção de Lorde Mansfield que, em 22 de fevereiro, permaneceu em silêncio e não quis opinar.⁵⁴³ No Quadro 1 apresentamos as questões propostas à Casa dos Lordes, para a atribuição do veredito ao caso *Donaldson v. Beckett*.

Quadro 1 – Resolução das questões propostas à Casa dos Lordes no caso *Donaldson v. Beckett* segundo o relatório de Cobbett

Questões	Juízes	Eyre	Nares	Ashurst Blackstone Willes	Aston	Perrot	Gould	Adams	Smythe	De Grey
1. O autor tem um direito de monopólio na <i>common law</i> ?		Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
2. O direito do autor termina após a impressão?		Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não
3. Se o autor movesse uma ação com base no direito de <i>common law</i> , o <i>Ato de Ana</i> removeria esse direito?		Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim
4. O autor e seu cessionário têm o direito exclusivo e perpétuo sobre a composição literária?		Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
5. Esses direitos exclusivos foram removidos pelo <i>Ato de Ana</i> ?		Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim

De acordo com o relatório de Cobbett⁵⁴⁴, Eyre rejeitou a noção da existência de um direito de *common law* do autor, determinando o prevalecimento do *Ato de Ana*.⁵⁴⁵ Para

⁵⁴³ Tratava-se de dozes juízes dos três tribunais da *common law* na Inglaterra. Mansfield, Aston, Ashurst e Willes era da *Court of King's Bench*; De Grey, Blackstone, Nares e Gould eram da *Court of Common Pleas*; Smythe, Eyre e Adams da *Court of Exchequer*. Blackstone tinha sido advogado de Taylor, cujo processo teve as presenças de Willes, Aston e Mansfield. Todos eles eram favoráveis à propriedade perpétua dos editores. Ver: SHOJI, 2012, p. 64.

⁵⁴⁴ COBBETT, William. *Parliamentary history of England: from the earliest period to the year 1803*, London: TC Hansard; Peterborough-court; Fleet- Street, 1813, v. 17. Além de Cobbett, mais cinco fontes registraram as

Nares, a propriedade literária existia na *common law* e o *Ato de Ana* não retirava o direito do autor. Este lhe assegurava o lucro com a venda do manuscrito antes e após sua publicação. No entanto, no relatório de Cobbett, Nares afirma que, em caso de o autor mover uma ação, ele só será resguardado pelas provisões do *Ato de Ana* e não pela *common law*.⁵⁴⁶

Ashurst, Blackstone e Willes votaram exatamente o oposto de Eyre. Aston seguiu o mesmo padrão desses juízes, apenas divergindo na segunda questão, na qual afirma que o direito do autor termina após a publicação. Desse modo, para Aston, o autor tem um direito de *common law* que lhe assegura a propriedade perpétua apenas em seu manuscrito. Isso demonstra um favorecimento dos editores frente aos autores. Na quinta questão, Aston não reconhece que o *Ato de Ana* retira o direito de *common law* do editor.⁵⁴⁷

As respostas de Perrot foram parecidas com a do juiz Eyre, porém divergindo na segunda questão. Perrot não concebia o direito de *common law* do autor, mas aceitava a existência de um direito às ideias materializadas no manuscrito por ser um objeto tangível. Esse direito continuava após a impressão, o que explica sua posição na segunda questão. Para ele, o editor tinha a posse sobre o papel e a tinta que compunha o livro, mas não sobre o conteúdo. O editor comprava o direito de uso desse conteúdo, que continuava pertencendo ao autor. Portanto, ao responder a segunda questão, na qual o direito do autor *não* terminava com a impressão da obra, ele possivelmente estava se referindo a esse direito distinto sobre as ideias materializadas no livro impresso. Perrot enfatiza que “o argumento para a existência de um direito de *common law* e a definição de propriedade literária, como propriedade fiduciária, eram um absurdo”, de modo que “após a publicação, qualquer homem pode imprimir o

opiniões dos juízes, cujas divergências, apontadas por Deazley, serão consideradas. Ver: DEAZLEY, 2004, p. 198; ver relatório de Cobbett em: Donaldson v. Beckett (1774). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 971-1004.

⁵⁴⁵ Donaldson v. Becket (1774). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). op. cit., p. 975.

⁵⁴⁶ Deazley aponta que nos relatórios *The pleadings of the counsel before the House of Lords in the great cause concerning Literary Property* e *Notes and observations and references by a gentleman of the Inner Temple*, Nares responde “não” para a terceira e quinta questão, ou seja, o *Ato de Ana* não retirava o direito de *common law* do autor e do editor. Ver: DEAZLEY, 2004, 199; Donaldson v. Becket (1774). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). op. cit., p. 976.

⁵⁴⁷ Conforme o *Journal of the House of Lords* e o relato de Burrow em *Millar v. Taylor* (1769), consta a resposta negativa de Aston para a segunda questão. Para ele, o direito do autor não acaba após a publicação. Ver: DEAZLEY, op. cit., p. 200-201; Donaldson v. Becket (1774). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 978; 979-981.

manuscrito”. Assim, aponta que o *Ato de Ana* era a única segurança que os autores e editores possuíam.⁵⁴⁸

Gould aceitava um direito de *common law* do autor sobre seu manuscrito, permanecendo após a publicação com algumas restrições. Ele mencionou que se um livro fosse mantido fora da impressão, o direito seria transferido ao público. No entanto, concebia que o *Ato de Ana* preponderava sobre o direito de *common law*.⁵⁴⁹ Adams concebia apenas a propriedade no manuscrito, baseada num direito distinto daquele da *common law* do autor, o qual ele rejeitava.⁵⁵⁰

Após as respostas dos juízes, em 21 de fevereiro de 1774, os chefes de justiça dos três tribunais opinaram. Lorde Smythe respondeu exatamente como Aston, com quem concordou sobre o fim do direito após a publicação do manuscrito. Embora De Grey tivesse respondido *sim* na primeira questão, reconhecendo o direito de *common law* do autor, no texto relatado por Cobbett, ele afirma que o direito existente era aquele concedido pelo *Ato de Ana*. Inclusive menciona que se houvesse um direito de *common law*, os autores e editores não teriam tentado um novo projeto de lei para estender o período de proteção do direito de publicação, na década de 1730.⁵⁵¹

Por fim, fazendo um balanço dessas respostas, constatamos que quatro juízes, Eyre, Perrot, Adams e De Grey, rejeitaram a concepção de propriedade perpétua. Seis juízes, Nares, Ashurst, Blackstone, Willes, Aston e Smythe, concebiam a propriedade perpétua baseada no direito de *common law*, o qual se estendia à publicação e não era retirado pelo *Ato de Ana*. Gould concebia um direito de *common law* do autor com restrições a fim de preservar o interesse público. Portanto, o resultado foi 7 a 4, ou seja, no debate entre os juízes, a concepção de propriedade perpétua prevaleceu. Dessa forma, esse resultado poderia influenciar a Casa dos Lordes a confirmar a permanência do monopólio dos editores londrinos no comércio livreiro.

⁵⁴⁸ Essa afirmação contrasta com as repostas relatadas pelo *Journal of the House of Lords* e por Burrow em *Millar v. Taylor* (1769), onde constam a resposta “sim” para as questões 1e 2. Ver: DEAZLEY, op. cit., p. 200-201; Donaldson v. Becket (1774), In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). op. cit., p. 981-984.

⁵⁴⁹ Donaldson v. Becket (1774). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). op. cit., p. 984-985.

⁵⁵⁰ Novamente, o *Journal of the House of Lords* e Burrow em *Millar v. Taylor* (1769) relatam que Adams respondeu “sim” para todas as questões, com exceção da quarta. Ver também Donaldson v. Becket (1774). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). op. cit., p. 985-986.

⁵⁵¹ Donaldson v. Becket (1774). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 991-992.

Em 22 de fevereiro de 1774, Lorde Mansfield se manteve em silêncio e Lorde Camden foi quem tomou a palavra na Casa dos Lordes. Ele criticou as justificativas favoráveis à Beckett por estarem baseadas nas “patentes, privilégios, decretos da Câmara Estrelada e leis da Companhia dos livreiros, ou seja, dispositivos resultantes da mais grosseira tirania e usurpação e, portanto, esses seriam os últimos lugares nos quais se deveria encontrar o menor vestígio da *common law* desse reino”.

Assim sendo, a forma de *copyright*, fundada nos costumes da *Stationers’ Company*, era um tipo de posse perpétua (*Copy-hold Tenure*) de um período em que “os direitos de *common law* eram sustentados sob a lei da prerrogativa”. O *Ato de Ana* sinalizava a legislação parlamentar como meio para conduzir a questão da propriedade em livros, pois indagou: “quem tem o direito de decidir esses novos casos [...]”? Estou certo que não são os juízes da *common law*. O negócio deles é dizer ao litigante como é a lei e não como ela deveria ser”.⁵⁵²

Lorde Camden estava propondo a resolução da questão da propriedade em livros baseada nas provisões da lei parlamentar e não em precedentes criados sob a prerrogativa real e leis internas da corporação livreira. Assim, ele se remetia ao Lorde Apsley, quem afirmou ter concedido a liminar perpétua a Beckett conforme os precedentes do caso *Millar v. Taylor*. Para Lorde Camden, a Revolução Inglesa eliminou essas práticas legais antigas e restabeleceu a *common law* dentro da autoridade parlamentar. Essa afirmação nos permite inferir que, mesmo sob a tutela parlamentar, a *common law* não deixava de ser um direito consuetudinário, continuando a regular a propriedade, o próprio governo e, consequentemente, todas as instâncias sociais com base nos costumes imemoriais.⁵⁵³

Desse modo, quando a *common law* saiu das amarras da prerrogativa e foi resgatada pela autoridade parlamentar, ela não perdeu a natureza costumeira. Por isso, o *Ato de Ana* gerou uma propriedade que, embora limitada, não eliminou esse caráter costumeiro. A própria recusa dos legisladores, e de alguns juízes, em priorizar uma propriedade de caráter criativo, demonstrou salvaguardar aquela propriedade baseada no livro impresso, fundada no direito da publicação criado pelo registro dos *stationers*. Portanto, o comércio manteve uma

⁵⁵² Donaldson v. Becket (1774). In: Ibid., p. 992;994;998.

⁵⁵³ POCOCK, 1975, p. 340-341. Ver também POCOCK, J. G. A. *The ancient constitution and the feudal law: English historical thought in the Seventeenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1957, capítulos 2 e 3.

regulamentação tradicional apoiada na proteção de uma propriedade limitada, que substituiu o monopólio corporativo por outro privado e fragmentado.

Logo após a exposição de Lorde Camden, o Lorde Lyttleton defendeu de forma veemente a propriedade perpétua, enquanto os Lordes Bishop Carlisle e Howard se opuseram ao direito de publicação perpétuo dos editores.⁵⁵⁴ Os membros da Casa dos Lordes votaram contra a instituição de uma propriedade perpétua aos editores, concedendo um veredito favorável à Donaldson. Seis dias depois, os editores londrinos enviaram uma petição à Casa dos Comuns, rogando por um novo projeto de lei, cujo conteúdo não possui registro. No entanto, essa proposta foi derrubada pela Casa dos Lordes.⁵⁵⁵

Com a decisão favorável à Donaldson, o *Estatuto de Ana* passou, efetivamente, a regulamentar o comércio livreiro. Todavia, o monopólio sobre a impressão de livros não se extinguiu. Este apenas deixou de ser um monopólio corporativo perpétuo, controlado apenas pela *Stationers' Company*, para se configurar como um monopólio fragmentado em alguns poucos indivíduos por tempo limitado, adquirido nas relações contratuais do comércio livreiro na Inglaterra.

⁵⁵⁴ Donaldson v. Becket (1774). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, p. 1002.

⁵⁵⁵ COBBETT, 1813, v. 17, p. 1077-1078.

5 CONCLUSÃO

“Por que se preocupar em definir corretamente o direito do autor? Porque as palavras podem funcionar como mágica legal, transmutando intenções em ações. Palavras influenciam o que o público pensa, o que os advogados defendem e o que os tribunais decidem. Nomear o direito de autor como propriedade intelectual gera mal-entendido. Chamá-lo de privilégio intelectual descreve seu significado de forma mais modesta e precisa, informando e aperfeiçoando as políticas públicas.”

Tom W. Bell

O debate sobre a regulamentação do mercado livreiro na Inglaterra criou um direito do autor moderno, por meio da instituição do *Estatuto da Rainha Ana*, em 1710. O propósito dessa lei era acabar com o monopólio instituído pela Companhia dos livreiros, desde 1557, com base nos privilégios de impressão, nos quais se fundaram as primeiras formas de direito exclusivo de publicação.

A investigação dos argumentos desse debate se apoiou na documentação composta pelos projetos de lei, petições e panfletos que discutiram e revelaram os principais interesses que definiram o caráter do direito do autor como dispositivo regulador do setor livreiro. Analisando os argumentos desse debate foi possível constatar que o *copyright* criado pelo *Ato de Ana* não rompeu com o monopólio do setor por ter sido concebido dentro da noção de privilégio concedido pelo Estado.

Se por um lado, o estabelecimento de um monopólio temporário pelo Ato visava ao interesse público, por outro, esse limite de proteção implicava em uma perda do valor social da obra e, por sua vez, restringia o processo dinâmico de troca e ampliação do conhecimento.

A questão da permanência do monopólio, portanto, estava na concepção de um direito de cópia que priorizava o valor de troca, ou seja, um direito de caráter estritamente econômico, enraizado nas práticas costumeiras de direitos de publicação, porém sob o discurso de caráter de personalidade do autor. Esse discurso atribuía ao autor um direito natural fundado no seu trabalho intelectual, fator gerador de uma propriedade que, embora de caráter imaterial, foi concebida pelos editores londrinos dentro do discurso tradicional de propriedade como um bem herdável. Essa propriedade de caráter perpétuo tornava-se posse do editor no ato de transferência contratual pelo autor.

Para reforçar essa noção do direito do autor como propriedade perpétua, os editores argumentaram tratar-se de um direito de *common law* do autor. Entretanto, a própria noção de propriedade na *common law* não concebia algo de natureza imaterial como propriedade. Desse

modo, isso demonstrava uma concepção de direito de publicação arraigada nos costumes, e estes mostravam a precedência desse direito nos privilégios de impressão, destinados não ao autor propriamente, mas ao impressor ou livreiro detentor do capital.

Portanto, o conceito de *copyright* criado pelo *Ato de Ana* visava resolver a disputa comercial entre dois grupos de editores, detentores do capital para financiar a produção livreira. A instituição do limite no direito de publicação dos editores londrinos beneficiava mais os editores escoceses do que os próprios autores, visto que estes vendiam suas obras e seus direitos a esses dois grupos de editores.

Passados três séculos após a instituição legal do direito do autor no Ocidente, os tratados internacionais ressaltaram as características pessoais e morais do direito do autor, porém esse conceito ainda detém, prioritariamente, um caráter proprietário de privilégio. Desse modo, a perspectiva histórica do conceito de direito do autor possibilita repensarmos uma nova definição do termo. Conforme Patterson, a história nos dá uma razão para indagarmos se o conceito articulado até o momento tem sido adequado para resolver os conflitos de interesses entre o autor, o editor e a sociedade.⁵⁵⁶

Assim, a compreensão histórica do caráter desse direito nos permite concebê-lo em termos de “privilégio intelectual” ao invés de “propriedade intelectual”, origem de motivações estritamente jurídicas e econômicas. Dessa forma, conforme mostra Bell, reconhecendo o direito do autor como um privilégio concedido pelo Estado, abre-se a possibilidade de o repensarmos em termos de políticas públicas.⁵⁵⁷ O que se vislumbra é a reconceitualização de um direito do autor que leve em consideração as interações sociais nas quais se constroem a cultura literária. Dessa forma, torna-se possível estabelecer o equilíbrio entre os interesses econômicos e sociais, de modo a não restringir as trocas permanentes de ideias, tão necessárias para a ampliação do conhecimento.

Como nossa investigação se centrou no debate político e jurídico, especificamente inglês, cabe sugerirmos, em estudos futuros, um recorte histórico e espacial que contemple as discussões subsequentes, no final do século 18 e no século 19, em torno da teoria estética do romantismo que criou a noção do indivíduo criativo. Essa teoria, discutida entre os alemães e franceses, teve sua antecipação com os autores ingleses como Edward Young, Samuel

⁵⁵⁶ PATTERSON, 1968, p. 225.

⁵⁵⁷ BELL, 2012, p. 24.

Johnson e Henry Fielding, os quais formularam a ideia do autor como um gênio criador, entre 1740 e 1760.

Destacam-se, entre os alemães, os estudos de Immanuel Kant, em 1785, e de J. G. Fichte, em 1793. Kant apontou o caráter de personalidade ao direito do autor e Fichte investigou a natureza da obra literária, dividida entre material e imaterial, conteúdo e forma.⁵⁵⁸ Entre os franceses, Diderot defendeu a existência de uma propriedade perpétua em livros, em 1763, e Condorcet, sob o ideal iluminista de universalização do conhecimento, afirmava, em 1776, que a propriedade literária era um privilégio nocivo à liberdade.⁵⁵⁹ Em 1868, o debate francês teve a participação de Proudhon, que se opunha ao direito do autor, visto como monopólio. Para ele, o próprio autor era uma construção social e se constituía como tal em decorrência das ideias que o precederam.⁵⁶⁰

Esses são exemplos de que a história tem nos mostrado que a noção de propriedade literária provém de uma construção discursiva marcada por desacordos sobre a existência de um direito inato do autor em se apropriar das suas ideias, frutos da sua experiência acumulada em um campo comum cultural. Essas distintas interpretações são o próprio respaldo para se pensar na melhor maneira de acesso ao livro.

Portanto, essa pesquisa propôs apresentar a experiência histórica inglesa da regulamentação da tecnologia da impressão como meio de reflexão para repensarmos um novo modo de acesso ao livro impresso e, também, ao livro em formato digital, na sociedade contemporânea. Embora o direito autoral brasileiro tenha sido influenciado pela noção francesa de *droit d'auteur*, que assume um caráter moral ou pessoal, este também se originou do conflito de interesses comerciais e públicos, tendo como precedente e influência o debate inglês aqui estudado. Assim, concebendo o livro como resultado de intrincadas relações

⁵⁵⁸ FICHTE, J. G. Proof of the unlawfulness of reprinting, Berlin (1793) e KANT, I. On the unlawfulness of reprinting, Berlin (1785). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. O estudo de Fichte sobre a existência de uma natureza corpórea e imaterial foi antecipada na carta de William Warburton, *A letter from an author to a member of Parliament concerning literary property* (1747), e no caso *Pope v. Curl* (1741), no qual Lorde Hardwicke fez a divisão entre o caráter material e imaterial da correspondência trocada entre Pope e Swift.

⁵⁵⁹ DIDEROT, D. Diderot's letter on the book trade, Paris (1763) e CONDORCET, Marquis de. *Fragments sur la liberté de la presse* (1776). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>.

⁵⁶⁰ PROUDHON, P. J. *Les majorats littéraires*, Paris (1868). In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>.

sociais e históricas, podemos redefinir uma forma equilibrada para seu acesso, de modo a promover a troca contínua de ideias e a permanente expansão do conhecimento.

REFERÊNCIAS

Fontes impressas

DE BEER, E.S. (Ed.). *The correspondence of John Locke*. Oxford: Clarendon Press, 1978, v. 5.

LOCKE, John. Memorandum (1694). In: KING, Lord Peter. *The life of John Locke*. London: Henry Colburn, 1830.

MILTON, John. *Areopagítica*: a speech of Mr. John Milton for the liberty of unlicensed printing, to the Parliament of England. Oxford: Clarendon Press, 1932.

RAND, BENJAMIN (Ed.). *The correspondence of John Locke and Edward Clarke*. Oxford: Clarendon Press, 1927.

British History Online

Site: www.britishhistory.ac.uk.

House of Commons' Journal

House of Lords' Journal

RAITHBY, John (Ed.). Statute of the realm (1628-1680), v. 5, p. 428-435. In: *British History online*. Disponível também em: <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=47336>

Digital Library Internet Archive

Site: www.archive.org

A letter to a member of Parliament, showing that a restraint on the press is inconsistent with the protestant religion, and dangerous to the liberties of the nation (1697). In: COBBETT, William. *Parliamentary history of the England*: from the Norman conquest, in 1066, to the year of 1803. London: R. Bagshaw, Bryddge Street, Covent Garden, 1809, v. 5.

ARBER, Edward (Ed.). *A transcript of the registers of the Company of Stationer of London 1554-1640*. AD 5 v. London and Birmingham: Privately printed, 1875-1894.

EYRE & RIVINGTON. *A transcript of the registers of the worshipful Company of Stationers from 1640-1708 A.D.* 3 v. London: Privately Printed, 1913-1914.

Relatório do caso *Donaldson v. Beckett*. In: COBBETT, William. *Parliamentary History of England*: from the earliest period to the year 1803, London: TC Hansard; Peterborough-court; Fleet- Street, 1813, v. 17

English Report

Site: www.commonlii.org.

Millar v. Donaldson (1765).

Millar v. Taylor, London (1769).

Donaldson v. Beckett (1774).

Projeto Primary Sources on Copyright (1450-1900)

Site: www.copyrighthistory.org

A letter from an author, to a member of parliament concerning literary property (1747).

A vindication of the exclusive right of the authors to their works (1762).

An act against unlicensed and scandalous books and pamphlets, (London, 1649).

An act for the encouragement of learning (draft), London (1737).

An enquire into the nature and origin of the literary property (1762).

An essay on the regulation of the press (1704), de Daniel Defoe.

An ordinance for the regulating of printing (14 June, 1643).

Bill for the encouragement of learning, and for the securing the property of copies of books to the rightfull owners thereof (1710).

Considerations and proposals in order to the regulation of the press: together with diverse instances of treasonous and seditious pamphlets, proving the necessity thereof (London: A.C., 1663).

Diderot's letter on the book trade, Paris (1763), de Denis Diderot.

Engraver's Copyright Act (1735). An act for the encouragement of arts of designing, engraving, and etching bistorical and other prints, by vesting the properties thereof in the inventors and engravers, during the time therein mentioned.

Fragments sur la libertè de la presse (1776), de Marquis de Condorcet.

Henrician Proclamation, London (1538).

Johannes of Speyer's Printing Monopoly, Venice (1469).

Les majorats littéraires, Paris (1868), de Pierre J. Proudhon.

Licensing Act of 1662 – An act for preventing Abuses in Printing Seditious, Treasonable,

Millar v. Donaldson (1765).

On the unlawfulness of reprinting, Berlin (1785), de I. Kant.

Ordinance against Unlicensed or Scandalous Pamphlets, London (30 September 1647).

Pope v. Curl, London (1741).

Pope's bill of complaint, and curl's answer, London (1741).

Proof of the unlawfulness of reprinting, Berlin (1793), de J. G. Fichte.

Reasons humbly offer'd for a bill for the encouragement of learning, and the improvement of printing (1706).

Reasons humbly offer'd for the bill for encouragement of learning, and for securing the property of copies of books to the rightful owners thereof (1709).

Reasons humbly offer'd to the consideration of the honorable House of Commons, relating to the bill for securing property in books, etc, London (1709).

Statute of Anne (1710) or An act for the encouragement of learning, by vesting the copies of printed books in the authors or purchasers of such copies, during the times therein mentioned, 1710.

Statute of Monopolies (1624).

The new decrees of Star Chamber for order in printing.

Tonson v. Collins (1761-1762).

Unlicensed books and pamphlets, and for regulating of printing and printing press.

Venetian decree on press affairs (1517).

Bibliografia

ALBRIGHT, Evelyn M. Ad imprimendum solum. In: BRIGHT, James W. (Ed.). *Modern Language Notes*, n. 1, v. 34. Johns Hopkins Press: Baltimore, 1919.

ARBER, Edward (Ed.). *A transcript of the registers of the Company of Stationer of London 1554-1640*. AD 5 v. London and Birmingham: Privately printed, 1875-1894. In: Internet Archive Digital Library. Disponível em: <<http://www.archive.org>>.

ARIÈS, Philippe; DUBY, George (Orgs.). *História da vida privada*. Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, v.1.

ASTBURY, Raymond. The renewal of the Licensing Act in 1693 and its lapse in 1695. In: *The Library*, Série 5, v. 33, 1978.

AUCHTER, Dorothy. *Dictionary of literary and dramatic censorship in Tudor and Stuart England*. Westport: Greenwood Press, 2001.

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da revolução americana*. Bauru: Edusc, 2003.

BELL, Tom W. Copyright as intellectual property privilege. In: *Syracuse L. Rev*, v. 58, 2007.

BENTLY, L. et al (Eds.). *Global copyright: three hundred years since the statute of anne*, from 1709 to cyberspace. Cheltenham: Mixed Sources, 2010.

BENTLY, L. & KRETSCHMER, M. (Ed.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: < <http://www.copyrighthistory.org> >.

BEVIR, Mark. *Encyclopedia of political theory*. London: SAGE Publications, Ltd., 2010. 1v.

BLAKE, Norman F. *William Caxton and English literary culture*. London: The Hambledon Press, 1991.

BLAGDEN, Cyprian. *Stationers' Company: a history 1403-1959*. Cambridge: Harvard University Press, 1960.

BLITZER, Charles. *An immortal commonwealth: the political thought of James Harrington*. New Haven, CT: Yale University Press, 1960.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

BOLDRIN, Michele; LEVINE, David K. *Against intellectual monopoly*. New York: Cambridge University Press, 2008.

BOURDIE, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRADFORD, Richard. *The complete critical guide to John Milton*. Oxfordshire; New York: Routledge, 2001.

BURKE, Peter. *Popular culture in early modern Europe*. 3. ed. New York: Ashgate, 2009.

BURTT, Shelley. *Virtue transformed: political argument in England 1688-1740*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CALABRESI, Bianca. F.C. Red ink: reading the bleeding on the early modern page. In.: BROOKS, Douglas A. *Printing and parenting in early modern England*. Hampshire: Ashgate Publishing Company, 2005.

CALHOUN, C. *Habermas and the public sphere*. Massachusetts and London: Massachusetts Institute of Technology, 1992.

CAPP, Bernard. *Astrology and the popular press: English almanacs 1500-1800*. London: Faber and Faber, 2008.

CARLSON, Norman E. Wither and the Stationers. In: *Studies in Bibliography*, n. 19, p. 210-215, 1966.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CHRISTIANSON, C. Paul. *A directory of London stationers and book artisans, 1300-1500*. The Bibliographical Society of America: New York, 1990.

CLARK, Sandra. *The Elizabethan pamphleteers: popular moralistic pamphlets 1580-1640*. London: The Athlone, 1983.

CLEGG, Cyndia Susan. *Press censorship in Caroline England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. *Press censorship in Elizabethan England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

COOMBE, Rosemary J. Objects of property and subjects of Politics: intellectual property laws and democratic dialogue. In: *Texas Law Review 1853-1863*, n. 69, 1991.

CORNISH, W. R. *Intellectual property: patents, copyright, trade marks, and allied rights*. 3 ed. London: Sweet and Maxwell, 1981.

COWAN, Brian, Mr. Spectator and the coffeehouse public sphere. In.: *Eighteenth-Century Studies, Critical Networks*, v. 37, n. 3, p. 345-366, primavera 2004.

CRESSY, David. *Literacy and the social order: reading and writing in Tudor and Stuart England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

DAVIS, Lennard J. *Factual fictions: The origins of the English novel*. New York: Columbia University Press, 1983.

DARTON, Robert. *A questão dos livros: presente, passado e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DOELMAN, James. George Wither, the Stationers Company and the English psalters. In: *Studies in Philology*. n. 1, v. 90, 1993.

DEAZLEY, Ronan. Commentary on the Statute of Anne 1710. In: BENTLY, L. & KRETSCHMER, M. (Ed.) *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. Disponível em: < <http://www.copyrighthistory.org> >.

_____. *On the origin of right to copy: charting the movement of copyright law in Eighteenth-Century Britain (1695-1775)*. Oxford: Hart Publishing, 2004.

DICKSON, P.G.M. *The financial revolution in England: a study in the development of public credit, 1688-1756*. Londres: Mcmillan, 1967.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

DOBRANSKI, Stephen B. *Milton, authorship, and the book trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

DOWNIE, J. A. *Robert Harley and the press: propaganda and public opinion in the age of Swift and Defoe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

DRAHOS, Peter. *The philosophy of intelectual property*. Farnham: Ashgate, 1996.

DRAPER, J. W. Queen Anne's act: a note on English copyright. In: *Modern Language Notes*, v.36, n. 3. p. 146-154, mar, 1921.

EISENSTEIN, Elizabeth L. *The printing revolution in early modern Europe*. New Edition. New York: Cambridge University Press, 2005.

ELLIS, Markman. *The coffee house: a cultural history*. London: Phoenix, 2005.

FEATHER, John. *A history of British publishing*. 2. ed. London and New York: Routledge, 2006.

_____. *Publishing, piracy and politics: an historical study of copyright in Britain*. London: Mansell Publishing, 1994.

_____. The book trade in politics: the making of the copyright act of 1710. In: *Publishing History*, v. 8, p. 19-44, 1980.

_____. The publishers and pirates: British copyright law in theory and practice, 1710-1775. In: *Publishing History*, v. 22, p 5-32, 1987.

_____. *The provincial book trade in Eighteenth-Century England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henry-Jean. *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

FEIST, Timothy. *The stationers' voice: the English almanac trade in the early Eighteenth Century*. Philadelphia: American Philosophical Society, 2005.

FINLEY, Moses I. *The ancient economy*. Berkeley; Los Angeles; California: University of California Press, 1973.

_____. *Politics in the ancient world*. London: Cambridge University Press, 1983.

FLETCHER, Anthony. *The outbreak of the civil war*. London: Edward Arnold, 1981.

FOUCAULT, Michael. O que é um autor. In: MOTTA, Manuel B. (Org.). *Estética, literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, v. 3. (Coleção Ditos e Escritos)

FOX, H.G. *A study of the history and future of the patent monopoly*. Toronto: University of Toronto Press, 1947.

FRIEDMAN, Jerome. *Miracles and the pulp press during the English revolution: the battle of frogs and fairford's flies*. London: UCL Press, 1993.

GARMUS, Ludovico (Org.). *Bíblia Sagrada*. 1. ed. São Paulo: Ed. Vozes, 2010, p. 26. (Coleção Folha Livros que mudaram o mundo).

GLAISTER, Geoffrey A. *Encyclopedia of the book*. Newcastle, Delaware: Oak Knoll Press, 1996.

GODIN, Benoît. Innovation: the history of a category. In: *Project on the intellectual history of innovation*. Working Paper, Montreal, n.1, p. 1-67, 2008.

GREG, W.W. *A companion to Arber*. Oxford: Oxford University Press, 1967.

_____. *Some aspects and problems of London publishing between 1550-1650*. Oxford: Lyell Lectures, 1955.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública burguesa: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2003.

HALASZ, Alexandra. *The marketplace of print: pamphlets and the public sphere in early modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. (Cambridge Studies in Renaissance Literature and Culture).

HARRIS, Michael. *London newspapers in the age of Walpole: a study of the origins of the modern English press*. London: Association of University Presses, 1987.

HARVEY, William. *The circulation of the blood*. New York: Cosimo, 2006.

HILL, Christopher. *A nation of change and novelty: radical politics, religion and literature in Seventeenth-Century England*. London and New York: Routledge, 1990.

_____. *The English Revolution 1640*. London: Lawrence & Wishart, 1955.

_____. *Milton and the English Revolution*. London: Faber, 1977.

HOFTIJZER, P. G. British books: the continent. In: MCKENZIE, D.F. (Ed.). *The Cambridge history of the book in England 1557-1695*. 4 v. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. Uma revolução burguesa?. In: *Revista Brasileira de História*, n. 7, p. 7-32, mar. 1984.

HOLMES, Geoffrey. *British politics in the age of Anne*. London; Ronceverte: The Hambledon Press, 1987.

HOPE, Harry R. John Wolfe, printer and Publisher, 1579-1601. In: *The Library*. n. 14, 1933.

HUGHES, Justin. Locke's 1694 Memorandum. In: *Social Science Research Network*. Jacob Burns Institute for Advanced Legal Studies . Working Paper n. 67, 2006.

HULME, E.W. The history of the patent system under the prerogative and at common law: a sequel. In: *Law Quarterly Review*, n.16, 1900.

HUMPHREYS, A. R. Steele, Addison and their periodical essays. In.: BULLOUGH, G. *Bibliographical series of supplements to British book news on writers and their works*, n. 109. London: Longmans, green & Co LTD, 1966.

INGELHART, Louis E. (Ed.). *Press and speech freedoms in the world, from antiquity until 1998: a chronology*. Westport: Greenwood Press, 1998.

JACKSON, William A. *Preface to records of the court of the Stationers Company, 1602-1640*. London: Bibliographical Society, 1957.

_____. Counterfeit printing in Jacobean times. In: *The Libray*, série 4, v.15, 1935.

JOHNS, Adrian. *Piracy: the intellectual property wars from Gutenberg to gates*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2009.

_____. *The nature of the book: print and knowledge in the making*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

KENDAL, P.M. *Richard the Third*. New York: W.W. Norton &Co, 1956.

KENDRICK, Christopher. Ethics and the Orator in Areopagitica. *ELH*, n. 50, 1983.

KITCHIN, George. *Sir Roger L'Estrange*. London: K. Paul, Trench, Trübner & co, 1913.

KNIGHT, Charles. *William Caxton, the first English printer: a biography*. London: Charles Knight and Co, Lutgate - Street, 1844.

KOSTYLO, Joanna. From gunpowder to print: the common origins of copyright and patent. In: BENTLY et all (Eds.). *Privilege and property: essays on the history of copyright*. Cambridge: Open Books Publishers, 2010.

LANDES, W. M.; POSNER, R. A. *The economic structure of intellectual property law*. Cambridge, Belknap Press, 2003.

LANGFORD, Paul. *A polite and commercial people: England 1727-1723*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

LESSIG, Lawrence. *The future of ideas: the fate of the commons in a connected world*. New York: Vintage Books, 2002.

LEVINE, Joseph. M. *The battle of the books in the Augustan Age*. New York: Cornell University Press, 1991.

LIM, Walter S. H. *John Milton, radical politics, and biblical republicanism*. Massachusetts: Rosemont Publishing & Printing Corp., 2006.

LOADES, D.M. The press under the early Tudor. In: *Transactions of the Cambridge Biographical Society*, n. 4, 1964.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Ed.Nova Cultural, 1999.

_____. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

_____. Study. In: GOLDIE, Mark (Ed.). *Political Essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LOEWENSTEIN, Joseph. *Ben Jonson and possessive authorship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. (Cambridge Studies in Renaissance Literature and Culture)

_____. *The author's due: printing and the prehistory of copyright*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

MACFIE, Robert Andrew. *Copyright and patents for inventions*. San Bernardino: Hewlett-Packard, 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. O processo de produção do capital. 2 T. Capítulos XIII a XXV. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas)

MCDUGALL, W. Copyright litigation in the Court of Session, 1738-1749, and the rise of the Scottish Boot Trade. In: *Transactions*, n. 5, 1988.

MCKEON, Michael. *The secret history of domesticity: public, private, and the division of Knowledge*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.

MYERS, Robin. *The Stationers' Company archive 1554-1984*. Winchester: St Paul's Bibliographies, 1990.

MUDDIMAN, J. G. *The king's journalist*. London: John Lane, 1923.

OLSEN, Kirstin. *Daily life in 18th-century England*. Westport: Greenwood Press, 1999. (Daily life through history series).

PATTERSON, L. R. *Copyright in historical perspective*. Nashville: Vanderbilt University, 1968.

PAULSON, Ronald. *Hogarth's graphic works*. New Have: Yale University Press, 1965, v. 1.

PEACEY, Jason. *Politicians and pamphleteers: propaganda during the English civil wars and Interregnum*. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2004.

PEARL, V. London's counter-revolution. In: AYLMER, G.E. *The interregnum: the question of the settlement 1646-1660*. London: Macmillan, 1972.

PEREZ, Zagorin *Rebels & rulers 1500-1660*. Provincial rebelian. Revolucionary civil wars 1560-1660. 2 v. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, v. 2.

PETRINA, Alessandra. *Machiavelli in the British Isle: two early modern translations of the Prince*. Surray and Burlington: Ashgate Publishing Company, 2009. (Coleção Anglo-Italian Renaissance Studies)

PINCUS, Steven C.A. Whigs, political economy, and the Revolution of 1688-89. In: WOMERSLEY, David (Ed.). *Cultures of whiggism: new essays on English literature and culture in the long eighteenth century*. Newark: University of Delaware Press, 2005.

PLANT, Marjorie. *The English book trade: an economic history of making and selling of books*. New York: G. Allen and Unwin, 1939.

PLUMB, J. H. *The growth of political stability in England 1675-1725*. London: Macmillan Press LTD, 1967.

POCOCK, J. G. A. Angústia republicana. Entrevista a Cícero Araújo. In: *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 51, p.31-40, 2000.

_____. *The ancient constitution and the feudal law: English historical thought in the Seventeenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1957.

_____. *The machiavellian moment: florentine political thought and the republican tradition*. New Jersey: Princeton University Press: 1975.

_____. The machiavellian moment revisited: a study in history and ideology. *The Journal of Modern History*. Chicago, v. 53, n.1, p. 49-72. mar.1981

_____. *Virtue, commerce, and history: essays on political thought and history, chiefly in the Eighteenth Century*. New York: Cambridge University Press, 1985.

_____. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

POLLARD, A. W. Our twenty first day. In: *Transactions of the Bibliographical Society*. London: Blades, East, Blades, v. 13, 1916.

_____. The regulation of book-trade in the sixteenth century. In: *The Library*, 3. s., v.7, 1916.

POLLARD, Graham. The early constitution of Stationers' Company. In: *The Library*. 3. s., n. 18, 1937

PORTELA, M. *O Comércio da Literatura: mercado & representação*. Lisboa: Antígona, 2003.

PORTER, Roy. *English society in the Eighteenth Century*. New York: Penguin Books, 1990.

PRITCHARD, Allan. George Wither's quarrel with the stationers: an anonymous reply to the Schollers Purgatory. In: *Studies in Bibliography*. n. 16, p. 27- 42, 1963.

RAND, Benjamin. (Ed). *The correspondence of John Locke and Edward Clarke*. Cambridge: Harvard University Press, 1927.

RANSOM, Harry. *The first copyright statute: An essay on an act for the encouragement of learning, 1710*. University of Texas Press: Austin, 1956.

RAVEN, J. The economic context: the business of print and the space of reading. In: BARNARD, J.; MCKENZIE, D.F. (Ed.). *The Cambridge history of the book in England 1557-1695*. v. 4. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

RAYMOND, Joad. *The invention of the newspaper: English newsbook, 1641-1649*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

RAYMOND, Joad. (Ed.). *News network in seventeenth century: Britain and Europe*. New York, Routledge, 2006.

ROBBINS, Caroline. *The eighteenth-century commonwealthman: studies in the transmission, development, and circumstance of English liberal thought from the restoration of Charles II until the war with the thirteen colonies*. Indianapolis: Liberty Fund, Inc., 1987.

ROSE, Mark. *Authors and owners: the invention of copyright*. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1993.

_____. Mothers and Authors: Johnson v. Calvert and the New Children of Our Imagination. In: *Critical Inquiry*, n. 22, 1996.

_____. The public sphere and the emergence of copyright: Areopagítica, the Stationers' Company and the Statute of Anne. In: BENTLY, L.; DEAZLEY, R.; KRETSCHMER, M. (Ed.) *Privilege and property: essays on the history of copyright*. Cambridge: Open Books Publishers, 2010.

SANDYWELL, Barry. *The beginnings of european theorizing: reflexivity in the Archaic Age*. London: Routledge, 1996. 2 v. (Col. Logological Investigations).

SAUNDERS, David. *Authorship e copyright*. London: Routledge, 1992.

SHERMAN, Sandra. Printing the mind: The economics of authorship in Areopagítica. In: *ELH*, n. 2, v. 60, 1993.

SHIFFRIN, Valentine. Lockean arguments for private intellectual property. In: MUNZER, Stephen R. (Ed.). *New essays in the legal and political theory of property*. n. 138, 2001. Disponível em: <<http://www.law.ucla.edu/home/index.asp?page=701>>.

SHOJI, Yamada. Pirate publishing: the battle over perpetual copyright in eighteenth-century Britain. *Nichibunken Mongraph Series*, n. 13. Kyoto: International Research Center for Japaneses Studies, 2012.

SIEBERT, Frederick S. *Freedom of the press 1476-1776: the rise and decline of government control*. Urbana: University of Illinois Press, 1965.

SMITH, Nigel. Areopagítica: voicing context, 1643-1645. In: LOEWENSTEIN, David; TURNER, James G. (Eds.). *Politics, poetics and hermeneutics in Milton's prose*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SPUFFORD, Margaret. *Small books and pleasant histories: popular fiction and its readership in seventeenth century England*. Athens: University of Georgia Press, 1981.

STONE, L. *The causes of the English Revolution, 1529-1642*. New York: Routledge, 2002.

THORNE, Christian. Thumbing our nose at the Public Sphere: satire, the market, and the invention of literature. In: *The Modern Language Association of America*, PMLA, v. 116, n. 3. p. 531-544, mai. 2001.

TREADWELL, Michael. The stationers and the printing acts at the end of the seventeenth century. In: BARNARD, J.; MCKENZIE, D.F. (Ed.). *The Cambridge history of the book in England 1557-1695*. v. 4. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

UNWIN, George. *The gilds and Companies of London*. London: Methuen & Co., 1908.

WILLIAMS, Raymond. *Sociología de la cultura*. Ediciones Paidós: Barcelona, Buenos Aires, Mexico, 1994.

WITHER, George. *Juvenilia*: a collection of poems, written by George Wither. 2 v. London: Printed by John Budge, 1622, v. 1, p. 91. Disponível em: <<http://archive.org/stream/juveniliacollect01with#page/n7/mode/2up>>.

WOODFIELD, Denis B. *Surreptitious printing in England, 1550-1640*. New York: Bibliographical Society of America, 1973.

ZARET, David. *Origins of democratic culture*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

ZEMER, Lior. The making of a new copyright lockean. In: *Harvard Journal of Law & Public Policy*, v. 29, 2006.

ZUCKERT, Michael P. *Natural rights and the new republicanism*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

ANEXO A – ESTATUTO DA RAINHA ANA

O Estatuto da Rainha Ana 1710¹

Recentemente os impressores, livreiros, e outras pessoas tomaram com frequência a liberdade de imprimir, reimprimir e publicar, ou motivar a impressão, reimpressão e publicação de livros e outros escritos sem o consentimento dos autores e proprietários de tais livros e escritos em seu real detrimento e para sua reiterada ruína e a de seus familiares. Portanto, para impedir tais práticas no futuro e para incentivar os homens instruídos a compor e escrever livros úteis, queira Sua Majestade que seja decretado pela Excelentíssima Majestade, a Rainha, pelos Lordes, senhores espiritual e temporal, com seus conselhos e consentimentos, e pelos Comuns, reunidos neste presente Parlamento, e pela mesma autoridade exercida que,²

1. a partir de 10 de abril de 1710, o autor de qualquer livro ou livros já impressos que não transferiu para qualquer outro a cópia ou cópias de tal livro ou livros, parte ou partes do mesmo, ou o livreiro ou livreiros, impressor ou impressores, ou outra pessoa ou pessoas que compraram ou adquiriram a cópia ou cópias de qualquer livro ou livros, a fim de imprimir ou reimprimir o mesmo, terão o direito exclusivo e a liberdade de imprimir tal livro ou livros pelo período de 21 anos, a começar do dia 10 de abril, e não mais. O autor de qualquer livro ou livros já escritos e não impressos e publicados, ou do livro ou livros que ainda virão a ser escritos, e seu cessionário ou cessionários terão a liberdade exclusiva de imprimir e reimprimir tal livro e livros pelo período de 14 anos, a começar do dia da primeira publicação do mesmo, e não mais; se, a partir do dia 10 de abril de 1710, dentro do período concedido e limitado pela lei, qualquer outro livreiro, impressor, ou outra pessoa, imprimir, reimprimir, ou importar, ou

¹ Statute of Anne (1710) ou An act for the encouragement of learning, by vesting the copies of printed books in the authors or purchasers of such copies, during the times therein mentioned, 1710. “Estatuto da Rainha Ana de 1710 ou Uma lei para o incentivo à aprendizagem, que confere as cópias de livros impressos nos autores ou compradores das ditas cópias, durante o período aqui estabelecido, 1710”. In: BENTLY, L; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez. 2012. Ver também:< <http://www.copyrighthistory.com/anne.html>>

² Whereas printers, booksellers, and other persons, have of late frequently taken the liberty of printing, reprinting, and publishing, or causing to be printed, reprinted, and published books, and other writings, without the consent of the authors or proprietors of such books and writings, to their very great detriment, and too often to the ruin of them and their families: For preventing therefore such practices for the future, and for the encouragement of learned men to compose and write useful books; may it please Your Majesty that it may be enacted, and be it enacted by the Queen’s most Excellent Majesty, by and with the Advice and Consent of the Lords Spiritual and Temporal, and Commons, in this present Parliament Assembled, and by the Authority of the same,

motivar a impressão, reimpressão e importação de qualquer do tal livro ou livros, sem o consentimento do proprietário ou dos proprietários que primeiro tiveram e obtiveram tais direitos por escrito e assinado em presença de duas ou mais testemunhas confiáveis; ou estando ciente da impressão e reimpressão do mesmo sem tal consentimento, vender, publicar ou expor à venda, qualquer livro ou livros conforme já dito, então tal infrator ou infratores perderão o livro ou os livros, e todas as folhas que lhes pertencerem, para o proprietário ou proprietários da cópia, que deve imediatamente transformá-los em resíduos. E ainda, cada infrator ou infratores pagarão um centavo por cada folha encontrada em sua posse ou custódia, seja impressa ou em impressão, publicada ou colocada à venda, de forma contrária à verdadeira intenção e significado dessa lei. Uma parte dessa quantia se destinará à Excelentíssima Majestade, a Rainha, seus herdeiros e sucessores, e a outra parte para qualquer pessoa ou pessoas, as quais deverão recuperá-la em qualquer dos Tribunais de Registro de Sua Majestade em Westminster por ação de dívida, nota, reclamação ou informação, em que não serão permitidos nenhuma aposta de lei³, desculpas, privilégio, ou proteção, ou súplicas por parte do réu.⁴

³ A Aposta de Lei (*Wager of Law* ou *Compurgation*) é um procedimento usado pelo réu em sua defesa diante do tribunal. Trata-se de uma declaração feita pelo réu e confirmada por outras testemunhas, as quais lhe auxiliam alegando a veracidade de sua afirmação diante do tribunal. Essa era uma prática criada na Inglaterra Anglo-Saxônica, quando eram fortes os laços de parentescos e comunal. No entanto, à medida que os reis conseguiram centralizar seu poder e consolidar sua influência nos tribunais, esse procedimento foi perdendo força diante de outras formas de ação que impediam o seu uso como defesa. HAMOWY, Ronald. F. A. Hayek and the Common Law. In.: *Cato Journal*. Fev. 2012. p. 247. Disponível em: <www.cato.org/pubs/journal/cj23n2/cj23n2-7.pdf> Ver também *Enciclopédia Britânica*. 11 ed., 1911. Disponível em: <<http://www.1911encyclopedia.org/Wager>>.

⁴ 1. That from and after the tenth day of april, one thousand seven hundred and ten, the author of any book or books already printed, who hath not transferred to any other the copy or copies of such book or books, share or shares thereof, or the bookseller or booksellers, printer or printers, or other person or persons, who hath or have purchased or acquired the copy or copies of any book or books, in order to print or reprint the same, shall have the sole right and liberty of printing such book and books for the term of one and twenty years, to commence from the said tenth day of april, and no longer; and that the author of any book or books already composed and not printed and published, or that shall hereafter be composed, and his assignee, or assigns, shall have the sole liberty of printing and reprinting such book and books for the term of four-teen years, to commence from the day of the first publishing the same, and no longer; and that if any other bookseller, printer, or other person whatsoever, from and after the tenth day of april, one thousand seven hundred and ten, within the times granted and limited by this act, as aforesaid, shall print, reprint, or import, or cause to be printed, reprinted, or imported any such book or books, without the consent of the proprietor or proprietors thereof first had and obtained in writing, signed in the presence of two or more credible witnesses; or knowing the same to be so printed or reprinted, without the consent of the proprietors, shall sell, publish or expose to sale, or cause to be sold, published or exposed to sale, any such book or books, without such consent first had and obtained as aforesaid; then such offender or offenders shall forfeit such book or books, and all and every sheet or sheets, being part of such book or books, to the proprietor or proprietors of the copy thereof, who shall forthwith damask and make waste-paper of them; and further, that every such offender or offenders, shall forfeit one penny for every sheet which shall be found in his, her or their custody, either printed or printing, published or exposed to sale, contrary to the true intent and meaning of this act; the one moiety thereof to the Queen's most Excellent Majesty, Her Heirs and Successors, and the other moiety thereof to any person or persons that shall sue for the same, to be

2. Muitas pessoas podem por desconhecimento infringir esta lei, a menos que alguma providência seja tomada pela qual a propriedade em cada livro, como pretende essa lei a ser assegurada ao proprietário ou aos proprietários do mesmo, possa ser averiguada, da mesma forma o consentimento de tal proprietário ou proprietários para a impressão ou reimpressão da tal livro ou livros possa ser periodicamente investigado. Portanto, seja decretado pela autoridade já citada, que nada contido nessa lei seja interpretado de modo a ampliar, submeter qualquer livreiro, impressor ou outra pessoa qualquer, a perdas ou penalidades aqui mencionadas, por ou em razão de impressão ou reimpressão de qualquer livro ou livros, sem o consentimento conforme citado, a menos que o título para a cópia de tal livro ou livros a serem publicados sejam, antes de tal publicação, dados entrada no Livro de Registro da Companhia dos Livreiros, da mesma forma habitual, que é mantido no *Hall* da Companhia. E a menos que tal consentimento do proprietário ou proprietários seja, do mesmo modo, dado entrada conforme citado. Por cada uma dessas entradas, seis centavos serão pagos, e não mais. Que o dito Livro de Registro, em todos os momentos oportunos e convenientes, possa ser consultado e inspecionado por qualquer livreiro, impressor ou outra pessoa, para propostas acima mencionadas, sem qualquer pagamento de taxa ou recompensa. E, sempre que for solicitado, o secretário da dita Companhia dos livreiros deverá fornecer um certificado de registro de cada entrada ou entradas devidamente assinado, e para cada certificado poderá ser cobrada uma taxa que não exceda a seis centavos.⁵

recovered in any of Her Majesty's Courts of Record at Westminster, by action of debt, bill, plaint or information, in which no wager of law,essoign, privilege, or protection, or more than one imparlance, shall be allowed.

⁵ 2. And whereas many persons may through ignorance offend against this Act, unless some provision be made whereby the property in every such book, as is intended by this Act to be secured to the proprietor or proprietors thereof, may be ascertained, as likewise the consent of such proprietor or proprietors for the printing or reprinting of such book or books may from time to time be known; Be it therefore further enacted by the authority aforesaid, That nothing in this Act contained shall be construed to extend to subject any bookseller, printer, or other person whatsoever, to the forfeitures or penalties therein mentioned, for or by reason of the printing or reprinting of any book or books without such consent, as aforesaid, unless the title to the copy of such book or books hereafter published shall, before such publication, be entred in the Register-Book of the Company of Stationers, in such manner as hath been usual, which Register-Book shall at all times be kept at the hall of the said company; and unless such consent of the proprietor or proprietors be in like manner entred, as aforesaid, for every of which several entries, six pence shall be paid, and no more; which said Register-Book may, at all reasonable and convenient times, be resorted to, and inspected by any bookseller, printer, or other person, for the purposes before mentioned, without any fee or reward; and the Clerk of the said Company of Stationers shall, when and as often as thereunto required, give a certificate under his hand of such entry or entries, and for every such certificate, may take a fee not exceeding six pence.

3. No entanto, se o secretário da dita Companhia dos livreiros recusar ou esquecer-se de registrar, ou de fazer a entrada ou as entradas, ou de fornecer tal certificado, quando exigido pelo autor ou proprietário de tal cópia ou cópias na presença de duas ou mais testemunhas confiáveis, o autor ou o proprietário terá o benefício assim que tal recusa for notificada em anúncio no Diário Oficial⁶ como se tal entrada ou entradas, certificado ou certificados tivessem sido devidamente feitos e concedidos. Os secretários que fizerem tal recusa deverão pagar ao proprietário de tal cópia ou cópias a soma de vinte libras, por cada ofensa, a ser recuperada em qualquer dos Tribunais de Registro de Sua Majestade, a Rainha, em Westminster, por ação de dívida, nota, reclamação ou informação, em que nenhuma aposta de lei, desculpas, privilégio, ou proteção, ou súplicas por parte do réu serão permitidos.⁷

4. Seja decretado pela autoridade já citada que, no entanto, se qualquer livreiro ou livreiros, impressor ou impressores, após o dia 25 de março de 1710, estabelecerem um preço sobre qualquer livro ou livros, ou vendê-los ou colocá-los à venda a um preço ou taxa que seja concebida por qualquer pessoa ou pessoas como alta e insensata, será legalmente permitido a qualquer pessoa ou pessoas efetuarem reclamação ao Arcebispo da Cantuária, ao Presidente da Câmara dos Lordes, ou ao Lorde Guardião do Grande Selo da Grã Bretanha⁸, ao Bispo de Londres, ao Chefe de Justiça do Tribunal do *Queen's Bench*, ao Chefe de Justiça do Tribunal de Apelações Comuns, ao Barão Chefe do Tribunal do Tesouro, aos Vice-*Chancellors* das duas universidades, na parte da Grã Bretanha chamada Inglaterra; ao Lorde Presidente do

⁶ *The London Gazette*, fundado em 1665 sob o título *Oxford Gazette*, é o jornal oficial mais importante do Reino Unido utilizado pelo governo britânico para a publicação de leis e avisos legais. In: *The London Gazette*. Disponível em: <<http://www.london-gazette.co.uk>>.

⁷ 3. Provided nevertheless, that if the Clerk of the said Company of Stationers for the time being, shall refuse or neglect to register, or make such entry or entries, or to give such certificate, being thereunto required by the author or proprietor of such copy or copies, in the presence of two or more credible witnesses, that then such person and persons so refusing, notice being first duly given of such refusal, by an advertisement in the *Gazette*, shall have the like benefit, as if such entry or entries, certificate or certificates had been duly made and given; and that the clerks, so refusing, shall, for any such offence, forfeit to the proprietor of such copy or copies the sum of twenty pounds, to be recovered in any of Her Majesty's Courts of Record at Westminster, by action of debt, bill, plaint, or information, in which no wager of law,essoign, privilege or protection, or more than one imparlance shall be allowed.

⁸ Tratava-se do principal selo da Coroa usado para evidenciar a aprovação de documentos do Estado pelo monarca. Essa prática iniciou-se com Eduardo, o Confessor, no século 11, e significava que não havia a necessidade do monarca assinar pessoalmente os documentos oficiais. Estes poderiam ser aprovados pelo selo real por meio de um oficial autorizado. In.: *The official website of the British monarchy*. Disponível em: <<http://www.royal.gov.uk>>.

Tribunal das Sessões, ao Lorde da Justiça Geral, ao Barão Chefe do Tesouro, ao Reitor da Faculdade de Edimburgo na parte da Grã Bretanha chamada Escócia. Estes, ou qualquer um deles, terão total poder e autoridade, de tempos em tempos, para convocar ou chamar diante dele ou deles o livreiro ou livreiros, o impressor ou impressores, e examinar e investigar a razão da valorização e aumento do preço ou valor de tal livro ou livros vendidos ou colocados à venda pelos investigados acima. E se, sob tal exame e investigação, for constatado que o preço de tal livro ou livros estiver elevado, ou de qualquer forma exorbitante, então, nesse caso, o dito Arcebispo da Cantuária, o Presidente da Câmara dos Lordes ou o Lorde Guardião, o Bispo de Londres, os dois Chefes de Justiça, o Barão Chefe, os *Vice-Chancellors* das universidades, na parte da Grã Bretanha chamada Inglaterra, e o dito Lorde Presidente das Sessões, o Lorde de Justiça Geral, o Lorde Barão Chefe, e o Reitor da Faculdade de Edimburgo, na parte da Grã Bretanha chamada Escócia, ou qualquer um ou mais daqueles envolvidos na investigação e exame, têm assim total poder e autoridade para reformar e corrigir o mesmo, e limitar e estabelecer periodicamente o preço de cada livro ou livros impressos da melhor forma que julgarem e conforme lhes pareçam justo e sensato. Se o livreiro ou livreiros, impressor ou impressores alterarem a taxa ou o preço que fora estabelecido e exigido, eles deverão, como recompensa, pagar todos os custos e encargos que a pessoa ou pessoas tiveram ao fazer suas queixas. Então, a reclamação será colocada em razão de tal queixa e da causa de tal taxa e preço a serem limitados e estabelecidos. Tudo isso deve ser feito pelo dito Arcebispo da Cantuária, Presidente da Câmara dos Lordes, ou Lorde Guardião, pelo Bispo de Londres, pelos dois chefes de Justiça, Barão Chefe, *Vice-Chancellors* das duas universidades, na parte da Grã Bretanha chamada Inglaterra, e pelo dito Lorde Presidente das Sessões, Lorde da Justiça Geral, Lorde Barão Chefe, e pelo Reitor da Faculdade de Edimburgo, na parte da Grã Bretanha chamada Escócia, ou por qualquer um deles, devidamente assinado e selado. Em seguida, uma nota pública será dada pelo dito livreiro ou livreiros, impressor ou impressores por meio de um anúncio no Diário Oficial. Logo após o estabelecimento da taxa e do preço, se qualquer livreiro ou livreiros, impressor ou impressores venderem ou colocarem a venda qualquer livro ou livros a um preço maior e mais alto que o já estabelecido e limitado anteriormente, então e, em cada caso, tal livreiro ou livreiros, impressor ou impressores deverão pagar a quantia de cinco libras por cada livro vendido ou colocado à venda. Uma parte se destinará para a Excelentíssima Majestade, a Rainha, seus herdeiros e sucessores, e a outra parte para

qualquer pessoa ou pessoas, a ser recuperada, incluindo os custos de petição, em qualquer dos Tribunais de Registro de Sua Majestade em Westminster, por ação de dívida, conta, reclamação ou informação, em que nenhuma aposta de lei, desculpas, privilégio, ou proteção, ou súplicas por parte do réu serão permitidos.⁹

5. Seja decretado que, a partir do dia 10 de abril de 1710, nove cópias de cada livro ou livros, feitas com o melhor papel, a serem impressas e publicadas como já citado anteriormente, ou reimpressas e publicadas com adições do impressor e impressores, deverão ser entregues, previamente a sua publicação, ao guardião do armazém da Companhia dos livreiros, alocado no *Hall* desta companhia, para o uso da Biblioteca Real, das bibliotecas das universidades de Oxford e Cambridge, das bibliotecas das

⁹ 4. Provided nevertheless, and it is hereby further enacted by the authority aforesaid, that if any bookseller or booksellers, printer or printers, shall, after the said five and twentieth day of march, one thousand seven hundred and ten, set a price upon, or sell or expose to sale, any book or books at such a price or rate as shall be conceived by any person or persons to be high and unreasonable; it shall and may be lawful for any person or persons to make complaint thereof to the Lord Archbishop of Canterbury for the time being, the Lord Chancellor, or Lord Keeper of the Great Seal of Great Britain, for the time being, the Lord Bishop of London for the time being, the Lord Chief Justice of the Court of Queen's Bench, the Lord Chief Justice of the Court of Common Pleas, the Lord Chief Baron of the Court of Exchequer, for the time being, the Vice-Chancellors of the two Universities for the time being, in that part of Great Britain called England; the Lord President of the Sessions for the time being, the Lord Justice General for the time being, the Lord Chief Baron of the Exchequer for the time being, the Rector of the College of Edinburgh for the time being, in that part of Great Britain called Scotland; who, or any one of them, shall and have hereby full power and authority, from time to time, to send for, summon or call before him or them such bookseller or booksellers, printer or printers, and to examine and enquire of the reason of the dearness and inancement of the price or value of such book or books by him or them so sold or exposed to sale; and if upon such enquiry and examination it shall be found that the price of such book or books is inanced, or any wise too high or unreasonable, then and in such case the said Archbishop of Canterbury, Lord Chancellor or Lord Keeper, Bishop of London, two Chief Justices, Chief Baron, Vice-Chancellors of the Universities, in that part of Great Britain called England, and the said Lord President of the Sessions, Lord Justice General, Lord Chief Baron, and Rector of the College of Edinburgh, in that part of Great Britain called Scotland, or any one or more of them, so enquiring and examining, have hereby full power and authority to reform and redress the same, and to limit and settle the price of every such printed book and books, from time to time, according to the best of their judgments, and as to them shall seem just and reasonable; and in case of alteration of the rate or price from what was set or demanded by such bookseller or booksellers, printer or printers, to award and order such bookseller and booksellers, printer and printers, to pay all the costs and charges that the person or persons so complaining shall be put unto, by reason of such complaint, and of the causing such rate or price to be so limited and settled; all which shall be done by the said Archbishop of Canterbury, Lord Chancellor, or Lord Keeper, Bishop of London, two Chief Justices, Chief Baron, Vice-Chancellors of the two Universities, in that part of Great Britain called England, and the said Lord President of the Sessions, Lord Justice General, Lord Chief Baron, and Rector of the College of Edinburgh, in that part of Great Britain called Scotland, or any one of them, by writing under their hands and seals, and thereof publick notice shall be forthwith given by the said bookseller or booksellers, printer or printers, by an advertisement in the *Gazette*; and if any bookseller or booksellers, printer or printers, shall, after such settlement made of the said rate and price, sell or expose to sale any book or books, at a higher or greater price than what shall have been so limited and settled as aforesaid, then and in every such case such bookseller and booksellers, printer and printers, shall forfeit the sum of five pounds for every such book so by him, her or them sold or exposed to sale; one moiety thereof to the Queen's most Excellent Majesty, Her Heirs and Successors, and the other moiety to any person or persons that shall sue for the same, to be recovered, with costs of suit, in any of Her Majesty's Courts of Record at Westminster, by action of debt, bill, plaint or information, in which no wager of law, essoign, privilege or protection, or more than one imparlance shall be allowed.

quatro universidades na Escócia, da Biblioteca da Faculdade de Sion em Londres, e da Biblioteca da Faculdade dos Advogados em Edimburgo respectivamente. Após o pedido feito pelos guardiões das respectivas bibliotecas, ou por qualquer pessoa ou pessoas autorizadas a pedir a dita cópia, o guardião do armazém deverá, dentro de dez dias, enviar as cópias para uso das bibliotecas citadas. Se qualquer proprietário, livreiro ou impressor, ou o guardião da Companhia dos livreiros não observarem as provisões desta lei, se omitindo na entrega das cópias impressas conforme previsto acima, eles deverão pagar, além do valor das cópias impressas, a quantia de cinco libras por cada cópia não entregue, a ser recuperada pela Excelentíssima Majestade, a Rainha, seus herdeiros e sucessores, pelo *Chancellor*, mestres e acadêmicos de qualquer das ditas universidades, e pelo presidente e companheiros da Faculdade de Sion, e da Faculdade dos Advogados em Edimburgo, com seus custos integrais respectivamente.¹⁰

6. Seja sempre decretado que se qualquer pessoa ou pessoas incorrerem nas sanções contidas nesta lei, na parte da Grã Bretanha chamada Escócia, a quantia das penalidades poderá ser recuperada por qualquer ação diante do Tribunal de Sessão.¹¹
7. Nada contido nesta lei seja ampliado de modo a proibir a importação, a venda ambulante, ou a venda de qualquer livro em Grego, Latim, ou em qualquer outra

¹⁰ 5. Provided always, and it is hereby enacted, that nine copies of each book or books, upon the best paper, that from and after the said tenth day of april, one thousand seven hundred and ten, shall be printed and published as aforesaid, or reprinted and published with additions, shall, by the printer and printers thereof, be delivered to the Warehouse-Keeper of the said Company of Stationers for the time being, at the Hall of the said Company, before such publication made, for the use of the Royal Library, the libraries of the Universities of Oxford and Cambridge, the libraries of the four Universities in Scotland, the Library of Sion College in London, and the library commonly called the Library belonging to the Faculty of Advocates at Edinburgh respectively; which said Warehouse-Keeper is hereby required, within ten days after demand by the Keepers of the respective libraries, or any person or persons by them or any of them authorised to demand the said copy, to deliver the same, for the use of the aforesaid libraries; and if any proprietor, bookseller or printer, or the said Warehouse-Keeper of the said Company of Stationers, shall not observe the direction of this Act therein, that then he and they so making default in not delivering the said printed copies as aforesaid, shall forfeit, besides the value of the said printed copies, the sum of five pounds for every copy not so delivered, as also the value of the said printed copy not so delivered; the same to be recovered by the Queen's Majesty, Her Heirs and Successors, and by the Chancellor, Masters, and Scholars of any of the said Universities, and by the President and Fellows of Sion College, and the said Faculty of Advocates at Edinburgh, with their full costs respectively.

¹¹ 6. Provided always, and be it further enacted, that if any person or persons incur the penalties contained in this Act, in that part of Great Britain called Scotland, they shall be recoverable by any action before the Court of Session there.

língua estrangeira impresso no além-mar; revogando qualquer disposição ao contrário da contida nesta lei.¹²

8. E seja ainda decretado pela autoridade já citada, que se qualquer ação ou pedido for iniciado e instaurado contra qualquer pessoa ou pessoas por executarem qualquer ato em termos dessa presente Lei, os réus poderão, em cada ação, apelar à Questão Geral¹³, e fornecer um argumento legal. Se sobre tal ação uma sentença for dada a favor do réu ou se o querelante não ficar satisfeito ou suspender sua ação, então o réu terá e recuperará seus custos totais, tendo como recurso o mesmo que a de um réu em caso comum tido na lei.¹⁴
9. Nada contido nesta lei seja ampliado ou interpretado de modo a prejudicar ou confirmar qualquer direito que as ditas universidades, ou qualquer uma delas, ou qualquer pessoa ou pessoas tenham ou alegam possuir em qualquer impressão ou reimpressão de qualquer livro ou cópia já impressa, ou ainda a ser impressa.¹⁵
10. No entanto, todas as ações, petições, contas, acusações ou informações, por qualquer ofensa a ser cometida contra esta lei, serão postas, processadas e iniciadas dentro de três meses após a ofensa ser cometida, ou a mesma será anulada e sem nenhum efeito.¹⁶

¹² 7. Provided, that nothing in this Act contained do extend, or shall be construed to extend, to prohibit the importation, vending or selling of any books in Greek, Latin, or any other foreign language printed beyond the seas; any thing in this Act contained to the contrary notwithstanding.

¹³ A questão geral é um recurso que o réu pode se utilizar para interferir no julgamento. Negando as acusações, sua declaração de inocência será considerada no veredito final. In.: TUCKER, St. George. *Blackstone's commentaries: with notes of reference to the constitution and laws, of the federal government of the United States and of the commonwealth of Virginia*. Philadelphia: Robert Carr, 1803, p.339.

¹⁴ 8. And be it further enacted by the authority aforesaid, that if any action or suit shall be commenced or brought against any person or persons whatsoever, for doing or causing to be done any thing in pursuance of this Act, the defendants in such action may plead the General Issue, and give the special matter in evidence; and if upon such action a verdict be given for the defendant, or the plaintiff become nonsuited or discontinue his action, then the defendant shall have and recover his full costs, for which he shall have the same remedy as a defendant in any case by law hath.

¹⁵ 9. Provided, that nothing in this Act contained shall extend or be construed to extend, either to prejudice or confirm any right that the said Universities or any of them, or any person or persons have or claim to have, to the printing or reprinting any book or copy already printed, or hereafter to be printed.

¹⁶ 10. Provided nevertheless, that all actions, suits, bills, indictments or informations for any offence that shall be committed against this Act, shall be brought, sued and commenced within three months next after such offence committed, or else the same shall be void and of none effect.

11. Após o término do dito prazo de 14 anos, o direito exclusivo de impressão ou alienação das cópias deve retornar aos autores, e se então eles estiverem vivos, o direito se estenderá por outro prazo de 14 anos.¹⁷

Fim

¹⁷ 11. Provided always, that after the expiration of the said term of fourteen years, the sole right of printing or disposing of copies shall return to the authors thereof, if they are then living, for another term of fourteen years.

ANEXO B – PROPOSTAS AO PROJETO DE LEI PARA A REGULAMENTAÇÃO DA IMPRENSA

*Razões humildemente oferecidas a um projeto de lei para o incentivo da aprendizagem e aperfeiçoamento da impressão (1706)*¹

Muitos homens instruídos tiveram grandes dores e gastos para compor e escrever livros, cujas cópias foram compradas por livreiros, impressores e outros. É razoavelmente presumível que por tais compras eles obtiveram uma propriedade sobre as cópias dos livros; portanto nenhuma outra pessoa, sem sua permissão, poderia reimprimir o mesmo. Mas muitas pessoas têm ultimamente tomado essas cópias para reimprimi-las de forma muito incorreta, nas quais os autores também reservaram um direito, ou atribuíram seus direitos a outros por recompensa valiosa; portanto, é humildemente esperável que esta honorável Casa levará essa questão em consideração, para impedir tais práticas no futuro.

Parece bastante razoável que quando um *gentleman* dedicou a maior parte de seu tempo e dinheiro a uma educação liberal, ele deve ter todas as vantagens que podem possivelmente ser concedidas por seus escritos, uma destas vantagens é, sem dúvida, a de ter o direito à cópia de seus próprios livros, sendo produto de seu próprio trabalho; por outro lado, depois que este gentleman atribuir estas cópias a um livreiro, impressor ou outra pessoa, seja por dinheiro ou por outras recompensas valiosas, a pessoa à qual esta cópia é atribuída deve necessariamente reivindicar o mesmo direito total e incontestável que o próprio autor tinha originalmente. Portanto, se alguma pessoa, não tendo direito sobre estas cópias, submeter-se a reimprimi-las passando por cima do legítimo proprietário, a consequência é natural. Então, que nenhum livreiro possa dar uma recompensa mesmo para as cópias de livros mais valiosas: o que significa que homens instruídos serão totalmente desincentivados a difundir as partes mais úteis do conhecimento e literatura, a pureza da impressão será destruída, e o livreiro arruinado.

Livreiros sempre pensaram nisso como algo seguro para investir seu dinheiro nas cópias de livros, assim como na compra de terras, concluindo que ambas, uma e outra, são igualmente propriedades deixadas para suas posteridades. Como, por exemplo, havia 2.500 libras dadas à viúva do arcebispo Tillotson pelas cópias de seus Sermões; agora se outros, além do

¹ Reasons humbly offer'd for a bill for the encouragement of learning, and improvent of printing, London (1706). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez 2012.

comprador, imprimirem os ditos sermões, fica clara uma inovação sobre o comércio, em que nenhum homem pode fazer tal compra para o futuro, sem arruinar a si mesmo ou a sua família.

296
312

REASONS *humbly Offer'd for*
a BILL *for the Encouragement*
of Learning, and Improvement of
Printing.

WHEREAS many Learned Men have been at great Pains and Expence in Composing and Writing of Books, the Copies of which have been Purchas'd by Bookfellers, Printers, and others; It is reasonably Presum'd, that by such Purchases they obtained a Property in such Copies of Books; so that no other Person cou'd, without their Leave, Reprint the same. But divers Persons having of late taken upon them to Reprint very Uncorrectly such Copies, to which the Authors have either reserv'd a Right to themselves, or assign'd their Right to others for valuable Considerations; It is therefore humbly hop'd, that this Honourable House will take this Matter into their Consideration, in order to prevent such Practices for the future.

It seems to be very reasonable, that when a Gentleman has spent the greatest Part of his Time and Fortune in a Liberal Education, he should have all the Advantages that may possibly be allow'd him for his Writings, one of which Advantages is the sole and undoubted Right to the Copy of his own Book, as being the Product of his own Labour; so on the other hand, after such Gentleman has made an Assignment of such Copy to a Bookfeller, Printer, or other Person, whether for Mony or other valuable Considerations, the Person to whom such Copy is Assign'd, must necessarily claim the same full and undoubted Right as the Author himself originally had. If therefore any Person having no Right to these Copies, shall be suffered to Reprint them upon the rightful Owner, the Consequence is natural, That no Bookfeller can then afford to give a Consideration even for the most valuable Copies of Books: By which means, Learned Men will be wholly Discouraged from Propagating the most useful Parts of Knowledge and Literature, Purity of Printing will be Destroy'd, and the Bookfeller Undone.

Bookfellers have always thought it as safe to lay out their Mony in the Copies of Books, as to Purchase Lands, concluding, that both the one and other were equally Estates left to their Posterity. As an Instance, there was 2500*l.* given to the Widow of the late Arch-Bishop *Tillotson* for the Copies of his Sermons; now if others, besides the Purchaser, are suffer'd to Print the said Sermons, it is so plain an Innovation upon Trade, that no Man can make such a Purchase for the future, without hazarding the Ruin of himself and Family.

Figura 1 - Documento original de *Razões humildemente oferecidas a um projeto de lei para o incentivo da aprendizagem e aperfeiçoamento da impressão*, de 1706

Razões humildemente oferecidas ao projeto de lei para o incentivo ao aprendizado, e para assegurar a propriedade das cópias dos livros aos seus legítimos proprietários (1709)²

Parece muito sensato que um *gentleman* que dedicou a maior parte de seu tempo e dinheiro a uma educação liberal, deve ter todas as vantagens que podem possivelmente ser concedidas por seus escritos. Uma dessas vantagens é, sem dúvida, a de ter o direito à cópia de seus próprios livros, como sendo produto de seu próprio trabalho e inventividade. Esse direito também deve ser preservado para seu benefício, e de sua prosperidade, ou ser atribuído a outros a seu critério, e isso todos os autores desfrutaram ultimamente. E o lorde chefe de justiça [Edward] Coke foi certamente da opinião de que o autor e seus cessionários tivessem, pela lei, o direito exclusivo, e nenhum outro, para a reimpressão de livros. Senão Coke não teria reservado, como de fato fez, para si próprio e como legado para sua posteridade, o direito de reimprimir todos os livros que ele escreveu, os quais foram muitos e úteis, como bem sabem todos os instruídos em lei.

Nem é somente na Inglaterra que o direito à cópia é observado, mas em todos e quaisquer países onde a impressão é exercida. E isso, no entanto, faz poucos anos, desde que as cópias de Mr. Henry Wetstein de Amsterdã foram vendidas por milhares de florins.

Se, em breve, alguma boa lei não for feita para impedir práticas corruptas, muito realizadas recentemente por pessoas que reimprimem livros sem o consentimento dos autores ou proprietários das cópias, a consequência será que nenhuma pessoa poderá fornecer ao autor qualquer recompensa pelas mais valiosas cópias dos livros. E se o autor tentar imprimi-las às suas próprias expensas, ele será um grande sofredor, pois nenhum livro vendido a vinte libras de fato reembolsa o primeiro custo. Se bem impresso ou em bom papel, o reembolso se dá em não menos de quatro ou cinco anos, e, no entanto, há muitos poucos livros que custam 100 libras por impressão e alguns cerca 1000 libras. E quem vai arriscar tais despesas se outros forem admitidos a reimprimir sem a permissão dos proprietários, o que significa que os homens instruídos serão totalmente desencorajados a cultivar as partes mais úteis do conhecimento e literatura, e a pureza da impressão será em um tempo totalmente destruída.

² Reasons humbly offer'd for the bill for the encouragement of learning, and for securing the property of copies of books to the rightful owners thereof, London (1709). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez 2012.

Alguns pensam que o direito de cópias em livros já impressos não deve mais ser preservado, supondo que os proprietários já obtiveram lucro suficiente, sendo sensato preservar, por algum tempo, a propriedade dos proprietários dos livros a serem impressos; isso produzirá muitas inconveniências, até mesmo a ruína de muitas famílias, que são cerca de 6000 pessoas, cuja total dependência e subsistência estão no comércio de impressão, encadernação e venda de livros. Todas, ou a maioria das cópias dos livros em qualquer valor agora existente, e algumas partes dos mesmos, são conferidas nos autores, ou na sua posteridade, ou em outros que pagaram grandes somas e outras boas recompensas por elas, as quais são estabelecidas como contratos de casamento pelos proprietários que julgaram possuir tal direito indiscutível e, assim, tencionaram torná-las provisões para a sua posteridade. Muitos desses livros ainda não geraram o suficiente para pagar seus custos iniciais, e alguns podem investir na impressão de livros que ainda serão escritos, a menos que algum direito seja lhes preservados.

Se for considerado que qualquer inconveniência possa surgir a esse assunto por conta desse projeto de lei, como má impressão, ou em papel ruim, ou que algumas pessoas, possuindo as cópias de livros úteis, recusarem reimprimi-los quando tais livros ficarem escassos, pode ser razoável que as pessoas, nas quais o poder for depositado por este projeto de lei, estabeleçam os preços dos livros, e também tenham o poder de escutar e definir todas as questões das queixas referentes ao papel e a impressão, e chamar o proprietário e o autor de qualquer cópia ou de qualquer livro em escassez, ou, em caso de os proprietários e autores recusarem a reimprimir, ordená-los a reimprimir tal como essas autoridades acharem melhor, ou submeter qualquer outro a reimprimir o mesmo em termos razoáveis.

Este projeto de lei não tende estabelecer um monopólio, como alguns poderão insinuar, desde que ele não impeça [?] a escrita e impressão de qualquer outro livro sobre o mesmo assunto; mas impedir práticas corruptas daqueles que pirateiam outras cópias sem dar qualquer incentivo ao autor, que melhor merece isso. E se esse projeto for bem considerado, será um bem geral, exceto aos negociadores injustos que sempre serão desfavoráveis a todos que desejam o bem desta nação, que agora necessita de aprendizagem, mas em breve sentirá os efeitos fatais de tais práticas, se não for remediada pela sabedoria desta honorável Casa.

Não há nada neste projeto de lei, como é humildemente concebido, que possa ser prejudicial ao público; e desde que os preços dos livros são para ser estabelecidos por quem

essa Casa honorável escolher, não podendo ser impostos; e claramente se é para haver algum lucro, ninguém tem mais direito a isso que o autor ou o proprietário da cópia.

Nota. Se qualquer autor tem em mente que o direito de sua cópia não deve ser totalmente conferido ao impressor, ele pode obrigar o impressor a não registrar a cópia no livro da Companhia dos livreiros. Então, a propriedade, conforme o projeto de lei agora afirma, não é conferido no impressor, e qualquer pessoa pode estar livre para reimprimir a mesma.

REASONS Humbly Offer'd for the BILL for Encouragement of Learning, and for Securing the Pro- perty of Copies of Books to the Rightful Owners thereof.

100

IT seems very reasonable, that a Gentleman who has spent the greatest part of his Time and Fortune in a liberal Education, should have all the Advantages that may possibly be allowed him for his Writings; one of which is the sole and undoubted Right to the Copy of his own Book, as being the Product of his own Labour and Ingenuity, either to be preserved for the Benefit of himself, and his Posterity, or to be Assigned by others at his Discretion, which all Authors 'till lately have Enjoyed; and the Lord Chief Justice *Coke* was certainly of Opinion, that the Author and his Assigns had, by Law, the sole Right to the Reprinting of Books, and no other, else he would not, as he really did, reserve to himself, and by his Will Devise to his Posterity the Right of Reprinting all the Books which he Writ, which were many and useful, as all the Learned in the Law well know.

Nor is it in *England* alone that this Copy-Right is observ'd, but in all other Countries whatsoever where Printing is Exercis'd: And it is but a few Years, since the Copies of Mr. *Henry Wetstein* of *Amsterdam* were sold for several Thousand Guilders.

If some good Law be not soon made to prevent the Corrupt Practices, now much used by Persons, who Reprint Books without the Consent of the Authors or Proprietors of the Copies; the Consequence will be, That no Person can afford to give an Author any Consideration for the most Valuable Copies of Books; and if the Author undertakes to get it Printed at his own Expence, he will be a very great Sufferer, for not one Book in Twenty does produce the prime Cost, if Printed well, and on good Paper, in less than four or five Years: And there are very few Books but what Cost 100*l.* Printing, and some above 1000*l.* And who will hazard such an Expence, if others be admitted to Reprint such Book without the Proprietors Leave; By which means Learned Men will be wholly Discouraged from Cultivating the most useful Parts of Knowledge and Literature, and Purity of Printing be in time totally Destroyed.

Some think that the Right of Copies of Books already Printed ought not to be preserved to the Proprietors any longer, as supposing they have made sufficient Profit of them, and that it may be reasonable to preserve the Property to the Owners of those hereafter to be Printed only for some short time, which will produce many Inconveniencies, even the Ruin of many Families, there being above 6000 People whose whole Dependence and Subsistence is upon the Trade of Printing, Book-binding, and Book-selling. All, or most of the Copies of Books of any Value now extant, or some Shares thereof, are Vested in the Authors, or their Posterity, or in others who have paid great Sums for them, and are settled as Estates on Marriages, and other good Considerations, the Owners deeming they had undoubted Right so to do, and intending them as Provisions for their Posterity: Many of those Books have not yet brought in sufficient to pay the first Charge, and none can afford to Print any Books of Value hereafter to be Compos'd, unless the sole Right be preserved to them.

It be imagined that any Inconveniency may arise to the Subject by this Bill, as ill Printing, or on bad Paper, or that some Persons that may have Copies of useful Books, should, when such Books grow scarce, refuse to Reprint them; It may be reasonable, that the Persons in whom the Power shall be Lodg'd by this Bill, to settle the Prices of Books, may have also Power to Hear and Determine all Matters of Complaint, touching Paper and Printing, and to call before them the Proprietor and Author of any Copy of any Book grown scarce, and to Order such Book to be forthwith Reprinted by such Person or Persons as they shall think fit, in case of the Proprietors and Authors refusal to Reprint, or suffer any other to Reprint the same upon reasonable Terms.

This Bill doth not tend to settle a Monopoly, as some would Insinuate, since it doth not hinder any from Writing or Printing any other Book upon the same Subject; but to prevent the Corrupt Practices of those who Pirate other Mens Copies without giving any Encouragement to the Authors, who best deserve it; and will, if well Considered, be a general Good to all, except the unfair Dealers, who will ever be Discouraged by all that wish well to this Nation, which now abounds in Learning, but will soon feel the fatal Effects of such ill Practices, if not Remedied by the Wisdom of this Honourable House.

There is nothing in this Bill, as is humbly conceived, that may be Prejudicial to the Publick; And since the Prices of Books are to be settled by such, in whom this Honourable House shall please to Lodge the Power, the Subject can't be imposed upon. And surely, if a Profit is to be made, none hath more Right to it than the Author or Owner of the Copy.

Note, If any Author has a Mind that the Right of his Copy should not be wholly Vested in the Printer, he may oblige the Printer not to Register the Copy in the *Stationers* Company's Book: Then the Property, as the Bill now stands, is not Vested in the Printer, and any other Person may be at Liberty to Reprint the same.

Figura 2 - Documento original de *Razões humilmente oferecidas ao projeto de lei para o incentivo ao aprendizado, e para assegurar a propriedade das cópias dos livros aos seus legítimos proprietários*, de 1709

Mais razões humildemente oferecidas à honorável Casa dos Comuns para o projeto de lei ao incentivo do aprendizado e para assegurar a propriedade das cópias dos livros aos seus legítimos proprietários (1709)³

Esta honorável Casa, na sua grande sabedoria e justiça, sempre forneceu alívio, pelo acordo com novas leis, em todos os casos razoáveis em que as antigas leis eram deficientes; nessa situação em que a mais distinta qualidade da humanidade [a aprendizagem] é preocupante, nós não podemos duvidar que os seus membros honoráveis fracassarão em estender seus benefícios.

A questão da nossa solicitação é que estariam satisfeitos a fortalecer a *common law*, em nosso caso, conforme os Parlamentos anteriores fizeram diversas vezes. Pois, considerando que pela *common law*, nós não recuperamos mais custos que os prejuízos que podemos comprovar, e tais prejuízos que sustentamos são vastamente maiores do que aqueles que podemos demonstrar; nós desejamos punição aos delinquentes conforme a grande sabedoria que vocês acharem adequada.

Esperamos que nós tenhamos a *common law* ao nosso lado. Sabemos que o nosso desejo é algo concedido pelo poder soberano em outras nações. E presumimos que o público nunca sofreu inconveniências por desfrutar de seu direito. E isso nós possuímos, em aparência evidente, desde a incorporação do comércio. No mínimo, nenhuma inconveniência apareceu. Da redução de sermões bem impressos e corretos para sua má impressão em folhas de centavos, o melhor efeito da nova liberdade, talvez, não seja, de modo algum, uma conveniência a ponto de justificar uma liberdade, que, no fim, irá totalmente desencorajar a boa impressão nesta nação, tão bem cultivada entre nós nos últimos anos, e por isso merece a proteção da autoridade. E a continuação dessa liberdade deve necessariamente desincentivar a boa impressão, e será evidente que imprimir um bom livro inevitavelmente implicará em grande soma de dinheiro. Quando, ao mesmo tempo, o livro puder ser impresso vilmente, por uma sexta parte do custo, o que dá grande vantagem ao contrafeitor, e se tal prática for permitida a continuar, nenhum livreiro deverá ousar imprimir uma edição justa qualquer, embora seja do livro mais útil. Além disso, um trabalho do autor exposto numa edição corrupta e mutilada é mais fatal que o uso da impressão, pois as cópias de uma edição

³ More reasons humbly offer'd for the bill for the encouragement of learning, and for securing the property of copies of books to the rightful owners thereof, London (1709). In: BENTLY, L. ; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez 2012.

corrupta são amplamente mais multiplicadas pela impressão que, se fosse possível, reproduzi-las manualmente.

Assim ao argumento comum do barateamento, nós presumimos dizer, que, em todos os casos que admitimos isso, fazemos os livros tão barato quanto qualquer nação no mundo. Mas seria insensato nos exigir baixar o preço de um livro, a sua cópia nos custa 50, 60, 100 libras, tão barata quanto a de outro homem, cuja cópia custa nada. E não pode ser dito que somos tolos por pagar tanto por uma cópia sem dizer também que os autores gastam tempo, anos após anos, na composição de um livro útil.

Mas dizem que é suficiente para nós desfrutarmos um direito exclusivo de impressão por um período de anos. Para isso, respondemos que se nós temos um direito por dez anos, temos esse direito para sempre. Um homem possuindo uma propriedade por dez ou vinte anos, em nenhuma outra instância, é permitida uma razão para outro retirá-la dele, e esperamos que isto não se aplique a nossa. Mas ainda a razão autorizada para essa violação de nossa propriedade é falaciosa. Pois dizem que nós obtemos o suficiente nos primeiros dez ou catorze anos para compensar todos os custos e os prejuízos: sob exame, frequentemente se constatará que isso é falso. Pois, muitos livros excelentes, que custaram muitos anos de trabalho do autor, não se tornam bem conhecidos por dez e nem vinte anos após a publicação. A excelente história de Sir Walter Raleigh não se tornou valiosa em seu tempo de vida. O mais excelente tratado, *O dever total do homem*, foi dificilmente conhecido em seus primeiros três ou quatro anos, e não houve lucro em suas vendas por diversos anos depois. *Princípios matemáticos da filosofia natural*, de Sir. Isaac Newton, levou no mínimo dez anos para ser conhecido no mundo. E inumeráveis são os exemplos de livros que permanecem desconhecidos por muitos anos, embora sejam admiravelmente úteis para a humanidade. E, quando um livro ficar conhecido e lucrativo, por que o próprio proprietário não poderá se beneficiar de sua venda, nós não podemos ver nenhuma razão nisso.

Se, geralmente, os livros fossem tão necessários quanto comida e vestuário, ou se a Sagrada Escritura, ou outros livros mais úteis, possuísem preços elevados, que os pobres não pudessem acessá-los, haveria razão para esse argumento. Mas hoje, quando em geral os livros são no mínimo um terço ou metade mais baratos que há cem anos, e ficaram mais baratos nesses últimos cinquenta anos, nós presumimos que esse argumento não pode ser utilizado. E deve ser dito que essa redução de preço é devido a essa recente liberdade de comércio; e permita-nos responder que os maiores exemplos de barateamento de livros no mundo, os

Dicionários e os *Dauphin classics*, foram trazidos para o nosso Estado sob a proteção de uma lei parlamentar mais severa aos infratores em relação a esta que nós agora solicitamos.

More REASONS Humbly Offer'd to the Honourable House of Commons, for the BILL for Encouraging Learning, and for Securing Property of Copies of Books to the Rightful Owners thereof.

101

THIS Honourable House, in its Great Wisdom and Justice, having always afforded Relief, by agreeing to New Laws, where the Old Ones have been defective, in all reasonable Cases; We cannot doubt, that in this, where that most distinguishing Quality of Mankind [Learning] is so nearly concern'd, the Honourable Members of it will fail to extend their usual Beneficence.

The Subject of our Request is, That You would be pleas'd to strengthen the Common Law, in our Case, as preceding Parliaments have, in very many others, at divers times. For whereas, by Common Law, we can recover no more Costs, than we can prove Damage; and the Damage we sustain, being always vastly more than we can prove; We desire you will assign such Punishment upon Delinquents, as in Your Great Wisdom You shall think fit.

We Hope, that we have the Common Law on our Side. We know that what we desire, is what is granted by the Sovereign Power in all other Nations. And we presume, that the Publick has never suffer'd Inconvenience by the Enjoyment of this Right, which we have possess'd, by apparent Evidence, ever since the Incorporation of the Trade: At least no Inconvenience has ever appear'd. For the reducing correct and well printed Sermons, into ill-printed Penny-Sheets, the best Effect of the New Liberty, is, perhaps, by no means so great a Convenience, as to warrant a Liberty that will, in the End, totally discourage Good Printing in this Nation; which is so well cultivated among us of late Years, as to deserve the Protection of Authority. And that the continuance of this Liberty must necessarily discourage Good Printing, will appear very evident, when 'tis consider'd, that the Printing a Book well, do's unavoidably require a very great Expence of Money; when, at the same time, that very Book may be Printed Vilely, for a Sixth Part of the Charge; which gives so great an advantage to a Counterfeiter, that if the Practice be permitted to continue, no Bookfeller must dare to Print a fair Edition of any, tho' the most useful, Book. And besides, an Author's Work is expos'd to mangled and corrupt Editions, which is the more fatal since the use of Printing; because the Copies of a corrupt Edition, are vastly more multiplied by that Art, than it was possible to be by Manuscripts.

As to the common Argument of Cheapness, we presume to say, that we do, in all Cases that will admit of it, sell our Books as cheap as any Nation in the World: But it would be unreasonable to require us to sell a Book, the Copy whereof cost us 50, 60, or 100 l. as cheap as another Man do's one, whose Copy cost nothing. And it cannot be said, we are Fools to give so much for a Copy, without saying also, that Authors are such to Spend their whole Time, Years after Years, in composing a useful Book.

But it is said, That it is sufficient for us to enjoy a Term of Years in our Sole Right of Printing. To this we Answer, That if we have a Right for Ten Years, we have a Right for Ever. A Man's having possess'd a Property for Ten or Twenty Years, is in no other Instance allow'd, a Reason for another to take it from him; and we hope it will not be in Ours. But farther, the Reason assign'd for this Breach upon our Property, is Fallacious; for, whereas 'tis said, we get enough in the first Ten or Fourteen Years, to compensate all Charge and Hazard: Upon Examination that will be often found untrue; for many excellent Books, which cost the Authors many Years Labour, do not become so well known, as to make a good vent, for Ten, nay Twenty Years, after Publication. Sir *Walter Raleigh's* Excellent History, did not become valu'd all his Life-time. The very Excellent Treatise, *The Whole Duty of Man*, was hardly known for the first Three or Four Years, and yielded no Profit in its Sale for several Years after. Sir *I. Newton's Princip. Math. Naturalis Philosophiæ*, was at least Ten Years in gaining a knowledge in the World. And innumerable are the Instances of Books, that lie unknown for many Years, altho' they are at last found to be admirably useful to Mankind. And why, when a Book do's become known and useful, the proper Proprietor may not have the Benefit of the Sale of it, we cannot see any Reason.

If Books were as generally necessary, as Food and Raiment; or if the Holy Scriptures, or other the most useful Books, were so loaded with Price, that the Poor could not come at 'em, there might be Reason for this Plea: But in this Age, when Books in general are a third Part at least, if not half in half, cheaper than they were a Hundred Years ago, and have been growing daily cheaper for these Fifty Years past, we presume this Argument should not be now rais'd. And lest it should be said, that this Reduction of Price is owing to the Liberty of late; give us leave to Answer, That the greatest Instances of cheapness known in the World, the *Dictionaries*, and the *Dauphin Classics*, were brought to that State, under the Protection of an Act of Parliament, much more severe to Offenders of it, than that we now ask.

Figura 3 - Documento original de *Mais razões humildemente oferecidas à honorável Casa dos Comuns, para o projeto de lei ao incentivo do aprendizado, e para assegurar a propriedade das cópias dos livros aos seus legítimos proprietários*, de 1709

Razões humildemente oferecidas para a consideração da honorável Casa dos Comuns referente ao projeto de lei para assegurar a propriedade em livros, etc. (1709)⁴

A impressão, encadernação e venda de livros tornaram-se uma manufatura considerável neste Reino; portanto, que seja valioso o cuidado dessa honorável Casa para fornecer a melhoria do comércio, que é de grande importância para o público. Mas a sua desgraça tem sido o empenho perpétuo e também bem sucedido de alguns homens mercenários e egoístas, a monopolizar os principais ramos de todo comércio em suas mãos por meio de patentes, e assim obter lucros exorbitantes para si, prejudicando toda a nação e todas as pessoas interessadas na impressão, encadernação e venda de livros.

O total da manufatura de livros consiste daqueles para o uso a serviço de Deus, como a *Bíblia, Testamento, Orações comuns, Salmos cantados*, etc., ou daqueles destinados para o uso educativo, como *Cartilhas, Saltérios, Gramáticas*; e de autores clássicos, ou os *Excertos de divindade prática*, que tem obtido ampla reputação como o *Total dever do homem, Prática de piedade*, etc. Assim como as bíblias e testamentos, eles são monopolizados por uma patente pertencente a algumas pessoas particulares; livros educativos, etc., são monopolizados pela Companhia dos livreiros de Londres; e esses titulares de patentes fizeram esforços constantes para obter cláusulas inseridas nas leis feitas para outras propostas, para fortificar suas patentes, que sob tal proteção, eles podem com impunidade impor as taxas exorbitantes que quiserem em seus livros; e eu duvido que não esteja claro, para eles mesmos e para outros comerciantes de livros, que tudo isso tem sido prejudicial ao Reino em geral.

Nada mais esclarecedor para provar isso que rever aquele tempo no qual a lei de impressão estava em vigor. Os titulares das patentes para as bíblias, etc., ganhavam 2 s. 6 d. por bíblias ordinárias que agora caíram para 16 d. A Companhia dos livreiros de Londres vendeu 150 cartilhas por 20 s., e considerando o barateamento do papel na época, tal valor foi dois terços a mais que seu preço de custo; e 8 d. por livros de salmos, que foi muito próximo a quatro vezes mais que seu preço de custo, e desde então ela vendia por 4 [?] d. e agora vende por 6 d., e assim geralmente se dá em todos os outros livros patenteados. A consequência dessa extorsão foi o desestímulo do comércio da nação, o pobre oprimido e forçado a pagar o

⁴ Reasons humbly offer'd to the consideration of the honorable House of Commons, relating to the bill for securiting property in books, etc., London (1709). In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez 2012.

triplo do valor de tais livros, como absolutamente necessário para a educação de suas crianças; isso sem dúvida contribuiu para o aumento da ignorância, e todas as suas consequências.

Assim essas práticas tiveram um efeito para o comércio: os holandeses imprimiram prodigiosos números de bíblias, testamentos, orações comuns, salmos, etc. E eles abasteceram as remotas partes do Reino, Escócia, Irlanda, e nossas possessões estrangeiras, enquanto os nossos impressores (sendo então privados de ampliar uma parte no comércio da nação) foram reduzidos à pobreza; e grande número de encadernadores de livros também procurou trabalho, ou tentado por suas necessidades de encadernar tais livros impressos no estrangeiro, teve seus livros apreendidos e ficou arruinado pela penalidade daquela lei e pelos artifícios clandestinos dos titulares das patentes.

Quanto à propriedade, ela já é assegurada pela lei, e aquelas pessoas que queixam por segurança a tem em seu poder para protegê-los e beneficiar a nação optando por preços moderados e justos em seus livros; e se elas não fizerem isso, espera-se que nunca sejam incentivadas pela lei em suas extorsões extravagantes.

Assim espero (com essa apresentação) ter dado exemplos claros dessa extorsão, e suas nítidas consequências ruins aparecem na venda de bíblias por 2 s. 6 d. cada, mas já custam 16 d. cada pelo fato de muitas delas terem sido trazidas da Holanda. Agora, o dobro da quantidade é vendido aqui e raro não ter ouvido falar ou não ter visto uma bíblia holandesa.

É alegado ser um grande prejuízo reimprimir qualquer cópia de outra pessoa que tenha a concedido por meio de uma recompensa valiosa e correr o risco de sua primeira impressão, e de fato é sensato que tal pessoa seja resguardada disso. Mas com humilde submissão, não é o caso dos titulares das patentes acima mencionados, eles não correm os riscos que um livreiro corre ao imprimir uma cópia privada que às vezes vende tão lentamente que não lhe reembolsa de seus custos. Ao passo que os que se queixam, reclamam em relação aos livros de público, de uso permanente, os quais muitos milhares são vendidos anualmente.

A Companhia dos livreiros de Londres frequentemente alegou que sua patente foi concedida em perpetuidade, e os súditos deste Reino podem ser abastecidos com tais livros honestamente impressos, a preços moderados; mas contrário ao que ela alega, e foi o objetivo

de seus subsídios, ela vendeu muitos livros impressos de forma amadora e de má qualidade, e sobre um papel inferior, sendo raramente legíveis para leitores qualificados.

Seria uma intromissão na sua paciência enumerar as intrigas desses titulares de patentes, e, em consequência disso, seus males para toda nação em geral. Quanto a este projeto de lei, aos incômodos que ele evita, são, no entanto, insignificantes perante às inconveniências que aqueles podem causar: há poucos exemplos, se for o caso, de alguns consideráveis danos causados à pessoa e suas propriedades privadas, e todas as pessoas que tivessem cópias úteis em suas mãos seriam as únicas entre a humanidade a colocarem-nas por um preço moderado, e não haveria nenhuma razão para temer isso. Mas da experiência recente há também muita razão para se temer o resultado desse projeto de lei que é autorizar aos titulares das patentes, e outros, a extorquir o que quiserem pelos seus livros. Como em muitos outros casos, neste, em particular, será um grande prejuízo aos estudiosos e a todas as pessoas inventivas, as quais pagarão o dobro tanto por esses livros quanto por seus reais valores. Para impedir isto, roga-se humildemente que uma cláusula possa ser adicionada a esse projeto de lei, que todos os titulares de patentes sejam obrigados a vender seus livros por 6 s. 8 d. , com uma libra de lucro sobre o preço de custo, e sejam sujeitos a penalidades se eles ousarem elevar tal preço.

Nota. Ao passo que constantemente a Companhia dos livreiros de Londres alega conceder 200 libras anuais, fora dos lucros de suas patentes, para auxiliar os membros pobres da Companhia, esses estão desejosos em informar ao mundo que isso é feito com a parte remanescente das 3000 libras anuais, que, por um cálculo modesto, é suposto que tal quantia seja proveniente de suas patentes, etc.

Figura 4 - Documento original de *Razões humilmente oferecidas para a consideração da honorável Casa dos Comuns referente ao projeto de lei para assegurar a propriedade em livros, etc.*, de 1709

Um projeto de lei para o incentivo ao aprendizado, e para assegurar a propriedade das cópias dos livros aos seus legítimos proprietários (1710)⁵

Os impressores, livreiros e outras pessoas frequentemente tomaram a liberdade para imprimir, reimprimir e publicar, ou motivar a impressão, reimpressão e publicação de livros, e outros escritos, sem o consentimento de seus autores, em quem permanece a incontestável propriedade de tais livros e escritos, como produto de sua instrução e trabalho; ou sem a autorização das pessoas, a quem esses autores, por boa recompensa, transferiram legalmente seus direitos e títulos. Isto não é somente um grande desencorajamento para a aprendizagem em geral, que em todas as nações civilizadas devem receber o maior apoio e incentivo, mas é também um ataque notório da propriedade dos proprietários legítimos de tais livros, e escritos, em seu imenso e real detrimento, e também para sua frequente ruína e de suas famílias.

Portanto, para impedir tais práticas injustas e perniciosas no futuro, e para incentivar o homem instruído a compor e escrever livros úteis, e para a preservação da propriedade do proprietário legítimo dos mesmos, queira Sua Majestade que seja decretado, pela Excelentíssima Majestade, a Rainha, pelos Lordes, senhores espiritual e temporal, com seus conselhos e consentimentos, e pelos Comuns, reunidos neste presente Parlamento, e pela mesma autoridade, que qualquer autor que compor e escrever qualquer livro ou livros, parte ou partes do mesmo; ou qualquer livreiro, impressor ou outra pessoa, que já comprou ou adquiriu, ou ainda irá comprar ou adquirir a cópia ou cópias de qualquer livro ou livros, parte ou partes do mesmo, a fim de imprimir ou reimprimir o mesmo, que em um desses casos, se qualquer outro livreiro, impressor ou outra pessoa que seja, a partir do ----- dia de ----- imprimir, reimprimir, ou importar, ou motivar a impressão, reimpressão, ou importação de qualquer livro ou livros, sem o consentimento do proprietário, ou dos proprietários que primeiro tiveram e obtiveram tais direitos e títulos por escrito, assinado em presença de ----- testemunhas confiáveis; ou vender, publicar, ou colocar à venda, ou motivar a venda, a publicação e a exposição à venda de tal livro ou livros, sem o consentimento dos que primeiro tiveram e obtiveram tais direitos e títulos conforme acima citado; então tal infrator ou infratores deverão ----- . E ao passo que muitas pessoas podem por desconhecimento infringir essa lei, a menos que alguma providência seja tomada pela qual a propriedade em cada livro, como pretende essa lei a ser assegurada ao proprietário

⁵ A bill for encouragement of learning, for securing the property of copies of books to the rightful owners thereof, London (1710), In: BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (Eds.). *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.copyrighthistory.org>>. Acesso em: 16 dez 2012.

ou proprietários do mesmo, possa ser averiguada; da mesma forma o consentimento de tal proprietário ou proprietários para a impressão ou reimpressão da tal livro ou livros possa ser periodicamente investigado.

Portanto, seja decretado pela autoridade citada, que nada contido nessa lei seja interpretado para ampliar, submeter qualquer livreiro, impressor ou outra pessoa qualquer, às perdas ou penalidades aqui mencionadas, por ou em razão de impressão ou reimpressão de qualquer livro ou livros, sem o consentimento conforme citado, a menos que o título para a cópia de tal livro ou livros a ser publicado seja, antes de tal publicação, dado entrada no Livro de Registro da Companhia dos livreiros, da mesma forma habitual, (que o Livro de Registro seja sempre mantido no Hall da dita companhia). E a menos que tal consentimento do proprietário ou proprietários seja do mesmo modo dado entrada conforme citado. Por cada uma dessas entradas, ----- serão pagos, e não mais. Que o dito Livro de Registro, em todos os momentos oportunos e convenientes, possa ser consultado e inspecionado por qualquer livreiro, impressor ou outra pessoa, para propostas acima mencionadas, sem qualquer pagamento de taxa ou recompensa, revogando qualquer disposição ao contrário da contida nesta lei.

No entanto, seja decretado pela autoridade citada que se qualquer livreiro ou livreiros, impressor ou impressores, após o dito ----- dia de ----- estabelecerem um preço sobre qualquer livro ou livros, ou vendê-los ou colocá-los à venda a um preço ou taxa que seja concebida por qualquer pessoa ou pessoas como alta e insensata, será legalmente permitido a qualquer pessoa ou pessoas fazer reclamação para ----- . Estes, ou qualquer um deles, terão total poder e autoridade, de tempos em tempos, para convocar ou chamar diante dele ou deles o livreiro ou livreiros, o impressor ou impressores, e examinar e investigar a razão da valorização e aumento do preço ou valor de tal livro ou livros vendidos ou colocados à venda pelos investigados acima. E se, sob tal exame e investigação, for constatado que o preço de tal livro ou livros estiver elevado, ou de qualquer forma exorbitante, então, nesse caso, o dito ---- ----- ou qualquer um ou mais dos envolvidos na investigação e exame, terão total poder e autoridade para reformar e corrigir o mesmo, e limitar e estabelecer periodicamente o preço de cada livro ou livros impressos de acordo com o melhor de seus julgamentos e conforme lhe pareça justo e sensato. Se o livreiro ou livreiros, impressor ou impressores alterarem a taxa ou o preço que fora estabelecido e exigido, eles deverão, como recompensa, pagar todos os custos e encargos que a pessoa ou pessoas tiveram ao fazer suas queixas.

Então, a reclamação será colocada em razão de tal queixa e da causa de tal taxa e preço a serem limitados e estabelecidos. Tudo isso deve ser feito pelo dito ----- ou por qualquer um deles, devidamente assinados e selados. Em seguida, uma nota pública será dada pelo dito livreiro ou livreiros, impressor ou impressores por meio de um anúncio no Diário Oficial. Logo após o estabelecimento da taxa e do preço, se qualquer livreiro ou livreiros, impressor ou impressores venderem ou colocarem à venda qualquer Livro ou Livros a um preço maior e mais alto que o já estabelecido e limitado anteriormente, então e, em cada caso, tal livreiro ou livreiros, impressor ou impressores deverão -----.

Seja declarado que, a partir do dito ----- dia de -----, uma cópia de cada livro ou livros, feita com o melhor papel, a ser impressa e publicada como já citado anteriormente, ou reimpressa e publicada com adições, deverá ser entregue, previamente a sua publicação, ao tesoureiro da Companhia dos livreiros, alocado no *Hall* desta companhia para o uso das universidades de Oxford e Cambridge e da Biblioteca Real respectivamente.

Nada contido nessa lei será interpretado de forma a estender, a proibir a importação, a venda ambulante, ou a venda de qualquer livro clássico, livro com ou sem notas, ou de qualquer livro ou livros impressos originalmente no além-mar; revogando qualquer disposição ao contrário da contida nesta lei.

E seja ainda decretado pela autoridade já citada, que se qualquer ação ou pedido for iniciado e instaurado contra qualquer pessoa ou pessoas por executarem qualquer ato em termos dessa presente lei, os réus poderão, em cada ação, apelar à questão geral, e fornecer um argumento legal. Se sobre tal ação uma sentença for dada a favor do réu ou se o querelante não ficar satisfeito ou suspender sua ação, então o réu terá e recuperará -----, tendo como recurso o mesmo que a de um réu em caso comum tido na lei.

Figura 5 - Documento original de *Um projeto de lei para o incentivo ao aprendizado, e para assegurar a propriedade das cópias dos livros aos seus legítimos proprietários*, de 1710 - p. 1

Figura 6 - Documento original de *Um projeto de lei para o incentivo ao aprendizado, e para assegurar a propriedade das cópias dos livros aos seus legítimos proprietários*, de 1710 – p. 2